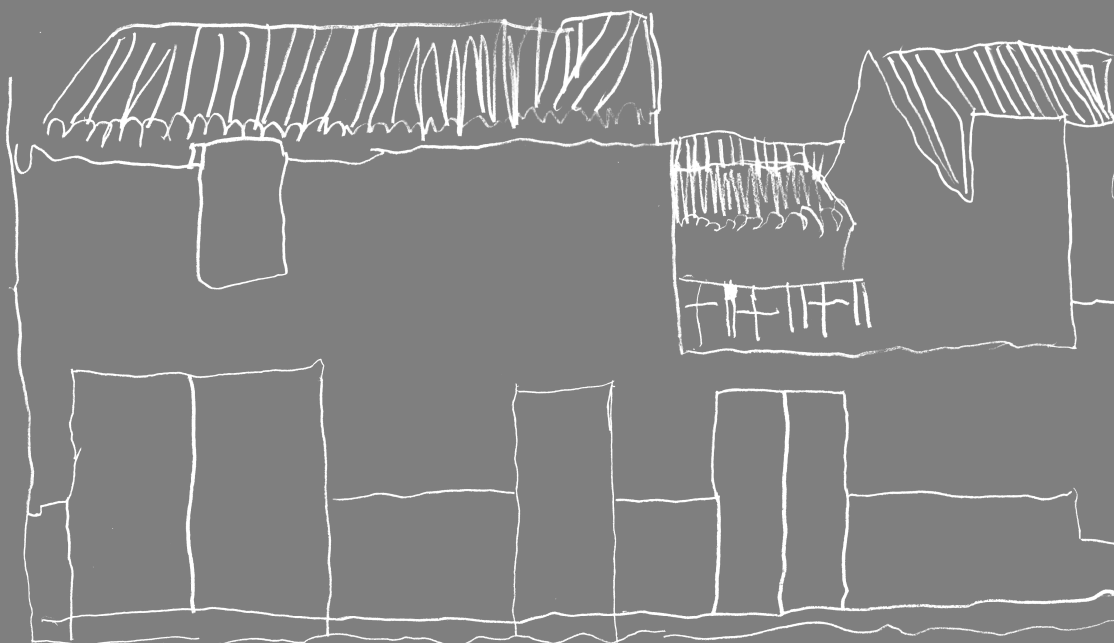


A CASA SEM NOME

UMA CASA POPULAR TRADICIONAL NA PROVÍNCIA DE SEVILHA

LIVRO ELETRÔNICO COMPLETO



Vidal Gómez Martínez

Tradução Marta Sena Augusto

Ao Lorenzo, por me ter perdoado as ausências.
À Marta, por as encher... e muito mais.

O meu mais sincero agradecimento às minhas directoras de tese, por terem transformado um fim de ciclo no primeiro passo de uma nova aventura. A Cláudio, Susana, Miguel e a todo o Campo Arqueológico de Mértola por me recrutarem - mais uma vez - para a militância patrimonial. À Fuensanta, Carmen e Beatriz da Direcção Geral do Património Cultural. A Román e Aniceto do Instituto Andaluz do Património Histórico. Aos bibliotecários, pela sua dedicação e paciência. Aos colegas do atelier, pela sua compreensão e pelas obras. A Marta, Lorenzo, Juan, Juanfra, Joaquín e Paco, pelo seu apoio. À Maria Grazia por me ter dado um novo impulso.

Aos meus pais, por tudo.

A CASA SEM NOME
UMA CASA POPULAR TRADICIONAL NA PROVÍNCIA DE SEVILHA
LIVRO ELETRÓNICO COMPLETO

Vidal Gómez Martínez. Doutor Arquiteto

Tradução Marta Sena Augusto. Doutora Arquiteta

Campo Arqueológico de Mértola. Mértola, Portugal.
Abril de 2020. ISBN 978-972-9375-54-5



Este livro reúne os principais conteúdos e resultados da tese de doutoramento elaborada pelo autor sob a direção das Doutoradas Arquitectas María Teresa Pérez Cano e Blanca del Espino Hidalgo intitulada La casa sin nombre. Una casa popular tradicional en la provincia de Sevilla, depositada na Universidade de Sevilha em Setembro de 2017. Os dados e regulamentos citados neste trabalho referem-se a este período de tempo.

Under license Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International.

ÍNDICE

Introdução	7
Arquitetura popular	7
A casa popular sevilhana no imaginário coletivo	15
A casa sem nome	23
Implantação territorial	31
Enquadramento histórico	41
Ponto de partida	47
Âmbito	47
Área geográfica	49
A casa popular tradicional nos Conjuntos Históricos	55
Caso de Estudo	59
Objetivos	63
Metodologia	65
Referências	69
Programas Institucionais	77
O inventário andaluz de arquitetura popular	79
A problemática metodológica	87
O Plano Nacional de Arquitetura Tradicional	93
Estudos locais	95
Limites culturais	109
Divergência tipológica	111
A casa almóada	113
A casa popular tradicional em Mértola	115
Conhecimento e divulgação da arquitetura popular no Alentejo	119
Arquitetura popular e Conjunto Histórico	129
Os Conjuntos Históricos no quadro Jurídico do Património	129
O estudo da casa sem nome	135

A casa sem nome nos Planos Especiais de Proteção	139
Carmona	139
Cazalla de la Sierra	157
Lebrija	179
A essência da casa sem nome	201
Enquadramento histórico e urbano	203
Configuração tipológica	209
Configuração Arquitetónica	221
Experiências próximas	229
Conclusões	239
Fontes e bibliografia	249
Publicações e estudos não publicados	249
Legislação	253
Planeamento	255
Anexo I. Carmona*	257
Anexo II. Cazalla de la Sierra*	305
Anexo III. Lebrija*	347

**Incluído na edição digital A casa sem nome. Uma casa popular tradicional na província de Sevilha. Livro eletrónico completo.*

Na capa e contracapa: desenho de Lorenzo Gómez Sena a partir de uma fotografia de Carlos Flores. Casas em El Coronil, Sevilha¹.

¹ Flores, Carlos – **Arquitectura popular española**. Madrid: Aguilar SA de ediciones, 1973. ISBN 84-03-80999-9. Vol. 4. P 61.



Página anterior: casa em Fuentes de Andalucía, Sevilha².

² Fotografia tratada pelo autor a partir duma fotografia de Carlos Flores. Flores, Carlos – **Arquitectura popular española**. Op. Cit. Vol. 4. P 256.

INTRODUÇÃO

ARQUITETURA POPULAR

Arquitetura local e universal.

Com exceção dos povos nômadas, os povos, as culturas e as tradições desenvolvem-se em sociedades fixadas num território do qual obtêm recursos e ao qual se adaptam com expressões de todos os âmbitos.

O território determina a fixação dos povos por diferentes razões. Por vezes, o principal critério é o posicionamento estratégico em relação ao acesso a determinados recursos ou ao acesso a determinadas redes de comunicação. Por vezes a localização responde a critérios defensivos de um ponto de vista bélico ou natural.

Em qualquer caso, a localização e a ocupação principal de uma sociedade nunca surge ao acaso e a vida adapta-se às circunstâncias, a começar pela configuração urbana. Assim, a orografia, as necessidades defensivas ou as necessidades do espaço interior determinam a morfologia urbana.

Para além destes aspetos que podemos considerar como ambientais, temos de ter em conta fatores culturais. A configuração dos Estados, a estrutura da propriedade e as condições religiosas determinam, em grande medida, o comportamento social e os recursos disponíveis para cada indivíduo ou unidade familiar.

Todos estes aspetos, que estão obviamente relacionados entre si, estão a evoluir ao longo da história. Todos os povos têm uma história com um número infinito de circunstâncias que determinam as suas expressões culturais. Cada povo tem a sua história, cada povo tem a sua cultura... Não há povo sem cultura.

Se há algo que todos os povos partilham, para além de terem a sua própria cultura, é a necessidade de abrigo, seja natural ou construído, portátil ou estável, efêmero ou duradouro, individual ou coletivo... em suma, todos nós precisamos de um lar.

A configuração básica do abrigo que é a casa, tem vindo a mudar e a ganhar complexidade ao longo da história, desde a ocupação de cavernas e abrigos naturais até à produção em massa de habitações, nos dias de hoje. A arquitetura - como facto cultural e como disciplina profissional - tem vindo a fornecer sucessivamente soluções para esta necessidade fundamental.

Até à recente profissionalização de todas as áreas da arquitetura, engenharia e construção em geral, que se verificou ao longo dos séculos XIX e XX, só as grandes obras tiveram a participação de arquitetos ou engenheiros. Assim, na área residencial, apenas as classes dirigentes e as elites económicas contaram com profissionais com formação e competências para projetar e construir casas.

A grande maioria da população viveu sempre em casas modestas ou cabanas com sistemas de construção intimamente ligados aos recursos locais, com programas mínimos para responder sucintamente às necessidades físicas de acordo com os usos e estilos de vida correspondentes a cada sociedade, utilizando tipologias simples com distribuições intimamente ligados ao tecido urbano. São casas que não têm uma reflexão prévia e que, em muitas das ocasiões, são executadas pelos seus próprios habitantes.

Face a esta necessidade global, cada cidade responde com soluções arquitetónicas de acordo com o seu ambiente e as necessidades locais. Face a uma necessidade universal, cada povo oferece a sua própria solução, gerando o imenso mosaico que compõe a casa popular. Na casa popular confluem uma boa parte dos elementos culturais de cada povo, especialmente os ligados ao ambiente familiar.

Arquitetura popular como Património Cultural.

A percepção patrimonial desta arquitetura é relativamente tardia, partindo do pitoresco e de conceitos próximos dos valores ambientais. Podemos constatar que não existem alusões diretas na Carta de Atenas de 1931³, para além desta percepção do pitoresco herdado da visão romântica do Património mencionada no seu artigo 7º.

A primeira referência expressa é feita na Carta de Veneza de 1965⁴, alargando o valor monumental a edifícios modestos com significado cultural (artigo 1º).

"A noção de monumento histórico inclui a criação arquitetónica isolada, bem como o conjunto urbano ou rural que testemunha uma determinada civilização, uma evolução significativa, ou um acontecimento histórico. Refere-se não só a grandes criações, mas também a obras modestas que adquiriram significado cultural ao longo do tempo".

Durante os anos sessenta e setenta, a percepção patrimonial da arquitetura popular vai aparecendo nos documentos do ICOMOS até 1976, quando este criou o Comité Internacional de Arquitetura Vernacular para o seu estudo, proteção e conservação. A partir daí, começaram a ser emitidos documentos especificamente dirigidos a este património⁵, até que, em 1999, foi lançada a Carta do Património Vernacular Construído⁶, onde foi feita uma definição concreta:

"O património vernacular construído é a forma natural e tradicional como as comunidades produziram o seu próprio habitat. Faz parte de um processo contínuo, que inclui mudanças necessárias e adaptação contínua em resposta a requisitos sociais e ambientais. A continuidade desta tradição é ameaçada a nível mundial pelas forças da homogeneização cultural e arquitetónica. A forma como estas forças podem ser controladas é o problema fundamental que tem de ser resolvido pelas diferentes comunidades, bem como pelos governos, planeadores e grupos multidisciplinares de especialistas. [...]"

³ Carta de Atenas para la Restauración de Monumentos Históricos. Atenas, 1931.

⁴ ICOMOS – Carta Internacional sobre la Conservación y la Restauración de Monumentos y de Conjuntos Histórico-Artísticos. Venecia, 1964. 1965.

⁵ UNESCO – Recomendaciones sobre la salvaguarda de la cultura tradicional y popular. 1989.

⁶ ICOMOS – Carta del Patrimonio Vernáculo construido. 1999.

Exemplos do vernáculo podem ser reconhecidos por:

- a) Uma forma de construção que emana da própria comunidade.*
- b) Um carácter reconhecidamente local ou regional ligado ao território.*
- c) Coerência de estilo, forma e aparência, bem como a utilização de tipos arquitetónicos tradicionalmente estabelecidos.*
- d) Sabedoria tradicional na conceção e construção, que é transmitida informalmente.*
- e) Uma resposta direta às exigências funcionais, sociais e ambientais.*
- f) A aplicação de sistemas, ofícios e técnicas tradicionais de construção.”*

A legislação nacional em Espanha segue um caminho paralelo no que se refere à proteção da arquitetura popular. A Lei do Património de 1933⁷ estende a proteção dos monumentos a "*ruas, praças, recantos, bairros*" no seu artigo 33º. Já na lei de 1985⁸ são estabelecidas diferentes tipologias de "Bienes de Interés Cultural", dedicando o conceito de Conjunto Histórico à salvaguarda conjunta da arquitetura popular como uma realidade composta por múltiplos elementos (artigo 15.3). A perceção de um ponto de vista etnológico é posteriormente incluída nas diferentes leis regionais derivadas da delegação de competências no domínio da cultura.

⁷ Gaceta de Madrid N° 145 de 25 de mayo de 1933 – Ley relativa al Patrimonio Histórico Artístico Nacional.

⁸ Boletín Oficial del Estado N° 155 de 29 de junio de 1985 – **Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español.**

O conflito terminológico.

A recente perceção patrimonial desta arquitetura faz com que a terminologia para referir o mesmo conceito seja ainda díspar, girando em torno dos conceitos fundamentais do vernáculo, do tradicional e do popular⁹.

- Arquitetura Vernacular, por estar ligada a um lugar ou região e aos seus recursos naturais e condições ambientais.
- Arquitetura Tradicional, uma vez que responde a tipologias e sistemas construtivos e formais que são o resultado da reiteração de sistemas herdados de geração em geração.
- Arquitetura Popular, uma vez que constitui um dos pilares básicos de uma sociedade e da sua cultura.

Provavelmente, o mais correto - embora sem dúvida pouco operativo a nível sintático - seria utilizar os três conceitos em conjunto, uma vez que existe uma arquitetura vernacular sem relação com a tradição e sem referências culturais, uma arquitetura tradicional que não responde às necessidades de uma sociedade específica e uma arquitetura popular que não responde a qualquer ligação sociocultural.

No presente estudo, o termo arquitetura popular é utilizado na sua maioria tanto por ser o conceito mais alargado da bibliografia em Espanha e em Portugal, como pela abordagem do património que é feita sobre o tema - como um facto cultural, próprio de uma cultura específica - .

⁹ Pérez Gil, Javier – *¿Qué es la arquitectura vernácula? Historia y concepto de un Patrimonio Cultural específico*. Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, Departamento de Teoría de la Arquitectura y Proyectos Arquitectónicos, 2016. ISBN: 978-84-8448-862-0. P. 133-140.

24 pontos da arquitetura popular.

Neste sentido, provavelmente a definição mais referenciada - devido à sua extensão e rigor - é a de Carlos Flores¹⁰.

Para além da primeira abordagem etimológica¹¹ - a que contém a maior parte dos textos - traça um conceito muito claro de arquitetura popular, baseado no vernáculo, na economia de recursos e na tradição da construção, mas no qual é evidente - faz uma referência única e tangencial à "tradição cultural" - que esta é um pilar fundamental e uma expressão definidora da cultura de cada povo. De facto, é este aspeto que torna a arquitetura popular única.

Mais em profundidade, enumera as características que definem a arquitetura popular. Agrupa-as em 24 pontos que se decompõem e entre os quais se destacam os seguintes aspetos.

- "Enraizamento na terra e nas pessoas", aludindo ao carácter local do fenómeno.
- Funcionalidade, entendida como uma resposta a requisitos funcionais essenciais.
- O respeito pela tradição construtiva como garantia de sucesso da construção.
- Economia de meios, em termos do desenvolvimento do programa indispensável, da escassez de elementos decorativos e da utilização de materiais simples disponíveis no território próximo. Igualmente austero em termos de níveis de conforto, que se mantiveram praticamente inalterados desde a Idade Média até à Revolução Industrial.
- Autonomia quanto à construção pelos próprios futuros habitantes da casa, na sua maioria unifamiliar - sempre entendida dentro do conceito de família que corresponde a cada momento histórico - .

¹⁰ Flores, Carlos – *Arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 1. P 8-63.

¹¹ No mesmo trabalho, ele parte dos aspetos etimológicos do termo para definir a arquitetura popular. Assim, parte do conceito académico de "arquitetura" e do conceito sociopolítico de " povo", para sintetizar a definição em "arte e técnica de conceber, construir e transformar o ambiente de vida deste grupo social a que chamámos povo, tudo isto é feito - como veremos - por indivíduos que vêm do próprio grupo, e considera-se também que o conceito de arte deve ser tomado muitas vezes mais como uma habilidade ou competência do que no sentido académico.

- Alheia às questões estilísticas, a evolução da arquitetura popular baseia-se mais em questões de essência do que de forma.
- O aparecimento de "tipos" como fruto da herança construtiva, como consequência da tradição e não como um objetivo em si mesmo.
- Adaptação ao ambiente natural, devido à notável economia de meios.
- A natureza rural - em relação às pequenas cidades – dado que o facto urbano é, na maioria dos casos, um fenómeno muito recente.

Arquitetura anónima.

Um dos conceitos amplamente utilizados em relação à arquitetura popular é a sua definição como arquitetura anónima, por oposição à arquitetura culta - entendida como aquela que é gerada a partir do ambiente profissional dos arquitetos e dirigida até há poucas décadas exclusivamente à arquitetura institucional e à das classes dominantes.

O "arquitecto popular"¹² é para Carlos Flores um conceito no qual ele sintetiza dois aspetos fundamentais deste tipo de arquitetura. Por um lado, fala do anonimato do autor material da construção, que são os seus próprios habitantes - habituados a trabalhos simples e com a versatilidade daqueles que não têm de realizar trabalhos especializados, o que termina com o processo de industrialização - com ferramentas e técnicas simples, disponíveis no ambiente imediato. Por outro lado temos o conhecimento acumulado, a tradição construtiva e a resposta a umas necessidades culturais da sociedade em que se desenvolve, que é proporcionada pela entidade coletiva do povo, da sociedade como um todo.

O arquiteto popular não questiona a tradição construtiva, mas assume-a como uma técnica com garantias para enfrentar o processo. O arquiteto popular não faz uma reflexão prévia sobre questões espaciais ou funcionais, mas utiliza os tipos existentes como um sistema válido e amplamente testado.

¹² Flores, Carlos – *Arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 1. P 88.

A CASA POPULAR SEVILHANA NO IMAGINÁRIO COLETIVO

A arquitetura popular tem uma ampla casuística, tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista tipológico e, naturalmente, da sua localização geográfica e histórica.

Assim, encontramos numerosos exemplos de arquitetura popular não só para uso residencial, mas também para usos produtivos e assistenciais, tais como quintas e conventos.

Escusado será dizer que, como primeira e mais simples resposta construtiva às atividades humanas, a arquitetura popular tem acompanhado o homem ao longo da história desde as grutas pré-históricas até aos nossos dias, onde talvez esteja a começar a sucumbir à tonificação e à burocratização do ambiente construído.

Dentro da arquitetura residencial popular da área de estudo deste trabalho existem inúmeros exemplos claramente definidos e culturalmente reconhecidos.

Talvez o expoente mais claro - para a maioria dos estudos de referência - seja a “casa pátio”, cujo nome invoca uma imagem unívoca no imaginário coletivo do seu ambiente cultural.

A casa pátio.

É uma tipologia tenaz que, desde a sua origem romana tem regressado à Andaluzia com culturas e estilos diferentes, primeiro através da casa almóada e mais tarde na época renascentista e barroca.

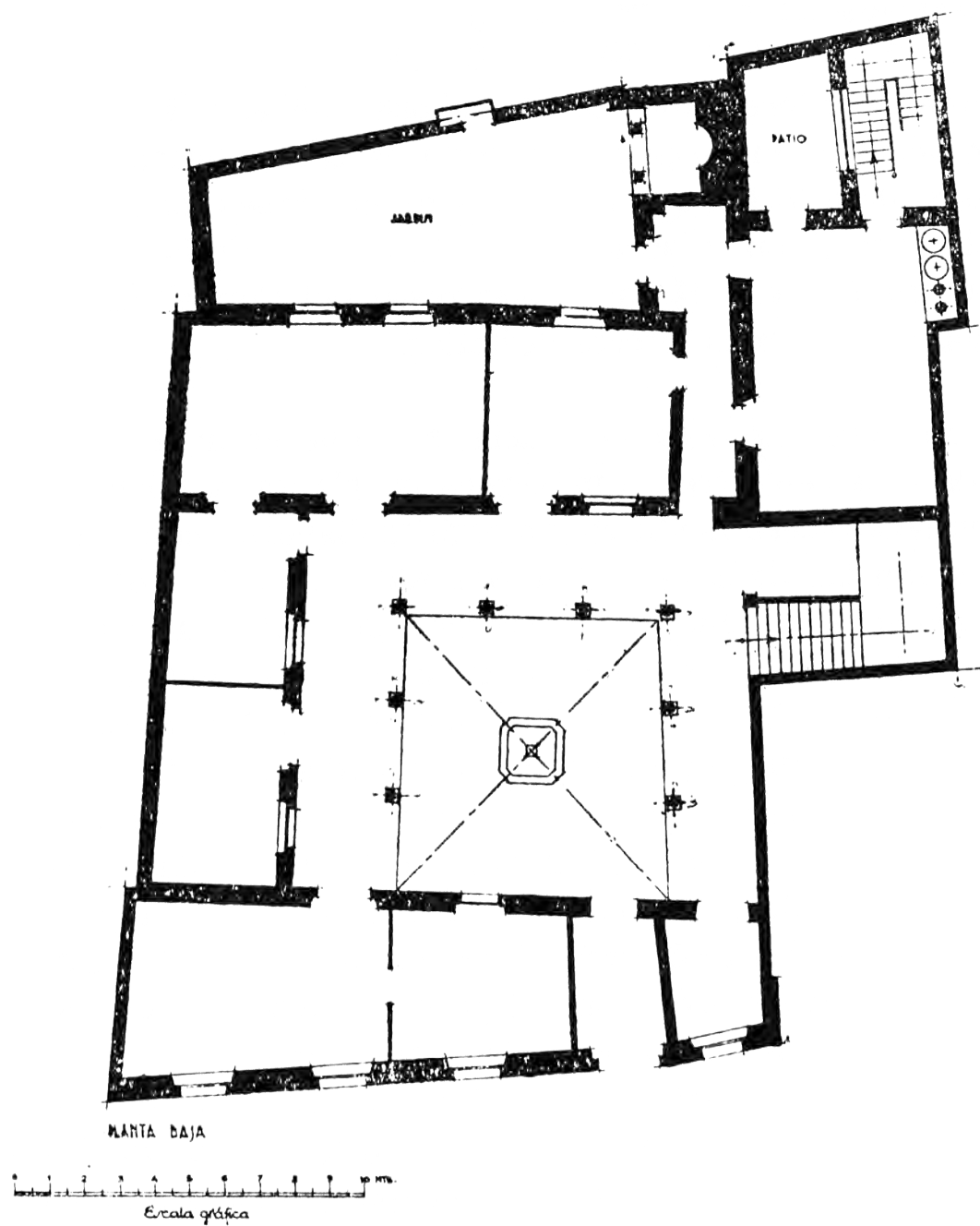
Resolve um programa de habitação de média/grande dimensão organizando os corpos construídos em torno de um pátio central, que pode ser alcançado a partir da rua - normalmente através de um saguão que é o ponto a partir do qual se estabelecem as relações entre as diferentes áreas da casa. Nas casas maiores podem aparecer pátios secundários, jardins ou quintais nas traseiras.

Pode realmente ser entendida mais como uma abordagem tipológica do que como uma tipologia em si mesma já que, com o mesmo conceito e os mesmos recursos arquitetónicos, são resolvidas casas de diferentes dimensões, que acomodam tanto classes profissionais ou de médios proprietários, como as classes mais altas.

A casa pátio tem uma componente social, estilística e arquitetónica complexa que a pode excluir dos 24 pontos que definem a arquitetura popular para Carlos Flores, o que leva alguns autores a retirar a categoria de popular¹³. Contudo, é uma tipologia que pode ser vista em muitos dos Conjuntos Históricos da província de Sevilha associados às classes média e baixa, nas suas versões mais simples para as primeiras e nas adaptações tipológicas plurifamiliares para as segundas.

¹³ Sierra Delgado, José Ramón (autor Tesis Doctoral); Manzano Martos, Rafael (director) - **Introducción al análisis formal de la arquitectura doméstica popular en Sevilla**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1980. P. 39-40.

Agudo Torrico, Juan – *Arquitectura popular en la provincia de Sevilla*. Em **Sevilla y su provincia**. Sevilla: Ediciones GERVER SL, 1984. ISBN 84-7566-000-2 Tomo 4, P. 120.



Casa pátio, rés-do-chão¹⁴.

¹⁴ Sancho Corbacho, Antonio – *Arquitectura barroca sevillana del siglo XVIII*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1984. ISBN 84-00-05681-7. P. 313.



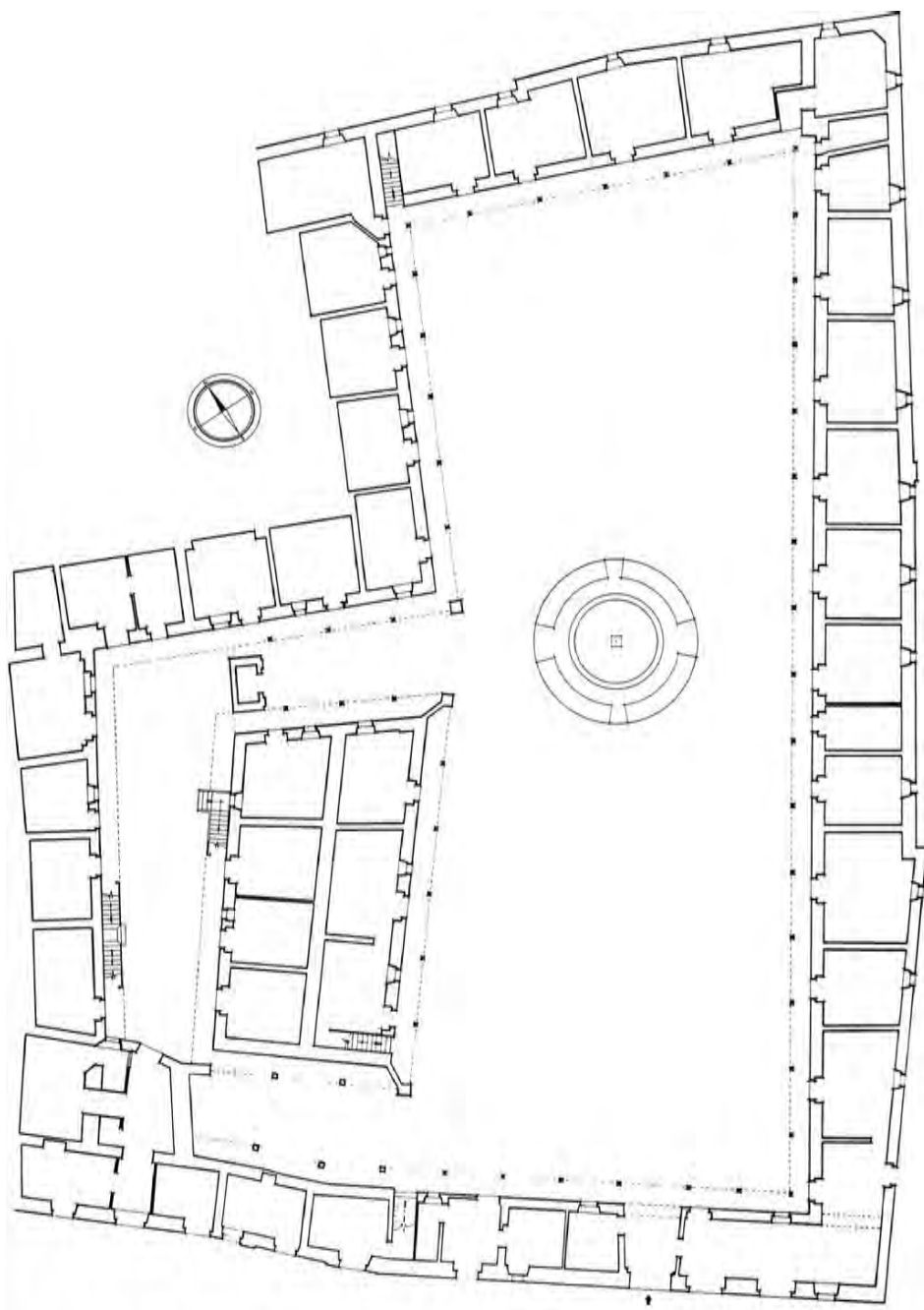
Casa pátio, vista para o pátio principal¹⁵.

¹⁵ Casa patio en la calle Imperial de Sevilla. Collantes de Terán Delorme, Francisco; Gómez Estern, Luis – **Arquitectura civil sevillana**. Sevilla: Editorial Castillejo, 1999. ISBN 84-8058-082-8. P 211.

“Corrales de vecinos”.

Os “Corrales de vecinos” respondem às necessidades de habitação das classes mais pobres, que não tinham acesso a habitação própria, sendo por isso mais relevantes nos meios urbanos do que nos rurais. São casas coletivas - com um programa mínimo por vezes limitado a uma ou duas assoalhadas - que se encontram dispostas em torno de um pátio comum com galerias perimetrais. O carácter mínimo da habitação é complementado pelo pátio central, onde existiam lavadouros e cozinhas comunitárias, bem como latrinas e casas de banho. A frente da rua é constituída pela "casa tapón", através da qual se acede ao curral e que lhe dá um ar mais imponente graças a uma decoração simples, mas cuidada.

Esta tipologia tem especial relevância na cidade de Sevilha durante os séculos XVIII e XIX, embora muitos exemplos possam ser encontrados em quase todos os Conjuntos Históricos da província. Em muitas ocasiões têm origem na reutilização de casas senhoriais que são subdivididas e nas quais os espaços abertos são ocupados por pátios com casas em galeria.



Planta do Corral del Conde. Páxina seguinte: Corral de Gallegos¹⁶.

¹⁶ Collantes de Terán Delorme, Francisco; Gómez Estern, Luis – **Arquitectura civil sevillana**. Op. Cit. P 397 y 297.



Em contraste com estas tipologias claramente definidas, catalogadas, estudadas e protegidas, encontramos os tipos mais simples de casas populares tradicionais, que não gozam do reconhecimento cultural e da proteção patrimonial que merecem.

Nos grandes estudos de arquitetura popular estão incluídas em conceitos genéricos relacionados com grandes áreas geográficas, como "casas de sierra" e "casas de campina"¹⁷. Apenas os estudos de natureza local - detalhados mais à frente - mostram um maior interesse por estas casas que - sem uma ampla leitura territorial - recebem nomes diferentes em cada estudo.

São as "casas de labor" y "casa de crujías yuxtapuestas" em Arahál, a "casa tradicional popular" de Cazalla de la Sierra e Constantina, a "casa corredor" em Carmona, as "casas de pequeños y medianos propietarios" em Lebrija, a "casa de patio adosado a medianera" em Marchena, a "casa popular" em Utrera... Todas as definições são locais e não se ajustam ao conceito fundamental que as identifica.

Em suma, uma casa popular órfã de estudos que revelem a sua verdadeira dimensão cultural e que nem sequer tem nome.

¹⁷ Feduchi, Luis; Borrego, Fernando; Temprano, Jesús – *Itinerarios de arquitectura popular española*. Barcelona: Editorial Blume, 1978. ISBN 84-7031-201-4. Vol. 4. P. 18-20.

A CASA SEM NOME

A província de Sevilha estende-se por uma vasta área, estruturada em torno de núcleos urbanos cujas origens remontam à época romana e anterior.

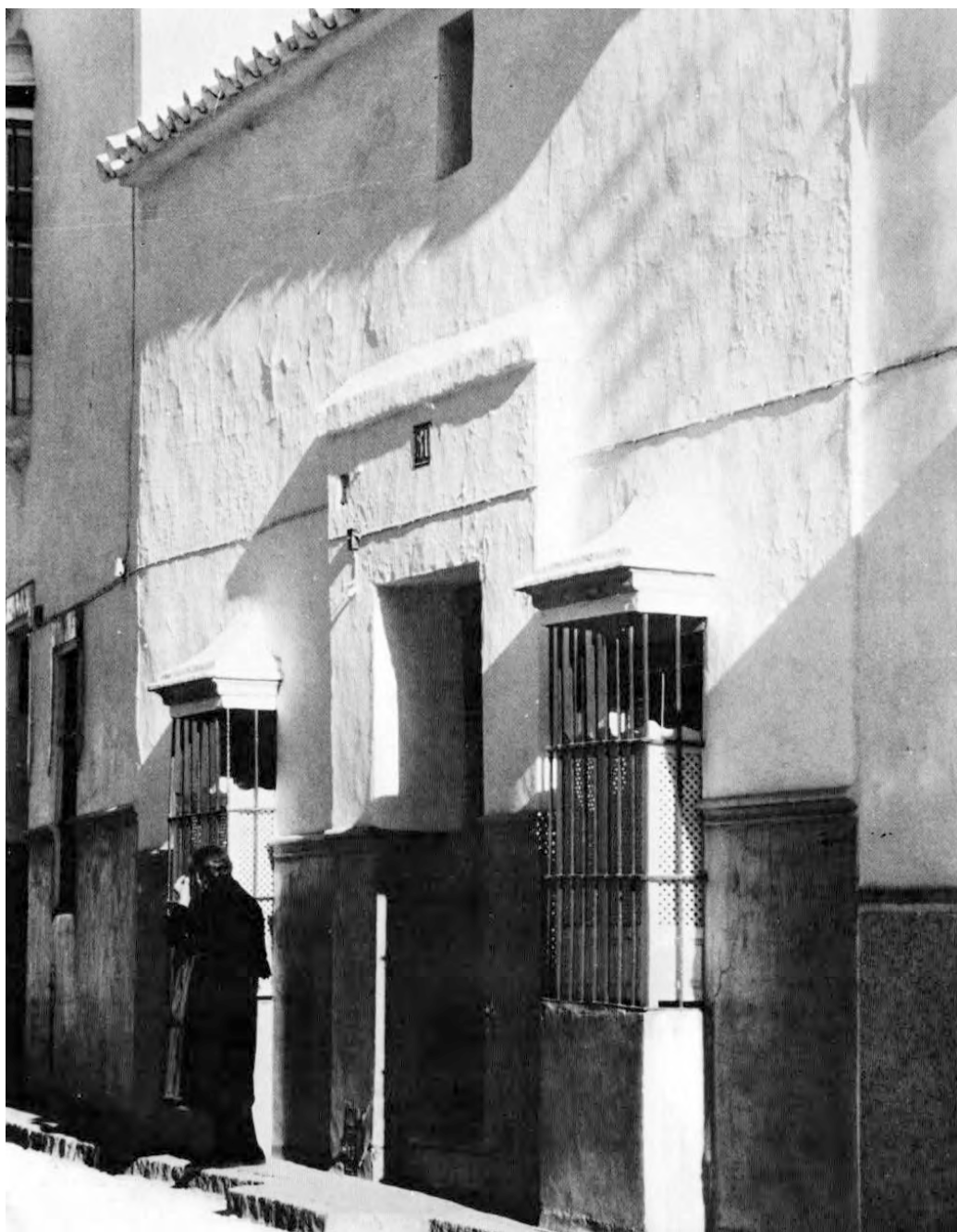
São núcleos urbanos relativamente grandes que respondem a uma estrutura ancestral da propriedade baseada em grandes propriedades e agricultura extensiva de sequeiro, tais como cereal, oliveira, ...

A maioria dos núcleos tem um tecido urbano formado por grandes quarteirões organizados a partir de um recinto fortificado, do qual por vezes não resta mais que o traçado das antigas muralhas e as tensões provocadas pelas portas.

Cada núcleo responde às suas próprias características topográficas, económicas e sociais... que têm evoluído ao longo dos séculos.

A estrutura urbana de grandes quarteirões, combinada com uma sociedade fortemente polarizada, gerou uma vasta gama de tipologias residenciais que partilham, como característica mais significativa, o desenvolvimento de um mundo interior à volta e através de pátios, galerias e logradouros. São casas isoladas dos seus vizinhos por espessas paredes divisórias e do exterior por fachadas quase cegas, com poucas aberturas que filtram as vistas através de terliças e cortinados.

Esta gama abre-se desde as grandes casas palacianas até às mais modestas casas de camponeses.



Fachada de uma "casa de campiña", Marchena¹⁸.

¹⁸ Feduchi, Luis; Borrego, Fernando; Temprano, Jesús – *Itinerarios de arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 4. P. 279.



Vista parcial do Conjunto Histórico de Marchena¹⁹.

¹⁹ Ortofoto Andalucía 2010 hoja: h10_1004_2-1. Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía.

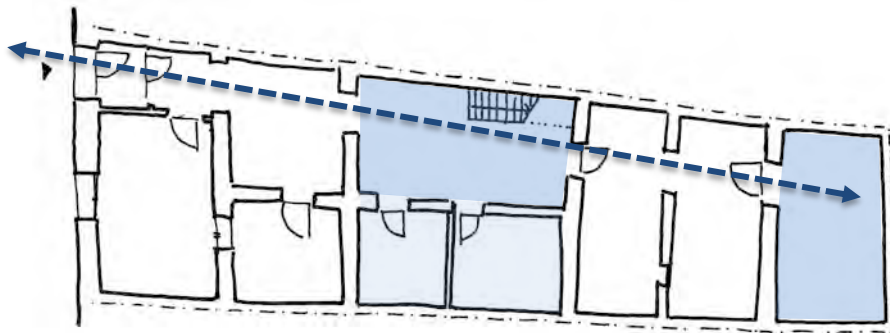
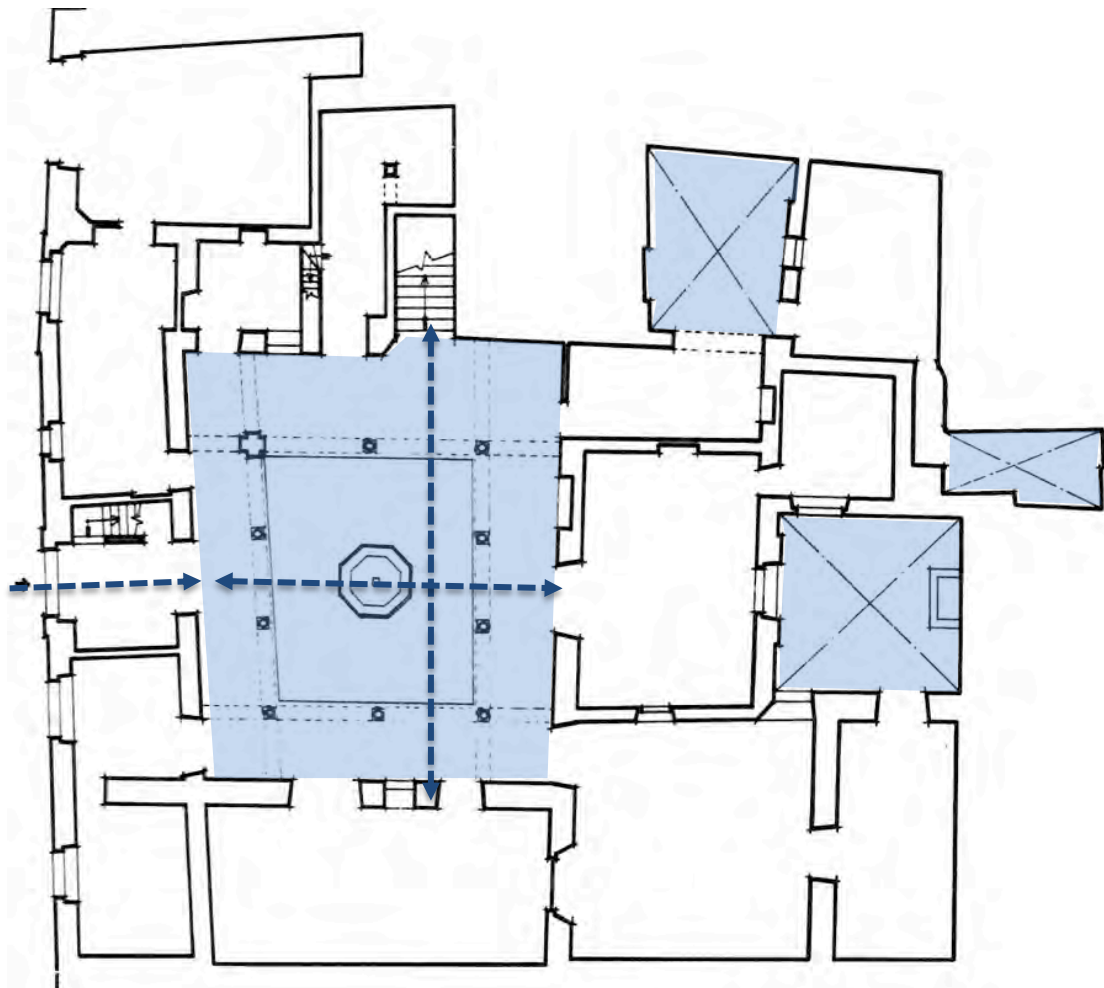
O casario dos núcleos rurais é composto por casas simples, com pouca ornamentação e materiais modestos. São casas com uma distribuição mínima marcada pela alternância de espaços interiores e diferentes tipos de espaços abertos. São casas simples, mas versáteis, capazes de se adequar à trama urbana, à topografia e à evolução das necessidades dos seus habitantes ao longo da história. É uma casa ligada aos núcleos urbanos médios e pequenos, já que as densidades características das cidades de maior entidade acabam por engolir as tipologias que geram baixas densidades de ocupação.

No âmbito tipológico da casa popular da Andaluzia Ocidental, onde se localiza, de modo extensivo, uma tipologia definida por um corpo de fachada de tríplice nave com um logradouro traseiro ao qual acede-se pelo saguão, identifica-se na província de Sevilha um tipo com um desenvolvimento tipológico um pouco mais complexo, definido pela alternância de corpos construídos - normalmente com duas naves - com pátios, para os quais abrem os quartos, mas que carecem do carácter organizativo a nível tipológico que tem a casa pátio - descrito na secção anterior e resumido no esquema tipológico comparativo na página seguinte - .

Página seguinte. Diagramas tipológicos do autor sobre plantas de casa pátio²⁰ (acima) e casa corredor²¹ (abaixo). Relação de escalas aproximada.

²⁰ Casa pátio na rua Dos Hermanas 9 de Sevilha. Collantes de Terán Delorme, Francisco; Gómez Estern, Luis – **Arquitectura civil sevillana**. Op. Cit. P 141.

²¹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Memoria. P 108.



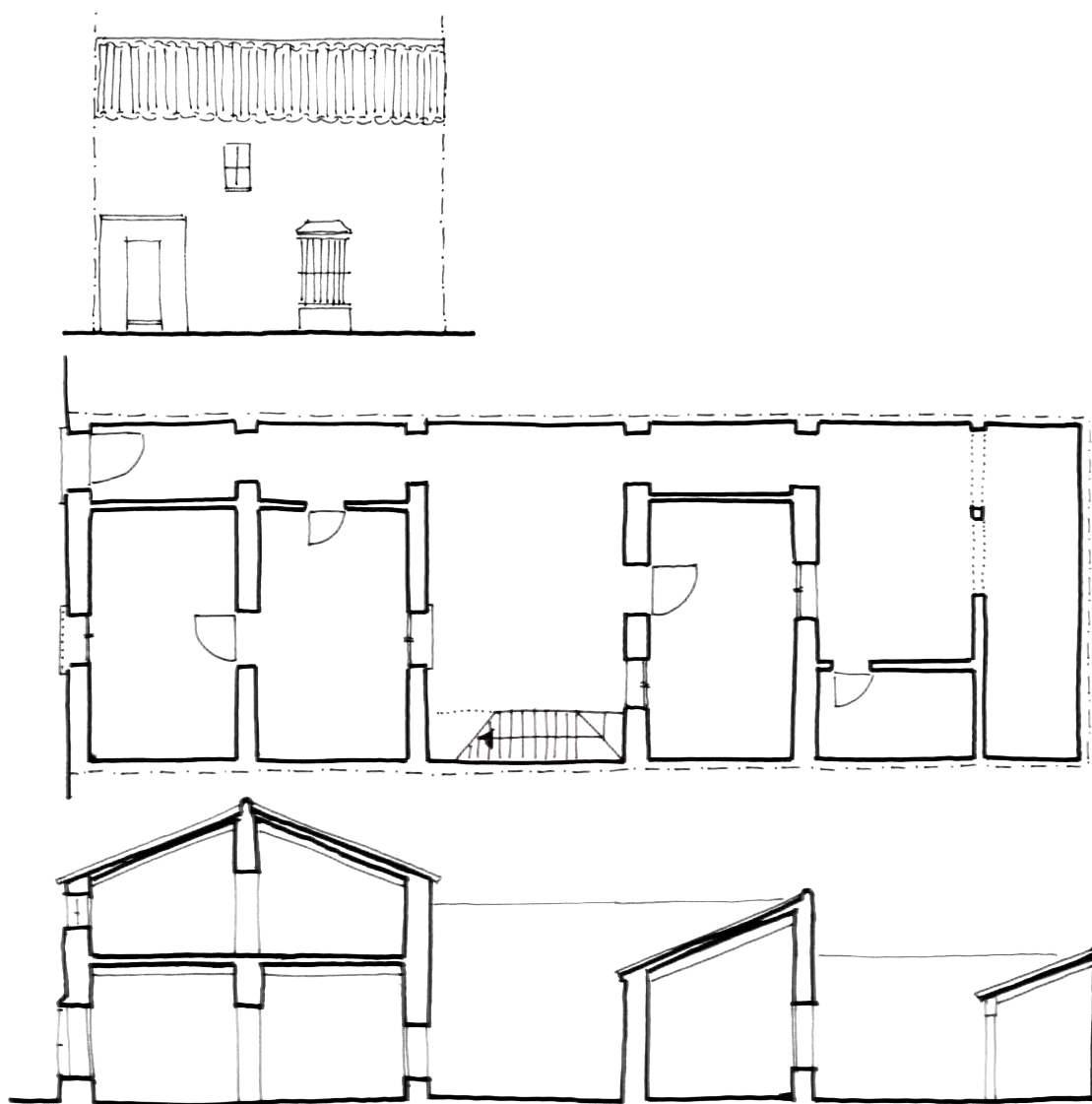


Diagrama tipológico da casa sem nome²².

²² Gómez Martínez, Vidal; Pérez Cano María Teresa; del Espino Hidalgo, Blanca - Guadiana, Barrera tipológica. Un estudio comparativo de las tipologías de casa popular en el Sur Oeste de la Península Ibérica. Em **Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda**. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, 2016. ISBN 978-989-732-985-2. P 76.



“Casa de jornaleros” diaristas no Aljarafe sevilhano²³.

²³ Agudo Torrico, Juan – Arquitectura popular en la provincia de Sevilla. Em **Sevilla y su provincia**. Op. Cit. P. 128, 129.

Responde, portanto, a uma sequência de corpo de fachada, pátio, corpo intermédio e logradouro no fundo onde podem ser alojados quartos secundários relacionados com a atividade agrícola e pecuária: como instalações para a criação de pequenos animais (frangos, porcos, ...). Esta sequência é registada através do saguão de acesso e de uma passagem no corpo intermédio, sendo os compartimentos normalmente independentes das passagens para as diferentes áreas.

A volumetria e as dimensões dos espaços são bastante contidas, de acordo com a modéstia dos sistemas de construção. Embora o desenvolvimento original seja num só piso ou de um piso com sótão no corpo da fachada, estas casas costumam ser ampliadas adicionando um piso tanto no corpo da fachada como no traseiro. Os pátios e logradouros são, em numerosas ocasiões, colonizados por construções anexas aos corpos principais ou às paredes meeiras.

A construção é muito modesta, baseada em paredes de taipa ou alvenaria, lajes de troncos de madeira e cobertura de telha. A ornamentação é normalmente limitada a pequenos ressaltos de alguns elementos construtivos e ao revestimento das paredes mediante cal, com alguma presença de lambris à tirolesa na fachada.

IMPLANTAÇÃO TERRITORIAL

Para além da mera observação direta destes edifícios nos diferentes locais, encontramos inúmeros exemplos em publicações, pesquisas, inventários e planos urbanísticos.

As duas grandes compilações de arquitetura popular em Espanha - de Carlos Flores²⁴ e Luis Feduchi²⁵ - oferecem-nos uma visão panorâmica. Ambos cobrem a geografia espanhola, revendo a arquitetura popular e centrando-se principalmente na arquitetura residencial.

Luis Feduchi identifica 6 tipos de habitação na Andaluzia:

- “Chozos”.
- “Cuevas”.
- As casas “de sierra” e “de campiña”.
- Os pátios.
- O “cortijo”.

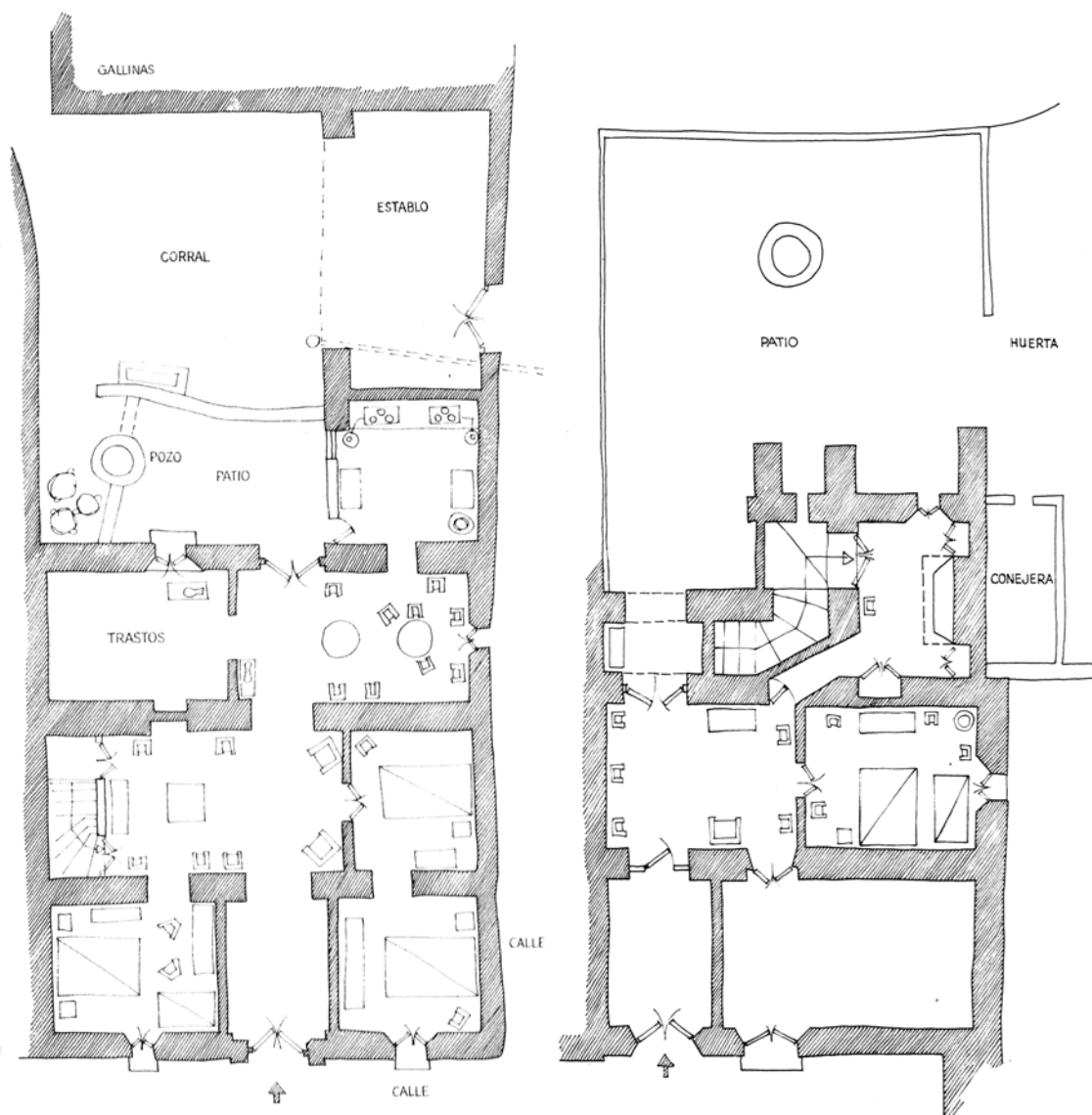
A casa em estudo neste trabalho está incluída nas casas da serra e da campina. Dentro deste laxismo geográfico e de designação, numerosos casos desta casa popular tradicional refletem-se em toda a província de Sevilha. O tipo continua a ser reconhecido em zonas de Huelva, Cádiz, Córdoba e Badajoz, onde vão a adquirir as suas próprias características.

²⁴ Flores, Carlos – *Arquitectura popular española*. Op. Cit.

²⁵ Feduchi, Luis; Borrego, Fernando; Temprano, Jesús – *Itinerarios de arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 4. P 7-25.

A tipologia descrita na secção anterior pode ser entendida como uma variante - endémica da província de Sevilha - de uma casa popular com características arquitetónicas e construtivas semelhantes, embora com um desenvolvimento tipológico mais simples. Esta casa popular, responde a uma sequência de um único corpo com fachada, de dupla ou tripla nave, e um quintal. O acesso faz-se através do saguão que se situa no centro, nas casas maiores, ou na lateral das mais pequenas. As referências formais são homólogas, com fachadas simples, com poucas aberturas, com pouca ornamentação e caiadas como revestimento dominante. As coberturas são constituídas por planos de telha sobre soalhos de troncos ou vigamento de madeira, com cima paralela à fachada.

Estas casas - cuja informação é desenvolvida mais à frente - são as únicas tipologias qualificadas como populares por José Ramón Sierra Delgado e Juan Agudo Torrico, por oposição às tipologias mais complexas, como a casa pátio.



Casas com nave dupla e tripla na fachada, saguão e logradouro em Almonte e Estepa. Plantas de Alberto Raúl Nicolini i²⁶.

²⁶ Flores, Carlos – *Arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 4. P. 67 y 112.

Luis Feduchi identifica claramente a presença destas casas em muitos municípios da província de Sevilha: Alanís de la Sierra, Constantina, El Coronil, Écija, Estepa, Lebrija, Lora del Río, Marchena, Morón de la Frontera, La Puebla de Cazalla, El Saucejo e Utrera. Carlos Flores, por outro lado, identifica-as - além disso - em municípios como Fuentes de Andalucía ou Osuna. É igualmente reconhecida em municípios das províncias vizinhas, como Bornos, El Puerto de Santa María ou Rota, na província de Cádiz. Huelva, Moguer, Palos de la Frontera e Zufre, na província de Huelva. Alhaurín el Grande, Álora, Archidona e Marbella, na província de Málaga. Baena, Espejo, Lucena e Palma del Río, na província de Córdoba.

Tanto Carlos Flores como Luis Feduchi reconhecem os fundamentos das casas campesinas andaluzas no sul da província de Badajoz, principalmente a partir de Zafra²⁷, localizando tipologias semelhantes em municípios como Azuaga, Fregenal de la Sierra, Llerena, ou Reina.

Próxima página: casas de "carácter andaluz" em Llerena, Badajoz²⁸.

²⁷ Feduchi, Luis; Borrego, Fernando; Temprano, Jesús – *Itinerarios de arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 5. P. 31.

²⁸ Flores, Carlos – *Arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 1. P. 259.



Estudios mais recentes e locais - detalhadas mais à frente - mostram-nos a presença desta casa popular em Cantillana²⁹, Cazalla de la Sierra³⁰, Coria del Río³¹, Lora del Río³² e Almonte³³. Está também localizada em alguns municípios da bacia do rio Guadiato³⁴, na província de Córdoba. As declarações de Bens de Interesse Cultural, bem como os Planos Especiais de Proteção da maioria dos Conjuntos Históricos da província de Sevilha, refletem inúmeros exemplos desta arquitetura. É o caso, para além dos já referidos, de Arahal, Carmona, Cazalla de la Sierra, Los Corrales, Estepa, Fuentes de Andalucía, Guadalcanal, Osuna ou Utrera. No mesmo sentido, o Plano Geral Municipal de Llerena cataloga numerosas casas populares com características mudéjares e barrocas que respondem à mesma tipologia. Portanto, **a casa sem nome** - embora dentro de um âmbito tipológico mais amplo - desenvolve-se principalmente na província de Sevilha. Concretamente, está documentado nos municípios de Arahal, Carmona, Cazalla de la Sierra, Constantina, Fuentes de Andalucía, Lebrija, Lora del Río, Marchena e Utrera.

²⁹ Pérez Sarmiento, Cristina; Pérez Camacho, Basilio – **Casas de Cantillana. Estudio de su vivienda tradicional**. Cantillana: Asociación Cultural y Deportiva “Semana de la Juventud” Cantillana, 1993. ISBN: 84-604-7643-X.

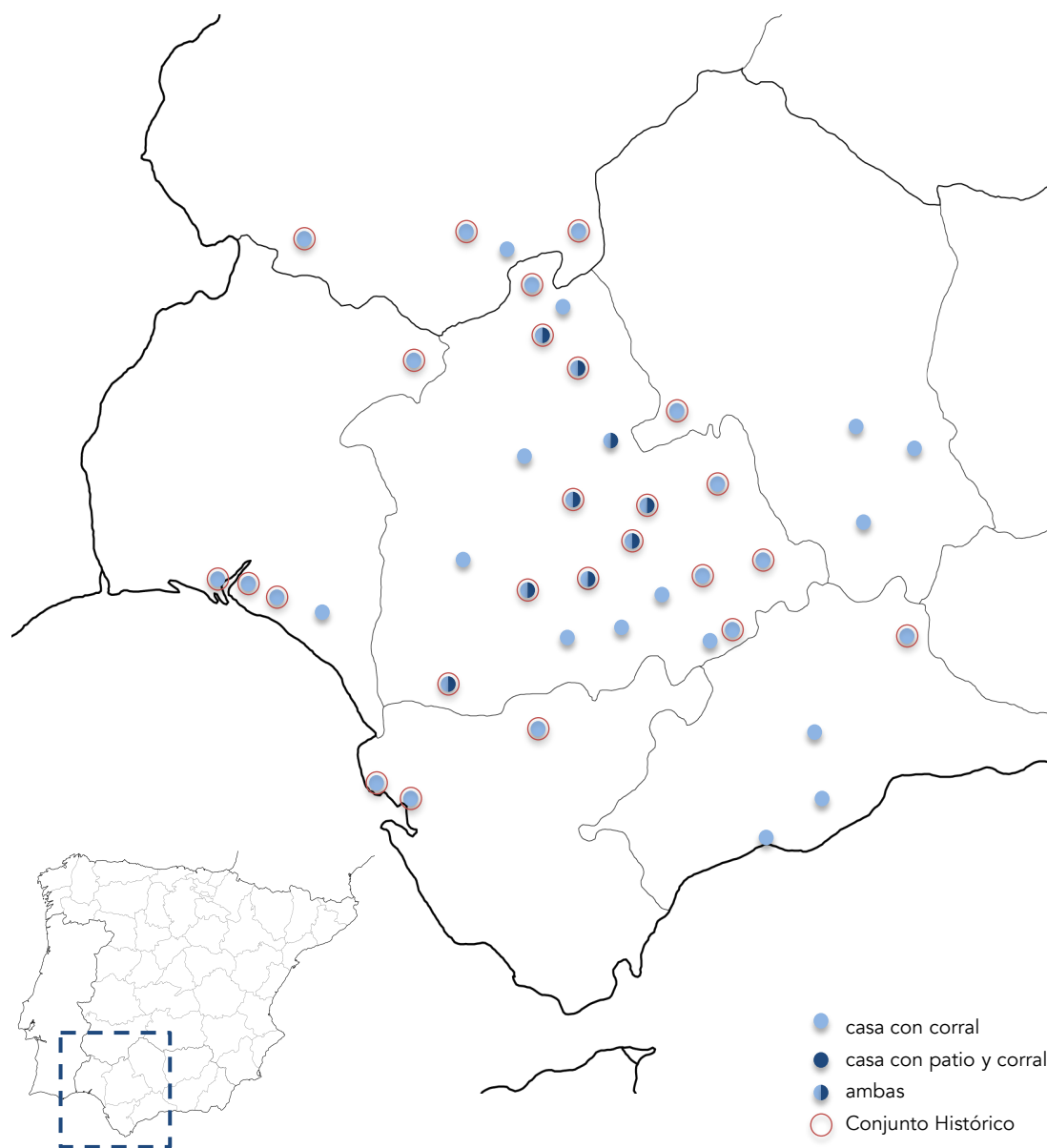
³⁰ Guevara García, Francisco Javier (autor Tesis Doctoral); Luchas Ruiz, Rafael (director) - **Arquitectura popular en Cazalla de la Sierra**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2014.

³¹ Pérez Ronquillo, Ricardo – **La arquitectura autóctona de la comarca del Aljarafe**. Sevilla: Colegio Oficial de Arquitectos de Andalucía Occidental, 1985. Dep. Legal: SE-343-1985

³² Pulido Montesinos, María – **Arquitectura vernácula en Lora del Río (Sevilla)**. Em **Arquitectura vernácula en el mundo ibérico, actas del congreso internacional sobre arquitectura vernácula, Carmona 2005**. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2007. ISBN 978-84-690-9639-0. P. 308-311.

³³ Cano, María Teresa Pérez; Adell, Eduardo Mosquera – **La protección del patrimonio edificado. Catálogo de bienes inmuebles del municipio de Almonte**. Sevilla: Secretariado de publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2006. ISBN 84-472-0718-8.

³⁴ Domínguez Pozo, José Miguel - **La arquitectura popular en la cuenca del río Guadiato**. Córdoba: Diputación de Córdoba. Departamento de Ediciones y Publicaciones, 2016. ISBN 978-84-608-2860-0.

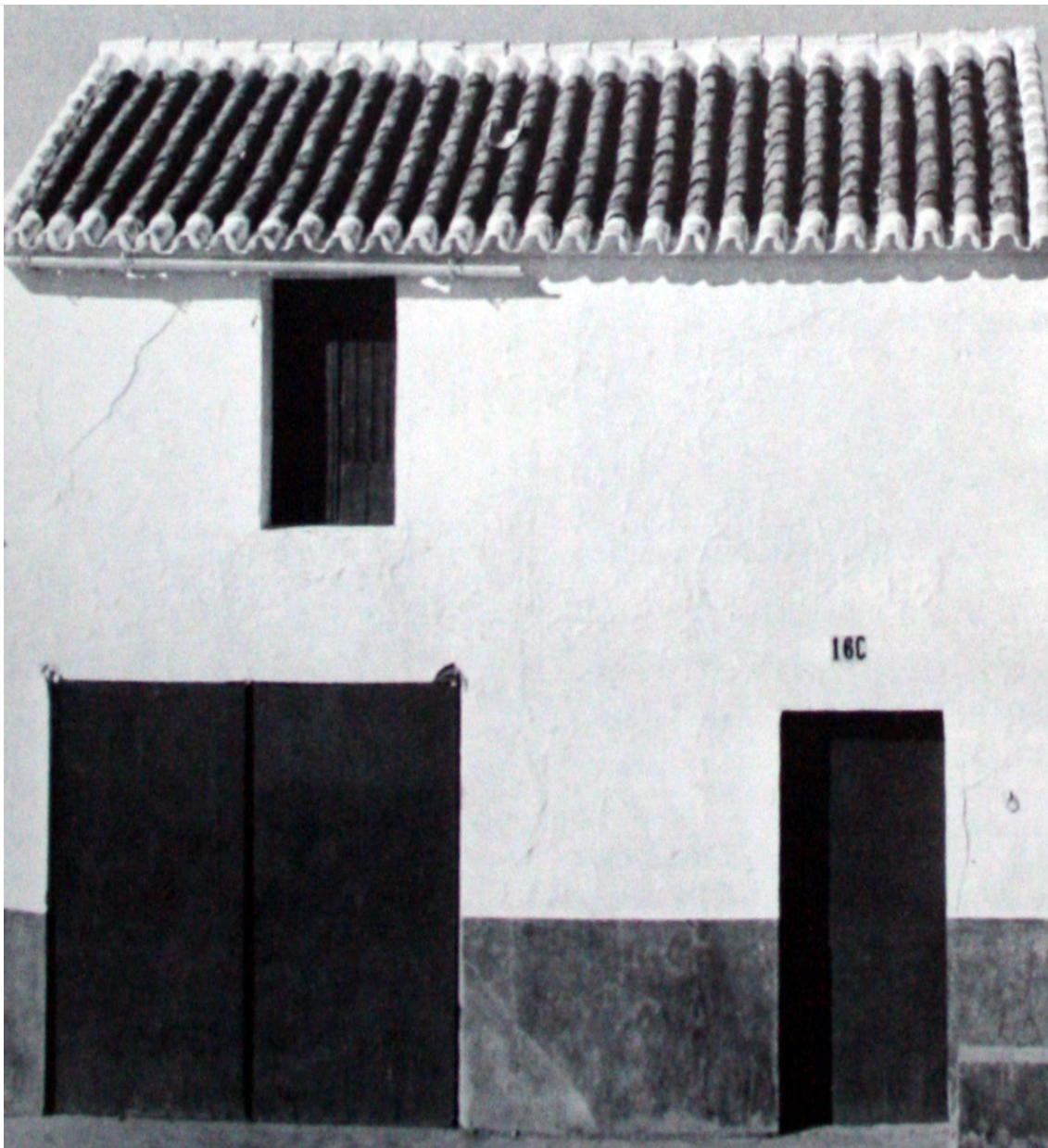


Mapa de implantação tipológica elaborado pelo autor a partir da documentação referida no presente capítulo.

Constatación documental de la casa popular tradicional								
Provincia								
Municipio		Casas con corral	Casas con patio y corral	Publicaciones de ámbito nacional	Publicaciones de ámbito local	Conjunto Histórico	Catálogo planeamiento graneral	Plan Especialde Protección
Sevilla	Alanís de la Sierra	◆		◆				
	Arahal	◆	◆	◆		◆		◆
	Cantillana	◆			◆			
	Carmona	◆	◆	◆	◆	◆		◆
	Cazalla de la Sierra	◆	◆		◆	◆		◆
	Constantina	◆	◆	◆		◆	◆	
	Coria del Río	◆			◆			
	El Coronil	◆		◆				
	Los Corrales	◆		◆		◆		
	Écija	◆		◆		◆		◆
	Estepa	◆		◆		◆		
	Fuentes de Andalucía	◆	◆	◆		◆	◆	
	Guadalcanal	◆				◆	◆	
	Lebrija	◆	◆	◆		◆		◆
	Lora del Río	◆	◆	◆				
	Marchena	◆	◆	◆		◆		◆
	Morón de la Frontera	◆		◆				
	Osuna	◆		◆		◆		◆
	La Puebla de Cazalla	◆		◆				
	El Saucejo	◆		◆				
	Utrera	◆	◆	◆		◆		◆

Estado del planeamiento obtenida de las plataformas SITU@ Difusión y SITEX de las Juntas de Andalucía y Extremadura

Tabla elaborada por el autor en base a la documentación referida en el presente capítulo



Abertura de garagem. El Coronil, Sevilha³⁵.

³⁵ Flores, Carlos – *Arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 4. P 61.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Definir uma cronologia destas casas resulta complexo devido à escassa documentação que temos sobre elas, especialmente nos momentos iniciais. Por esta razão, propõe-se um seguimento cronológico inverso, que nos permitiria seguir o rasto destas casas até ao momento do seu aparecimento.

Embora ainda hoje encontremos numerosos exemplos deste tipo de casas bem conservadas, em uso e com relativamente poucas modificações, a verdade é que podemos considerá-las como restos de uma forma de construção e de vida que caiu em desuso devido a diferentes fatores. Embora seja verdade que muitos aspetos fundamentais destas casas atravessaram a fronteira da arquitetura popular, para serem incorporados na arquitetura tecnificada da segunda metade do século XX.

A partir do final do século XIX, mas sobretudo nas décadas centrais do século XX na Andaluzia - tal como noutras regiões europeias onde o sector agropecuário é o principal sector industrial - ocorreram importantes mudanças socioeconómicas com um profundo impacto na ocupação e deslocalização da população. Foi um processo que, embora se prolongue durante muito tempo, culmina nas últimas décadas do século XX, com o que Salvador Rodríguez Becerra e Clara Macías Sánchez consideram o desaparecimento da sociedade camponesa como uma forma de cultura³⁶.

³⁶ Rodríguez Becerra, Salvador; Macías Sánchez, Clara - *El fin del campesinado. Transformaciones culturales de la sociedad rural andaluza en la segunda mitad del siglo XX*. Sevilla: Fundación Centro de Estudios Andaluces, 2009. ISBN: 978-84-613-3428-5. P. 11.

Este processo sociocultural tem um impacto direto na casa popular tradicional, intimamente ligada ao campesinato e às suas atividades, gerando uma série de mudanças que podem ser resumidas nos seguintes aspetos.

- Funcional:
 - As mudanças na agricultura e o desaparecimento do campesinato como sector maioritário da classe trabalhadora, privam as áreas da casa mais estreitamente ligadas à agricultura das suas funções tradicionais. Assim, os logradouros e sótãos são incorporados como novos espaços disponíveis para o programa puramente residencial.
 - Democratização do veículo privado como principal meio de transporte que, em zonas urbanas com estradas estreitas, exige lugares de estacionamento interior.
- De habitabilidade:
 - A melhoria dos padrões de conforto e saúde gera a incorporação progressiva de cozinhas e casas de banho nas áreas domésticas da casa, abandonando as áreas auxiliares – logradouros e construções anexas - .
 - A melhoria das infraestruturas urbanas fornece água e saneamento às habitações que até agora dispunham de fossas, facilitando a utilização dos currais para o uso habitacional.
- Construtivo:
 - Generalização de produtos industrializados na construção, bem como de sistemas baseados em lajes e pilares
 - A tecnificação e supervisão administrativa da construção, bem como o desconhecimento das técnicas tradicionais de construção por parte dos proprietários, obriga a contar com profissionais para a construção e reabilitação das casas populares, de modo que o conceito de autoconstrução - amplamente ligado à arquitetura popular - se converte em autopromoção.

- Sociopolíticas:
 - As políticas de colonização agrária - com o objetivo de melhorar as condições de salubridade das casas dos camponeses - renunciaram à reabilitação dos centros urbanos, gerando novos bairros nas periferias urbanas³⁷.
 - A ligação cultural destes edifícios às classes sociais mais baixas e a pobreza das suas construções, geram uma certa rejeição social na população que vê os processos de substituição como a única possibilidade de melhoria das casas dos Conjuntos Históricos - 44,85% das intervenções realizadas nos Conjuntos Históricos da província de Sevilha durante o ano de 2006 foram construções novas ou conservaram exclusivamente a fachada do edifício existente³⁸ - .

³⁷ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Memoria de Información y diagnóstico. P. 47.

³⁸ Gómez Martínez, Vidal (autor Trabajo Final de Master); Pérez Cano, María Teresa (directora) – **Dinámicas de intervención y conservación en los Conjuntos Históricos en la provincia de Sevilla**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2007. Anexo II. P. 3.

Todos estes aspetos conduzem a modificações que alteram os elementos tipológicos ou diretamente à demolição e construção de novos edifícios a partir de parâmetros completamente diferentes. Com estas mudanças, um longo ciclo de evolução das tipologias residenciais da arquitetura popular, que caracterizou os séculos anteriores, chega ao fim.

Durante os séculos XVII e XVIII, a chegada das riquezas das colónias e a estabilidade política favoreceram o desenvolvimento económico - baseado na agricultura de latifúndios no caso da província de Sevilha - e com ela o crescimento e a consolidação dos centros urbanos. Com a melhoria das condições dos seus habitantes, a casa popular tradicional vive um processo de enobrecimento, adquirindo alguns elementos decorativos mais elaborados em portas e janelas - embora sempre dentro da simplicidade que os caracteriza. -

As janelas, que na tradição mudéjar surgiram sem decorações ou molduras e em muitos casos sem grades, assumem maior relevância formal com uma disposição saliente e o uso generalizado de grades. As portas simples ou destacadas com uma moldura em relevo e remate superior, são enriquecidas com desenhos de corte barroco. Estas alterações têm uma especial relevância na campina, onde os tecidos urbanos de municípios como Osuna, Estepa, Écija ou Marchena são objeto de um profundo processo de renovação. O Plano Especial Proteção do Conjunto Histórico de Écija enquadra muitas das casas catalogadas no estilo "barroco popular"³⁹.

³⁹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº 212 de 12 de septiembre de 2002. - *Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Écija*. Documento de Aprobación Definitiva. Catálogo.



Casa popular com portada moldada. Grazalema, Cádiz⁴⁰.

⁴⁰ Flores, Carlos – *Arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 4. P. 96.

O estudo dos tipos de arquitetura popular em datas anteriores não oferece resultados que permitam estabelecer uma origem clara, embora confirme a interrupção da continuidade com os tipos anteriores. A Reconquista do Reino de Sevilha, no século XIII, implica uma revolução cultural que transforma completamente os costumes e, portanto, a genealogia e configuração da casa popular. A Reconquista, significou o fim de um tipo de casa popular fortemente estabelecida durante os dois séculos do domínio almóada - esta descontinuidade na arquitetura popular do sul da Península Ibérica é desenvolvida no capítulo Conhecimento e divulgação da arquitetura popular no Alentejo - .

O Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico de Carmona coloca a origem da "casa corredor" nos séculos XIV, XV e XVI, nos processos de crescimento dos subúrbios e de densificação da cidade no interior das muralhas⁴¹. Enquanto o Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico de Lebrija, marca a "casa doméstica" como base fundamental para o alojamento dos camponeses durante "todos os períodos do desenvolvimento da cidade, até ao último quartel do século XX" - embora uma leitura mais ampla do documento mostre que ele se refere ao período cristão -⁴².

Assim, podemos estabelecer uma cronologia para a casa popular tradicional da província de Sevilha que, em termos gerais, começa com a tradição mudéjar dos séculos XIV e XV e, após a adaptação formal às mudanças sociais dos séculos XVII e XVIII, termina com a tecnificação da construção na primeira metade do século XX.

⁴¹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - *Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Carmona*. Documento de Aprobación Definitiva. Memoria. P 108.

⁴² Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - *Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija*. Documento de Aprobación Inicial. Memoria de Información y diagnóstico. P. 47.

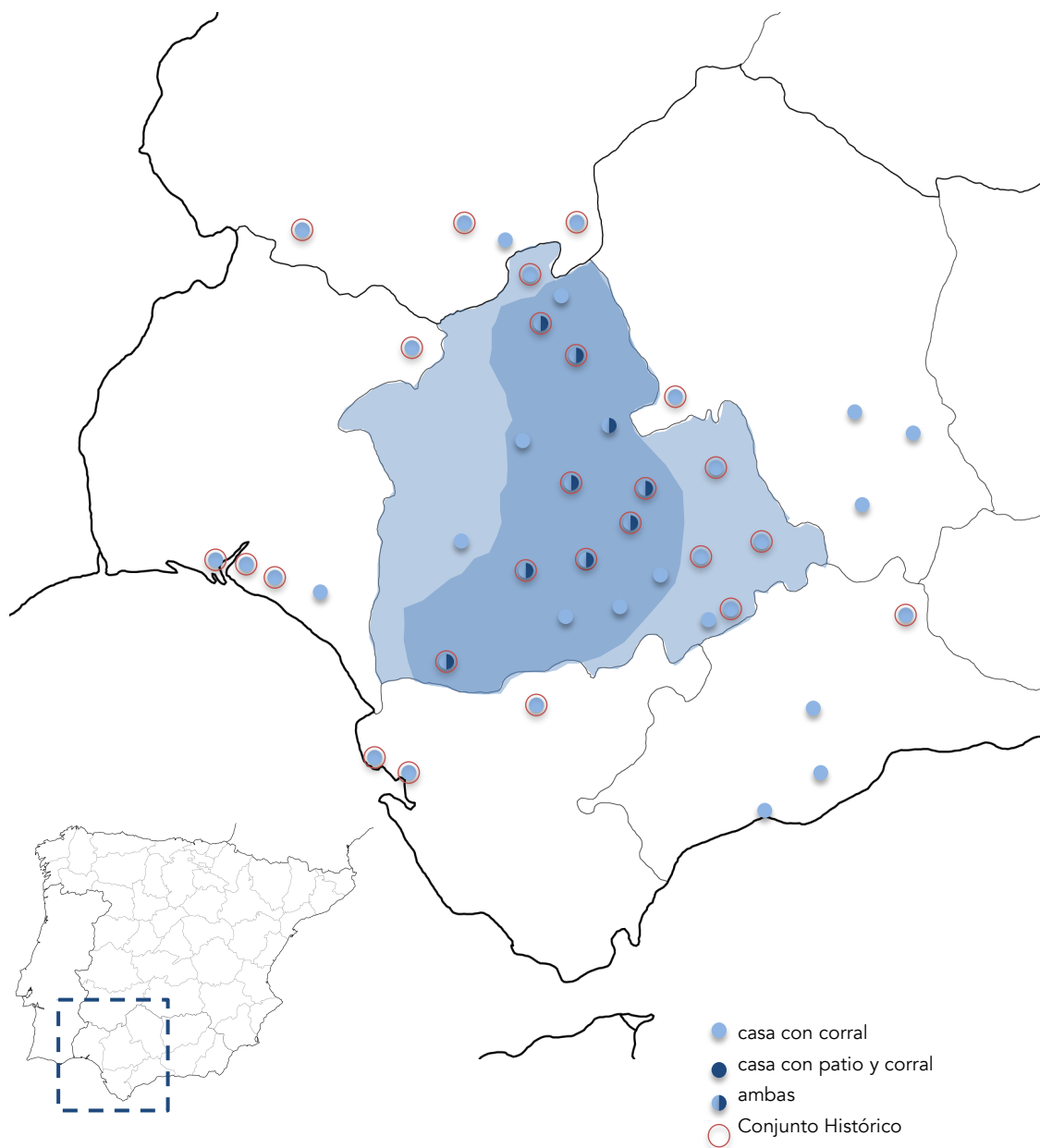
PONTO DE PARTIDA

ÂMBITO

Uma grande parte do casario das pequenas e médias cidades da Andaluzia Ocidental e do Sul da Extremadura baseia-se principalmente na arquitetura popular, especificamente nas casas construídas e habitadas por agricultores, proprietários ou inquilinos de pequenos terrenos. São casas definidas por um corpo de fachada dupla ou tripla nave e logradouro que se encontra nas províncias de Huelva, Sevilha, Cádiz, Córdoba, Málaga e até a sul de Badajoz. Estas casas estendem-se pelo sudoeste de Espanha até à fronteira com Portugal, onde o Guadiana se apresenta como uma barreira intransponível para os tipos de arquiteturas popular.

O acompanhamento desta tipologia na investigação e publicações especializadas oferece um mapa tipológico que reflete um âmbito que se estende através destas cinco províncias, com um epicentro claro na província de Sevilha. Uma leitura mais detalhada revela uma variante específica destas tipologias na província de Sevilha, caracterizada pela sequência corpo de fachada-pátio-corpo intermediário-logradouro no fundo, que é o objeto principal deste trabalho.

Por conseguinte, o âmbito do estudo é claramente definido pela província de Sevilha, onde se situam os municípios em que existe uma presença documentada deste tipo de imóveis. Este tipo está mais claramente localizado nas cidades da Campina e na vale do Guadalquivir, e adapta-se à topografia das serras.



Mapa de implantação tipológica e âmbito do estudo. Elaborado pelo autor.

ÁREA GEOGRÁFICA

Os grandes estudos sobre a arquitetura popular são ordenados por áreas geográficas devido à sua profunda relação com elas a um nível construtivo e funcional. Os recursos naturais disponíveis num ambiente próximo condicionam os sistemas construtivos e com eles aspetos fundamentais como a espacialidade, luminosidade, ventilação. O clima é decisivo na definição de elementos fundamentais na habitação, como o tipo de cobertura ou a dimensão das aberturas, bem como a função dos espaços abertos. A topografia tem grande influência no desenvolvimento do facto urbano, especialmente na localização das cidades (em posições estratégicas devido ao acesso aos recursos naturais e a critérios defensivos ou devido à ligação a redes de distribuição) e no desenvolvimento do tecido urbano (com grande relevância na conformação do tecido e na forma e dimensão dos quarteirões). A estes fatores, podemos acrescentar fatores culturais condicionantes como o sistema da propriedade, a organização social ou a religião, que definem o modo de vida da população. Todos estes fatores têm uma relação causa-efeito com a morfologia urbana e a disposição arquitetónica que, no fim de contas, é o que define a tipologia do ponto de vista arquitetónico. É, portanto, necessário fazer uma leitura geográfica do âmbito de estudo, pois esta ligação entre arquitetura popular e território tem um impacto direto na configuração das cidades e das casas.

Página seguinte. Acima: Mapa de ocupação do solo - cobertura vegetal natural e usos do solo na Andaluzia" (cobertura do solo 1999-2003) - . Abaixo: ortofotografias dos três âmbitos geográficos: Vale do Guadalquivir, Campinas e Aljarafe e Serras Norte e Sul⁴³.

⁴³ Herrera García, Javier; Tejido Jiménez, Javier; Et. Alt. – Provincia de Sevilla. Em **Cortijos, haciendas y lagares. Arquitectura de las grandes explotaciones agrarias de Andalucía**. Sevilla: Consejería de Vivienda y Ordenación del Territorio de la Junta de Andalucía, 2009. ISBN 978-84-7595-224-6. Vol. 1. P. 31-35.

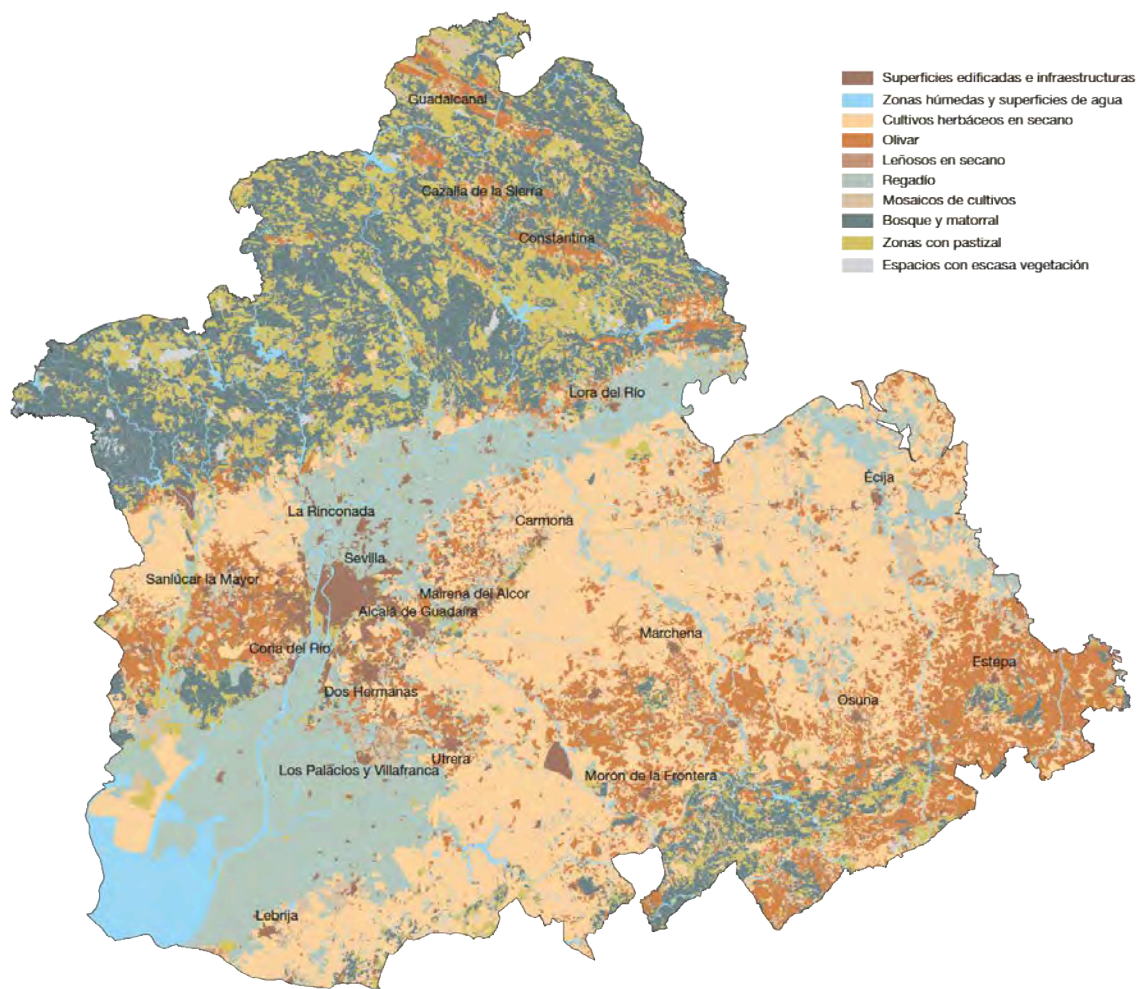




Imagem de satélite da província de Sevilha⁴⁴.

⁴⁴ Imagem elaborada pelo autor a partir da obtida do visualizador IBERPIX 4 do Instituto Geográfico Nacional.

A província de Sevilha está dividida em 9 comarcas que agrupam os 105 cinco municípios em unidades de gestão administrativa⁴⁵, cujo critério de divisão tem um marcado carácter territorial. A nível geográfico, apresenta uma certa simetria em relação ao eixo definido pelo Guadalquivir, o que revela três realidades territoriais:

- Vale do Guadalquivir: terras baixas, historicamente condicionadas pelas cheias do rio e onde se pratica principalmente agricultura de regadio.
 - Bajo Guadalquivir.
 - Vega del Guadalquivir.
 - Área Metropolitana de Sevilha*.
- Campina e Aljarafe: com uma geografia mais acidentada e altitudes entre 20 e 180 m, com predominância da agricultura extensiva de sequeiro.
 - Aljarafe.
 - Campiña de Carmona.
 - Campiña de Moron e Marchena.
 - Ecija.
 - Área Metropolitana de Sevilha*.
- Serras Norte e Sul: com uma orografia mais abrupta e altitudes que atingem os 1000 m, a sua paisagem é caracterizada pela presença dos montados.
 - Sierra Sur.
 - Sierra Norte.

⁴⁵ Boletín Oficial de la Junta de Andalucía N° 59 de 27 de marzo de 2003 – Despacho de 14 de Março 2003, que aprova o mapa das regiões da Andaluzia para efeitos de planeamento turístico e desportivo.

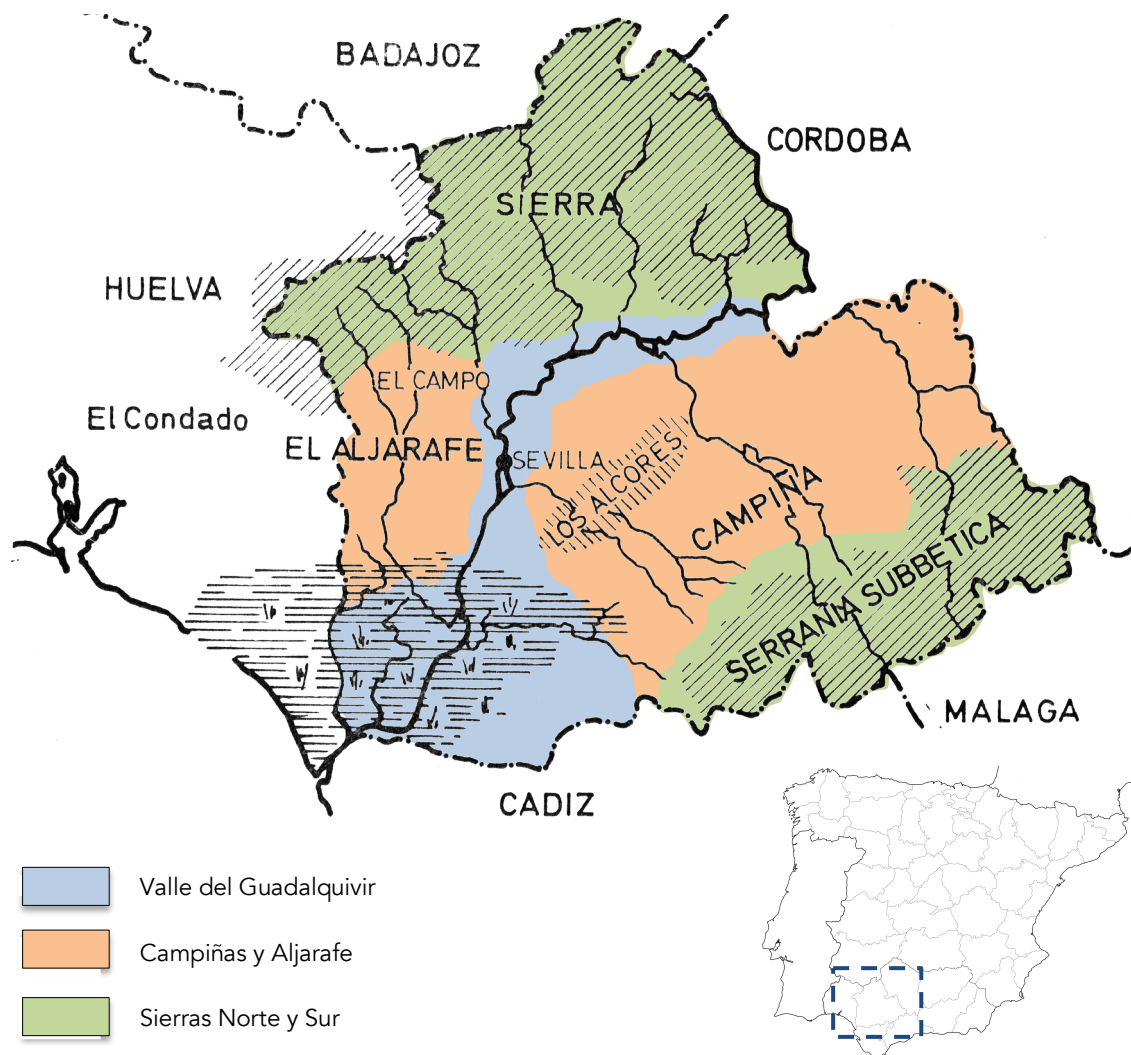


Diagrama de ambientes geográficos desenvolvido pelo autor num esquema de comarcas - no sentido geográfico - por Salvador Rodríguez Becerra⁴⁶.

⁴⁶ Rodríguez Becerra, Salvador – *Etnografía de la vivienda: el Aljarafe de Sevilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1973. ISBN 84-600-5780-1. P. 22.

* A Área Metropolitana de Sevilla é uma região com um critério sociopolítico, cujos municípios estão divididos entre o Aljarafe e a Vega del Guadalquivir.

Os 21 municípios nos quais existem provas documentais destas tipologias de casas populares tradicionais relacionadas no capítulo anterior, estão enquadrados nestes ambientes geográficos da seguinte forma:

- Vale do Guadalquivir:
 - Cantillana.
 - Coria del Río.
 - Lebrija.
 - Lora de Río.
 - Utrera.
- Serras Norte e Sul:
 - Alanís de la Sierra.
 - Cazalla de la Sierra.
 - Constantina.
 - Guadalcanal.
- Campinas e Aljarafe:
 - Arahál.
 - Carmona.
 - El Coronil.
 - Los Corredores.
 - Ecija.
 - Estepa.
 - Fontes da Andalucía.
 - Marchena.
 - Morón de la Frontera.
 - Osuna.
 - La Puebla de Cazalla.
 - El Saucejo.

A CASA POPULAR TRADICIONAL NOS CONJUNTOS HISTÓRICOS

Embora o âmbito tipológico - entendido como o território em que se desenvolvem tipologias semelhantes e estreitamente relacionadas - seja um pouco mais amplo, a casa popular tradicional objeto desta investigação situa-se na província de Sevilha. Concretamente, existem provas documentais da sua existência em nove municípios - Arahál, Carmona, Cazalla de la Sierra, Constantina, Fuentes de Andalucía, Lebrija, Lora del Río, Marchena e Utrera - cujos centros históricos foram declarados Bem de Interesse Cultural sob a figura do Conjunto Histórico, com exceção de Lora del Río. Estes são Conjuntos Históricos em que a arquitetura popular desempenha um papel relevante a nível patrimonial, nem sempre reconhecido como tal.

O trabalho interdisciplinar desenvolvido durante a elaboração dos Planos Especiais de Proteção destes Conjuntos Históricos oferece uma perspetiva única e uma base documental excecional sobre a qual este trabalho é metodologicamente construído, utilizando os catálogos e inquéritos destes documentos como base de conhecimento principal de estudo.

Conjuntos Históricos de la provincia de Sevilla				
Entornos geográficos	Municipio	Casa con patio y corral	Catálogo NNSSMM	PEPCH
	Arahal	◆		◆
	Carmona	◆		◆
	Cazalla de la Sierra	◆		◆
	Constantina	◆	◆	
	Los Corrales (incoado)			
	Écija			◆
	Estepa			
	Fuentes de Andalucía	◆	◆	
	Guadalcanal		◆	
	Lebrija	◆		◆
	Marchena	◆		◆
	Olivares			
	Osuna			◆
	Sanlúcar la Mayor			
	Sevilla			
	Utrera	◆		◆
	Villanueva del Río y Minas			

Tabla elaborada por el autor en sobre los datos de la BD⁴⁷



⁴⁷ Lista de Conjuntos Históricos da província de Sevilha obtida na Base de Datos del Patrimonio Inmueble de Andalucía (BDI) do Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico. Sevilha, 25 de Fevereiro de 2017.

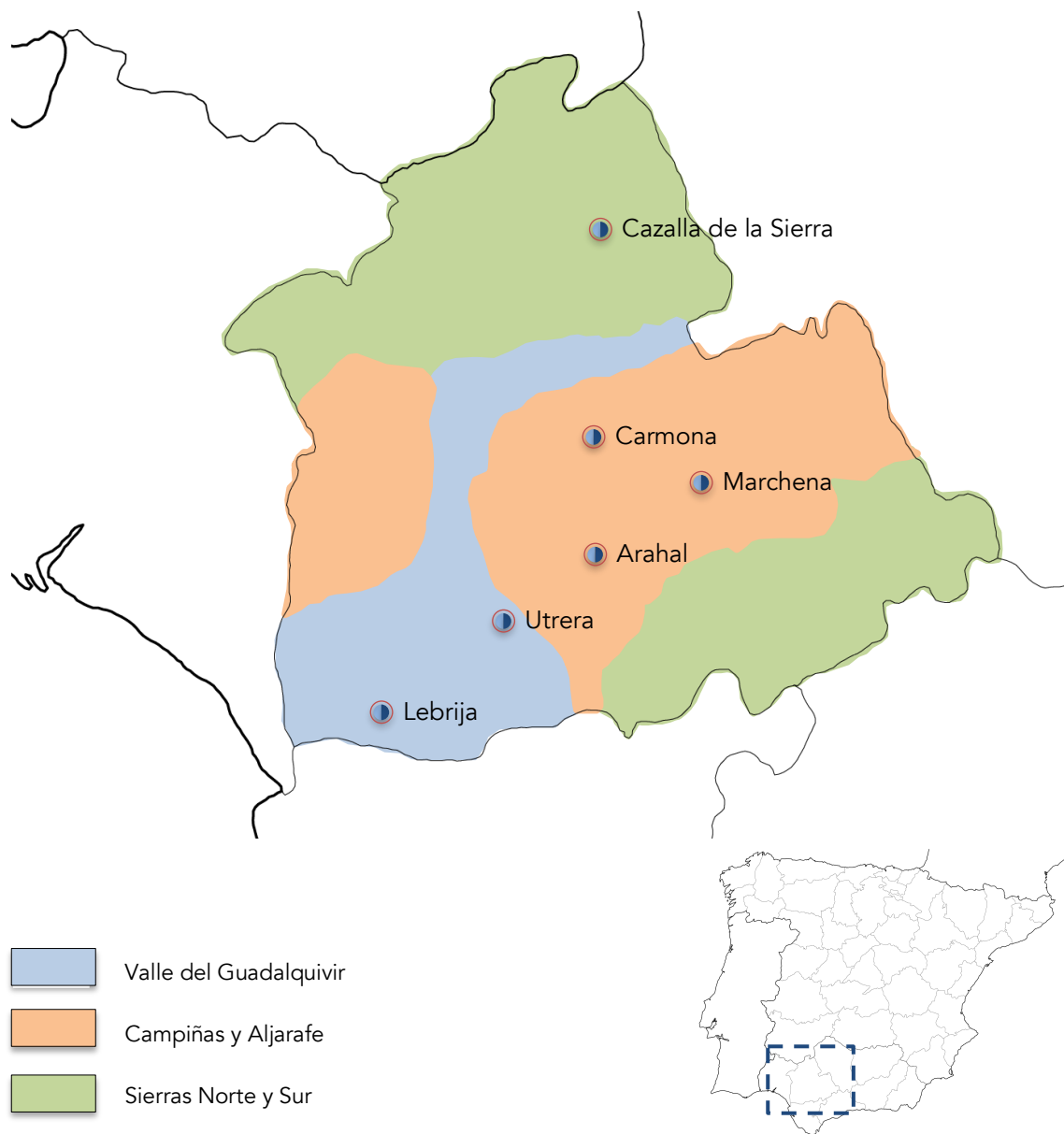


Diagrama de âmbitos geográficos com indicação dos Conjuntos Históricos declarados, com presença das casas com pátio e curral documentadas e Planos Especiais de Proteção do Conjunto Histórico elaborado. Desenvolvido pelo autor.

Entre os municípios enumerados nos parágrafos anteriores, importa referir que - para além do caso de Lora del Río, que não é declarado Conjunto Histórico - existem dois Conjuntos Históricos que não possuem um Plano Especial de Proteção. Estes são os casos de Constantina e Fuentes de Andalucía, que cumprem a exigência da Lei do Património Histórico da Andaluzia, mediante a inclusão de um catálogo nos respetivos Planos Gerais ⁴⁸ - documentos que não têm o nível de estudo e conhecimento proporcionado pelos Planos Especiais de Proteção dos Conjuntos Históricos.

Assim, estão localizados seis municípios cujos Conjuntos Históricos possuem Planos Especiais de Proteção elaborados - aprovados ou em fase de aprovação- e que podem servir de base para este trabalho. Estes são **Arahal, Carmona, Cazalla de la Sierra, Lebrija, Marchena e Utrera**. A sua localização em diferentes partes da província coloca-os nos ambientes geográficos indicados na página seguinte. Isto é:

- | | |
|-------------------------|------------------------|
| • Vale do Guadalquivir: | • Campinas e Aljarafe: |
| – Lebrija. | – Arahal |
| – Utrera. | – Carmona. |
| • Serras Norte e Sul: | – Marchena. |
| – Cazalla de la Sierra. | |

⁴⁸ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 275 de 27 de noviembre de 2003. – **Normas Subsidiarias Municipales de Fuentes de Andalucía**. Documento de Aprobación Definitiva.
Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°99 de 2 de mayo de 2015 – **Plan General de Ordenación Urbanística de Constantina**. Documento de Aprobación Provisional.

CASO DE ESTUDO

A seleção do caso de estudo é o resultado de um processo de depuração baseado no trabalho analisado nos critérios estabelecidos nos capítulos anteriores e que pode ser resumido no seguinte percurso:

- Entorno cultural e tipológico.

Na leitura dos grandes estudos gerais de arquitetura popular em Espanha, é reconhecida uma abordagem tipológica comum nas cidades de **6 províncias** da Andaluzia Ocidental e do sul da Extremadura, caracterizada pela ocupação dos grandes quarteirões por meio de parcelas de frente estreita e grande fundo, nas quais se desenvolvem casas simples dispostas por meio de corpos paralelos à fachada e espaços livres no interior.

- Presença documentada da casa popular tradicional.

A presença desta casa popular nesta área geográfica é generalizada, embora a evidência documental da sua presença - em publicações especializadas, figuras de planeamento e trabalhos de investigação - seja mais limitada, fundamentalmente devido ao carácter generalista dos estudos sobre arquitetura popular e à escassez de estudos de âmbito local. Concretamente encontram-se identificados **41 municípios** com presença documentada destas tipologias.

- Âmbito do estudo.

O foco principal é a **província de Sevilha, onde estão localizados 21** destes **41** municípios - representando 20% do total dos 105 municípios da província - o que faz desta província a área de estudo para este trabalho.

- A casa sem nome.

Na província de Sevilha, existe uma tipologia endémica da casa popular que - partilhando a abordagem tipológica da anterior - tem um desenvolvimento tipológico ligeiramente mais complexo de acordo com a sequência do corpo da fachada com dupla nave, pátio, corpo intermédio e logradouro. Em ambos os casos, o acesso às traseiras da casa é resolvido através de um saguão. Existe uma presença documental desta casa em **9 municípios** da província de Sevilha.

- Os Conjuntos Históricos.

A arquitetura popular é um elemento chave no tecido urbano de todo o sul da península. Na maior parte das zonas históricas da província de Sevilha, a arquitetura popular desempenha um papel importante tanto nos processos de declaração como nas figuras de proteção. Dos 9 municípios referidos na secção anterior, **8 foram declarados Conjunto Histórico**.

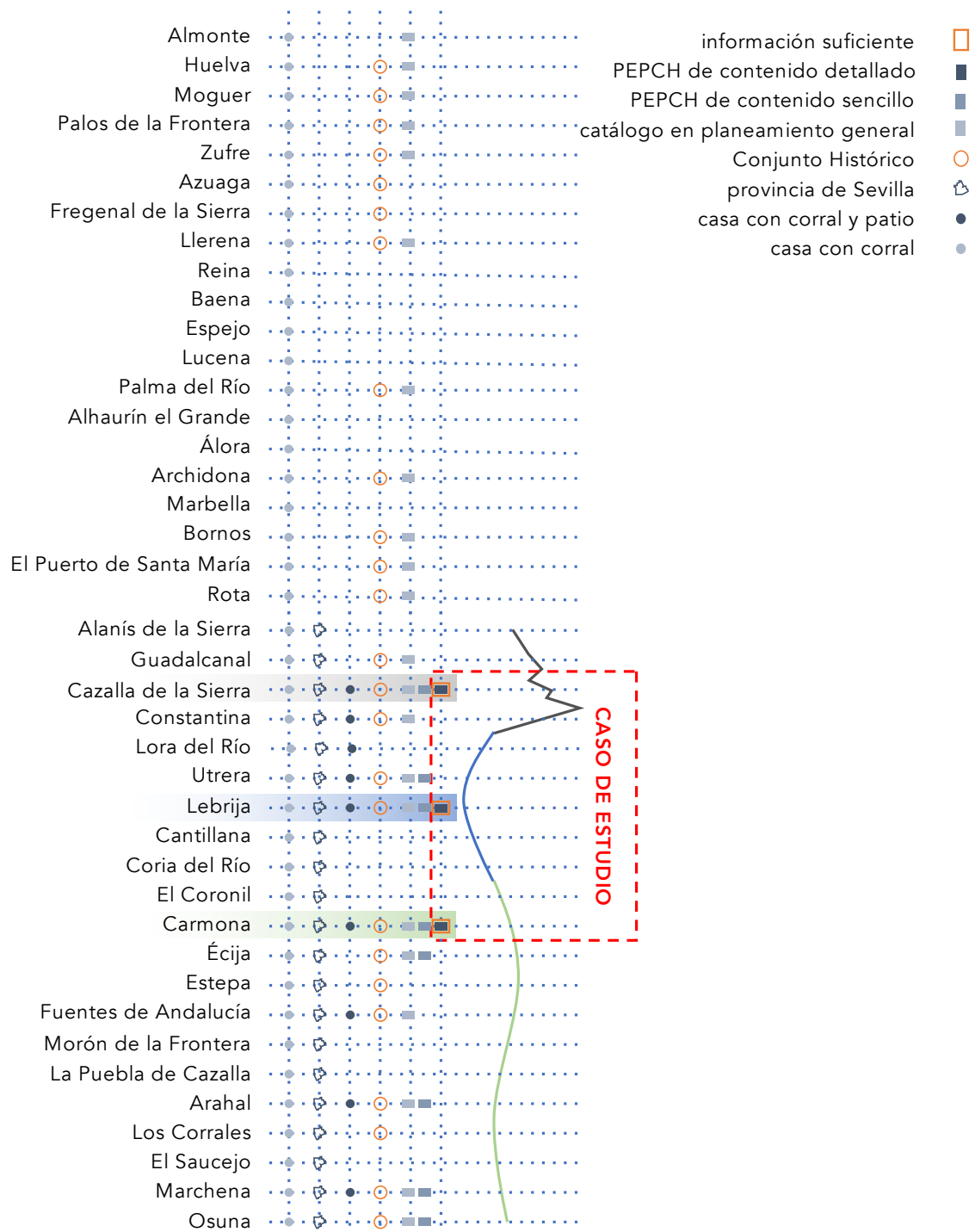
- Os Planos Especiais de Proteção dos Conjuntos Históricos.

A declaração como Bem de Interesse Cultural dos centros destes municípios como como Conjunto Histórico torna obrigatória a elaboração de documentos de proteção pelas administrações locais, quer através de documentos específicos (Planos Especiais de Proteção de Conjuntos Históricos), quer através da sua inclusão em documentos de Planeamento Geral (Catálogos). Estes documentos - antes de atingirem o seu objetivo final de proteção - proporcionam uma base de conhecimentos excecional sobre a realidade de estos Conjuntos Históricos. Dos Conjuntos Históricos com presença documentada da casa sem nome, **6 contam com Plano Especial de Proteção elaborado**.

- Amostra transversal por âmbito geográfico.

Finalmente, o estudo de caso foi selecionado a partir dos Planos Especiais de Proteção dos Conjuntos Históricos com **documentação mais detalhada** e representativa dos **três âmbitos geográficos da** província de Sevilha - Serras Norte e Sul, Vale do Guadalquivir e Campinas e Aljarafe , que são os casos de **Cazalla de la Sierra, Carmona e Lebrija**.

Página seguinte: diagrama resumo do âmbito e seleção do caso de estudo.



OBJETIVOS

Objetivos gerais.

O objetivo fundamental deste trabalho é a realização de uma investigação monográfica - centrado num único objeto e analisando-o na sua extensão - da casa popular tradicional da província de Sevilha, concretamente a casa caracterizada pela sequência corpo de fachada-pátio-corpo intermédio-logradouro própria desta província, descrita no capítulo "Ponto de partida" e desenvolvida no capítulo " A essência da casa sem nome ".

Propõe-se, portanto, desde numa perspetiva de perceção do património que engloba a sua realidade e transcendência cultural na sua verdadeira dimensão. Assim, para o seu completo desenvolvimento - em áreas que ultrapassam as do presente trabalho -, necessitará da assistência de profissionais de diferentes áreas como a arquitetura, etnologia, história e arqueologia.

Um dos aspetos fundamentais necessários para esta leitura do património é o estudo da implantação territorial da tipologia, bem como o seu enquadramento no quadro da arquitetura popular da região em que se desenvolve.

O objetivo deste estudo não é realizar um inventário ou catálogo de imóveis, mas sim confirmar a presença de uma tipologia específica da casa popular tradicional da província de Sevilha que, até agora, não tinha tido identificação própria, estando incluída noutras tipologias ou identificada por estudos locais que não estabelecem uma relação com casas semelhantes em municípios da mesma área geográfica e sociocultural.

Objetivos específicos.

No âmbito deste trabalho estabelece-se objetivos muito mais específicos, que podem ser resumidos na caracterização da casa popular que é objeto deste trabalho. Neste sentido, são estabelecidos cinco objetivos específicos:

- Definição tipológica pormenorizada, especificando sistematicamente tanto os elementos característicos como os corpos acrescentados, bem como as adaptações tipológicas por razões dimensionais ou funcionais.
- Estabelecimento de uma cronologia completa para o desenvolvimento dos imóveis de acordo com a tipologia de referência.
- Reconhecimento da implantação urbana e da sua relação com a morfologia das cidades.
- Identificação dos elementos arquitetónicos próprios da tipologia, bem como a sua evolução ao longo da história.
- Análise dos sistemas construtivos e da materialidade dos edifícios, bem como do alcance dos processos de substituição desde o início dos sistemas e materiais de construção industrializados.

Para alcançar estes objetivos, foi seguido um processo de trabalho com duas fases distintas - uma de trabalhos prévios de identificação e outra de caracterização - bem como um terceiro grupo de trabalhos paralelos que visam contrastar a validade dos conceitos propostos.

METODOLOGIA

Trabalhos prévios.

Após uma primeira fase preliminar em que se estabelecem os conceitos fundamentais, iniciou-se o trabalho com uma extensa pesquisa bibliográfica sobre a casa objeto deste estudo. O objetivo fundamental desta fase preliminar é a identificação do tipo de referência, com três aspetos essenciais:

- Definição tipológica básica, identificando os elementos definidores da tipologia, tanto a nível arquitetónico como construtivo.
- O reconhecimento do seu âmbito territorial, estabelecendo um mapa tipológico com os municípios onde é registada a presença destas propriedades ao nível documental.
- Enquadramento histórico preliminar, obtendo uma visão prévia tanto do seu desenvolvimento cronológico como do seu posicionamento sociocultural.

Isto estabelece uma definição clara tanto do objeto como do âmbito do estudo. Estes edifícios têm uma importância fundamental na configuração dos centros históricos da Andaluzia Ocidental, adquirindo um papel fundamental naqueles que foram declarados Conjuntos Históricos. Ao mesmo tempo, os Planos Especiais de Proteção dos Conjuntos Históricos são documentos de profundidade e abrangência únicas para o estudo desta arquitetura. Com base numa leitura prévia destes documentos, foi estabelecida uma seleção de cidades em que se encontra a tipologia de referência. Foi estabelecida uma amostra transversal, constituída por três Conjuntos Históricos de cada um dos âmbitos territoriais incluídos na zona - as serras norte e sul, as campinas e o Aljarafe e o vale do Guadalquivir -. O estudo de caso foi limitado aos Planos Especiais de Protecção dos Conjuntos Históricos de Carmona, Cazalla de la Sierra e Lebrija.

Caracterização.

A caracterização da casa objeto deste trabalho foi realizada tomando como base de conhecimento a documentação recolhida nos Planos Especiais de Proteção e com um esquema de trabalho com três pontos-chave.

- Análise da documentação incluída nos Planos Especiais Com base nas declarações dos Conjuntos Históricos, é analisada a relevância da arquitetura popular nos mesmos. No âmbito dos planos, foram estudados os seguintes aspetos:
 - Estrutura geral do documento.
 - Identificação da casa objeto deste trabalho entre as tipologias descritas nos Planos.
 - Reconhecimento dos imóveis que correspondem a esta tipologia através da informação - fotográfica, planimétrica, paramétrica e escrita - recolhida nos catálogos.
 - Análise dos mecanismos de proteção, tanto da proteção direta através do catálogo como dos parâmetros de ordenação urbanística.
- Criação de uma base de dados a partir das fichas de catálogo. A heterogeneidade da informação recolhida nas fichas de catálogo - tanto entre as dos diferentes planos como entre as de cada plano - dificulta a sua leitura de forma sintética, pelo que foi compilada uma base de dados que inclui os aspetos fundamentais que definem a tipologia recolhida nos campos de parâmetros homogéneos.

- Desenho de planos de localização de edifícios, em que a localização destes edifícios, extraídas das plantas de catalogação, se sobrepõe à informação sobre a evolução urbana ao longo da história, o que facilita a leitura do papel desempenhado por estes edifícios na configuração urbana dos Conjuntos Históricos.
- Síntese de elementos característicos. Da informação extraída dos Planos Especiais, ordenada e crivada através da base de dados, são obtidos resultados sintéticos dos elementos característicos da tipologia estudada. Esta informação foi organizada em três domínios:
 - Enquadramento histórico e urbano, detalhando a cronologia e a integração no tecido urbano.
 - Configuração tipológica, incluindo distribuição tipo, volumetria e adaptações tanto funcionais como às peculiaridades do tecido urbano.
 - Configuração arquitetónica, refletindo os principais elementos arquitetónicos, tanto de um ponto de vista formal como construtivo.

É de salientar o papel fundamental da representação gráfica - planimétrica e fotográfica - como instrumento de expressão fundamental para transmitir os aspetos fundamentais de uma investigação cujo estudo de caso inclui um total de 125 imóveis catalogados em 3 Planos Especiais de Proteção. Neste sentido, procurou-se um tratamento homogéneo da informação fotográfica e planimétrica disponível nos planos, com especial atenção para as plantas dos edifícios, das quais foram extraídos esquemas dos edifícios necessários para transmitir os conceitos fundamentais, utilizando um código gráfico comum e uma mesma escala de representação.

Vigência e perspectiva.

Paralelamente a esta linha fundamental de investigação, foram estabelecidos contactos com diferentes instituições e equipas de investigação que permitiram contrastar a validade dos conceitos propostos e, ao mesmo tempo, dar uma perspectiva da metodologia e do próprio trabalho.

Neste sentido, a análise da experiência de estudo, difusão e proteção da arquitetura popular no Sudeste português realizada durante uma estadia de investigação muito valiosa no Campo Arqueológico de Mértola, é especialmente determinante. A visão da sua arquitetura, bem como o foco total das suas investigações, tem vindo a clarificar tremendamente a metodologia de trabalho necessária para o correto conhecimento e proteção da arquitetura popular.

Foi igualmente útil o estudo da experiência inacabada do Inventário da Arquitetura Popular iniciado pelo Ministério da Cultura andaluz nos anos 90, efetuado no Instituto Andaluz do Património Histórico.

O trabalho de investigação foi completado com consulta bibliográfica das coleções de diferentes instituições como a Universidade de Sevilha, a Universidade Pablo de Olvide, a Universidade de Huelva, a Universidade do Algarve (Faro), a Universidade de Lisboa ou o Instituto Universitário de Lisboa. O contacto direto com investigadores de renome internacional como Cláudio Torres ou Alberto Raúl Nicolini tem sido fundamental, tanto a nível pessoal como através da participação em congressos e seminários.

REFERÊNCIAS

A bibliografia e os trabalhos de investigação inéditos são muito extensos em relação ao conceito de arquitetura popular em geral e à casa popular em particular. No entanto, ao centrar-se na casa objeto deste estudo, o foco é consideravelmente reduzido, de modo que as alusões diretas a esta tipologia são escassas e não foram localizados estudos específicos sobre a mesma.

Neste capítulo, é feita uma breve revisão dos principais trabalhos que deram um contributo significativo para este estudo, basicamente fornecendo provas documentais da presença desta casa em diferentes municípios. Na sua maioria são publicações e estudos que abordam a arquitetura popular numa perspetiva geral, com a profundidade relativa, típica dos trabalhos de grande escala - tanto as realizadas a nível nacional como regional - . Como contraponto, foram localizados numerosos estudos locais que aprofundam o estudo das tipologias de cada cidade individualmente. No capítulo Estudos Locais, recolhem-se trabalhos em que, tanto a casa objeto deste estudo como as tipologias afins da sua envolvente, são identificadas de forma não exclusiva. Os estudos de maior interesse - pela sua extensão, precisão e profundidade - são os Planos Especiais de Proteção dos Conjuntos Históricos, que servem de base de conhecimento para o estudo de caso deste trabalho.

Por último, vale a pena referir as duas iniciativas de catalogação iniciadas pela administração pública, ambas inacabadas no que respeita à casa popular na Andaluzia. Num capítulo à parte detalham-se, as experiências do Inventário da Arquitetura Popular, promovido pela Junta de Andaluzia nos anos noventa, bem como o Plano Nacional de Arquitetura Tradicional, no qual se integram os resultados do primeiro.

A nível nacional.

Enfrentar o estudo da arquitetura popular de um país significa enfrentar uma tarefa titânica, que desde os anos 30 tem sido realizada por diferentes equipas sujeitas às limitações do tempo. É o caso das obras de García Mercadal⁴⁹ e Torres Balbás⁵⁰. Em ambos os casos, referem-se à casa na Baixa Andaluzia, salientando a presença do logradouro - e do pátio quando este existe -, o sótão, as paredes caiadas de branco com janelas gradeadas e a relação com a casa muçulmana.

O primeiro trabalho realmente sistemático e aprofundado foi realizado para a Primeira Exposição de Arquitetura Espanhola - Palácio de Cristal, Madrid 1942 - com especial interesse pelas casas dos pescadores. Pedro Muguruza transformou a encomenda num ambicioso programa de estudos sobre a realidade socioeconómica do sector da pesca e, portanto, da casa como núcleo da vida familiar e social que, longe de demonstrar qualquer interesse pelo património, foi proposto como uma abordagem de saúde - sugerindo mesmo a substituição de aldeias inteiras⁵¹ - .

Em qualquer caso, estabelece um sistema de fichas que lhe permite conhecer o modo de vida e o habitat dos pescadores e faz uma viagem por toda a costa espanhola com uma leitura precisa da arquitetura popular, indicando tipologias, sistemas construtivos e traços formais, acompanhados de cuidadosos desenhos e fotografias de grande qualidade para o período, o que trinta anos depois servirá como uma boa base para o trabalho de Carlos Flores e tem facilitado o trabalho de localização territorial das tipologias estudadas neste mesmo estudo.

Na década de quarenta teve também início o "inquérito à arquitectura regional portuguesa" do Sindicato Nacional dos Arquitectos, que resultou uma ampla campanha de estudos em todo o continente, dividida em seis zonas com uma equipa de trabalho por zona. Finalmente, já nos anos sessenta, os resultados tornam-se um trabalho fundamental, onde se reúnem as tipologias e sistemas construtivos da arquitetura popular portuguesa⁵².

⁴⁹ García Mercadal, Fernando – **La casa popular en España**. Bilbao: Espasa-Calpe SA, 1930. ISBN no disponible. P. 63.

⁵⁰ Torres Balbás, Leopoldo - *La vivienda popular en España*. Em **Folklore y costumbres de España**. Barcelona: Casa editorial Alberto Martín, 1930. Vol. 3. P. 139-504. ISBN no disponible. P. 461-462.

⁵¹ Dirección General de Arquitectura – **Plan nacional de mejoramiento de la vivienda en los poblados de pescadores**. Madrid: Dirección General de Arquitectura, 1942. ISBN no disponible. Vol. I. P. 5.

⁵² Tavora, Fernando; Pimentel, Rui; Et. Alt. – **Arquitetura popular em Portugal**. Lisboa: Ordem dos arquitectos, 2004 (4ª edición). ISBN: 972-97668-7-8.

Em Espanha, teremos de esperar até aos anos setenta para ter estudos com este nível de extensão e profundidade, com a publicação das obras de Carlos Flores⁵³ e Luis Feduchi⁵⁴. Ambas fazem uma digressão pela geografia espanhola, identificando as principais tipologias da arquitetura popular organizada por regiões. Hoje em dia continuam a ser uma referência, pois são trabalhos de documentação, com numerosas fotografias e planos, tanto próprios como compilados a partir de trabalhos anteriores. No presente trabalho, deram um contributo fundamental para a confirmação da presença da casa sem nome em diferentes províncias. Do mesmo período, mas com enfoque nos detalhes característicos da arquitetura popular de cada região, é o trabalho de Claret Rubira⁵⁵, cujo conteúdo não forneceu dados relevantes para este trabalho, mas é um bom complemento dos anteriores.

Já no século XXI, o trabalho está centrado na coordenação de iniciativas regionais. Assim, em 2014 nasceu o Plano Nacional de Arquitetura Popular no Conselho do Património Histórico realizado em Placência. Os aspetos fundamentais deste plano serão analisados mais à frente.

⁵³ Flores, Carlos – *Arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 4.

⁵⁴ Feduchi, Luis; Borrego, Fernando; Temprano, Jesús – *Itinerarios de arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 4.

⁵⁵ Claret Rubira. José – *Detalles de arquitectura popular española*. Barcelona: Gustavo Gili, 1976. ISBN 8425206227.

A nível regional.

Os Planos do Património Nacional nasceram da aprovação da Lei do Património Histórico Espanhol de 1985⁵⁶ e para englobar os resultados das iniciativas regionais que começaram a surgir nos anos 80, na sequência da delegação de competências no domínio da Cultura e do Património às Comunidades Autónomas.

Na Andaluzia, sob a proteção da Lei do Património Histórico Andaluz de 1991⁵⁷, são promovidos diferentes trabalhos, principalmente no campo da etnologia. Assim, a Comissão de Etnologia promoveu a criação do Inventário de Arquitetura Popular entre 1992 e 1997, cuja metodologia e resultados são comentados mais à frente.

Na mesma perspetiva foi publicado, em 2001⁵⁸, o “Projecto Andalucía. Antropología”, que dedica um volume completo à arquitetura vernacular, onde se propõe uma digressão pela arquitetura popular da região a partir de três aspetos fundamentais:

- A materialidade, analisando sistemas de construção e elementos formais.
- A implantação territorial, descrevendo tipologias próprias de algumas regiões.
- O fator social, através da análise das casas dos camponeses; pequenos e médios proprietários e grandes proprietários.

⁵⁶ Boletín Oficial del Estado N° 155 de 29 de junio de 1985 – *Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español.*

⁵⁷ Boletín Oficial de la Junta de Andalucía N° 59 de 13 de julio de 1991 – *Ley 1/1991, de 3 de julio, de Patrimonio Histórico de Andalucía.*

⁵⁸ Rodríguez Becerra, Salvador; Medina San Román; Et. Alt. – *Arquitectura vernácula. Em Proyecto Andalucía. Antropología.* Sevilla: Publicaciones comunitarias, 2001. Volumen III. ISBN 978-84-931553-1-5.

A nível local.

O trabalho de proximidade realiza uma leitura muito mais detalhada, permitindo estabelecer com maior precisão os elementos de caracterização tipológica, bem como o desenvolvimento histórico e territorial das tipologias da arquitetura popular em detrimento - em geral - da perceção territorial das tipologias. Numa escala intermédia encontram-se os estudos regionais e provinciais. Em ambos os casos, reconhece-se um trabalho mais dinâmico e recente.

Destacam-se as obras do ponto de vista etnológico de Juan Agudo Torrico⁵⁹ na província de Sevilha e Salvador Rodríguez Becerra sobre a arquitetura popular do Aljarafe ⁶⁰. Ricardo Ronquillo Pérez ⁶¹ também trabalha com as tipologias desta comarca.

A escala destes trabalhos permite a edição de publicações mais acessíveis e a sua apresentação em seminários e congressos, em cujas atas se identificam estudos muito úteis para este trabalho, entre as quais se destacam as seguintes:

- III Congresso de História de Carmona, Carmona 2002⁶².
- Congresso Internacional de Arquitetura Vernacular, Carmona 2005⁶³.
- IX Congresso Internacional sobre a Reabilitação do Património Arquitetónico e Edificação, Sevilha 2008⁶⁴.
- Coloquio internacional Arquitetura popular. Tradição e vanguarda, Lisboa 2016⁶⁵.

⁵⁹ Agudo Torrico, Juan – *Arquitectura popular en la provincia de Sevilla*. Em **Sevilla y su provincia**. Op. Cit.

⁶⁰ Rodríguez Becerra, Salvador – *Etnografía de la vivienda: el Aljarafe de Sevilla*. Op. Cit.

⁶¹ Pérez Ronquillo, Ricardo – *La arquitectura autóctona de la comarca del Aljarafe*. Op. Cit.

⁶² Galera Navarro, Ventura; Rivera Blancas, Rafael; Román Rodríguez; Juan Manuel – *Tipología de la casa moderna en Carmona*. Em **Carmona en la Edad Moderna. III Congreso de Historia de Carmona**. Sevilla: Ayuntamiento de Carmona, Universidad de Sevilla y Autores, 2002. ISBN 84-89993-24-6. P. 397-416.

⁶³ Anglada Curado, Rocío – *La arquitectura doméstica tradicional en Carmona*. Em **Arquitectura vernácula en el mundo ibérico, actas del congreso internacional sobre arquitectura vernácula, Carmona 2005**. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2007. ISBN 978-84-690-9639-0. P. 340-346.

⁶⁴ Gómez Martínez, Vidal; Benítez Carmona, Óscar; Et. Alt. – *Dinámicas de intervención y conservación en los Conjuntos Históricos en la provincia de Sevilla*. Em **Libro de Actas IX Congreso internacional de rehabilitación del Patrimonio arquitectónico y edificación**. Gran Canaria: Centro Internacional de Conservación del Patrimonio, 2008. ISBN: 978-84-612-3459-Z. Vol. I. P. 253-270.

⁶⁵ Gómez Martínez, Vidal; Pérez Cano María Teresa; del Espino Hidalgo, Blanca - *Guadiana, Barrera tipológica. Un estudio comparativo de las tipologías de casa popular en el Sur Oeste de la Península Ibérica*. Em **Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda**. Op. Cit. P 62-81.

Igualmente úteis têm sido os trabalhos de investigação académica - Teses de Doutoramento e Trabalhos Finais de Mestrado⁶⁶ - e as publicações específicas com uma perspetiva estritamente local, como é o caso de Almonte⁶⁷, Carmona⁶⁸, Cantillana⁶⁹, Cazalla de la Sierra⁷⁰, Coria del Río⁷¹ e Lora del Río⁷², de cujos conteúdos foram selecionados os aspetos mais interessantes para este trabalho.

Sem dúvida, os mais importantes e nos quais se baseia a base metodológica do estudo de caso são os Planos Especiais de Proteção - em menor grau - os catálogos incluídos no planeamento geral dos municípios, com os seus centros históricos declarados como Conjuntos Históricos. Para além dos Planos Especiais dos Conjuntos Históricos de Carmona⁷³, Cazalla de la Sierra⁷⁴ y Lebrija⁷⁵, se detalham mais à frente os de Arahál⁷⁶, Marchena⁷⁷ e Utrera⁷⁸.

⁶⁶ Sierra Delgado, José Ramón (autor Tesis Doctoral); Manzano Martos, Rafael (director) - *Introducción al análisis formal de la arquitectura doméstica popular en Sevilla*. Op. Cit.

Guevara García, Francisco Javier (autor Tesis Doctoral); Lucas Ruiz, Rafael (director) - *Arquitectura popular en Cazalla de la Sierra*. Op. Cit.

Gómez Martínez, Vidal (autor Trabajo Final de Master); Pérez Cano, María Teresa (directora) - *Dinámicas de intervención y conservación en los Conjuntos Históricos en la provincia de Sevilla*. Op. Cit.

⁶⁷ Pérez Cano, María Teresa; Mosquera Adell, Eduardo - *La protección del patrimonio edificado*. Catálogo de bienes inmuebles del municipio de Almonte. Op. Cit.

⁶⁸ Anglada Curado, Rocio - *La arquitectura domestica tradicional de Carmona, aproximación arqueológica a la tipología de la casa*. Em *Carmona, Revista de estudios locales*. ISSN 1696-4284. Nº 3 (2005).

⁶⁹ Pérez Sarmiento, Cristina; Pérez Camacho, Basilio - *Casas de Cantillana. Estudio de su vivienda tradicional*. Op. Cit.

⁷⁰ Guevara García, Francisco Javier (autor Tesis Doctoral); Lucas Ruiz, Rafael (director) - *Arquitectura popular en Cazalla de la Sierra*. Op. Cit.

⁷¹ Pérez Ronquillo, Ricardo - *La arquitectura autóctona de la comarca del Aljarafe*. Op. Cit.

⁷² Lerdo de Tejada Pérez de Ayala, José María - *El Conjunto Histórico de Lora del Río*. Bases para el Catálogo (1994). En *Lora del Río, Revista de estudios locales*. ISSN 1135-9706. Nº 7 (1996).

Pulido Montesinos, María - *Arquitectura vernácula en Lora del Río (Sevilla)*. Em *Arquitectura vernácula en el mundo ibérico, actas del congreso internacional sobre arquitectura vernácula, Carmona 2005*. Op. Cit. P. 308-311.

⁷³ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº 191 de 19 de agosto de 2009 - *Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona*. Documento de Aprobación Definitiva.

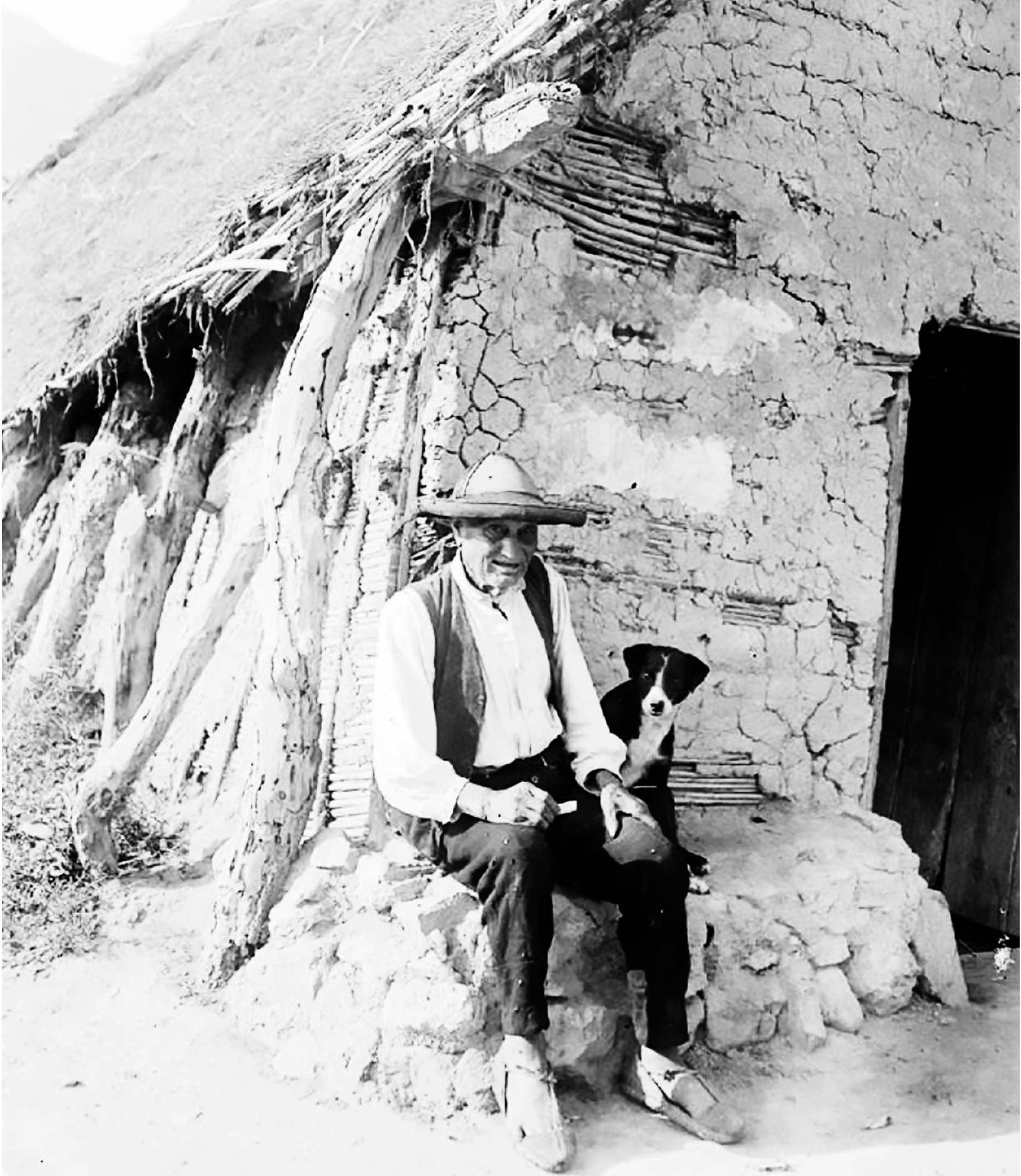
⁷⁴ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº34 de 11 de febrero de 2016 - *Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Cazalla de la Sierra*. Documento de Aprobación Provisional.

⁷⁵ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº 183 de 8 de agosto de 2014. - *Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija*. Documento de Aprobación Inicial.

⁷⁶ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº187 de 13 de agosto de 2014 - *Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Arahál*. Documento de Aprobación Definitiva.

⁷⁷ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº295 de 23 de diciembre de 1994 - *Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Marchena*. Documento de Aprobación Definitiva.

⁷⁸ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº181 de 6 de agosto de 2009 - *Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Utrera*. Documento de Aprobación Definitiva.



Página anterior: agricultor em frente à sua cabana, Orihuela. Fotografia de Otto Wunderlich⁷⁹.

⁷⁹ Carrión Gutierrez, Alejandro – **Plan Nacional de Arquitectura Tradicional**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Secretaría General Técnica. Subdirección General de Documentación y Publicaciones, 2015. ISBN não disponível (NIPO: 030-16-414-6). P. 12

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

A delegação de poderes do Estado (espanhol) às regiões autónomas definidas na Constituição traduz-se, em matéria de Cultura e Património, numa abordagem a duas escalas diferentes, respondendo tanto à Lei do Património Histórico Espanhol como às diferentes leis autónomas.

Na Andaluzia - a zona regional em que este trabalho está inserido - iniciou-se nos anos 90 um inventário da arquitetura popular, organizado em três campanhas de resultado desigual. Embora, a nível nacional, os esforços estejam atualmente centrados na coordenação das diferentes iniciativas regionais através dos diferentes Planos do Património Nacional. Em 2014, iniciaram-se os trabalhos do Plano Nacional de Arquitetura Tradicional.

Neste capítulo, abordamos brevemente estas duas principais iniciativas públicas no domínio da arquitetura popular e os problemas metodológicos inerentes a este tipo de trabalhos.

O INVENTÁRIO ANDALUZ DE ARQUITETURA POPULAR

Após a aprovação da Lei do Património Histórico Andaluz em 1991, a Direção Geral do Património Cultural do Governo Andaluz, com o apoio da Comissão de Etnologia, iniciou o ambicioso empreendimento de realizar um registo do património etnológico da comunidade, como passo preliminar para a sua proteção e divulgação. O projeto, que foi planeado simultaneamente em toda a região, é organizado por campanhas temáticas e estudos provinciais.

- Foram estabelecidas três campanhas bianuais para o estudo da arquitetura popular classificada por uso:
 - Primeira fase (1992-93): processos de produção e transformação.
 - Segunda fase (1994-95): habitação.
 - Terceira fase (1996-97): sociabilidade.
- Para o desenvolvimento do trabalho de campo, foi designado um antropólogo para cada uma das oito províncias, sob a coordenação da Direção Geral dos Bens Culturais e a supervisão da Comissão de Etnologia.

A primeira fase foi realizada quase espontaneamente, com resultados e sistemas de trabalho diferentes para cada uma das províncias de acordo com os critérios dos diferentes antropólogos encarregados do trabalho. A partir da segunda fase, os trabalhos foram coordenados por Juan Agudo Torrico, estabelecendo-se uma metodologia prévia baseada em fichas para o acompanhamento do inventário.

Este capítulo incide sobre a segunda fase - dedicada à arquitetura doméstica popular - e especificamente sobre a experiência da província de Sevilha.

Agudo Torrico ⁸⁰ pretende refletir os modelos da arquitetura popular da Andaluzia, assim como a sua capacidade de adaptação aos parâmetros atuais. Assume as limitações de recursos - a segunda fase do inventário baseia-se no trabalho de um antropólogo por província durante um ano - e renuncia a um inventário exaustivo em favor de um modelo representativo. Assim, estabelece uma metodologia de trabalho baseada em quatro aspetos fundamentais:

- Revisão da campanha anterior.
- Coordenação prévia dos trabalhos:
 - Revisão Bibliográfica.
 - Critérios para o estabelecimento das tipologias e modelos de habitação a inventariar.
 - Desenho da ficha de recolha de dados.
 - Apresentação dos resultados e incorporação na base de dados.
- Elaboração da base de dados para a incorporação de resultados.
- Organização territorial dos trabalhos e dos resultados.

Os critérios para o estabelecimento das tipologias e modelos de habitações a inventariar baseiam-se na territorialidade, em fatores socioeconómicos e na configuração arquitetónica. O trabalho é organizado por áreas regionais, onde - de acordo com os critérios do antropólogo de cada província - são apresentadas as tipologias dominantes em cada zona - identificadas no trabalho de campo -, caracterizadas pelos fatores sociais dos seus habitantes e pela construção e formalização arquitetónica.

⁸⁰ Agudo Torrico, Juan - *Inventario andaluz de arquitectura popular (2ª fase): uso preferente habitación. Memoria. Metodología y variables de estudio*. Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente. Dirección General de Bienes Culturales, 1995. Trabalho inédito.

O trabalho de campo é apoiado, como instrumento fundamental, nas fichas de inventário. Tratam-se de fichas muito extensas, com quatro partes:

- Ficha geral: com dados de identificação, localização, dados de propriedade, estado de conservação, tipologia e dados de registo do investigador.
- Ficha extensa I. Estrutura arquitetónica: descrição detalhada dos elementos construtivos, formais e espaciais, bem como da organização do edifício.
- Ficha extensa II. Funcionalidade do espaço construído: reflete os usos económicos, sociais e culturais originais e a sua evolução ao longo do tempo.
- Ficha de bens móveis: de uma forma mais sucinta, são listados os elementos de mobiliário relevantes para as secções anteriores.

Os dados do inventário por província incluídos no relatório final⁸¹ oferecem uma visão clara da escassez de recursos atribuídos proporcionalmente ao objeto de estudo, bem como da desigualdade dos resultados obtidos - sendo o extremo a falta de resultados para a província de Córdova. O inventário abrangia menos de um terço dos municípios da Andaluzia e o âmbito máximo era inferior a oito edifícios inventariados por município da província de Sevilha.

Página seguinte: tabela de resultados gerais do inventário da arquitetura popular. Elaborada pelo autor a partir dos dados do Relatório Final.

⁸¹ Agudo Torrico, Juan - *Inventario andaluz de arquitectura popular (2ª fase): uso preferente habitación. Memoria final*. Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente. Dirección General de Bienes Culturales, 1995. Trabajo inédito.

INVENTARIO DE ARQUITECTURA POPULAR. RESULTADOS 2ª FASE				
división territorial	total	intentariados	%	fichas/municipio inv.
ALMERIA				
comarcas	10	6	60,00%	
municipios	104	83	79,81%	
fichas realizadas		160		1,93
CÁDIZ				
comarcas	8	5	62,50%	
municipios	44	32	72,73%	
fichas realizadas		141		4,41
GRANADA				
comarcas	8	4	50,00%	
municipios	168	29	17,26%	
fichas realizadas		94		3,24
HUELVA				
comarcas	5	2	40,00%	
municipios	79	11	13,92%	
fichas realizadas		58		5,27
JAEN				
comarcas	9	2	22,22%	
municipios	96	21	21,88%	
fichas realizadas		87		4,14
MÁLAGA				
comarcas	10	4	40,00%	
municipios	100	26	26,00%	
fichas realizadas		110		4,23
SEVILLA				
comarcas	6	3	50,00%	
municipios	104	23	22,12%	
fichas realizadas		170		7,39
TOTAL	total	intentariados	%	fichas/municipio inv.
comarcas	56	26	46,43%	
municipios	695	225	32,37%	
fichas realizadas		820		3,64

Os resultados do trabalho de cada um dos antropólogos de cada província são compilados em três documentos:

- Fichas de inventário para cada comarca, organizadas por municípios. Em cada município alguns imóveis são detalhados com a ficha completa e outros são simplesmente elencados pelo seu interesse.
- Catálogo fotográfico de cada comarca, também organizado por municípios. Dos imóveis inventariados, incluem-se um esboço do rés-do-chão e da fachada principal e um extenso relatório fotográfico. Dos imóveis elencados inclui-se uma fotografia de fachada. O volume total do catálogo fotográfico é de 5893 fotografias.
- Relatório final da província, realizado apenas nas províncias de Almeria, Granada, Huelva e Sevilha, onde são detalhadas as tipologias reconhecidas e os dados gerais do estudo.

A província de Sevilha está sob a responsabilidade de María Luisa Melero, que estuda 3 das 7 comarcas definidas pelo Conselho Provincial em 1994 - Sierra Sur, Comarca de Estepa e Campiña -, uma divisão selecionada entre outras divisões por coerência com a metodologia do estudo⁸².

⁸² Melero Melero, María Luisa - *Inventario andaluz de arquitectura popular (2ª fase): uso preferente habitación. Provincia de Sevilla. Informe final*. Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente. Dirección General de Bienes Culturales, 1995. Trabajo inédito.

O reconhecimento das tipologias baseia-se nos dois aspetos indicados na metodologia geral do estudo.

- As atividades dos seus habitantes: proprietário de terras, pequeno e médio proprietário, camponês, pecuarista, pescador, etc.
- Características materiais e espaciais:
 - Desenvolvimento em fachada: meia casa, casa inteira e casa inteira complexa dependendo do número de assoalhadas que se abrem para a fachada. A primeira refere-se às casas com acesso lateral, enquanto as segundas correspondem às casas com acesso central.
 - Posição do pátio: central - organizador - , frontal - aberto para a frente -, traseira - em referência ao logradouro - e sem pátio.
 - Altura: um piso, dois pisos, três pisos, referindo-se a um piso, um piso e sótão ou dois pisos e dois pisos e sótão ou casas de três pisos.

A combinação destes fatores oferece as seguintes tipologias:

- Casa sem entrada ou saguão, com acesso através das próprias assoalhadas.
- Meia casa com corredor, com saguão em posição lateral.
- A casa inteira, com acesso central, pode ser apresentada em diferentes sequências da fachada até o fundo.
 - Naves-pátio-nave paralela-logradouro.
 - Naves-pátio-nave perpendicular-logradouro.
 - Casa com duas portas.
- Casa com um pátio central de distribuição, com um saguão central.
- Casa de Comerciante.
- Cabanas.
- Gruta.
- Casas de vizinhos, sem fazer referência tipológica específica.

INVENTARIO DE ARQUITECTURA POPULAR. RESULTADOS 2ª FASE, PROVINCIA DE SEVILLA		
división territorial	municipios intentariados	fichas/municipio inv.
SIERRA SUR		
El Saucejo, Los Corrales, Villanueva de San Juan, Algámitas, Montellano, Morón de la Frontera, La Puebla de Cazalla, Pruna, Coripe y Martín de la Jara.		
municipios	10	
fichas realizadas	81	8,10
COMARCA DE ESTEPA		
Estepa, La Roda de Andalucía, Pederra, Gilena, Marinaleda, Herrera, Aguadulce, Lora de Estepa, Badolatosa, y Casariche.		
municipios	10	
fichas realizadas	59	5,90
LA CAMPIÑA (PARCIAL)		
El Rubio, Osuna y Marchena		
municipios	3	
fichas realizadas	30	10,00
TOTAL	intentariados	fichas/municipio inv.
municipios	23	
fichas realizadas	170	7,39

Tabela de resultados do inventário da arquitetura popular para a província de Sevilha. Elaborado pelo autor a partir dos dados do relatório final.

A casa objeto deste estudo corresponderia à casa com naves-pátio-nave paralela-logradouro. No entanto, nem as descrições tipológicas nem os esboços incluídos nas fichas permitiram a localização de exemplos claros dessa correspondência. A natureza parcial do inventário, bem como a abordagem tipológica utilizada, oferecem resultados que não se enquadram diretamente nos conceitos tratados neste trabalho, pelo que não foram incluídos no objeto de estudo.

Apesar das limitações de recursos humanos e de dedicação temporária - derivadas da falta de meios económicos - o trabalho árduo das equipas de trabalho permitiu dar um passo gigantesco na investigação da arquitetura popular andaluza na ótica da etnologia, que infelizmente não teve a continuidade e a divulgação que tanto o objeto de estudo como o próprio trabalho mereciam. Esse trabalho, a maior parte do qual não chegou a ser publicado, permanece nos arquivos à espera que novas campanhas o concluam e que seja feito o esforço necessário para a sua divulgação. A fim de melhorar o acesso ao material, por parte dos investigadores e profissionais no domínio do património histórico, os ficheiros e parte do catálogo fotográfico foram incorporados na base de dados do património imobiliário e no repositório digital do Instituto Andaluz do Património Histórico, respetivamente.

A experiência dos profissionais tem sido exportada para obras em outras comunidades e tem contribuído, de forma fundamental, para a elaboração das fichas de inventário do Plano Nacional de arquitetura tradicional.

A PROBLEMÁTICA METODOLÓGICA

O processo de inventariação e catalogação do património histórico, qualquer que seja a sua natureza, é um trabalho complexo e extenso que enfrenta muitas dificuldades logísticas, económicas, políticas e sociais, desde a recolha de informação até ao acesso físico aos imóveis. No caso específico da arquitetura popular, há também questões relacionadas com a perceção confusa do património e a singularidade de ser uma realidade cultural composta por muitos elementos dispersos pelo território, tanto urbano como rural.

Neste sentido, María Luisa Melero analisou a experiência das duas primeiras campanhas do inventário andaluz de arquitetura popular na província de Sevilha⁸³, reconhecendo alguns dos problemas endémicos do tema.

- Problemas de coordenação interprovincial, principalmente devido a dificuldades na normalização dos resultados dos estudos e na obtenção de parâmetros comparáveis.
- Problemas logísticos, do ponto de vista do recrutamento e da gestão do trabalho dos etnólogos.
- Dificuldades no acesso aos edifícios devido a receios dos proprietários quanto às obrigações de conservação.

No entanto, identifica como um sucesso - que permitiu uma maior profundidade - a inclusão exclusiva de elementos representativos em cada município, em coerência com o critério de Juan Agudo, que excluiu um inventário exaustivo em favor de um modelo representativo.

Trata-se a problemática inerentes a este tipo de estudos⁸⁴, recorrente em muitas das experiências estudadas neste documento e que devem ser tidos em conta desde a fase inicial, a fim de obter resultados conclusivos. Por conseguinte serão de seguida enumerados os aspetos mais conflituosos observados nos diferentes estudos.

⁸³ Melero Melero, María Luisa – *El inventario de la arquitectura popular en la provincia de Sevilla: metodología y resultados*. Em **Demófilo revista de cultura tradicional de Andalucía**. ISSN 1133-8032. Nº 31 Arquitectura vernácula y patrimonio (1999). P. 95-110.

⁸⁴ Rodríguez Becerra, Salvador – *El patrimonio etnográfico andaluz : métodos y problemas*. Sevilla: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura, 1984.

Escala e descontinuidade

A arquitetura popular em geral, e a habitação em particular, corresponde à cultura em que se desenvolvem, satisfazendo ao mesmo tempo as necessidades de indivíduos ou grupos específicos. Ao contrário da maioria dos aspetos de âmbito territorial, que são de carácter contínuo, a arquitetura popular é uma realidade discreta - no sentido matemático do termo - ou seja, é composta por numerosos elementos dispersos por uma vasta área territorial.

Isto cria uma dicotomia em termos da escala e da abordagem dos estudos. As grandes obras abordam - o tema numa ótica generalista, cobrindo o vasto espectro da arquitetura popular no seu conjunto, com áreas territoriais muito vastas como a Espanha, a Andaluzia e até a própria província de Sevilha. Os restantes trabalhos, de menor escala, centram-se geralmente num ou vários tipos de arquitetura popular - residencial ou não - de uma cidade ou comarca.

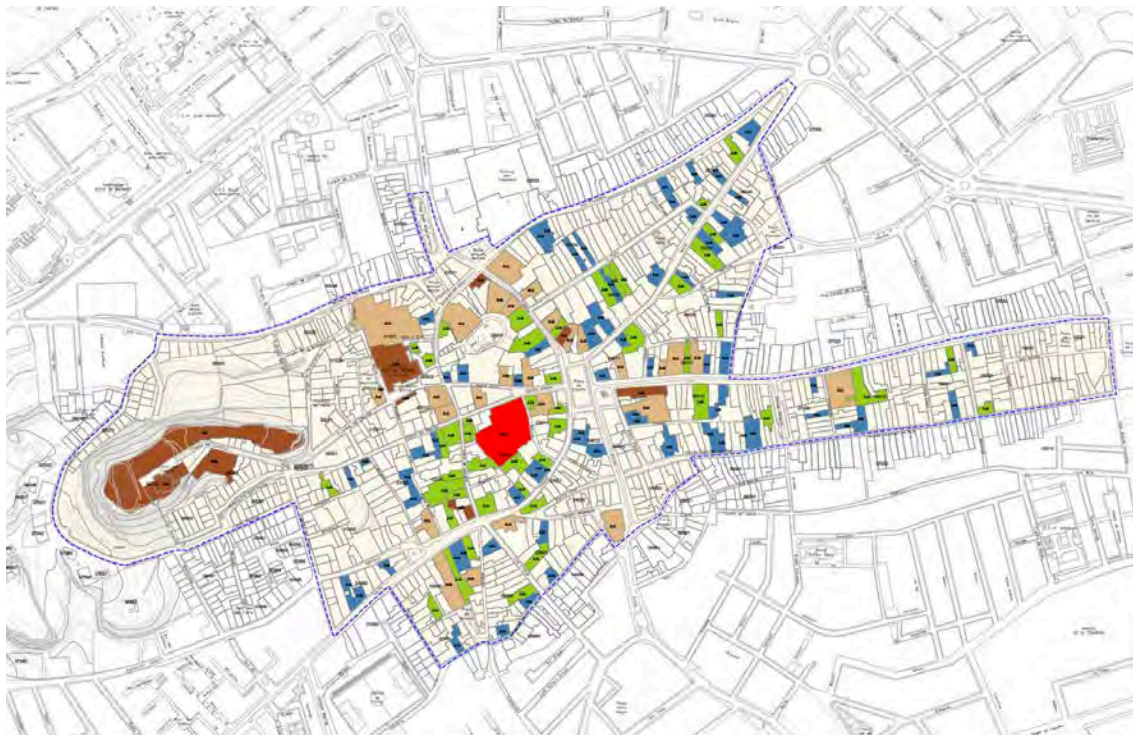
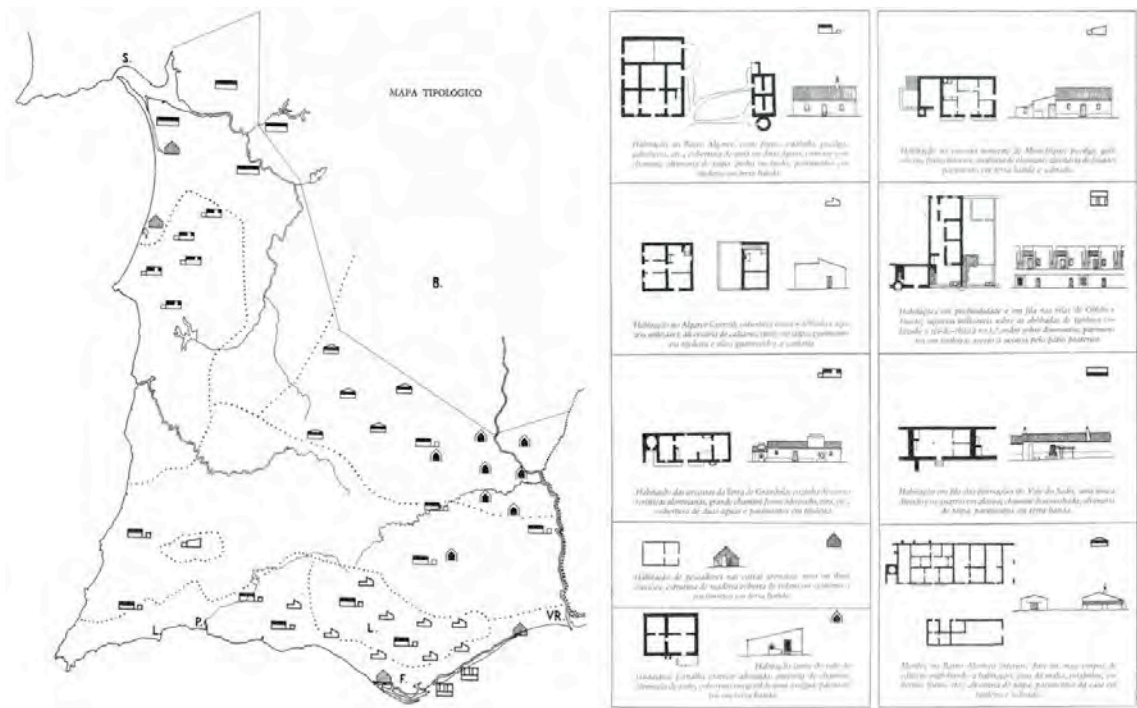
Para se ter uma perceção correta da arquitetura popular, estas duas visões são tão necessárias como uma leitura sintética das mesmas. Por conseguinte, seria necessário combinar três tipos de estudos:

- Estudos generalistas, que apresentem uma visão global.
- Estudos de âmbito local, que proporcionem profundidade e detalhe.
- Estudos de síntese, que façam leituras por tipos ou aspetos fundamentais, abarcando toda a extensão territorial dos mesmos.

Página seguinte. Em cima: Mapa tipológico do Alentejo e do Algarve. Pires Martins, Artur; Castro, Celestino de; Torres, Fernando⁸⁵. Em baixo: Plano de catalogação do Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico de Lebrija⁸⁶.

⁸⁵ Távora, Fernando; Pimentel, Rui; Et. Alt. – **Arquitectura popular em Portugal**. Op. Cit. P 678-679.

⁸⁶ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Plano P.01 Catálogo do Património arquitetónico. Reprodução Parcial.



Transdisciplinaridade.

A maioria dos estudos provém do campo da etnografia, são obras ricas em descrições literais de usos, costumes e modos de vida, onde o especto arquitetónico aparece como um suporte. Os estudos produzidos no campo da arquitetura oferecem uma leitura mais centrada nas tipologias, com maior definição espacial e com conceitos que ligam as tipologias tradicionais aos traçados urbanos históricos. Outras disciplinas que, necessariamente, conferiram rigor a estas obras, como a arqueologia no domínio do desenvolvimento histórico ou a geografia em termos de implantação territorial, não têm até à data uma base representativa de estudos - no capítulo Estudos locais se encontra pormenorizado um dos poucos trabalhos realizados do ponto de vista arqueológico neste âmbito do estudo⁸⁷ -.

Neste sentido - e com as limitações próprias da área municipal a que correspondem -, a elaboração de um Plano Especial de Proteção de um Conjunto Histórico é uma oportunidade excecional para fazer uma leitura sintética do ponto de vista arquitetónico, etnológico, histórico, sociológico, etc. Por conseguinte, neste capítulo, é-lhes dedicada uma secção específica, que constitui a base fundamental do conhecimento deste trabalho.

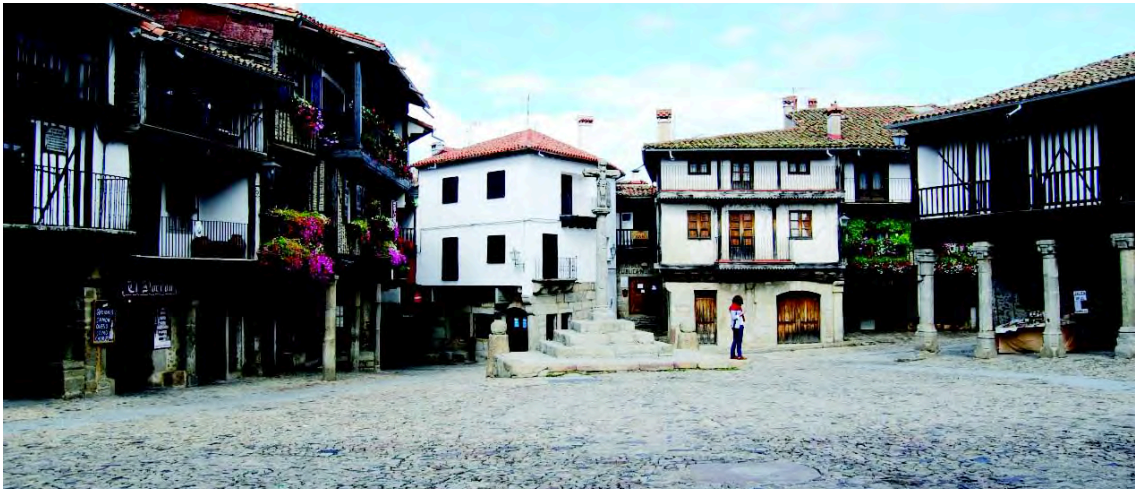
⁸⁷ Anglada Curado, Rocío - *La arquitectura domestica tradicional de Carmona, aproximación arqueológica a la tipología de la casa*. Em **Carmona, Revista de estudios locales**. Op. Cit. P. 1035-1104.

Perspetiva e âmbito de trabalho.

Por último, é de notar que a extensão deste trabalho - por âmbito territorial e número de elementos - implica um desenvolvimento temporal igualmente extenso. Estas três circunstâncias são particularmente complexas no caso da arquitetura popular espanhola, devido à configuração administrativa do território.

Assim, o objetivo de realizar um inventário ou uma catalogação extensiva da arquitetura popular depara-se com um problema especial derivado da esfera administrativa.

- Os recursos necessários: a necessidade de estabelecer equipas interdisciplinares para ter uma visão completa do tema exige uma generosa dotação financeira.
- Extensão territorial: o âmbito do trabalho ultrapassa os quadros provincial e mesmo regional, o que exige uma coordenação entre administrações a diferentes níveis - municipal, provincial, regional e nacional - que, por vezes, têm legislações diferentes para regulamentar os mesmos aspetos.
- A dilatação temporal: o trabalho de arquitetura popular deve ter três fases fundamentais, que o expandem no tempo por períodos plurianuais, complicando a sua gestão administrativa e tornando difícil atrair o interesse político. Estas fases são as seguintes.
 - Proposta metodológica e programação dos trabalhos.
 - Trabalho de campo.
 - Síntese e edição dos resultados.



O PLANO NACIONAL DE ARQUITETURA TRADICIONAL

Tendo em conta as dificuldades geradas pela configuração administrativa do Estado, foi criado o Plano Nacional de Arquitetura Tradicional, que reúne esforços regionais e tenta fornecer uma metodologia comum que permita relacionar os resultados das diferentes obras.

O Plano Nacional de Arquitetura Tradicional está plasmado no texto elaborado pela Comissão de Redação criada para o efeito, sob a coordenação de Félix Benito e María Pía Timón e aprovado no Conselho do Património Histórico, realizado em Placência, em Março de 2014⁸⁸. Surge com quatro objetivos básicos:

- Gerar uma base teórica comum.
- Incentivar a investigação e a documentação da arquitetura tradicional.
- Melhorar a divulgação e o reconhecimento da arquitetura tradicional.
- Estabelecer mecanismos institucionais de comunicação e coordenação.

Adota o termo arquitetura tradicional - por oposição a vernáculo ou popular - para defini-la como o *"conjunto de construções que resultam da implantação de uma comunidade no seu território e que manifestam na sua diversidade e evolução, a sua adaptação ecológica, tanto aos condicionadores e recursos naturais, como aos processos históricos e modelos socioeconómicos desenvolvidos em cada lugar"*.

No âmbito do programa de investigação, o Inventário andaluz de Arquitetura Popular desempenha um papel relevante, cuja experiência serve de base para o desenho das fichas de inventário, fornecidas pelo Instituto Andaluz do Património Histórico⁸⁹.

*Página anterior: imagens do Plano Nacional de Arquitetura Tradicional*⁹⁰.

⁸⁸ Carrión Gutiérrez, Alejandro – *Plan Nacional de Arquitectura Tradicional*. Op. Cit.

⁸⁹ Agudo Torrico, Juan; Delgado Méndez, Aniceto; Santiago Gala, Nieves – *Inventarios de arquitectura tradicional. Propuestas metodológicas y ficha-tipo*. Em *Plan Nacional de Arquitectura Tradicional*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Secretaría General Técnica. Subdirección General de Documentación y Publicaciones, 2015. ISBN não disponível (NIPO: 030-16-414-6).

⁹⁰ Villarroya de los Pinares, Plaza Mayor de Chinchón y conjunto edificado em Cabo de Gata. P. 9, 34 y 37.

O Plano está estruturado em quatro secções principais.

- Aspectos básicos, nos quais se aprofunda no conceito de arquitetura tradicional, distinguindo três tipos: arquitetura residencial, arquitetura para o trabalho e locais de socialização e uso coletivo.
- Aspectos metodológicos:
 - Documentação e investigação.
 - Pluridisciplinaridade.
 - O protagonismo do utilizador.
 - Respeito pelos valores culturais.
 - Equilíbrio com o território.
 - Sustentabilidade.
 - Avaliação e técnicas tradicionais de construção.
 - Compatibilidade de utilização.
 - Influência na arquitetura racionalista.
 - Reconhecimento das intervenções.
 - Incentivar a reabilitação.
 - A arquitetura tradicional como um recurso económico.
- Programas e linhas de ação, para os quais são estabelecidos objetivos e ações específicas.
 - Investigação e documentação.
 - Proteção.
 - Intervenção e recuperação dos sistemas tradicionais.
 - Divulgação, transmissão e cooperação.
- Execução e acompanhamento, em que são especificados os sistemas de financiamento e é proposto um período de 10 anos com uma revisão quinquenal.

ESTUDOS LOCAIS

Apesar das dificuldades metodológicas descritas no capítulo anterior, a investigação sobre os diferentes aspetos da arquitetura popular tem vindo a ganhar dinamismo, principalmente desde os anos 90. Progressivamente, têm surgido obras de divulgação local - muitas vezes como estudos prévios para Planos Especiais de Proteção - e tem aumentado a participação de arquitetos neste tipo de estudos.

O resultado desta multiplicidade de estudos proporciona-nos um conjunto de casas populares que respondem aos dois tipos identificados no âmbito de estudo e que são normalmente incluídas - de acordo com os critérios definidos no Inventário da Arquitetura Popular Andaluza - nas casas de pequenos e médios proprietários. Ou seja, a casa com um corpo de fachada de dupla ou tripla nave e um quintal e a casa que é o objeto de estudo deste trabalho, caracterizada pela sequência corpo de fachada-pátio-corpo intermedio-logradouro traseiro.

O carácter local dos estudos, oferece uma visão em que a verdadeira implantação territorial destas tipologias nem sempre é contemplada. Assim, são identificados sob uma série de nomes de acordo com cada um dos estudos, alguns baseados na sua configuração tipológica, outros na ocupação dos seus habitantes ou simplesmente enumerados de acordo com os tipos identificados no estudo.

Almonte, a casa agrícola.

Maria Teresa Pérez Cano e Eduardo Mosquera Adell incluem no Catálogo de Bens Imóveis de Almonte, a *"joia da coroa da arquitetura de Almonte"*: a "casa agrícola".

É uma casa urbana, embora disponha de espaços próprios para o equipamento e os animais típicos da atividade desenvolvida pelos seus habitantes. Ocupa lotes de terreno entre 200 e 300 m², organizados em três partes: casa, pátio e alpendre.

A casa é composta por um corpo único com três naves - embora possa ter aditamentos no quintal ou mesmo a uma quarta nave - que alberga os quartos na primeira, os compartimentos de estar e de jantar na segunda - onde também se encontra o acesso ao sótão - e a cozinha e outras divisões na terceira, abrindo-se para o logradouro. O saguão de entrada é utilizado tanto para a própria casa como para o quintal.

São casas simples, com fachadas caiadas sem plintos, com janelas salientes. O saguão ocupa normalmente uma posição central, pelo que, na fachada, a porta é ladeada por duas janelas, embora em casas mais pequenas ("meias casas") possa ocupar uma posição lateral, contando a casa com apenas uma divisão virada para rua.

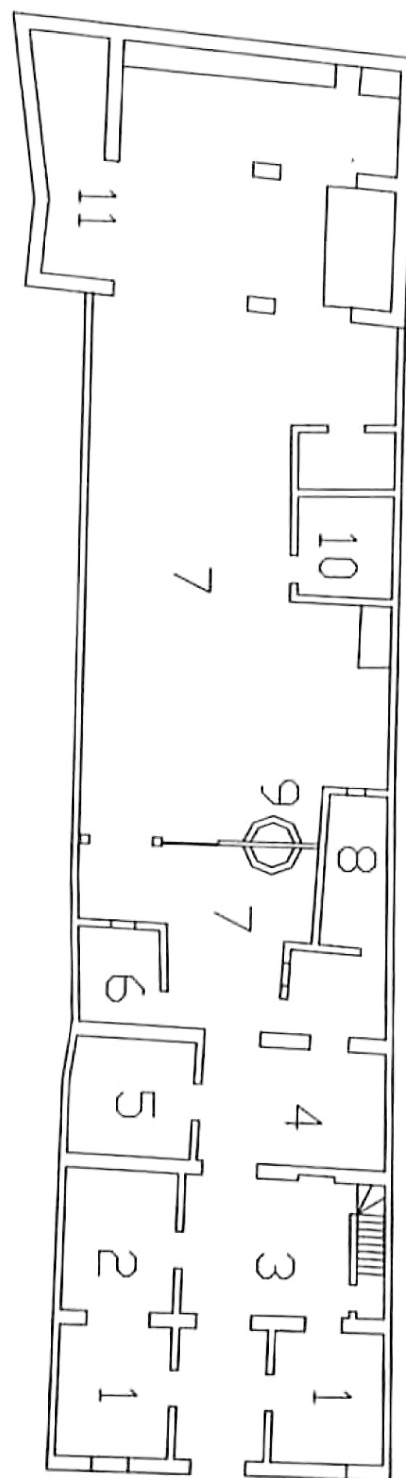
A construção é simples, utilizando paredes de taipa, laje de madeira e telhados de telha árabe (de canudo), de duas águas.

Próxima página: Casa agrícola, planta e fotografias⁹¹.

⁹¹ Pérez Cano, María Teresa; Mosquera Adell, Eduardo – La protección del patrimonio edificado. Catálogo de bienes inmuebles del municipio de Almonte. Op. Cit. P 52-53.

CASA AGRÍCOLA

- | | |
|-------------|-----------------|
| 1. Alcoba | 7. Patio-corral |
| 2. Sala | 8. Almacén |
| 3. Comedor | 9. Pozo |
| 4. Estancia | 10. Gallinero |
| 5. Cocina | 11. Alpende |
| 6. Aseo | |



Carmona, a casa popular menor, casa-corredor ou fundo de saco.

Os técnicos do Plano Especial de Proteção do Património Histórico de Carmona, estão a reverter os seus estudos em artigos de congressos e revistas. É significativa a evolução dos conceitos a partir de diferentes pontos de vista - da arquitetura e da arqueologia - que acabarão por convergir no termo "*casa corredor*"⁹² na escrita definitiva do plano. Assim, Galera, Rivera e Román apresentam os avanços do Gabinete Técnico Municipal e do Serviço Municipal de Arqueologia da Câmara Municipal de Carmona no III Congresso de História de Carmona, num artigo no qual passam em revista as principais tipologias domésticas. Identificam a casa que é objeto deste estudo como uma casa popular menor⁹³, salientando a presença dos dois pátios - em alusão ao pátio e ao logradouro - e as construções que os colonizam ao longo do tempo. Apoiam o texto com exemplos significativos de cada tipologia, acompanhados de pequenos esquemas da planta.

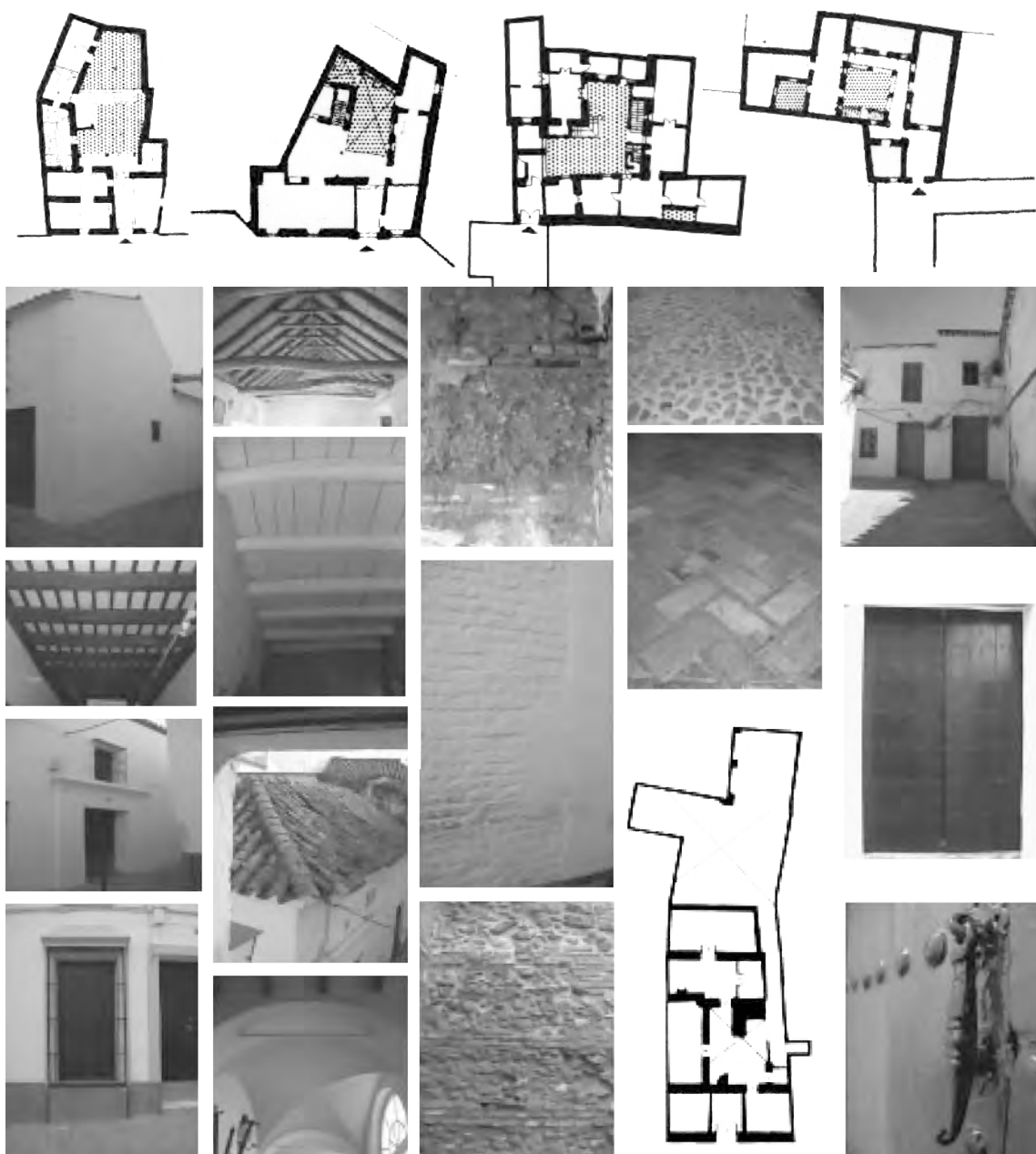
Por sua vez, Anglada inclui num extenso artigo ⁹⁴ uma ampla digressão à arquitetura doméstica de Carmona. Trata-se do resultado de muitos anos de trabalho como arqueóloga municipal, onde se encontra patente a clara relevância dos estudos paramentais e da metodologia arqueológica, em geral, para o correto conhecimento da arquitetura popular. O artigo apresenta, por um lado, as soluções construtivas mais representativas - desde paredes a pavimentos, coberturas ou abóbadas, até elementos de carpintaria e serralharia, incluindo os acabamentos - e, por outro lado, as diferentes tipologias de habitação tradicional. Neste sentido, identifica casa-corredor ou fundo de saco, que corresponde diretamente à casa que é objeto deste estudo. É uma casa implantada em lotes de terreno com pouca frente e muita profundidade, organizada com base em naves dispostas paralelamente à fachada. Tem dois corpos construídos separados por um pátio, com o logradouro na parte de trás do terreno. O conjunto é acedido por um corredor independente dos compartimentos - que dá nome ao tipo - configurado pelo saguão de entrada e pela passagem do corpo intermédio. Estes conceitos foram apresentados pela Anglada no Congresso Internacional de Arquitetura Vernácula no Mundo Ibérico⁹⁵.

⁹² Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Final. Memória. Introdução, Informação e Diagnóstico. P. 108.

⁹³ Galera Navarro, Ventura; Rivera Blancas, Rafael; Román Rodríguez; Juan Manuel – Tipología de la casa moderna en Carmona. Em **Carmona en la Edad Moderna. III Congreso de Historia de Carmona**. Op. Cit. P. 405-408.

⁹⁴ Anglada Curado, Rocío - La arquitectura domestica tradicional de Carmona, aproximación arqueológica a la tipología de la casa. Em **Carmona, Revista de estudios locales**. Op. Cit. P. 1035-1104.

⁹⁵ Anglada Curado, Rocío – La arquitectura doméstica tradicional en Carmona . Em *Arquitectura vernácula en el mundo ibérico*, atas do congresso internacional de arquitetura vernacular, Carmona 2005. Op. Cit. P. 340-346.



Em cima: diagramas da planta de uma casa popular menor nas ruas: Viga 3, María Auxiliadora 5, Arellanos 15, Pedro I 2 e Vieja 10, em Carmona⁹⁶. Em baixo: mosaico de imagens do artigo⁹⁷.

⁹⁶ Galera Navarro, Ventura; Rivera Blancas, Rafael; Román Rodríguez; Juan Manuel – Tipología de la casa moderna en Carmona. Em **Carmona en la Edad Moderna. III Congreso de Historia de Carmona**. Op. Cit. P. 406-408.

⁹⁷ Elaborado pelo autor a partir das imagens incluídas no artigo.

Cantillana, casa I.

Cristina Pérez Sarmiento e Basilio Pérez Camacho fazem um amplo estudo da casa popular de Catillana, agrupando-a em três tipos de acordo com o seu tamanho e complexidade e chamando-lhes casa I, casa II e casa III.

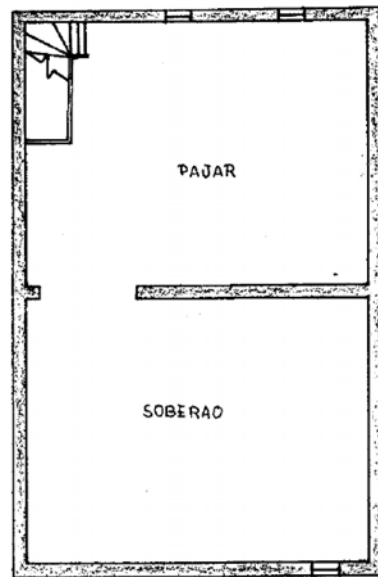
A mais humilde, a casa I, é uma casa construída entre paredes meeiras, composta por um único corpo e um quintal, onde se encontram o estábulo e a cozinha. O corpo construído é composto por três naves - portais em Cantillana -, onde se encontram os quartos e a sala de jantar, contando muitas vezes com um sótão. O acesso ao quintal é feito através de um saguão.

Ao nível da construção, as paredes são descritas como sendo feitas de taipa ou de tijolos e laje de vigas de madeira - normalmente redondas - cobertas em madeira, como o caso do soalho, ou tijolo. Os telhados são a duas águas, com telhas árabes. Os pisos são de tijolo nos interiores e pedregulho nos saguões e estábulos. São casas sobriamente formalizadas, onde predomina a cal e os buracos na fachada são poucos, com um parapeito e cobertura no rés-do-chão e pequenos buracos sem decoração no sótão.

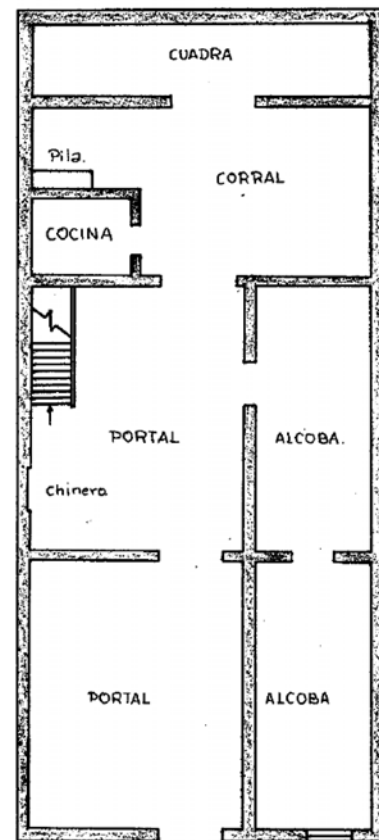
É interessante a forma como as modificações "naturais" feitas pelos habitantes a esta definição dos tipos originais são incorporadas, tais como o primeiro andar a ser elevado pela extensão do sótão ou a adaptação das cozinhas e outros compartimentos.

Página seguinte: plantas e fotos da fachada da casa I⁹⁸.

⁹⁸Pérez Sarmiento, Cristina; Pérez Camacho, Basilio – **Casas de Cantillana. Estudio de su vivienda tradicional**. Op. Cit. P 77 y 30. Plantas. Hidalgo Virola, Enrique. Fotografía de fachada. Campos Velázquez, Fernando.



PLANTA ALTA.



PLANTA BAJA

Cazalla de la Sierra, a casa tradicional popular.

Na sua tese de doutoramento, Francisco Javier Guevara García realizou um estudo tipológico da arquitetura popular de Cazalla de la Sierra, baseado na sua experiência profissional e muito na linha de conceito e grafismo marcada pelo Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico de Cazalla⁹⁹, do qual adota literalmente o conceito de casa popular tradicional.

"Casa popular tradicional: é o tipo vernáculo mais elementar, geralmente de um piso, telhado a duas águas e duas naves. Se a dimensão da parcela for suficientemente grande, originalmente incluía compartimentos acessórios para estábulos e armazéns agrícolas. Existem duas variantes; uma evoluiu da anterior, acrescentando um sótão, normalmente inabitável, mas destinado ao armazenamento de grãos e outros bens; e outra em que este sótão aparece como um segundo piso de pouca altura, sendo este habitável. Esta última variante está associada a lotes de frente estreita, que estão organizadas de forma linear devido à estreiteza da parcela com um pátio que serve de ventilação e iluminação para as naves posteriores¹⁰⁰".

Dentro deste tipo, identifica três variantes em função das dimensões e volumetria, sendo estas a "casa popular tradicional com um piso", "casa popular tradicional com um piso e sótão" e finalmente "casa popular tradicional com dois pisos".

Página seguinte: Ficha de inventário da casa popular tradicional de Cazalla de la Sierra¹⁰¹.

⁹⁹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisório.

¹⁰⁰ Guevara García, Francisco Javier (autor Tesis Doctoral); Lucas Ruiz, Rafael (director) - **Arquitectura popular en Cazalla de la Sierra**. Op. Cit.

¹⁰¹ Guevara García, Francisco Javier (autor Tesis Doctoral); Lucas Ruiz, Rafael (director) - **Arquitectura popular en Cazalla de la Sierra**. Op. Cit. P. 84-85.

Coria del Río, a casa de labrador.

No seu estudo de arquitetura popular, Ricardo Pérez Ronquillo inclui uma rica descrição da casa que albergava grande parte da população da região. Ele identifica-a como uma casa de labrador e faz uma clara identificação tipológica.

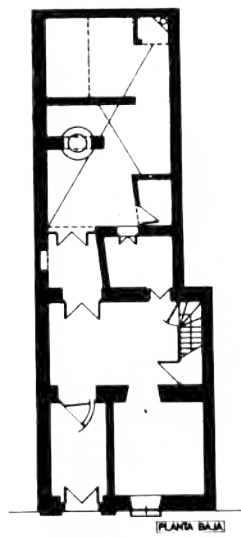
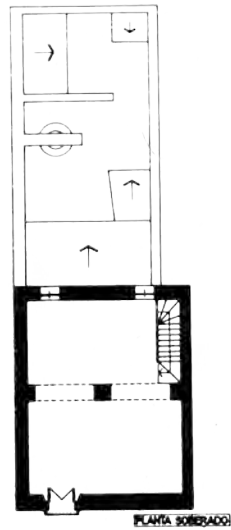
"É uma casa unifamiliar entre as paredes meeiras, geralmente formada por três corpos [naves] paralelos à fachada. O primeiro corpo é composto por um saguão e um ou dois quartos de frente para a rua. A segunda é a sala de jantar, com uma escadaria lateral, que por vezes tem uma alcova e um armário. E a terceira, geralmente parcialmente ocupada, é utilizada como cozinha. Estas três naves têm um teto em madeira, formando pelo piso do sótão que é utilizado para armazenar utensílios e produtos agrícolas. As paredes são de taipa ou tijolo unido com argamassa de barro ou cal; o chão é de tijolo à palma e a cobertura de telha árabe, apoiada em tábuas de madeira, é resolvida a duas águas.

A parte central da casa é formada pelo pátio com um poço ou cisterna, localizado junto à cozinha, e no final fica o estábulo com um sótão para palheiro. Toda a casa, de rigorosa sobriedade construtiva, está caiada de branco e livre de decorações superficiais à exceção dos abundantes vasos de flores que lhe conferem uma atmosfera característica"¹⁰².

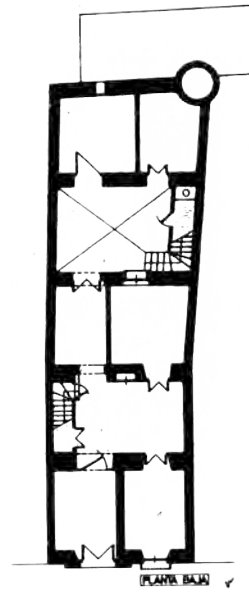
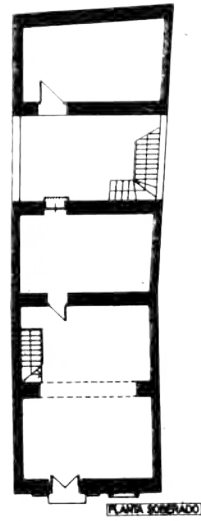
Página seguinte: Plantas e alçados de casas de labrador em Coria del Río Pizarro García, J. Ramón¹⁰³.

¹⁰² Pérez Ronquillo, Ricardo – La arquitectura autóctona de la comarca del Aljarafe. Op. Cit. P 13.

¹⁰³ Pérez Ronquillo, Ricardo – La arquitectura autóctona de la comarca del Aljarafe. Op. Cit. P 14.



Casa de Labrador. Calle El Palomar.
CORIA DEL RIO



Casa de Labrador. Calle Antonio Pérez.
CORIA DEL RIO

Lora del Río, a casa popular.

A arquitetura popular de Lora del Río tem sido objeto de diferentes estudos desde os anos 80, entre estes encontramos o artigo de Lerdo de Tejada¹⁰⁴ para a revista de estudos locais, onde dá uma definição sucinta mas precisa de uma casa popular que, para além da esfera local, se estende com ligeiras adaptações aos territórios da serra, da campina e de várzea. É uma casa implantada em lotes de terreno com frente entre 7 e 10 metros e uma profundidade entre 30 e 40 metros através de uma sucessão de naves paralelas - pode haver um pátio intermédio - até ao quintal. Os telhados em telha e as fachadas caiadas de branco e janelas salientes, são os seus traços formais característicos. Termina o artigo com o mesmo acerto, sublinhando a valorização pela sociedade como única medida útil para proteger a arquitetura popular.

Mais recentemente, María Pulido Montesinos apresentou um breve artigo no congresso internacional sobre arquitetura vernácula realizado em Carmona ¹⁰⁵, baseado nos conceitos, expostos no trabalho acima referido, e fazendo referência expressa a um edifício específico pela sua boa conservação.

Página seguinte : Fotos de uma casa popular na rua Roda Arriba 95¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Lerdo de Tejada Pérez de Ayala, José María – El Conjunto Histórico de Lora del Río. Bases para el Catálogo (1994) . Em **Lora del Río, Revista de estudios locales**. Op. Cit. P. 26-29.

¹⁰⁵ Pulido Montesinos, María – Arquitectura vernácula en Lora del Río (Sevilla). Em *Arquitectura vernácula em el mundo ibérico, actas do congresso internacional de arquitetura vernacular, Carmona 2005*. Op. Cit. P. 308-311.

¹⁰⁶ Pulido Montesinos, María – Arquitectura vernácula en Lora del Río (Sevilla). Em *Arquitectura vernácula em el mundo ibérico, actas do congresso internacional de arquitetura vernacular, Carmona 2005*. Op. Cit. P. 308-311.



LIMITES CULTURAIS

DIVERGÊNCIA TIPOLOGICA

Na maioria dos textos sobre arquitetura popular, os requisitos ambientais e os recursos naturais disponíveis aparecem como fatores determinantes na arquitetura vernácula num sentido quase absoluto. As referências culturais a esta, quando aparecem, é de uma forma tangencial e sempre aludindo à arquitetura popular como expressão cultural.

O estudo da arquitetura popular no Alentejo português e o seu contraste com a Andaluzia permitiu verificar a importância da cultura no modo de vida e, portanto, na casa como suporte físico fundamental. É especialmente esclarecedor observar as fotografias aéreas das cidades de Alcoutim e Sanlúcar de Guadiana separadas pelos escassos 260 m que o leito do rio ocupa. Com condições geográficas, geológicas e climáticas perfeitamente simétricas, oferecem tramas urbanas com uma diferença fundamental no casario. Enquanto no lado espanhol podemos ver casas constituídas por um corpo de fachada com um ou vários pátios - ou logradouros - no lado português encontramos quarteirões compactos praticamente sem espaços interiores.

Para além das diferenças tipológicas, é de grande interesse analisar a difusão da arquitetura popular no Alentejo, com base num conhecimento profundo a partir de um trabalho sistemático que integra levantamentos exaustivos com análises arqueológicas e historiográficas.

Ao tentar estabelecer a cronologia da casa popular tradicional na província de Sevilha, seguindo o caminho inverso desde a industrialização da sociedade rural andaluza, o rasto perde-se no início da era moderna. O início desta tipologia está claramente ligado à arquitetura mudéjar e ao seu contexto histórico.

A resposta à questão de porque razão estes tipos surgem neste período e não antes ou depois, levou à procura - sem sucesso - de relações com a arquitetura imediatamente anterior: a casa almóada.

Ao estudar a implantação territorial desta casa popular, observa-se que ela tem um epicentro claro na província de Sevilha, estendendo-se nas províncias limítrofes com variações da mesma e outras tipologias afins que perdem progressivamente a relação com a primeira, com a distância, em resposta aos diferentes ambientes físicos.

Luis Feduchi menciona expressamente esta transição entre as tipologias da arquitetura popular da Extremadura, que é fortemente influenciada pelas tipologias andaluzas da zona sul de Badajoz e pelas tipologias castelhanas da zona norte de Cáceres¹⁰⁷.

No entanto, na fronteira que define o Guadiana entre Espanha e Portugal, esta relação entre tipologias é interrompida na era moderna, enquanto no período almóada as mesmas tipologias eram partilhadas.

O estudo desta divergência tem sido transcendental para compreender o início das tipologias modernas, bem como para compreender a importância da cultura nos diferentes desenvolvimentos tipológicos em áreas que partilham os recursos naturais disponíveis e as necessidades ambientais. Como se pode observar nos casos abaixo apresentados, encontramos uma tipologia dominante que se estende por todo o sul da península durante o período almóada.

Após o declínio do império almóada, surgiram duas sociedades diferentes de ambos os lados do Guadiana - os reinos de Portugal e Castela -, que formaram as duas tipologias da casa popular.

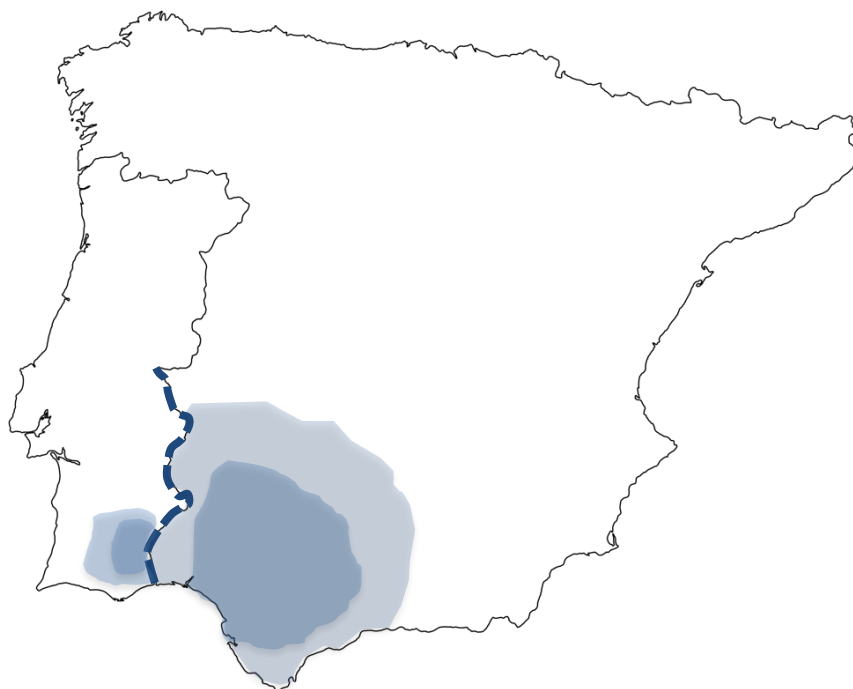
Os capítulos centrais desta obra descrevem as tipologias dominantes das casas populares na Andaluzia Ocidental com a sua evolução e adaptações locais, claramente diferenciadas dos seus vizinhos portugueses e ambos dos seus antecessores almóadas.

*Página seguinte: vistas aéreas do conjunto e detalhes de Alcoutim (esquerda) e Sanlúcar de Guadiana (direita)*¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Feduchi, Luis; Borrego, Fernando; Temprano, Jesús – *Itinerarios de arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 5. P 7-40.

¹⁰⁸ Gómez Martínez, Vidal; Pérez Cano María Teresa; del Espino Hidalgo, Blanca - Guadiana, Barrera tipológica. Un estudio comparativo de las tipologías de casa popular en el Sur Oeste de la Península Ibérica. Em *Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda*. Op. Cit. P 68.





A CASA ALMÓADA

Durante os séculos XII e XIII, o Império Almóada espalhou-se pela parte sul da Península Ibérica, impondo um regresso a costumes típicos da cultura e religião muçulmana que tinham sido enfraquecidos durante o período Almorávida. As mudanças no modo de vida têm uma clara reflexão nas tipologias residenciais, onde aparece um tipo claramente dominante que se estende por todo o território e é implantado de forma transversal nas diferentes classes sociais.

É uma casa simples, que gera um mundo interior próprio e isolado do espaço público. A casa almóada é organizada dispondo os compartimentos - de dimensões reduzidas - em torno do pátio central, que serve de ligação entre os diferentes espaços. Acede-se através de um saguão, normalmente em forma de L.

Diferentes estudos arqueológicos permitem-nos seguir o trilho desta casa ao longo da península. A título de exemplo, as casas documentadas em Mértola (Alentejo), Saltés (Huelva) e Siyāsa (Cieza, Múrcia), todas elas incluídas no catálogo da exposição "Casas y Palacios de Al-Andalus. Siglos XII e XIII" organizada por El Legado Andalusí em Murcia, em 1995¹⁰⁹.

Página anterior. Em cima: esquema de implementação da tipologia no sudoeste, de ambos os lados do Guadiana. Em baixo: esquema de ocupação da Península pelo Império Almóada e localização dos sítios arqueológicos. Diagramas feitos pelo autor.

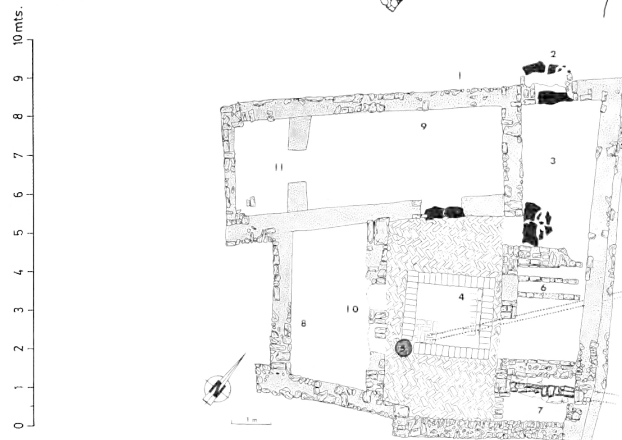
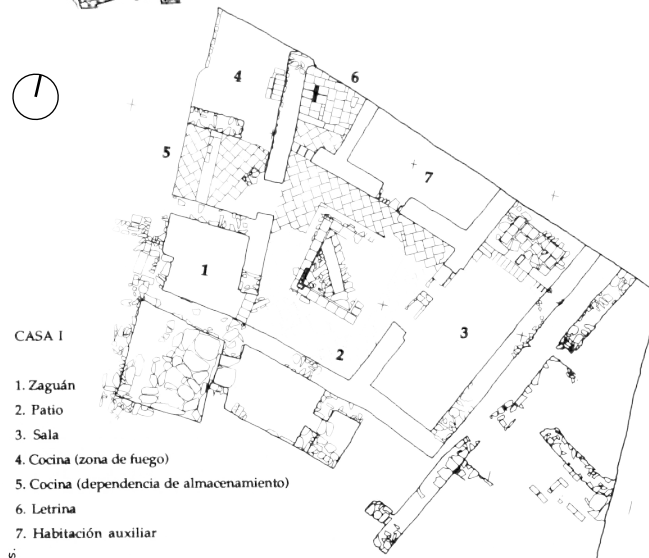
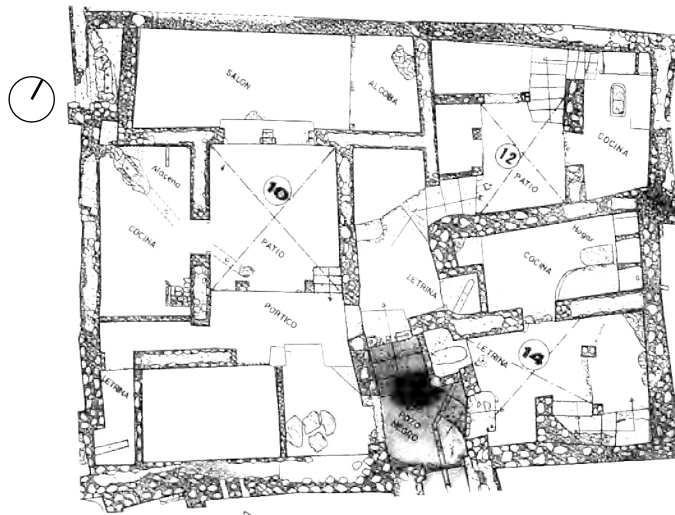
Página anterior. Em cima: Plano da casa I. Bairro almoáda de Alcazaba, Mértola¹¹⁰. Centro: planta da casa I B. Saltés¹¹¹. Em baixo: plantas das casas 10, 12 e 14 Siyāsa¹¹².

¹⁰⁹ Navarro Palazón, Julio [et. al.] – **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Barcelona: Lunwerg Editores, 1995. ISBN 84-778-342-1.

¹¹⁰ Macías, Santiago; Torres, Claudio – El Barrio almohade de la alcazaba de Mértola: el espacio cocina. Em **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Op. cit. P. 173.

¹¹¹ Bazzana, André - Urbanismo e hidráulica (urbana y doméstica) en la ciudad almohade de Saltés (Huelva). Em **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Op. cit. P. 146.

¹¹² Navarro Palazón, Julio; Jiménez Castillo, Pedro – La decoración almohade en la arquitectura doméstica: la casa almohade nº 10 de Siyāsa. Em **Casas y Palacios de Al-Ándalus**. Op. cit. P. 120.



A CASA POPULAR TRADICIONAL EM MÉRTOLA

Em todo o Alentejo, é claramente identificado um processo de configuração morfológica e tipológica própria, baseado na geração de edifícios através da adição de células compactas que preenchem os quarteirões. É um processo que se repete tanto nas pequenas aldeias como nas cidades - sempre pequenas - da região.

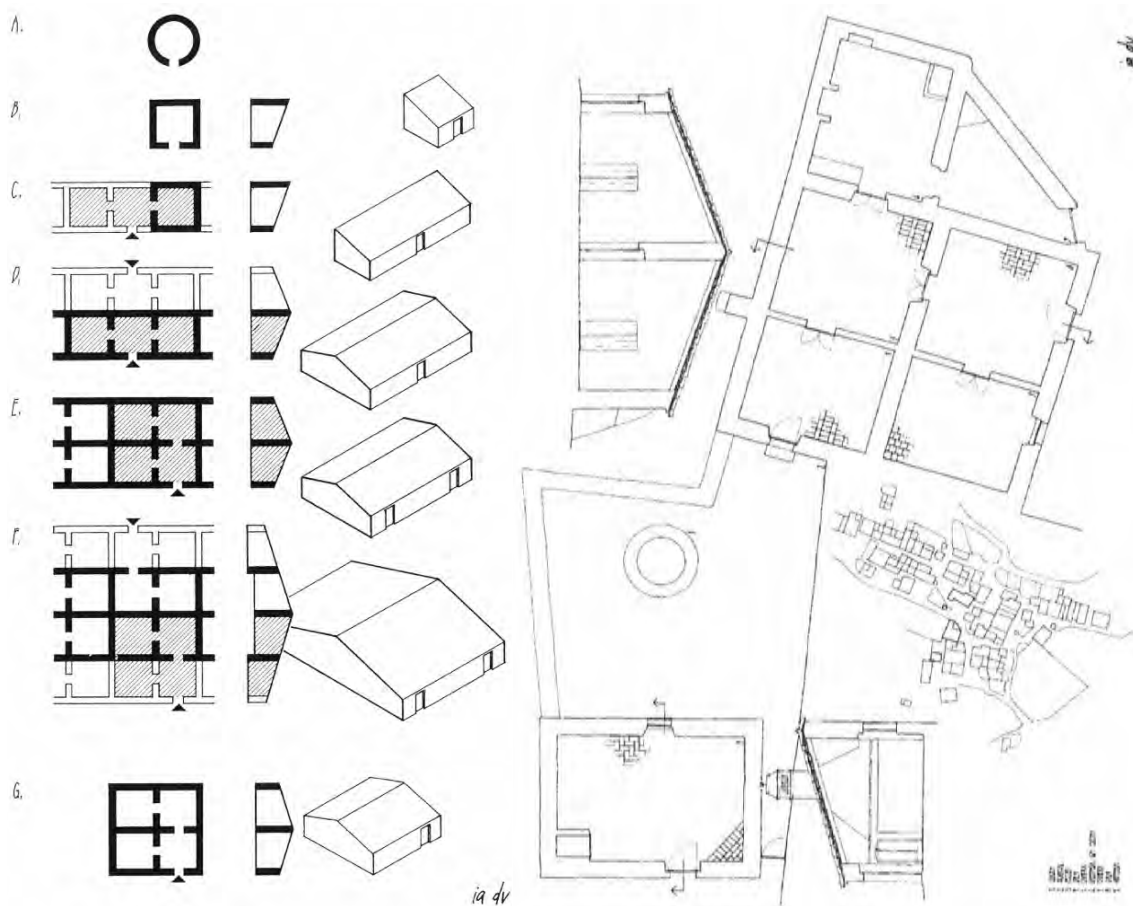
As publicações à escala nacional¹¹³ e regional¹¹⁴, incluem estas tipologias de casas populares, cuja configuração tipológica é resumida de forma muito gráfica por Ilaria Agostini e Daniele Vannetiello num artigo para a revista Campo Arqueológico de Mértola "Arqueologia Medieval"¹¹⁵. Partindo de uma pequena construção idealizada numa sala definida por quatro paredes de suporte e com um telhado de uma só água, gera-se uma construção mais complexa através da adição de unidades em ambos os lados. A parede mais alta define a cumeeira e o edifício cresce debaixo uma saia de telhas de ambos lados deste.

Mais adiante, neste capítulo, iremos rever algumas das obras desenvolvidas nos últimos anos com um cuidado e dedicação tão excecionais como necessários para o correto conhecimento e conservação da arquitetura popular.

¹¹³ Pires Martins, Artur; Castro, Celestino de; Torres, Fernando – Zona 6. Algarve, Baixo Alentejo e Litoral. Em **Arquitectura popular em Portugal**. Lisboa: Ordem dos arquitetos, 2004 (4ª edición). ISBN: 972-97668-7-8

¹¹⁴ Pascoal Sintra, Filomena; Estevens, José; Reimão Costa, Miguel [et. al.] – **Património rural construído no Baixo Guadiana**. Castro Marim: Odiana, 2005. ISBN 972-99686-1-6.

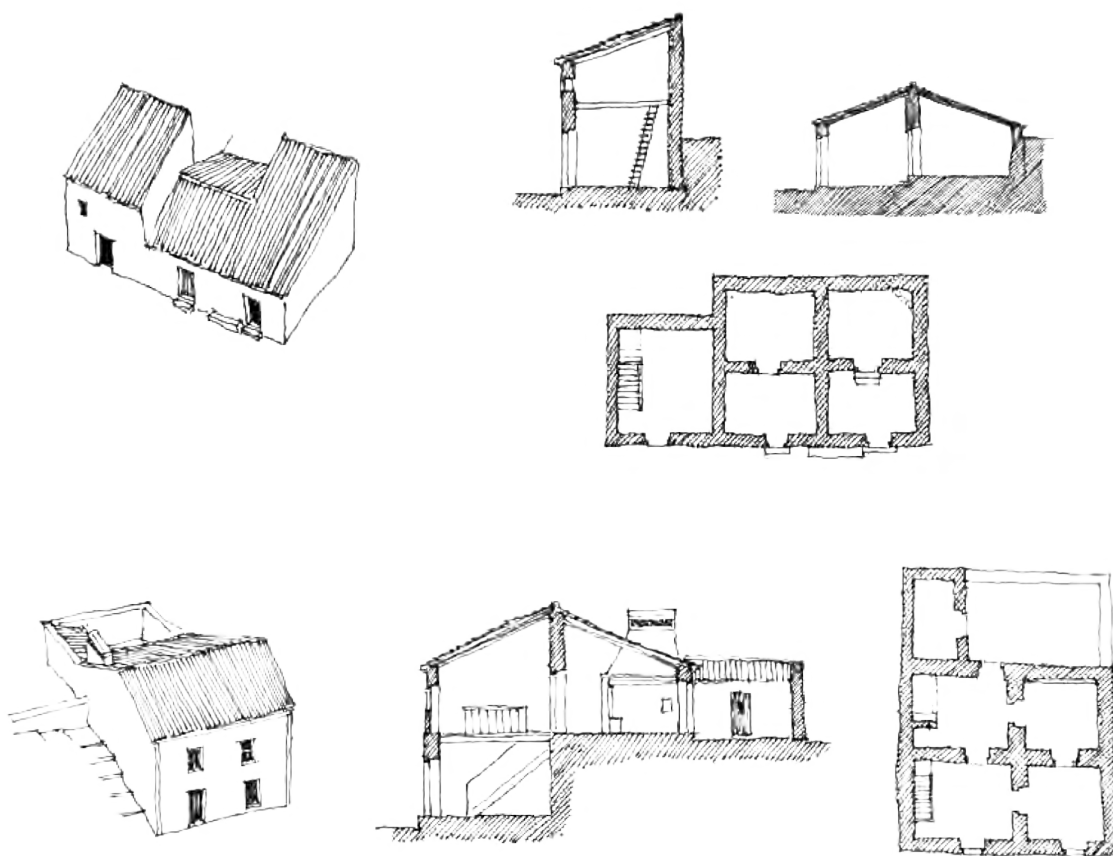
¹¹⁵ Agostini, Ilaria; Vannetiello, Daniele - La casa rurale nel territorio di Mértola. **Arqueología Medieval**. ISSN 0872-2250. Nº 6 (1999). P. 269-278.



Esquerda: esquema de geração tipológica.

Direita: levantamento de casa isolada em Monte Alto (Fernandes)¹¹⁶.

¹¹⁶ Agostini, Ilaria; Vannetiello, Daniele - La casa rurale nel territorio di Mértola. Em **Arqueología Medieval**. Op. Cit. P. 269 y 271.



Em cima: esquema de configuração "morada de casas de frente estreita".

Em baixo: diagrama da configuração de "morada de casas de frente larga"¹¹⁷.

¹¹⁷ Reimão Costa, Miguel; Costa Rosado, Ana - A vila velha e o arrabalde da vila no terceiro quartel do século XX. Em **Mértola a arquitectura da vila e do termo**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2015. ISBN 978-972-9375-49-1. P. 151 y 152.

A aldeia de Mértola está situada numa encosta, mesmo no encontro dos rios Oeiras e Guadiana. A cidade dentro das muralhas está organizada numa rede de ruas e travessas que definem quarteirões alongados, preenchidos com um casario composto na sua maioria por construções simples, enquanto os edifícios principais estão organizados na baixa aproveitando a topografia mais suave.

A cidade sofreu um forte processo de substituição do casario entre os séculos XIII e XVI, substituindo os tipos árabes por novas construções, o que foi documentado nas "visitações e os tombos da Ordem de Santiago"¹¹⁸.

Os tipos tradicionais mais reconhecidos são as "morada de casas", pequenas casas geradas através da adição de unidades compactas "casas" definidas por quatro paredes portantes. É assim que se formam tanto as "casas de frente estreita" como as "casas de frente larga". Em ambos os casos são construções simples com uma cobertura de telha. As primeiras normalmente não têm mais do que duas assoalhadas para resolver minimamente o programa de habitação - cozinha e quarto na "casa de fora" e quarto na "casa de dentro" - e podem ter um sótão, enquanto as segundas têm um pouco mais de espaço e podem ter dois pisos.

¹¹⁸ Rombouts de Barros, M^a de Fátima; Boiça Ferreira, Joaquim; Gabriel, Celeste - **As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva : as visitasões e os tombos da ordem de Santiago 1482 – 1607**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1996. ISBN 972-9375-06-2.

CONHECIMENTO E DIVULGAÇÃO DA ARQUITETURA POPULAR NO ALENTEJO

O Alentejo português é uma grande região, com Invernos rigorosos e Verões abrasadores, habitada por uma população escassa e dispersa por pequenas cidades e aldeias, sem atingir 23 habitantes/Km². A arquitetura popular é um dos principais expoentes patrimoniais de muitas destas cidades, onde predominam as construções simples que foram descritas nas secções anteriores.

Nos anos 50, o Alentejo - como quase todas as regiões do interior de Portugal - iniciou uma forte diminuição da população, principalmente relacionada com a emigração para Lisboa e para as grandes cidades. Este declínio afeta mais intensamente as pequenas cidades e aldeias, ao passo que tem menos incidência nas cidades médias¹¹⁹. Nos anos 80, o fenómeno começou a estabilizar-se e, com a chegada da democracia, foram desenvolvidos programas de modernização para dotar muitas povoações de equipamentos sanitários, educativos e de infraestruturas urbanas básicas. Em geral, estes processos são realizados em áreas de crescimento das cidades históricas, sem criar tensões nos Centros Históricos.

É possível que a falta de pressão imobiliária sobre os Centros Históricos esteja relacionada com a sua conservação, mas o que parece certo é que isso não se deveu a uma forte proteção normativa, uma vez que o quadro jurídico em matéria de defesa do Património é bastante simples e até ao início deste século tinha basicamente a rudimentar lei de 1932¹²⁰.

Atualmente está articulada com a Lei do Património Cultural de 2001¹²¹ e o Decreto-Lei de 2009¹²² que a desenvolve, estabelecendo um sistema simples de valorização e proteção do património e estabelecendo 3 tipos, 3 classificações e 3 categorias de elementos de interesse patrimonial com base numa série de critérios de avaliação. Assim, temos, elementos de interesse patrimonial que podem ser bens de natureza móvel, imóvel ou imaterial, de acordo com a sua natureza.

¹¹⁹ Carmo, Renato Miguel do - El Alentejo en la segunda mitad del siglo XX. Dinámicas sociodemográficas diferenciadas. Em *Revista española de estudios agrosociales y pesqueros*. ISSN 1575-1198. N° 220 (2008). P. 99-122.

¹²⁰ Decreto 20985 de 7 de março de 1932 do Ministério da Instrução pública.

¹²¹ Lei 107/2001 de 8 de setembro da Assembleia da República.

¹²² Decreto-Lei 309/2009 de 23 de outubro do Ministério da Cultura.

De acordo com o meio sociocultural de que são um expoente representativo, podem ser elementos de interesse nacional, de interesse público (para diversos âmbitos gerais) ou de interesse municipal. Finalmente, estão ordenados por categorias de acordo com os conceitos do Direito Internacional, ou seja: monumentos, conjuntos e sítios. Para a declaração dos imóveis, os critérios de valorização são marcados com base nos valores dos imóveis em função da sua materialidade, do génio do seu criador, do seu valor como testemunho religioso ou histórico, dos seus valores estéticos, dos seus valores arquitetónicos, urbanos e paisagísticos, do seu valor como testemunho da memória coletiva, da relevância científica e da sua integridade.

Em relação às Áreas Históricas, a legislação estabelece a elaboração obrigatória de "Planos de Pormenor e Salvaguarda" que devem definir as ocupações, usos, zonas de reabilitação, critérios de intervenção, catálogo de edificações, regulamentos de proteção do Património Arqueológico e estratégias de intervenção socioeconómica. Até à aprovação destes planos, os municípios estarão sujeitos à autoridade cultural para a concessão de licenças de construção.

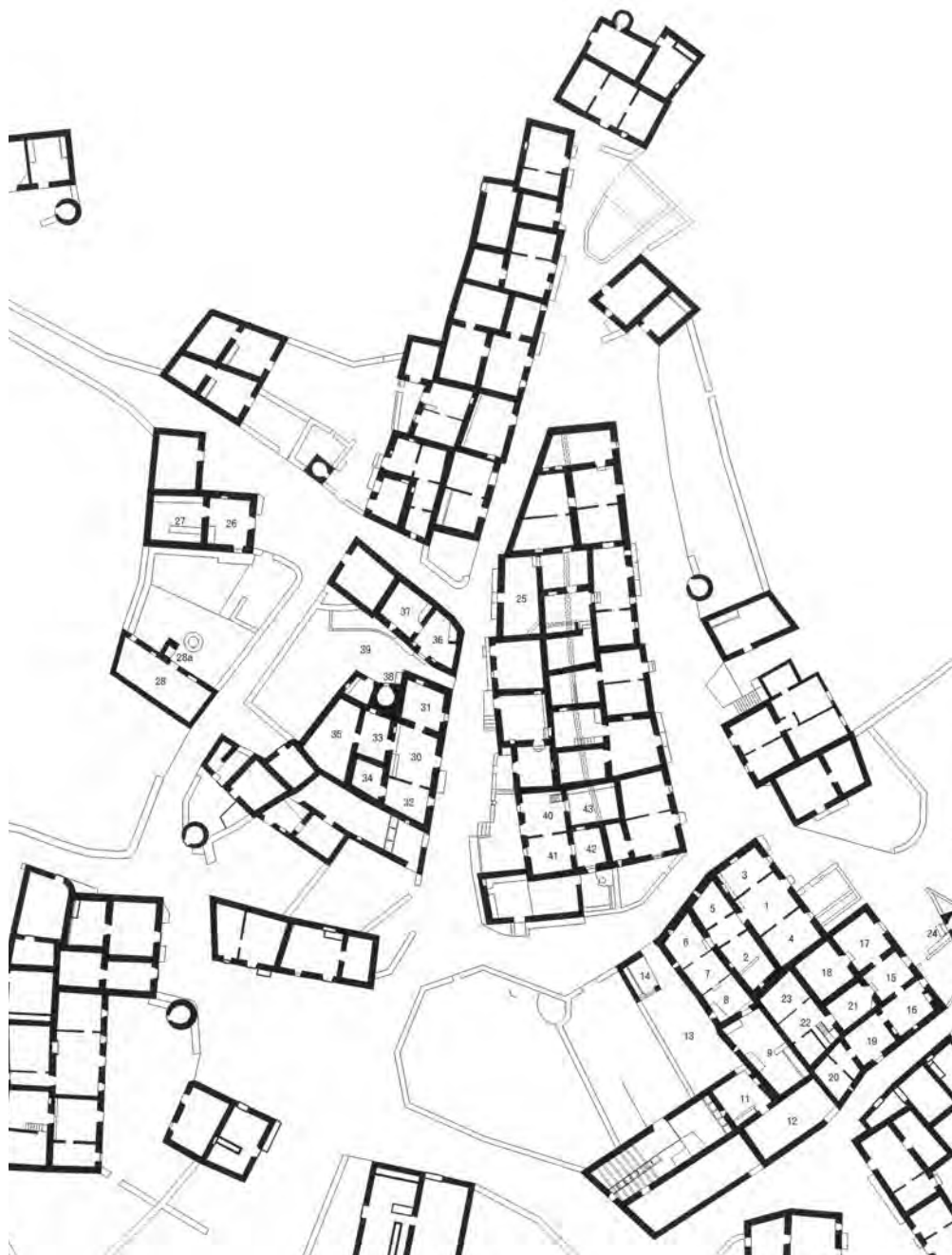
Neste contexto, encontramos muitas aldeias e pequenas cidades que preservaram - numa situação de abandono parcial ou total em muitos dos casos - os seus casarões e uma enorme quantidade de trabalho de catalogação que foi realizado nos últimos anos. É particularmente marcante o carácter quase absoluto da catalogação das pequenas cidades, onde se levantaram quase todas as construções - oferecendo uma visão única da arquitetura popular -.

Como exemplo destes trabalhos de estudo e divulgação da arquitetura popular podemos referir a publicação resultante da Tese de Doutoramento de Miguel Reimão¹²³, que inclui o levantamento de numerosas aldeias na fronteira entre o Algarve e o Alentejo.

O mesmo autor coordena - sob a coordenação geral de Filomena Pascoal e José Esteves - uma delicada e meticulosa digressão pela arquitetura popular, tanto residencial como produtiva, dos municípios algarvios das margens do Guadiana - Alcoutim, Castro Marim e Vila Real do Santo António - na obra "Património construído no baixo Guadiana"¹²⁴, onde encontramos um cuidadoso trabalho cartográfico, planimétrico e fotográfico das aldeias destes concelhos.

¹²³ Reimão Costa, Miguel - *Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve: forma, processo e escala no estudo da arquitetura vernacular*. Porto: Edições Afrontamento, 2014. ISBN 978-972-36-1383-4

¹²⁴ Pascoal Sintra, Filomena; Esteves, José; Reimão Costa, Miguel [et. al.] - *Património rural construído no Baixo Guadiana*. Op. Cit.



Planta de Alcaria Queimada, Vaqueiros¹²⁵.

¹²⁵ Reimão Costa, Miguel - Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve : forma, processo e escala no estudo da arquitetura vernacular. Op. Cit. P. 185.



Especialmente relevante é o caso de Mértola, onde o catálogo da exposição "Mértola. A Arquitetura da vila e do termo"¹²⁶ - organizada pelo Campo Arqueológico de Mértola - inclui um levantamento completo tanto da cidade dentro das muralhas como dos subúrbios históricos por níveis, incluindo plantas de rés-do-chão, primeiro andar e coberturas - ou segundo andar, no caso de edifícios com dois ou mais andares. Esta exposição é o resultado de anos de esforço de numerosos profissionais que trabalham nos arquivos e no terreno há mais de 40 anos, dando a conhecer o património que conserva e envolvendo a população no seu conhecimento e valorização através do projeto "Mértola vila museu", graças a um espírito que a arqueóloga Susana Gómez Martínez define como "militância patrimonial". De facto, o Centro Histórico de Mértola possui um casario muito bem preservado e um conhecimento arqueológico excecional, o que o levou a ser nomeado para a Lista Indicativa do Património Mundial da UNESCO em Setembro de 2016. Até agora, porém, a proteção do património tem-se limitado a um simples "Plano de pormenor e Salvaguarda"¹²⁷ de apenas quatro páginas.

A proteção do Centro Histórico de Mértola, ao abrigo de alguns das figuras previstas na legislação do património português, só começou no final de 2016, quando a administração local deu início aos procedimentos de declaração do Centro Histórico, bem como de uma vasta área, monumento de interesse nacional - uma vez que este é um pré-requisito para a sua nomeação definitiva para a Lista Indicativa do Património Mundial da UNESCO - .

*Página anterior: três níveis de reconhecimento*¹²⁸.

¹²⁶ Torres, Claudio; Gómez Martínez, Susana; Reimão Costa, Miguel [et. al.] - *Mértola a arquitectura da vila e do termo*. Op. Cit.

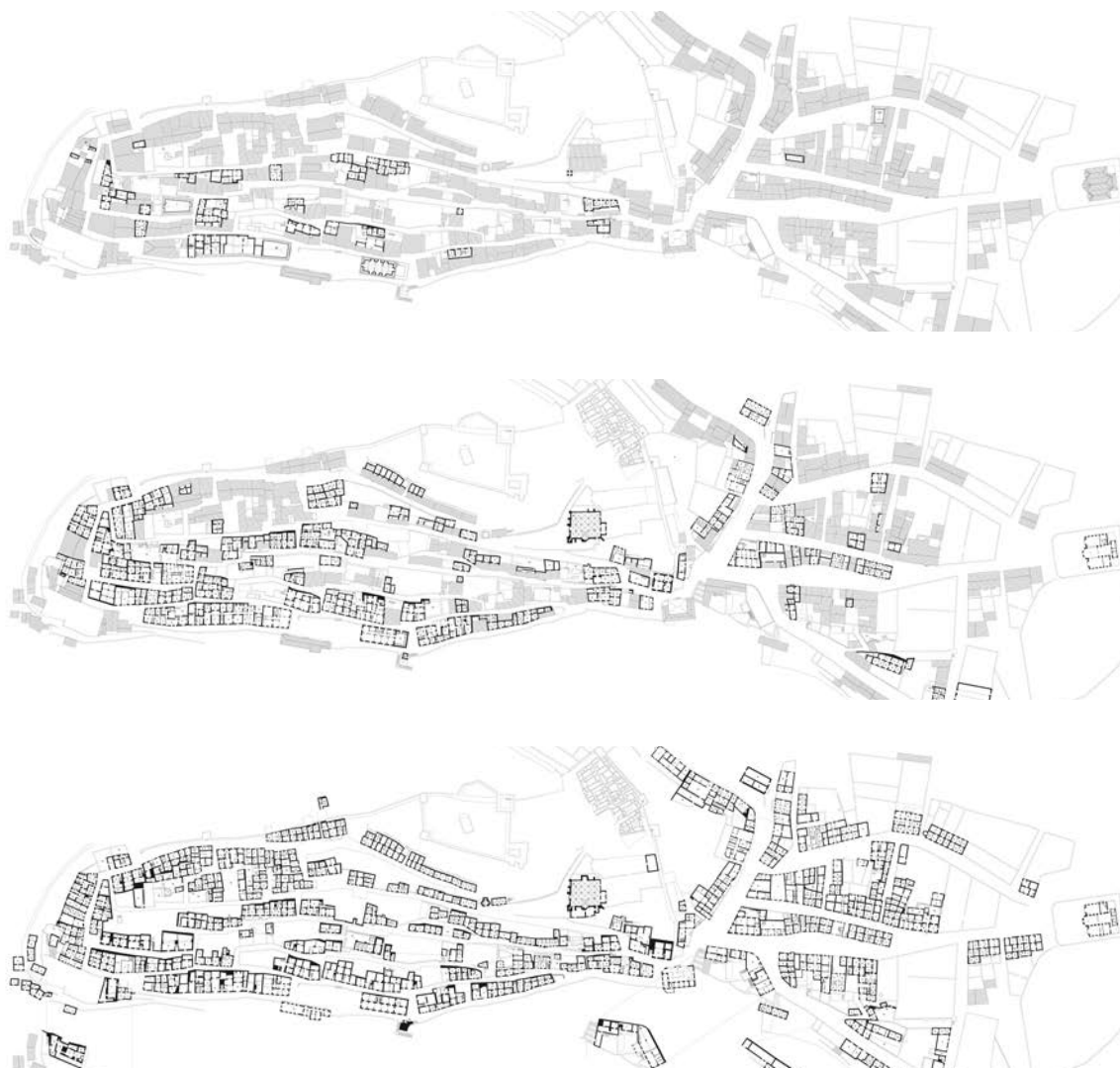
¹²⁷ Diário da República-II série N° 205-4-9-1996 – Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico da Vila de Mértola.

¹²⁸ Pascoal Sintra, Filomena; Estevens, José; Reimão Costa, Miguel [et. al.] – *Património rural construído no Baixo Guadiana*. Op. Cit. P. 124-126 y 130 respectivamente.



Vistas de Mértola da margem esquerda do Guadiana em 1875, início do século XX e meados do século XX¹²⁹.

¹²⁹ Torres, Claudio; Gómez Martínez, Susana; Reimão Costa, Miguel [et. al.] - **Mértola a arquitectura da vila e do termo**. Op. Cit. P. 74-75 y 133.



Levantamento do Centro Histórico de Mértola. Níveis 2, 1 e 0¹³⁰.

¹³⁰ Torres, Claudio; Gómez Martínez, Susana; Reimão Costa, Miguel [et. al.] - **Mértola a arquitectura da vila e do termo**. Op. Cit. Documentação anexa.



Página anterior: Vista aérea de Carmona em 1956¹³¹.

¹³¹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Plano I. 23. Ortofotografía digital pancromática de Andalucía a partir de Vuelo Fotogramétrico nacional BN a escala 1:33.000 de 1956-57, realizado mediante colaboración del Ejército del Aire de España y la Fuerza Aérea de EEUU. Reprodução parcial.

ARQUITETURA POPULAR E CONJUNTO HISTÓRICO

OS CONJUNTOS HISTÓRICOS NO QUADRO JURÍDICO DO PATRIMÓNIO

Para a correta proteção da arquitetura popular - como de qualquer bem patrimonial - é essencial contar com a base que forma o conhecimento, a divulgação e a valorização social do mesmo. Qualquer iniciativa que parta do âmbito puramente regulamentar tem poucas hipóteses de êxito se ignorar os conceitos acima referidos. As dificuldades que surgem no campo metodológico no estudo da arquitetura popular - discutidas nos capítulos anteriores - estendem-se ao resto dos seus aspetos da mesma como realidade cultural e patrimonial. Neste sentido, a arquitetura popular é frequentemente valorizada pelos seus aspetos meramente ambientais, como parte de um conjunto urbano. O próprio Carlos Flores defende que o valor dos conjuntos arquitetónicos populares sobre o conceito de beleza de São Agostinho "*unidade na variedade*"¹³², aludindo que o processo de implantação e adaptação tipológica da casa popular gera um traçado urbano contínuo de elementos homólogos, mas não iguais, de grande harmonia e beleza. Com base nestes conceitos, o Conjunto Histórico é estabelecido como uma figura de proteção, para cobrir tanto entornos urbanos com valores patrimoniais como entornos urbanos compostos por um número sem fim de elementos individuais com valores próprios.

A fim de garantir a conservação dos valores patrimoniais dos Conjuntos Históricos, são estabelecidos instrumentos desde o âmbito do planeamento urbano. É assim que os Planos Especiais de Proteção - ou os conteúdos de proteção incluídos no planeamento geral - surgem como um instrumento de conhecimento, valorização, proteção e divulgação.

¹³² Flores, Carlos – *Arquitectura popular española*. Op. Cit. Vol. 1. P 64.

A primeira referência legislativa em relação ao Património Histórico - para além das questões operacionais de algumas instituições – produz-se na Constituição de 1931¹³³, especificamente no seu artigo 45º:

"Toda a riqueza artística e histórica do país, seja quem for o seu proprietário, constitui o tesouro cultural da Nação e está sob a salvaguarda do Estado, que pode proibir a sua exportação e alienação e decretar as expropriações legais que considere adequadas para a sua defesa. O Estado organizará um registo da riqueza artística e histórica, assegurará a sua zelosa custódia e zelará pela sua perfeita conservação. O Estado protege igualmente os locais que se destacam pela sua beleza natural ou pelo seu reconhecido valor artístico ou histórico".

Como resultado deste preceito, foi elaborada a Lei do Património Artístico Nacional, de 13 de Maio de 1933¹³⁴. Com a Constituição de 1978¹³⁵, esta obrigação de proteger e conservar atribuída ao Estado é consolidada com o seu artigo 46º:

"Os poderes públicos devem garantir a conservação e promover o enriquecimento do património histórico, cultural e artístico dos povos de Espanha e dos bens que o compõem, independentemente do seu estatuto jurídico e da sua propriedade. O direito penal punirá os ataques a este património".

Sete anos mais tarde, foi aprovada a segunda Lei do Património Histórico Espanhol¹³⁶. No âmbito da Andaluzia, a proteção e valorização do Património Histórico está incluída como um dos objetivos básicos da Comunidade Autónoma no nº 3 do artigo 12º do Estatuto de Autonomia da Andaluzia¹³⁷, conferindo-lhe competência exclusiva nesta matéria (art. 13.27 e 28).

¹³³ Gaceta de Madrid Nº 344 de 10 de diciembre de 1931 – **Constitución de la República Española**.

¹³⁴ Gaceta de Madrid Nº 145 de 25 de mayo de 1933 – Ley relativa al Patrimonio Histórico Artístico Nacional.

¹³⁵ Boletín Oficial del Estado Nº 311 de 29 de diciembre de 1978 – **Constitución Española**.

¹³⁶ Boletín Oficial del Estado Nº 155 de 29 de junio de 1985 – **Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español**.

¹³⁷ Boletín Oficial del Estado Nº 9 de 11 de enero de 1982 - Ley Orgánica 6/1981, de 30 de diciembre, de Estatuto de Autonomía para Andalucía.

Desde a transferência de competências, a Comunidade Autónoma da Andaluzia aprovou duas leis sobre Património Histórico - em 1991¹³⁸ e 2007¹³⁹, respetivamente - e vários regulamentos.

O conceito de Conjunto Histórico acompanha o de Monumento desde a lei de 1933¹⁴⁰, que no seu artigo 33º estabelece que "*Todas as prescrições referentes aos Monumentos histórico-artísticos são aplicáveis aos conjuntos urbanos e rústicos - ruas, praças, recantos, bairros, muralhas, fortalezas, ruínas -*". A sua proteção e conservação tem sido um objetivo prioritário das sucessivas leis acima enumeradas. A Lei do Património Histórico Espanhol de 1985 estabelece cinco tipologias de Imóveis de Interesse Cultural, entre eles define (art. 15.3) os Conjuntos Históricos da seguinte forma:

"o agrupamento de bens imóveis formando uma unidade de povoamento, contínua ou dispersa, que é condicionada por uma estrutura física representativa da evolução de uma comunidade humana, porque testemunha a sua cultura ou constitui um valor de utilização e fruição para a comunidade. Do mesmo modo, um Conjunto Histórico é qualquer núcleo individualizado de bens imóveis incluídos numa unidade superior de população que reúna essas mesmas características e que possa ser claramente delimitado".

Do mesmo modo, o artigo 20º estabelece a obrigação de elaborar Planos Especiais - ou figura de proteção equivalente - e a retirada de poderes para autorizar obras às autarquias, que devem contar com a aprovação da administração competente para a proteção dos bens abrangidos.

¹³⁸ Boletín Oficial de la Junta de Andalucía Nº 59 de 13 de julio de 1991 – **Ley 1/1991, de 3 de julio, de Patrimonio Histórico de Andalucía.**

¹³⁹ Boletín Oficial de la Junta de Andalucía Nº 248 de 19 de diciembre de 2007 – **Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía.**

¹⁴⁰ García Fernández, Javier - La regulación y la gestión del Patrimonio Histórico-Artístico durante la Segunda República (1931-1939). En **Revista electrónica de Patrimonio Histórico**. ISSN 1988-7213. Nº 1 (2007). P. 50-94.

A primeira lei andaluza sobre o património histórico adota a mesma abordagem, definindo no seu artigo 26º os Conjuntos Históricos da seguinte forma:

"agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais que se destacam pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, com coerência suficiente para constituir unidades suscetíveis de clara delimitação".

O artigo 32º estabelece os valores de planeamento com os quais o artigo 20º da lei nacional pode ser cumprido. A Lei do Património Histórico Andaluz de 2007 estabelece - no artigo 25º - uma classificação para os Imóveis de Interesse Cultural, agrupando-os nas seguintes tipologias:

- Monumentos.
- Conjuntos Históricos.
- Jardins Históricos.
- Sítios históricos.
- Zonas Arqueológicas.
- Lugares de Interesse Etnológico.
- Lugares de interesse industrial.
- Áreas patrimoniais.

O artigo 26º da mesma lei define as diferentes tipologias acima enumeradas, com especificando - na segunda secção - o conceito de Conjunto Histórico:

"Os Conjuntos históricos são grupos de construções urbanas ou rurais, bem como as características geográficas que os compõem, relevantes pelo seu interesse histórico, arqueológico, paleontológico, artístico, etnológico, industrial, científico, social ou técnico, com coerência suficiente para constituir unidades suscetíveis de clara delimitação".

Com a declaração dos Conjuntos Históricos, a Lei estabelece - no seu artigo 30º - a obrigação de adaptar o planeamento urbanístico que regula o âmbito dos bens imóveis inscritos no Catálogo Geral do Património Histórico Andaluz às necessidades especiais de proteção destes imóveis.

Para o efeito, estabelece a possibilidade de equipar os Planos Gerais - e por extensão qualquer das figuras de planeamento geral em vigor - com os mecanismos necessários ou bem remeter-se à elaboração de Planos Especiais de Proteção - ou planos de desenvolvimento com o mesmo conteúdo - num prazo máximo de três anos a partir da aprovação definitiva do Plano Geral. Na prática, esta exigência traduz-se em duas estratégias de proteção dos Conjuntos Históricos, em função dos recursos disponíveis e da implicação patrimonial das autoridades municipais, embora as exigências sejam as mesmas em ambos os casos.

Elaboração ou alteração de Planos Gerais de Ordenamento do Território e as Normas Subsidiárias Municipais com conteúdo específico de proteção, que normalmente se limita à inclusão nos mesmos de um catálogo de imóveis e outros elementos de interesse e a um breve relatório. Na melhor das hipóteses, é também acompanhada de normas para a proteção do património construído e arqueológico. É o caso - na província de Sevilha - de Fuentes de Andalucía e Guadalcanal.

Elaboração de Planos Especiais de Proteção dos Conjuntos Históricos, que regulam as intervenções tanto no Conjunto Histórico como no sua envolvente, quer seja num único documento, quer através de documentos específicos para sectores previamente acordados com a administração competente em matéria de Cultura - como é o caso de Sevilha devido à sua extensão. Tratam-se de documentos complexos que contam com extensas equipas de redação compostas por profissionais de diferentes áreas como o planeamento urbano, arquitetura, arqueologia, sociologia e etnologia. No caso específico dos Bens de Interesse Cultural inscritos na tipologia do Conjunto Histórico, o planeamento urbanístico de proteção - em qualquer das formas acima referidas - deve conter as disposições descritas no artigo 31º, que se resumem nos pontos seguintes:

- Instruções especiais, se existirem.
- Manutenção da estrutura territorial e urbana.

- Catalogação exhaustiva dos seus elementos unitários, tanto edifícios como estruturas, estabelecendo para cada elemento um nível de proteção adequado.
- A identificação dos elementos e o estabelecimento de medidas corretivas.
- Conservação dos usos tradicionais.
- Conservação das características gerais do ambiente.
- Regulamentação específica para a proteção do património.
- As determinações em matéria de acessibilidade necessárias para a conservação dos valores protegidos.
- Conservação dos alinhamentos, dos níveis e do parcelamento existente.
- A regulamentação dos parâmetros tipológicos e formais dos novos edifícios, no respeito e na coerência com os já existentes.
- As substituições de imóveis são consideradas excecionais.

Com estes documentos, a Lei pretende - e consegue - não só estabelecer um instrumento operacional para a proteção dos Conjuntos Históricos através da fiscalização municipal de projetos e obras de intervenção, mas também assegurar o desenvolvimento dos trabalhos necessários para o correto conhecimento das Conjuntos Históricas. Dada a relevância jurídica e patrimonial do Conjunto Histórico, as suas figuras de proteção tornam-se os estudos de maior alcance, resolução e profundidade de que dispomos sobre estes bens. Embora sejam documentos com um conteúdo urbanístico evidente, implicam e contêm um esforço árduo de investigação, onde o trabalho interdisciplinar é essencial e oferece grandes resultados. Por este motivo - tal como detalhado no capítulo Metodologia - constituem a base documental para a preparação deste trabalho.

O ESTUDO DA CASA SEM NOME

O estudo da casa objeto deste estudo baseia-se na análise aprofundada da documentação incluída nos Planos Especiais de Proteção dos Conjuntos Históricos. Neste sentido, nos capítulos seguintes, a informação relevante de cada um dos Conjuntos Históricos está organizada em quatro grandes blocos:

- O Conjunto Histórico. Descreve o processo de declaração dos conjuntos como Bem de Interesse Cultural, bem como a relevância da arquitetura popular dentro do mesmo.
- O Plano Especial de Proteção. Inclui questões relevantes relativas ao âmbito e às características fundamentais dos planos, bem como o estado de tramitação do documento.
- A casa popular. Faz uma revisão das tipologias de arquitetura popular recolhidas pelos planos, identificando a denominação utilizada em cada caso para a casa sem nome e fazendo uma descrição geral da mesma.
- Catalogação. Descreve os níveis de proteção estabelecidos pelos planos e analisa a estrutura das fichas em cada um dos catálogos.
- Proteção. Analisa o resultado dos parâmetros de proteção e planeamento tanto nos próprios imóveis como na tipologia e o traçado urbano.

Foram elaborados documentos de síntese dos conteúdos dos catálogos dos Planos Especiais em relação à casa popular estudada em cada um dos Conjuntos Históricos, de modo a que se possa fazer uma leitura conjunta e comparativa destes parâmetros, que nem sempre são expressos de forma mensurável nas próprias fichas de catálogo.

- Planos de localização de imóveis. Foram desenvolvidos para facilitar a compreensão do processo de implementação tipológica no traçado urbano e no contexto do crescimento histórico das cidades. Para isso, foram tomados como base de planimétrica os planos de catalogação de cada um dos Planos Especiais estudados, nos quais foram ressaltados os imóveis com a tipologia objeto de estudo deste trabalho. Finalmente, agregou-se a informação sobre a evolução urbana extraída dos próprios planos.
- Base de dados das fichas resumidas do catálogo. Recolhe dados fundamentais a partir das fichas do catálogo, tanto das descrições literais como da documentação fotográfica e planimétrica. Esta informação está organizada com base nos campos fundamentais destas fichas, reorganizados e parametrizados para que se possam estabelecer correlações entre imóveis e catálogos.
 - Identificação: onde são indicados o grau de catalogação, a tipologia do imóvel, o enquadramento legal da proteção e a sua cronologia.
 - Quantificação: onde são recolhidas as dimensões da parcela e os diferentes elementos tipológicos que caracterizam o imóvel.
 - Documentação: onde estão patentes os dados relativos aos sistemas de construção utilizados, bem como os elementos singulares dos imóveis recolhidos pelas fichas.

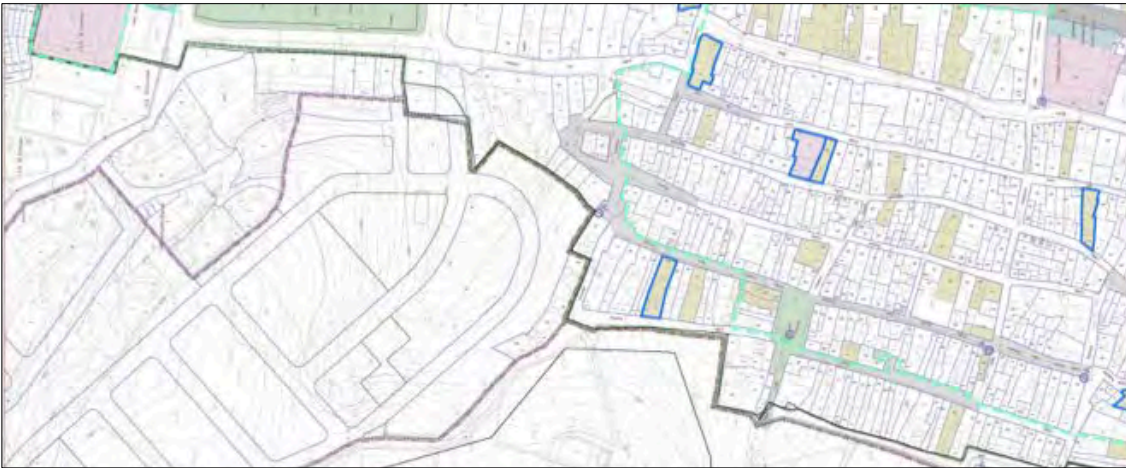
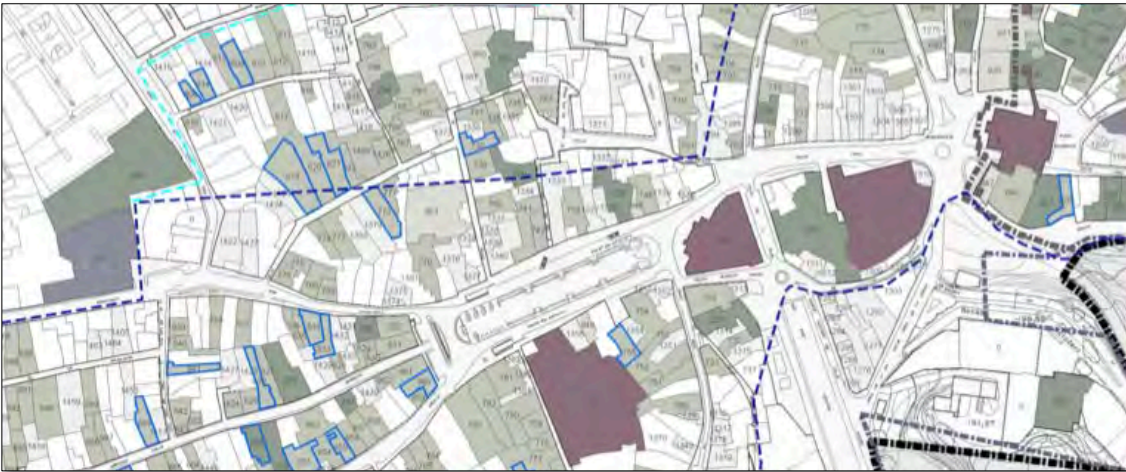
A informação introduzida na base de dados é apresentada sob a forma de fichas sintéticas para cada um dos imóveis, disponíveis em anexo na edição digital deste trabalho.

Página seguinte: Campos da base de dados - identificação, quantificação e documentação - e ficha resumo.

[illegible]

CCHH						
ficha	nivel	afección	plano	tipología casa	uso actual	origen
COD n°	A	general	sí	corredor	unifamiliar	S. XIII
	B	parcial	no	pop. trad. 1P	bifamiliar	S. XIV
	C	puntual		pop. trad. 1,5P	plurifamiliar	S. XV
	C*			pop. trad. 2P	otros	S. XVI
	D			doméstica		S. XVII
	D*			popular		S. XVIII
	E					S. XIX
	F					S. XX
						moder.

137



A CASA SEM NOME NOS PLANOS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO

CARMONA

O Conjunto Histórico.

O centro histórico de Carmona, e especificamente a sua área amuralhada, foi declarado Conjunto Histórico-Artístico em 1963¹⁴¹, ao abrigo da Lei do Património de 1933. O breve decreto – como o são todas as declarações da época - menciona a conservação do casario e os valores ambientais, embora não faça qualquer referência à arquitetura popular, que constituía a grande maioria do casario.

"Se há cidades em Espanha que merecem proteção estatal, uma delas é sem dúvida Carmona, tanto pelos seus edifícios como pelas suas ruas e praças, que mantêm todo o seu aspeto tradicional. Dentro do seu recinto amuralhado existe um grande número de templos medievais, renascentistas e barrocos; uma bela série de casas nobres e edifícios religiosos e civis de excelente categoria, que juntamente com as muralhas, com as suas importantes portas - a de Córdoba, a de Sevilha, de construção romana - e as suas fortalezas, constituem um complexo monumental muito valioso. Fora deste recinto, igualmente merecedor de proteção, os eremitérios de São Mateou e São Antón, a igreja de São Pedro e a sua torre, inspirada na Giralda; o convento da Conceição, com o seu belo claustro e arcos de estilo mudéjar; a chamada "Via Augusta", que conserva ainda algumas partes do seu percurso original, já declarada monumento, conferem à cidade de Carmona um aspeto próprio e de grande interesse. "

Página anterior: plantas de localização dos imóveis identificados. Elaborado pelo autor a partir da catalogação e dos planos de evolução histórica. Reprodução parcial.

¹⁴¹ Boletín Oficial del Estado N° 120 de 20 de mayo de 1963 – Decreto 1064/1963, de 25 de abril por el que se declara conjunto histórico-artístico la zona incluida dentro del recinto amurallado de la ciudad de Carmona (Sevilla) y monumentos histórico-artísticos las ermitas de San Mateo y San Antón, la iglesia y torre de San Pedro, el convento de la Concepción y los restos de la "Vía Augusta" y su puente de la citada ciudad.

Apesar da sua precoce declaração como Conjunto Histórico - o primeiro na província de Sevilha - , dos claros valores patrimoniais e da obrigação de elaborar um Plano Especial ao abrigo das Leis do Património de 1985 e 1991, teriam de passar 40 anos até que a Câmara Municipal comande à empresa pública SODECAR S. A. a elaboração do Plano Especial, que contou com um grande grupo de profissionais das áreas da arquitetura, arqueologia e direito, sob a direção do arquiteto Ventura Galera Navarro. Após mais de dois anos de elaboração, o processo administrativo teve início em 2006¹⁴² com a aprovação inicial. A tramitação do plano também não correu de forma fluída, uma vez que, devido a várias vicissitudes, seriam necessários quase quatro anos para completar o processo de aprovação provisória¹⁴³ e definitiva¹⁴⁴.

¹⁴² Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°24 de 31 de enero de 2006 - Decreto de Alcaldía de 4 de enero de 2006. Aprobación Inicial del Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona.

¹⁴³ Por acordo do Câmara Municipal em sessão plenária de 26 de setembro de 2008.

¹⁴⁴ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°191 de 19 de agosto de 2009 - Decreto de Alcaldía de 23 de julio de 2009. Aprobación Definitiva del Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona.

O Plano Especial de Proteção.

O Plano Especial de Proteção do Património Histórico de Carmona é um documento extenso, com um conteúdo preciso e bem documentado. Conta com uma ampla memória - estruturada em apartados de informação, ordenamento e participação - e um catálogo extenso.

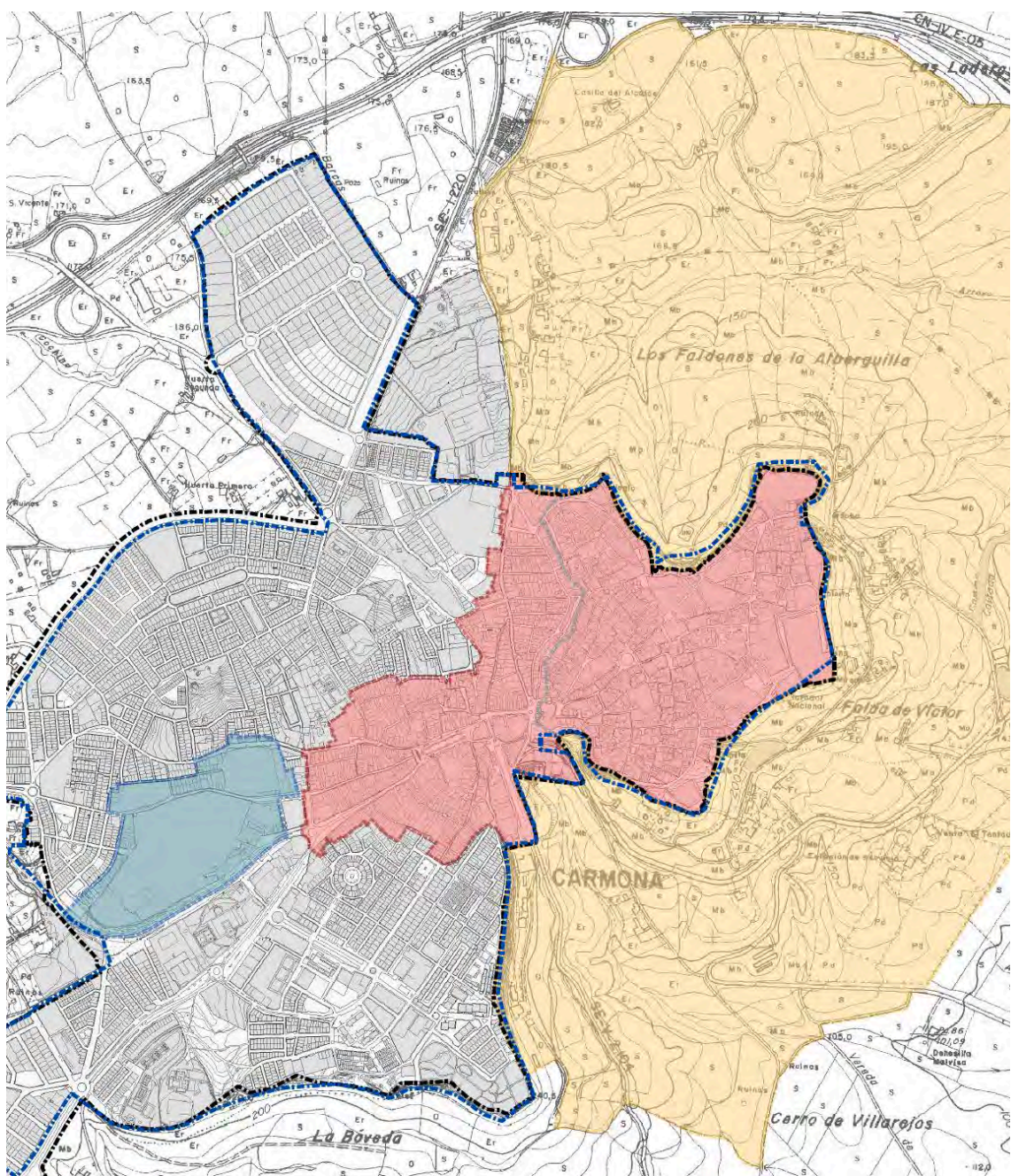
O âmbito do Plano ultrapassa a delimitação incluída na declaração do Conjunto Histórico - que o confina ao recinto amuralhado - ao incluir os arrabaldes históricos, devido ao seu interesse arquitetónico, urbano e, sobretudo, arqueológico e seguindo o critério de "Zona Histórica" estabelecido pelas Normas Subsidiárias Municipais em vigor durante a elaboração do Plano. Para além destas áreas, está prevista a inclusão de uma envolvente na zona de Alcor.

Assim, o Plano Especial abrange uma área de 160 hectares, que inclui cerca de 2200 imóveis, dos quais 1485 estão incluídos no catálogo de edifícios com diferentes graus de proteção. A grande maioria dos imóveis catalogados corresponde a diferentes elementos do casario tradicional.

Dentro deste casario, destacam-se exemplos de arquitetura popular com tipologias bem definidas, que se enquadram no objeto deste estudo.

Página seguinte: delimitação do âmbito de aplicação do Plano¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Plano 0.1 ÁMBITO DEL PEPCH. Reproducción parcial.



Leyenda

	delimitación suelo urbano normas subsidiarias vigentes		delimitación del entorno no urbanizable del conjunto histórico
	delimitación suelo urbano propuesta pepphc		Zona Histórica de la Ciudad de Carmona
	delimitación del conjunto histórico declarado (Decreto 1064/1963)		Zona Arqueológica Necrópolis - Anfiteatro (Decreto 55 /2003)

A casa corredor.

A memória de ordenamento dedica uma secção específica às tipologias residenciais presentes no Conjunto Histórico, ordenadas com base numa hierarquia que combina critérios tipológicos, dimensionais e cronológicos. Reconhece, assim, 6 tipos fundamentais:

- Casa Palácio.
- Casa pátio maior.
- Casa pátio menor.
- Casa corredor.
- Casa de agregação.
- Casa de vizinhos.

Destes, a casa corredor corresponde à sequência tipológica da casa que é objeto deste estudo. O Plano define-a da seguinte forma:

"A casa corredor ocupa um terreno alongado, muito mais fundo do que largo. Estruturalmente é composta por uma nave dupla paralela à fachada, por dois pisos, sendo o superior um sótão. Após este primeiro bloco, acede-se a um pátio alongado flanqueado num dos seus lados por uma nave de um único piso perpendicular à fachada. O pátio é rematado na parte de trás com outro bloco com uma ou duas naves com dois pisos. Na parte de trás da parcela encontra-se o logradouro.

Funcionalmente a característica básica é a existência de um corredor que atravessa o edifício desde a porta até ao logradouro, com a passagem para os animais evidenciada no pavimento. A primeira nave é ocupada pelo saguão e um ou dois compartimentos laterais, dependendo da largura da fachada. A segunda nave funciona como uma sala e geralmente contém a escada para o sótão.

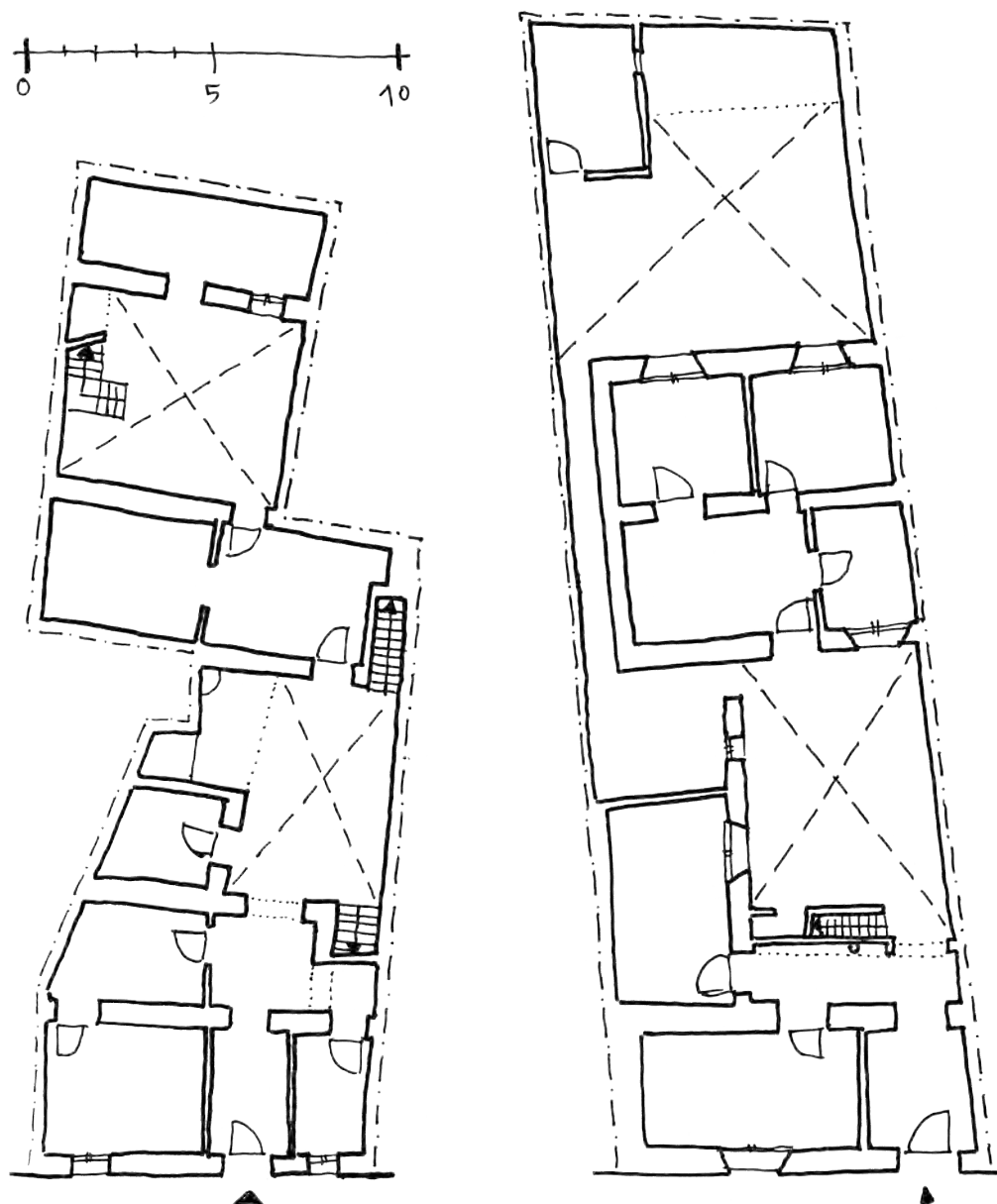
A cozinha situa-se normalmente no corredor lateral ou numa nave perpendicular junto ao pátio. A dupla nave nas traseiras é ocupada pelos estábulos e compartimentos auxiliares vinculados aos usos do curral".

O enquadramento histórico desta tipologia é preciso. Está associado ao que o Plano chama de "as transformações cristãs"¹⁴⁶. Após um primeiro século de declínio populacional e diminuição da densidade urbana em resultado da conquista cristã, iniciou-se um processo de crescimento sustentado ao longo da era moderna, que resultou na ocupação dos vazios urbanos dentro da muralha e na criação e expansão dos arrabaldes.

Neste contexto, duas tipologias são as que albergam a maioria da população - fundamentalmente os camponeses - a casa pátio menor e a casa corredor. Tanto assim é que se estima que no século XVIII albergava 57% da população, chegando a atingir 70% em algumas zonas, como os bairros de São Pedro ou Santiago. A primeira adaptou-se à morfologia existente de origem almóada e a segunda esteve associada aos processos de segregação próprios dos períodos de densificação urbana.

Em termos edificatórios, estima-se que ambas as tipologias representaram 96% dos mesmos, 48% cada uma. Assim, a casa corredor - assim como a casa pátio menor - é uma peça fundamental da estrutura urbana de Carmona, com forte presença em todo o Conjunto Histórico e com um percurso histórico que começa no século XIV e chega até à primeira metade do século XX. A nível geral, o Plano Especial não inclui descrições formais detalhadas nem descreve sistemas de construção, mas destaca o tratamento dos pavimentos dos corredores para suportar a passagem dos animais.

¹⁴⁶ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Memoria. Introducción, Información y Diagnóstico. P. 42.



Esquemas da casa corredor¹⁴⁷. Desenhos do autor baseados nos esquemas incluídos nas fichas do catálogo.

¹⁴⁷ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Catálogo. Fichas 792 y 846.



Catálogo.

O catálogo muito extenso do Plano Especial para a Proteção do Património Histórico de Carmona inclui 1485 imóveis a partir de uma combinação de trabalho de campo e arquivo para recolher o máximo de informação sobre cada edifício. As fichas têm 4 blocos fundamentais:

- Características gerais, com detalhes da localização, da identificação, da propriedade e da volumetria.
- Descrição de elementos fundamentais, tais como fachadas, pátios, coberturas, elementos singulares e outros.
- Análise tipológica e cronológica, que recolhe a evolução conhecida do imóvel.
- Documentação gráfica, proteção e ordenamento, bem como a proteção arqueológica subjacente e emergente.

Inclui planta de localização 1/2000, fotografias de detalhe, planta baixa 1/500 – dos imóveis visitados - , fotografia aérea comparativa (2003-1956) e esquemas de proteção. Com base num desenho de ficha comum, são estabelecidos três níveis de informação. O mais detalhado para os imóveis catalogados A e B, um nível intermédio para os imóveis catalogados C e D e, finalmente, um nível mais simples para os imóveis catalogados E. Os imóveis catalogados F não têm uma ficha, mas estão elencados, indicando a sua utilização, localização e tipologia.

Página anterior: imagens da casa do corredor¹⁴⁸

¹⁴⁸. Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Catálogo. Fichas 230, 183 y 629. Reprodução parcial. Composição do autor.

[illegible]

¹⁴⁹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Catálogo. Edificios de la ciudad y su entorno. Tomo VI, ficha 485.

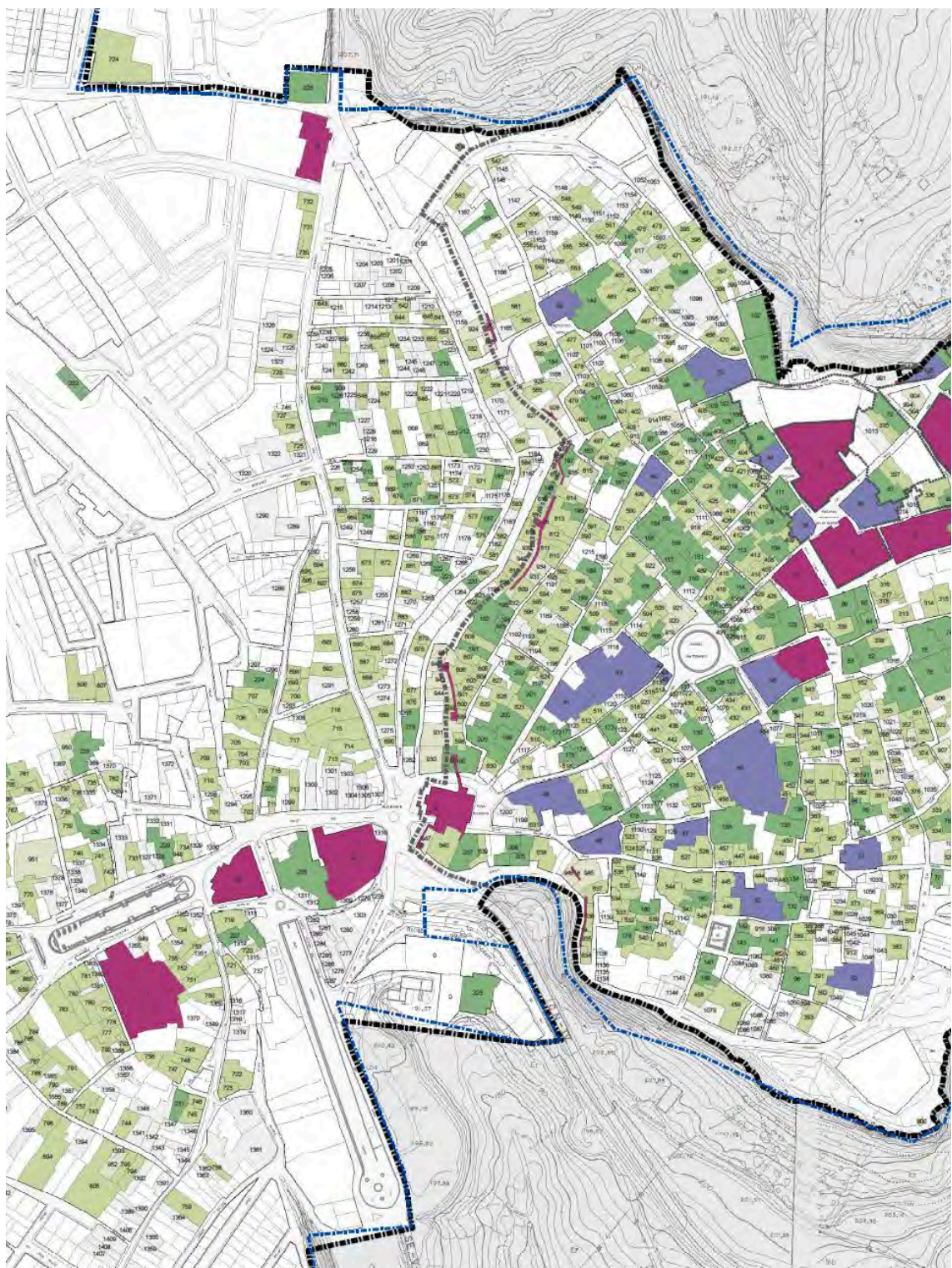
Estas catalogações - sempre referentes às parcelas definidas pelo próprio plano - cumprem o seguinte critério:

- Grau A (19): imóveis abrangidos por uma declaração (ou início da mesma) como Bem de Interesse Cultural.
- Grau B (32): imóveis de carácter singular que merecem a maior proteção.
- Grau C (192): imóveis que, devido aos seus valores históricos, devem ser protegidos na sua integridade.
- Grau D (660): imóveis que constituem a maior parte do casario e que foram transformados, conservam valores que devem ser protegidos e recuperados.
- Grau E (55): imóveis que foram completamente remodelados, mas que ainda têm alguns elementos singulares protegidos e imóveis sem valor histórico encostados à muralha.
- Grau F (527): imóveis sem valor histórico aparente, cuja catalogação definitiva será objeto de um diagnóstico arqueológico.

É estabelecida uma catalogação preventiva sobre os imóveis catalogados C ou D que não puderam ser acedidos.

Próxima página: catálogo do edifício¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Plano O. 5. 1 Catálogo. Edificios de la ciudad y su entorno. Reprodução parcial.



Proteção.

O catálogo do Plano Especial de Proteção do Património Histórico de Carmona identifica 164 dos 1485 imóveis catalogados como casa corredor (11,04%). São distribuídos nos graus C (1), C* (6), D (44), D* (88), E (1) e F (24) da catalogação. Devido à falta de informação nas fichas de catalogação preventiva, C* e D*, bem como em E e F, o estudo baseia-se exclusivamente nos imóveis catalogados C (1) e D (45). Cada ficha inclui a área abrangida pela proteção, os elementos específicos protegidos - se aplicável - , bem como as intervenções permitidas em cada imóvel e os parâmetros de ordenamento - ambos conceitos definidos pelas normas - . Por vezes são indicados elementos que devem ser demolidos para eliminar distorções dos valores originais. Em praticamente todas as casas corredor catalogadas, são permitidos os quatro níveis de intervenção definidos pelas normas:

- **Conservação:** intervenções destinadas exclusivamente à manutenção, reparação de danos e tratamentos preventivos.
- **Restauração:** intervenções destinadas a devolver o edifício às suas condições originais ou históricas em termos de composição, construção e utilização - se possível - .
- **Reabilitação em grau I e II:** intervenções integrais de mudança de uso - ou adaptação às necessidades atuais do uso vigente - baseadas no conhecimento profundo do edifício, respeitando os seus valores - arquitetónicos, tipológicos ou artísticos - e harmonizando os novos elementos com os do próprio edifício. Os graus referem-se ao nível de intervenção de acordo com a catalogação (I para A, B e C e II para D e E).

Em relação às demolições, as demolições parciais devem respeitar os elementos marcados pelas fichas e as zonas isentas de proteção. As demolições totais só são entendidas como parte do processo de renovação e devem, portanto, ser acompanhadas da proposta da nova construção. O efeito da catalogação estende-se geralmente a todo o imóvel, embora por vezes se limite a elementos ou áreas marcadas graficamente. Apesar disso, os parâmetros de planeamento - fundamentalmente o coeficiente de utilização - raramente são limitados pela ficha, que geralmente se refere aos parâmetros urbanísticos dos regulamentos e às condições de uso da "zona histórica residencial" - o que abrange praticamente toda a cidade histórica, com exceção das atuações urbanísticas com regulamentação própria - .

- Altura: regulada a partir das fichas, está limitada a dois andares para as casas corredor.
- Ocupação: entre 50 e 100%, dependendo da dimensão da parcela e do número de pisos.
- Coeficiente de utilização: entre 1,2 e 2,4 m²/m², dependendo da dimensão do terreno e do número de andares.
- Utilizações: a utilização global é residencial, compatível com o terciário, o estacionamento, o industrial-compatível e o estacionamento.

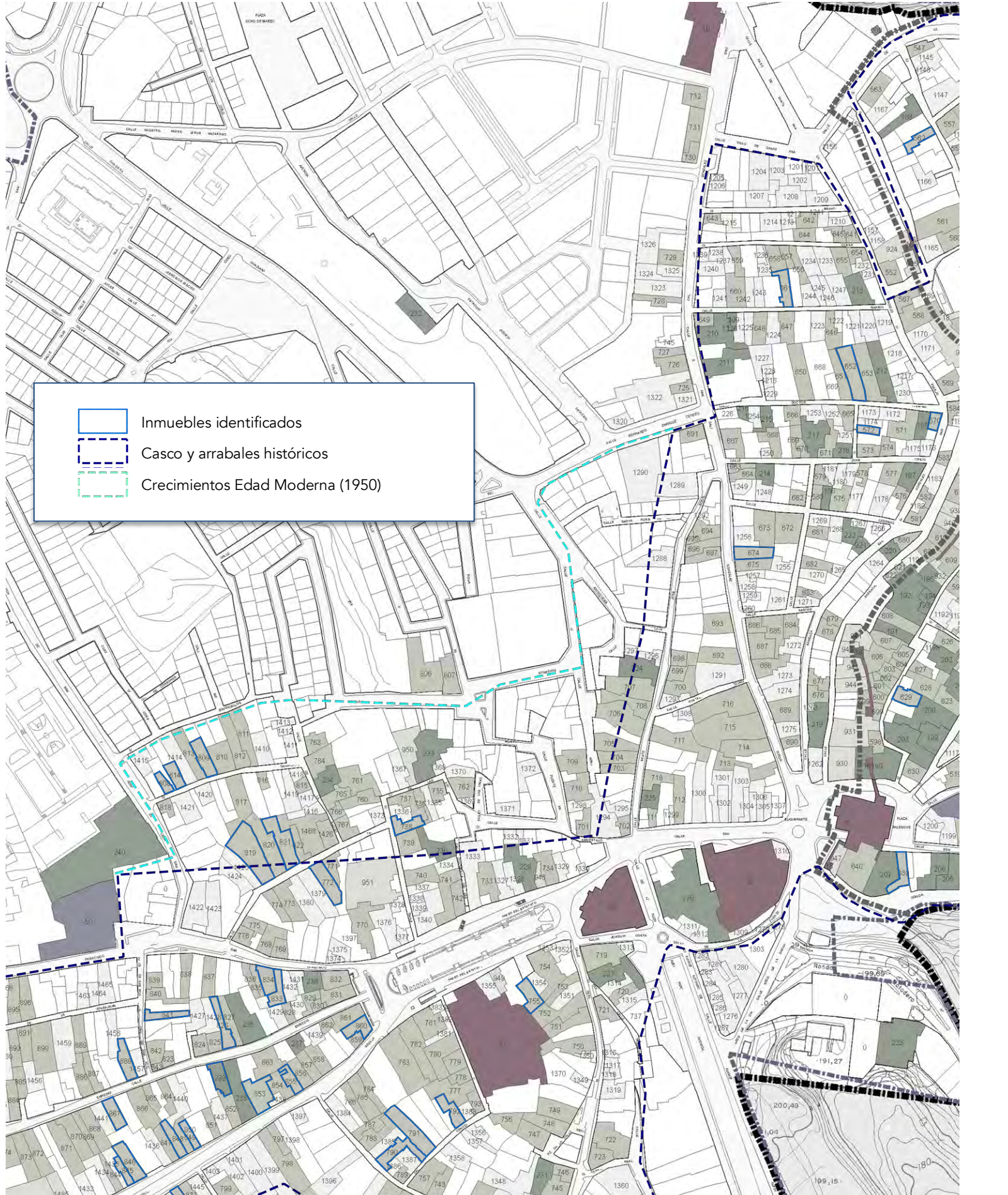
O Plano inclui o seu próprio parcelário obtido a partir da correção da parcela cadastral com critérios tipológicos e históricos. As normas incluem a conservação obrigatória da parcela - salvo exceções reguladas pelo próprio Plano, sob a supervisão da Comissão de Acompanhamento - a fim de minimizar o impacto no desenvolvimento tipológico dos edifícios. Do mesmo modo, os alinhamentos são regulados por meio dos designados na documentação gráfica.

Foram criados dois órgãos de acompanhamento para assegurar a correta aplicação do Plano e manter a sua vigência.

- Comissão de Acompanhamento do Plano Especial de Proteção do Património Histórico de Carmona. Que tem como missão:
 - Clarificar questões expressas sobre as normas e os critérios de atuação.
 - Promover as inovações necessárias do documento.
 - Promover as ações de desenvolvimento urbano previstas pelo Plano.
- Comissão Técnica Municipal, em conformidade com o disposto no art. 40.3 da Lei 14/2007 do Património Histórico da Andaluzia, com os seguintes objetivos:
 - Delegação de competencias à Câmara Municipal para aprovação de intervenções no Conjunto Histórico.
 - Assessorar a Comissão de Acompanhamento e o Conselho de Administração Local.

Portanto, em termos gerais, o Plano confere uma proteção à casa corredor que pode ser resumida nos seguintes parâmetros:

- Controlo da morfologia através do parcelário e dos alinhamentos.
- Conservação tipológica através da conservação dos elementos fundamentais marcados nas fichas, tais como os corpos construídos, os espaços livres e as relações de passagem.
- Conservação de elementos específicos identificados especificamente pelas fichas.
- Conservação dos valores ambientais através do controlo formal das novas construções.



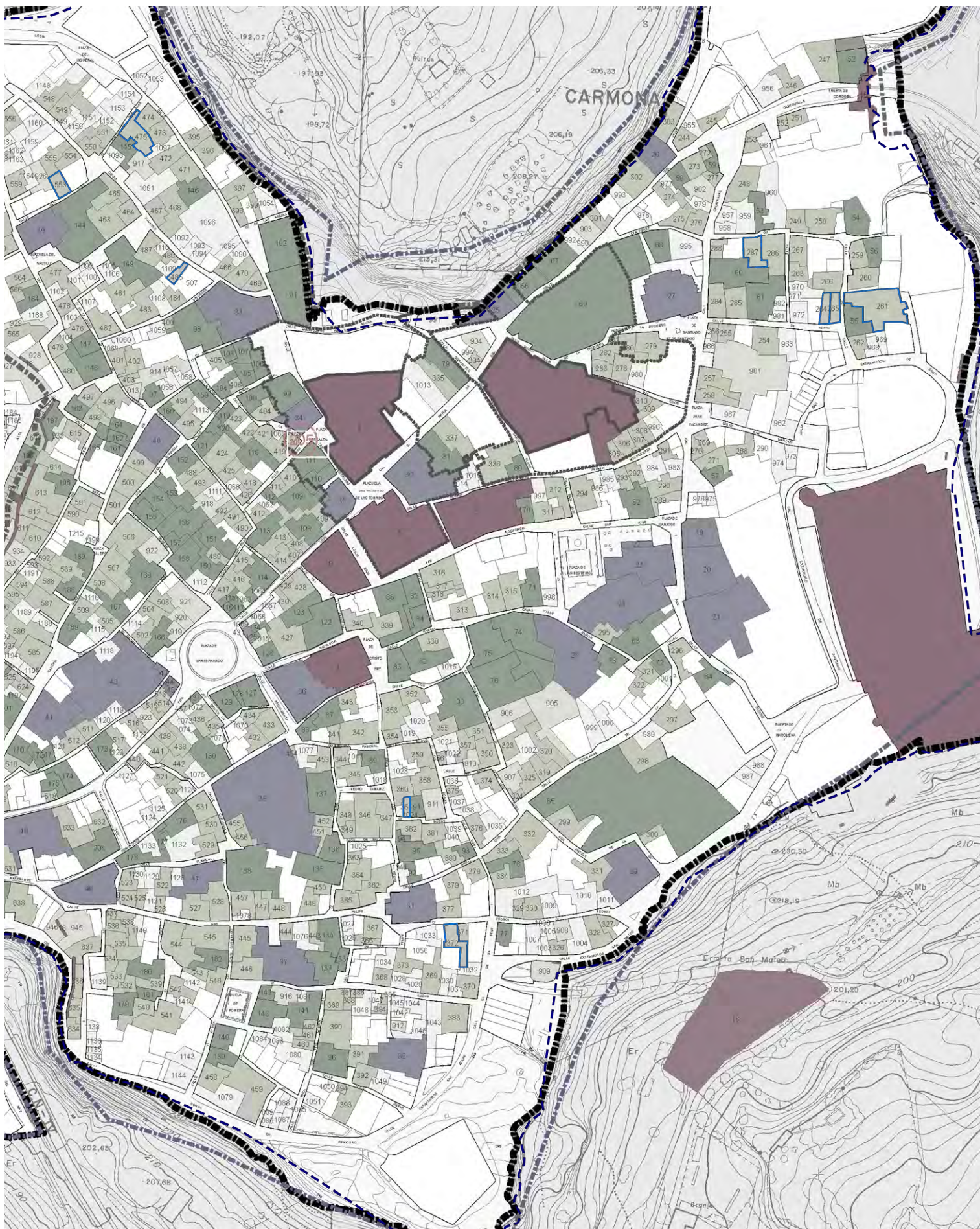
Inmuebles identificados



Casco y arrabales históricos



Crecimientos Edad Moderna (1950)



Páginas anteriores: mapa da localização da casa sem nome em Carmona¹⁵¹.

¹⁵¹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Plano O. 5. 1 Catálogo. Edificios de la ciudad y su entorno e I. 2. 1 Ciudad. Evolução histórica.

CAZALLA DE LA SIERRA

O Conjunto Histórico.

Em 1982, a Direcção-Geral das Belas Artes, Arquivos e Bibliotecas¹⁵² iniciou o expediente da declaração como Conjunto Histórico-Artístico do centro histórico de Cazalla de la Sierra, em conformidade com a Lei do Património de 1933. A resolução não faz referência aos seus valores patrimoniais, mas define um perímetro de abrangência claro.

Apesar do prazo de vinte meses indicado no nº 3 do artigo 9º da Lei do Património de 1985 para a resolução da tramitação do expediente de declaração como Bem de Interesse Cultural, foram necessários vinte anos até que o Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra fosse declarado Bem de Interesse Cultural¹⁵³, já ao abrigo das premissas da Lei do Património de 1985.

Na declaração, destaca-se a alusão expressa à arquitetura vernácula como um dos principais valores do Conjunto Histórico, bem como a delimitação de uma envolvente de proteção do mesmo.

¹⁵² Boletín Oficial del Estado Nº 273 de 13 de noviembre de 1982 - Resolución de 9 de julio de 1982, de la Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, por la que se ha acordado tener por incoado el expediente de declaración de Conjunto Histórico-artístico a favor de la villa de Cazalla de la Sierra (Sevilla).

¹⁵³ Boletín Oficial de la Junta de Andalucía Nº 83 de 16 de julio de 2002 - Decreto 172/2002, de 4 de junio, por el que se declara Bien de Interés Cultural, con la categoría de Conjunto Histórico, el sector delimitado a tal efecto de la población de Cazalla de la Sierra (Sevilla).

"O município de Cazalla de la Sierra, em Sevilha, possui um conjunto de valores patrimoniais inalterados de grande importância paisagística e ambiental devido à sua localização e morfologia urbana, que define o sector delimitado para efeitos da declaração de Bens de Interesse Cultural, com a categoria de Conjunto Histórico. Deve ser entendida a tipologia homogénea e bem preservada do seu casario vernáculo, como expoente dos valores etnológicos que coexistem com o interesse artístico e arquitetónico dos edifícios de natureza religiosa, senhorial ou nobre, numa paisagem urbana de singular harmonia e beleza. No seu conjunto, estes valores são expoentes de um importante legado cultural, com uma longa e significativa trajetória histórica, que justifica a necessidade de os proteger e preservar".

"A tipologia de imóveis existentes neste Conjunto Histórico corresponde a casas unifamiliares de grande homogeneidade tipológica em que se generaliza a casa popular de um só piso ou com um piso com sótão, com logradouro e de baixa altura. Têm fachadas com uma tipologia de pequenos vãos e uma textura das paredes muito homogénea, conseguida através da aplicação de cal, tanto nos interiores como nos exteriores".

Após a declaração, foram necessários dez anos para que o Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra iniciasse o seu processo administrativo, com a publicação do documento preliminar de 2012¹⁵⁴. O trabalho está a ser realizado por uma equipe interdisciplinar que inclui arquitetos, arqueólogos, geógrafos e engenheiros sob a direção do arquiteto Alfredo Linares Agüera. A tramitação do expediente encontrava-se em curso durante a elaboração deste trabalho. Foram publicadas as Aprovações Inicial ¹⁵⁵ e Provisória ¹⁵⁶ em 2014 e 2015, respetivamente. A Aprovação definitiva continua pendente.

¹⁵⁴ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°45 de 24 de febrero de 2012 - Decreto de Alcaldía de 25 de enero de 2012. Avance del Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra.

¹⁵⁵ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°107 de 12 de mayo de 2014 – Acuerdo de Ayuntamiento Pleno . Aprobación Inicial del Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra.

¹⁵⁶ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – Acuerdo de Ayuntamiento Pleno . Aprobación Provisional del Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra.

O Plano Especial de Proteção.

O Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra é um trabalho muito completo, que inclui um amplo leque de elementos de interesse patrimonial, tanto a nível arquitetónico, arqueológico, urbano, paisagístico e etnológico. O âmbito de atuação do Plano ultrapassa o perímetro do Conjunto Histórico e da envolvente definidos na declaração como Bem de Interesse Cultural, ao incluir no catálogo elementos de natureza agrícola, paisagística e natural.

O Conjunto Histórico abrange a zona histórica da cidade que é constituída pelo núcleo original e, fundamentalmente, pelo crescimento que se verificou ao longo da era moderna. Inclui um total de 1758 parcelas, entre as quais o traçado residencial é claramente dominante, baseado em grande parte na arquitetura popular - num sentido lato do termo -. O conceito de "casa tradicional" inclui, na realidade, diferentes tipos de casas populares, classificadas de acordo com o seu desenvolvimento em termos de programa e volumetria.

Página seguinte: Delimitação do âmbito de aplicação do Plano¹⁵⁷.

¹⁵⁷ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisional. Plano I-17. Ortofoto del ámbito del Conjunto Histórico. Reprodução parcial.



A casa tradicional popular.

O Plano inclui na sua memória informativa uma vasta digressão pelos elementos de interesse patrimonial, tanto no meio urbano como rural, com destaque para os diferentes tipos de casa tradicional, embora o critério de agrupamento não seja puramente tipológico, pois descreve uma amálgama de tipos que surgem como variantes de outros. A classificação da arquitetura residencial urbana pode ser resumida nos seguintes tipos de casa:

- Casa tradicional popular.
 - De um piso.
 - De um piso e sótão.
 - De dois pisos.
- Casa urbana tradicional.
- Casa senhorial ou casa palácio.
- Casas novas.
 - Regionalista.
 - Modernista.
- Casa moderna.
 - Unifamiliar.
 - Plurifamiliar.

A casa objeto deste trabalho situa-se no conjunto de tipologias que o Plano identifica como uma casa tradicional popular, que define da seguinte forma:

"é o tipo vernáculo mais elementar, geralmente de um piso, telhado de duas águas e de duas naves. Nos casos em que a parcela tem uma dimensão suficiente, originariamente incluía compartimentos acessórios para estábulos e armazéns agrícolas. Existem duas variantes; uma evoluiu da anterior mediante a adição do sótão, normalmente inabitável, mas destinado ao armazenamento de grãos e outros bens; e outra em que este sótão aparece como um segundo piso de pouca altura, sendo este habitável. Esta última variante está associada a pequenas parcelas de terreno de frente estreita, que estão organizadas de forma linear devido à estreiteza da parcela, com um pátio que serve para a ventilação e a iluminação das naves posteriores".

Dentro deste conceito¹⁵⁸, são incluídos três grupos com base na sua volumetria - um piso, um piso e sótão e dois pisos - sendo o primeiro entendido como o ponto de partida tipológico e o segundo como uma evolução do primeiro para resolver aspetos funcionais ou de adaptação à topografia e ao traçado urbano da célula primitiva.

- De um piso:

"caracteriza-se principalmente pela sua esquemática simplicidade formal, constituída por um piso e um telhado a duas águas. São normalmente formados por duas naves paralelas à rua, para a qual a porta se abre, e um ou dois vãos, em função da largura da fachada, esta caracterizada pela ausência de esquemas de composição pré-definidos".

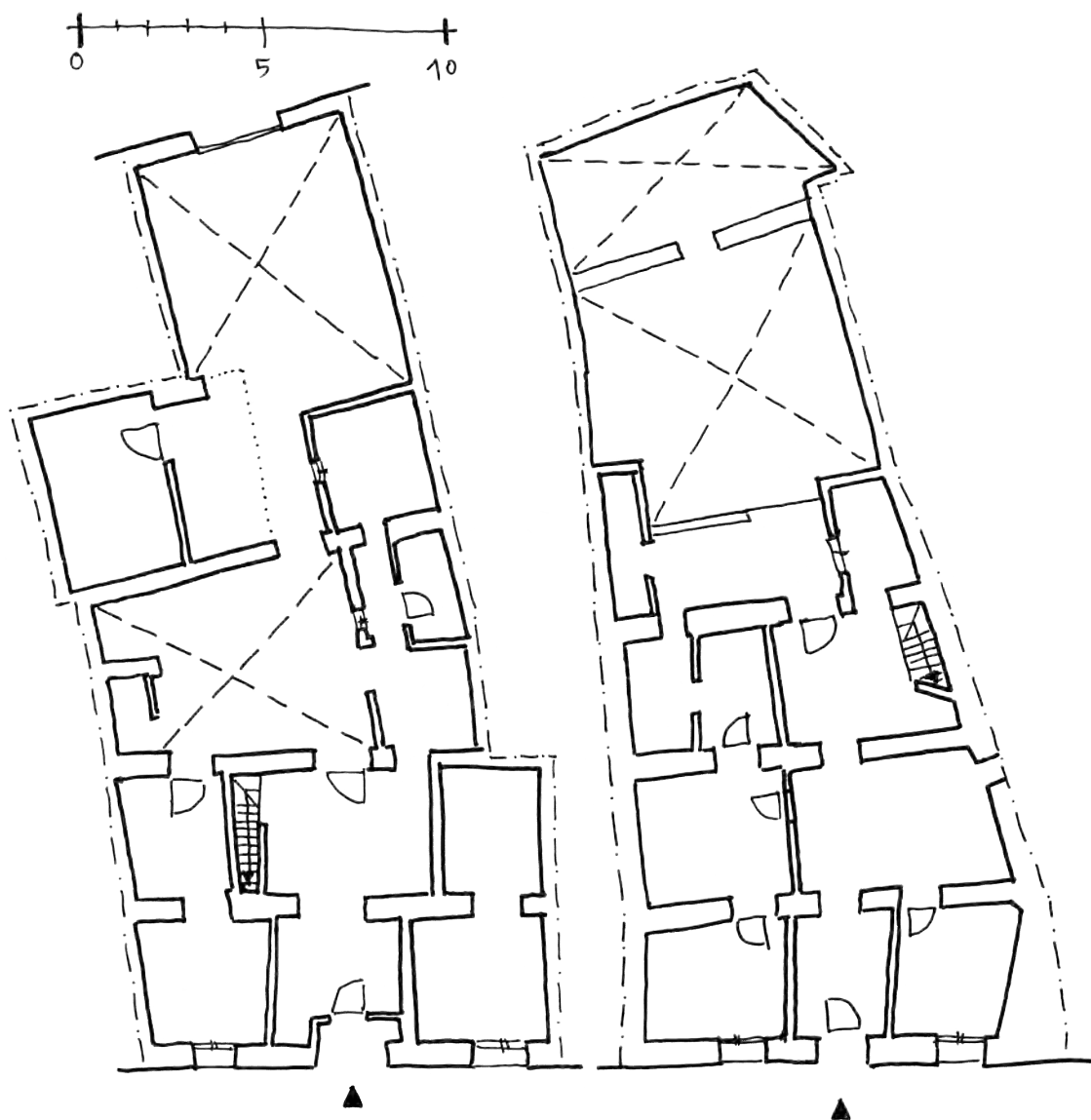
- Um piso e sótão:

"é claramente uma evolução do tipo anterior, sendo o único matiz diferencial a sobreposição de um sótão".

- Dois pisos:

"É uma tipologia residencial baseada na degradação formal da casa tradicional de um andar e da casa de um andar com sótão [...] o que se fazia era construir um segundo piso no caso de um edifício de um piso ou acrescentar a altura do sótão para a tornar habitável".

¹⁵⁸ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisional. Memoria de Información. P. 66-70.



Esquemas de casa tradicional popular de um piso térreo e sótão. Desenhos do autor baseados nos esquemas das fichas do catálogo¹⁵⁹.

¹⁵⁹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisional. Catálogo. Fichas NU-AE 113 y NU-AE 136.



Embora existam vestígios datados de ocupação do território desde o Calcolítico, não existem registos de uma fixação clara até à fortaleza almóada. De facto, o desenvolvimento urbano começou após a conquista castelhana com a criação e expansão dos arrabaldes a partir do século XIV. Neste contexto, existem numerosos exemplos de arquitetura vernácula como os acima descritos, que constituem a base destes crescimentos e que têm seguido o mesmo padrão até ao final do século XIX e início do século XX. Assim, a casa popular tradicional da Cazalla de la Sierra tem vindo a adaptar-se tanto à topografia da própria serra - o que gera parcelas com pouca profundidade e torna difícil a leitura clara da sequência corpo de fachada-pátio- -corpo intermédio-logradouro que é objeto desta obra - . Do mesmo modo, foi absorvendo um ligeiro enriquecimento formal com a decoração dos portais e a incorporação de janelas salientes ao longo dos séculos XVII e XVIII que aparece mencionado, nas fichas de catálogo do Plano, como "barroco popular" - sem entrar em maiores definições estilísticas -. Assim, pode-se afirmar que a casa tradicional popular tem sido a base sobre a qual Cazalla de la Sierra foi construída como um facto urbano, desde o seu início, no século XIV, até esta tipologia começar a sofrer um forte processo de substituição na segunda metade do século XX.

Página anterior: fachadas da casa popular tradicional de um piso, um piso e sótão e dois pisos¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisional. Catálogo. Fichas NU-AE 53, 85, 136, 129, 66, 105 y 106 respetivamente. Reprodução parcial. Composição do autor.

Catálogo.

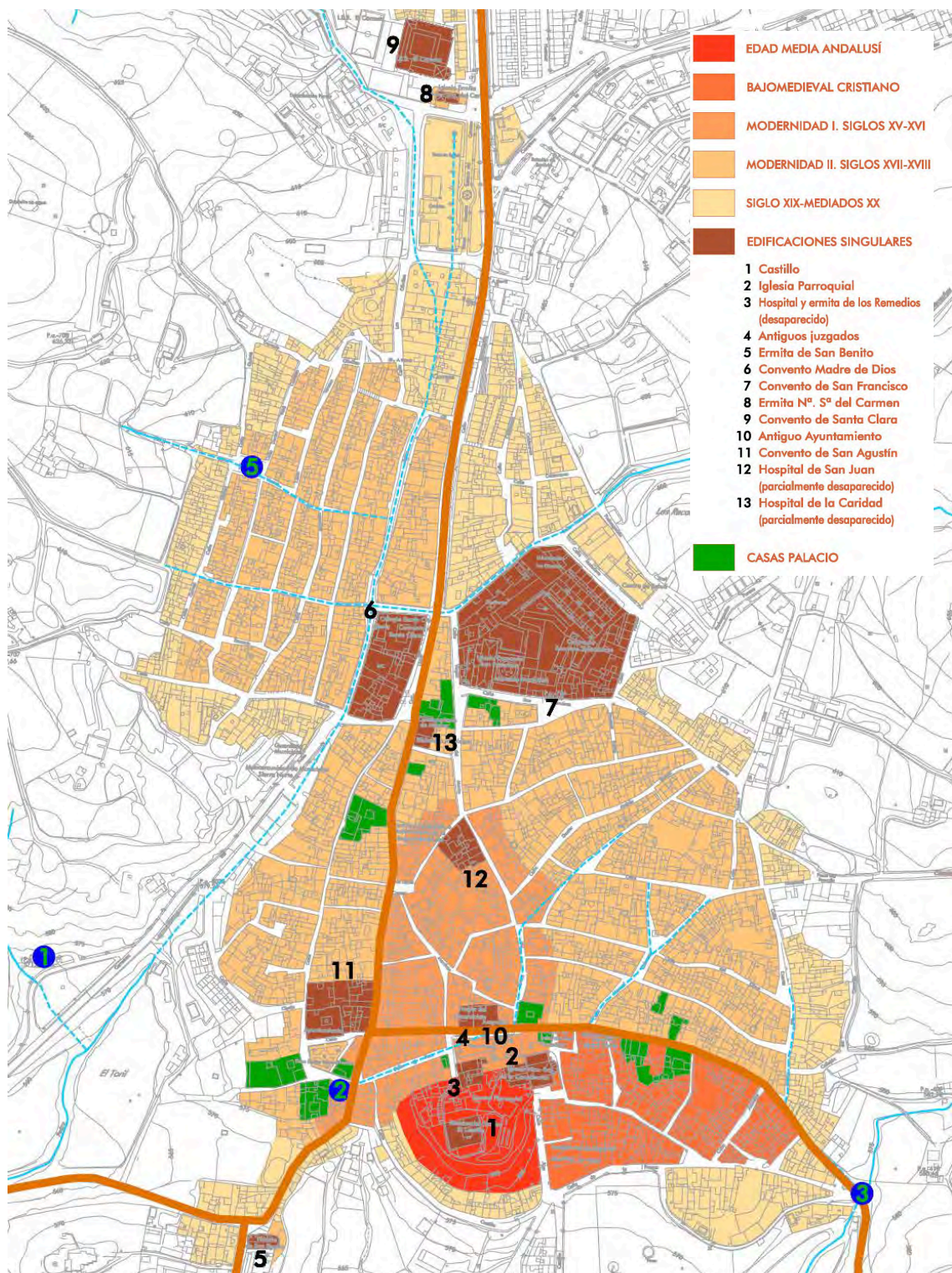
O Catálogo do Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra cataloga 320 imóveis do total de 1785 parcelas incluídas no âmbito do Plano - das quais 1627 são para uso residencial - . Inclui um inventário de imóveis não catalogados com valor ambiental - por se localizarem na envolvente de um Bem de Interesse Cultural, em espaços urbanos catalogados ou por terem um valor ambiental reduzido - . As fichas são constituídas por uma página - que por vezes é completada com informações adicionais em uma ou duas outras páginas - recolhendo de forma breve, mas completa as informações fundamentais sobre o imóvel, agrupadas nos seguintes campos:

- Descrição do imóvel a nível tipológico, formal e construtivo, bem como enquadramento histórico.
- Critérios de valorização patrimonial e de relação com a envolvente próxima.
- Valorização e ordenamento, detalhando os elementos protegidos e os parâmetros urbanísticos, bem como a proteção arqueológica subjacente e emergente.

Contam com um mapa de localização e uma fotografia da fachada. As informações adicionais incluem plantas do rés-do-chão e do primeiro andar e, em alguns casos, mais informação documental.

Próxima página: centro da cidade em meados do século XX¹⁶¹

¹⁶¹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisional. Plano I-05. Núcleo Urbano. Evolución Histórica .Reprodução parcial.

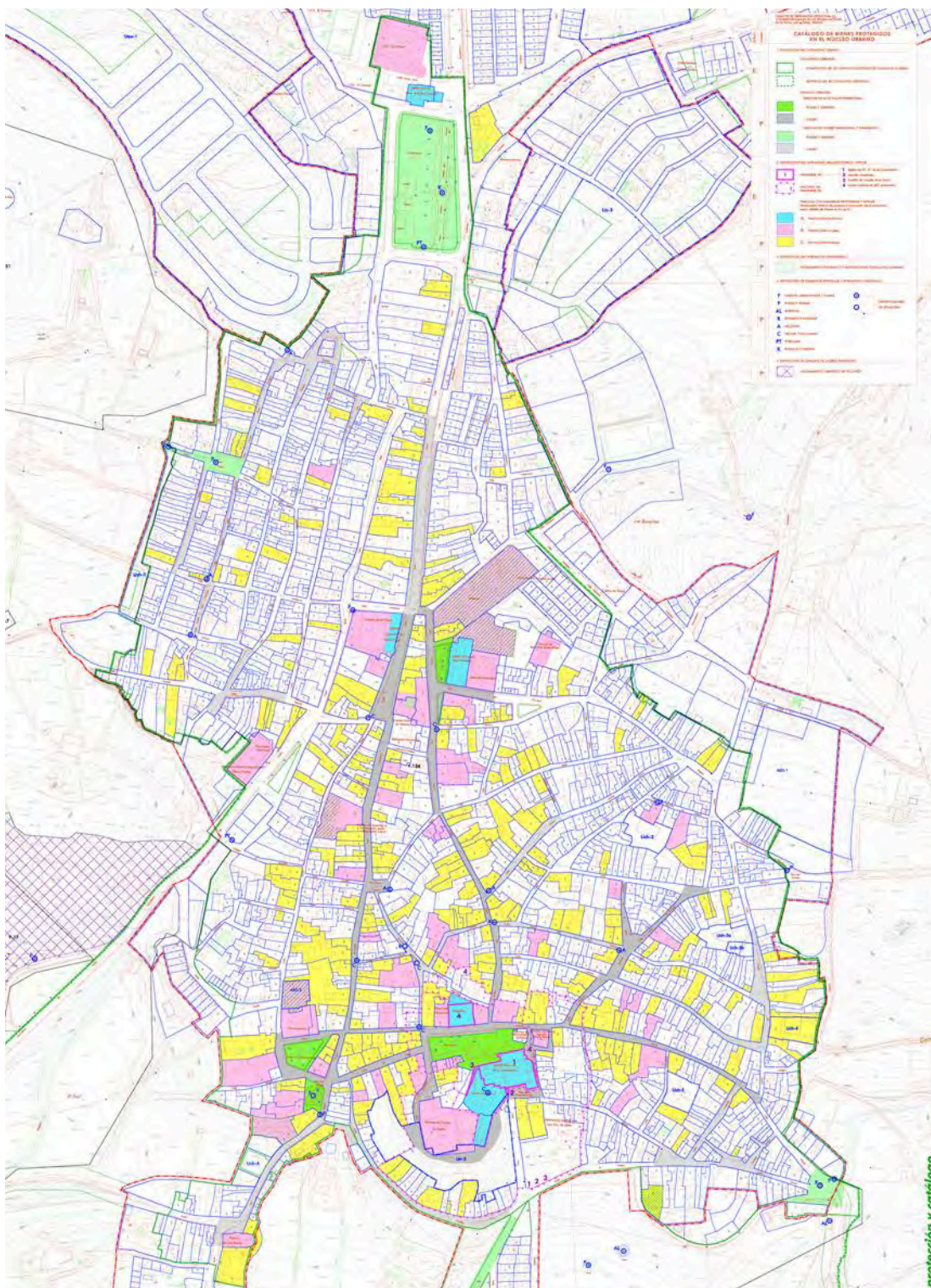


O Catálogo inclui três níveis de proteção para os imóveis do Conjunto Histórico:

- Nível A (6): proteção integral. Para imóveis que devem ser preservados na sua totalidade pelos seus valores arquitetónicos, históricos ou monumentais. Destinado aos imóveis declarados Bens de Interesse Cultural e para aqueles que o Plano propõe para inclusão no Catálogo Geral do Património Histórico da Andaluzia.
- Nível B (62): proteção global. Para edifícios com valores significativos, nos quais podem ser efetuadas intervenções desde que esses valores sejam preservados, respeitando os elementos formais, volumétricos, estruturais e tipológicos.
- Nível C (252): proteção parcial. Para imóveis com valores ligados à paisagem urbana e à perceção do Conjunto Histórico.

Página seguinte: cartão de catálogo¹⁶².

¹⁶² Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisional. Catálogo. Ficha NU-AE 125.



Proteção.

Apesar de reconhecer a necessidade imperativa de catalogar as casas populares tradicionais para mitigar o processo de substituição a que estão sujeitas - especialmente nos seus tipos mais humildes - o catálogo não segue a classificação marcada na memória informativa, mas limita-se a identificá-las como arquitetura residencial civil, fazendo indicações estilísticas, o que diminui a valorização e dificulta a proteção do património destes edifícios.

Analizando a informação disponível nas fichas de catálogo, do total de 320 imóveis catalogados, 82 encaixam na descrição da casa tradicional popular, tendo em conta a formalização da fachada, volumetria, morfologia do terreno e sobretudo as plantas - quando disponíveis - . Destes imóveis, 6 são classificados no nível B e os restantes 76 no nível C.

As características do traçado urbano e a topografia de Cazalla de la Sierra tornam difícil o desenvolvimento da tipologia mais complexa estudada neste trabalho, que se caracteriza pela sequência corpo de fachada-pátio-corpo intermédio-logradouro no fundo. No catálogo existem 40 edifícios correspondentes a esta tipologia - dos 82 imóveis catalogados que correspondem à definição de casa tradicional popular - 3 com proteção de nível B e 37 com nível C.

Página anterior: edifícios catalogados no núcleo urbano¹⁶³.

¹⁶³ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisional. Plano PC-07. Centro Histórico/Patrimonio Arquitectónico. Catálogo de bienes protegidos. Reproducción parcial.

As fichas de catálogo apenas indicam um elemento específico que deve ser conservado - o portal ou uma janela - permitindo, no entanto, todas as intervenções no edifício, exceto, em geral, a demolição das duas primeiras naves, remetendo para o Capítulo 6 do Título 8 das Normas do Urbanismo, ou seja: *"Conservação e manutenção, consolidação, acondicionamento, restauro, reforma menor, reforma parcial, reforma geral, demolição parcial (exceto as duas primeiras naves), reconstrução, substituição parcial, ampliação, reabilitação"*.

Em linha com o estabelecimento dos dois pisos como altura genérica para o Conjunto Histórico, as fichas permitem expressamente a ampliação das casas de um andar. O plano estabelece um sistema altamente segmentado de normas para controlar as intervenções no Conjunto Histórico, cuja grande maioria está classificado como residencial. Por um lado, estabelece duas áreas homogéneas - o Bairro Velho e o Bairro Novo, que corresponde à zona noroeste do Conjunto Histórico - com características próprias, em matérias como a composição de fachadas para casas novas. Ao mesmo tempo, estabelece um conjunto de 7 normas que regulam as intervenções que podem ou devem ser realizadas nos imóveis do Conjunto Histórico, ligadas aos níveis de catalogação e coordenadas com a normativa urbanística em vigor.

- Normas CH-1 a CH-4: dependendo do nível de catalogação. O Plano estabelece a reabilitação como mecanismo de intervenção obrigatório.
- Normas CH-5 e CH-6: Corresponde a imóveis que não foram considerados individualmente mas foi considerado adequado que a sua reabilitação fosse uma prioridade.
- Norma CH-7: corresponde a parcelas de terreno ou imóveis com menos de 50 anos ou áreas renovadas que não são de interesse, pelo que se decide permitir a possibilidade de novas construções.

ÁREAS DE RENOVACIÓN Y NUEVA EDIFICACIÓN	
CH-7:	Inmuebles susceptibles de renovación y/o de nueva edificación:



*Normas do Conjunto Histórico*¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisional. Memoria de Ordenación. P. 38. Plano O02b. Calificación. Ordenanzas de Edificación. Reproduções parciais.

Para cada área, são estabelecidos critérios de ocupação decrescentes à medida que se avança em direção ao fundo da parcela - entre 100 e 40% - e a necessidade de elaborar um Estudo de Detalhe nos casos em que as intervenções de ampliamiento envolvam um incremento do coeficiente de utilização superior a 50%.

Embora a Memoria de Ordenamento ¹⁶⁵ se refira ao carácter excecional do reparcelamento previstos na Lei do Património Histórico Andaluz¹⁶⁶, estabelece um critério de segregação das parcelas passantes (parcelas com duas frentes para o espaço público paralelamente opostas), com base na sua viabilidade do ponto de vista imobiliário. Assim, permite que essas parcelas possam ser segregadas quando têm uma profundidade superior a 40 metros, se forem catalogadas, e superior a 28 no caso de propriedades não catalogadas. Esta ferramenta - que tenta evitar que as propriedades fiquem por utilizar devido à inviabilidade do desenvolvimento de habitação sobre a mesma devido à dificuldade de ocupação do fundo da parcela - representa um sério risco para a tipologia estudada neste trabalho, uma vez que compromete apenas parcelas com um fundo grande. Em topografias íngremes como a de Cazalla de la Sierra, estas parcelas ligam geralmente ruas paralelas, que seguem as curvas de nível. Especificamente, 13 dos 40 imóveis catalogadas estão localizados em parcelas passantes.

O Plano faz uma abordagem do acompanhamento do mesmo mais na perspetiva da gestão urbana do que na do património. Neste sentido, baseia a gestão municipal do Património Histórico na delegação de competências para a concessão de licenças e na declaração de uma zona de reabilitação concertada, com o objetivo de tramitar ajudas e subsídios.

¹⁶⁵ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisional. Memoria de Ordenación. Art. 3.4.4 A y B.

¹⁶⁶ Boletín Oficial de la Junta de Andalucía N° 248 de 19 de diciembre de 2007 – **Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía**. Art. 31.2.a.

Quanto à delegação de competências, estabelece a criação da Comissão Municipal do Património Histórico, em conformidade com o disposto no artigo 40º da Lei do Património Histórico da Andaluzia. Em relação à casa tradicional popular e especificamente aos edifícios com o desenvolvimento tipológico corpo da fachada-pátio-corpo intermédio -logradouro, o Plano estabelece uma proteção e disposição que se traduz nos seguintes aspetos fundamentais:

- Um elevado nível de conhecimento do casario, tanto através do Catálogo como através do inventário de imóveis não catalogados.
- Um sistema complexo de normas para tentar gerar um ordenamento muito detalhada, em que a esta casa corresponde às portarias CH- 3 e sobretudo CH-4, que correspondem às catalogações B e C e estão marcados com a reabilitação obrigatória.
- Nas poucas fichas com um maior nível de detalhe, protegem-se tanto os elementos construídos como os espaços livres da parcela. Nos restantes casos, as intervenções nas áreas livres da parcela, ou libertadas pelas demolições parciais, são regidas por um critério de ocupação decrescente à medida que se avança em direção ao fundo da parcela e sujeitas a Estudo Detalhado para casos de aumento significativo do fator de utilização.
- São permitidas e mesmo consideradas estratégias de ordenamento que dificultam a conservação da casa que é objeto deste trabalho, especificamente:
 - Os dois pisos, como base geral, são contraditórios com a conservação de elementos tão característicos da tipologia como os sótãos.
 - A segregação das parcelas passantes em duas novas - cada uma de frente para uma das ruas - na zona CH-4 entra em contradição com a conservação da sequência tipológica característica desta casa.

Inmuebles identificados

Medieval andalusí

Bajomedieval cristiano

Edad Moderna S. XV-XVI

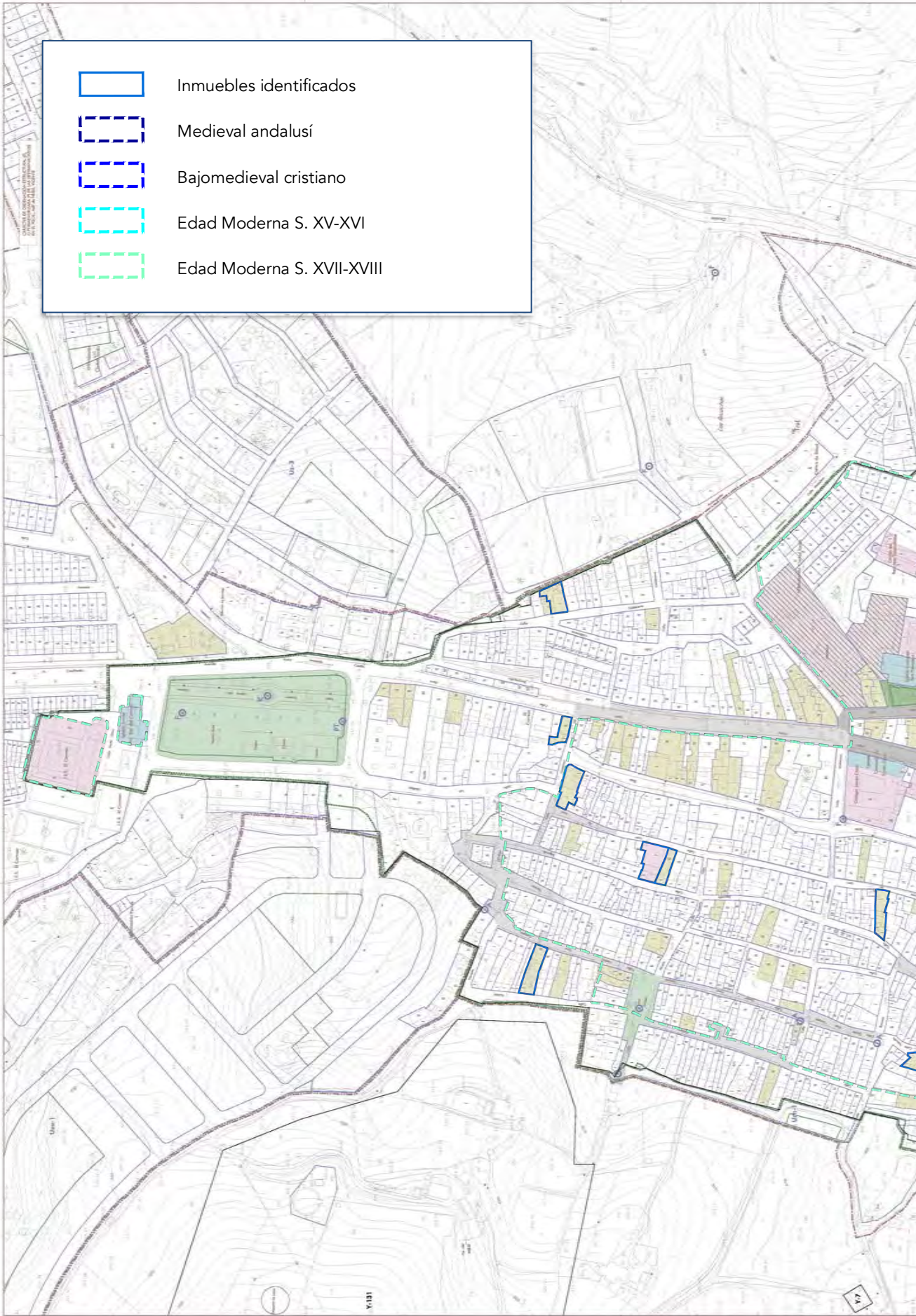
Edad Moderna S. XVII-XVIII

0 100 200 300 400 500 600 700 800 900 1000

0° 0' 0" N

4° 0' 0" W

47



Páginas anteriores: mapa da localização da casa sem nome em Cazalla de la Sierra¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisional. Planos PC07. Catálogo de bienes protegidos e I05. Evolución histórica.

LEBRIJA

O Conjunto Histórico.

Em 14 de Outubro de 1982, publicou-se¹⁶⁸ o início da Declaração de Conjunto Histórico-artístico da vila de Lebrija, ao abrigo da Lei do Património de 1933. A Resolução da Direção Geral das Belas Artes, Arquivos e Bibliotecas, limita-se a iniciar o expediente da Declaração e a delimitar a envolvente, sem fazer qualquer referência aos valores patrimoniais que justificam este início - para além do preceptivo "tendo visto a proposta dos Serviços Técnicos correspondentes" - . Igualmente breve é o Decreto que declara o Conjunto Histórico-artístico a vila de Lebrija¹⁶⁹, apenas três anos depois, agora por parte da administração regional em matéria Património Histórico, embora ainda ao abrigo da lei de 1933.

Infelizmente, a celeridade do processo administrativo não prosseguiu com a elaboração imediata do plano de proteção correspondente. De facto, o processamento administrativo do Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico de Lebrija¹⁷⁰, só teve início em 2007, com a publicação do documento preliminar, que tinha sido iniciado pelos Serviços Técnicos Municipais quatro anos antes.

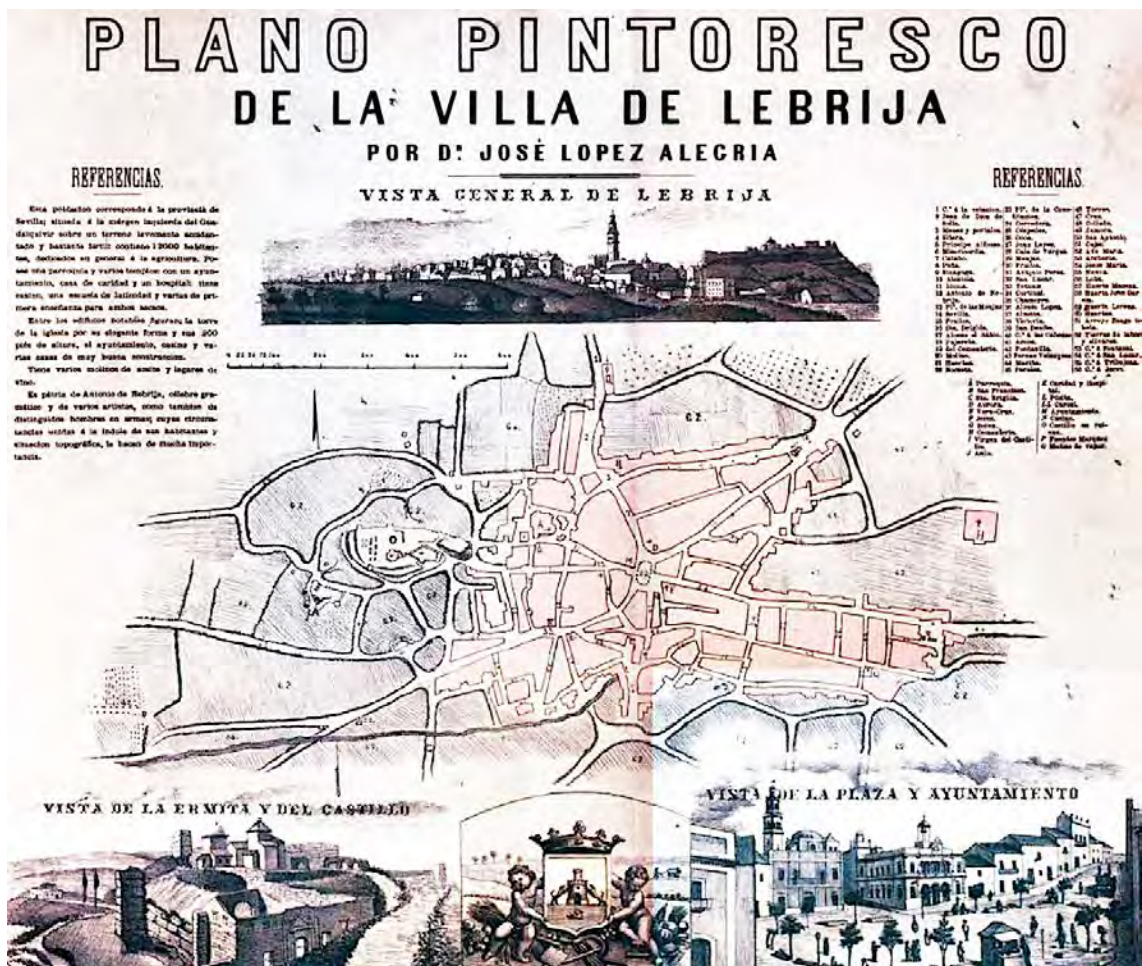
Após vários atrasos devido à falta de financiamento, a Aprovação Inicial¹⁷¹ teve lugar em 2007 e durante a decorrer deste trabalho estava a ser elaborado o documento de Aprovação Provisória.

¹⁶⁸ Boletín Oficial del Estado N° 246 de 14 de octubre de 1982 - Resolución de 12 de julio de 1982, de la Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, por la que se ha acordado tener por incoado el expediente de declaración de Conjunto Histórico-artístico a favor de la villa de Lebrija (Sevilla).

¹⁶⁹ Boletín Oficial de la Junta de Andalucía N° 17 de 22 de febrero de 1985 – Decreto 14/1985, de 22 de enero, por el que se declara Conjunto Histórico-artístico a la villa de Lebrija (Sevilla).

¹⁷⁰ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°85 de 14 de abril de 2007 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Lebrija**. Documento preliminar.

¹⁷¹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial.



Plano Especial de Proteção.

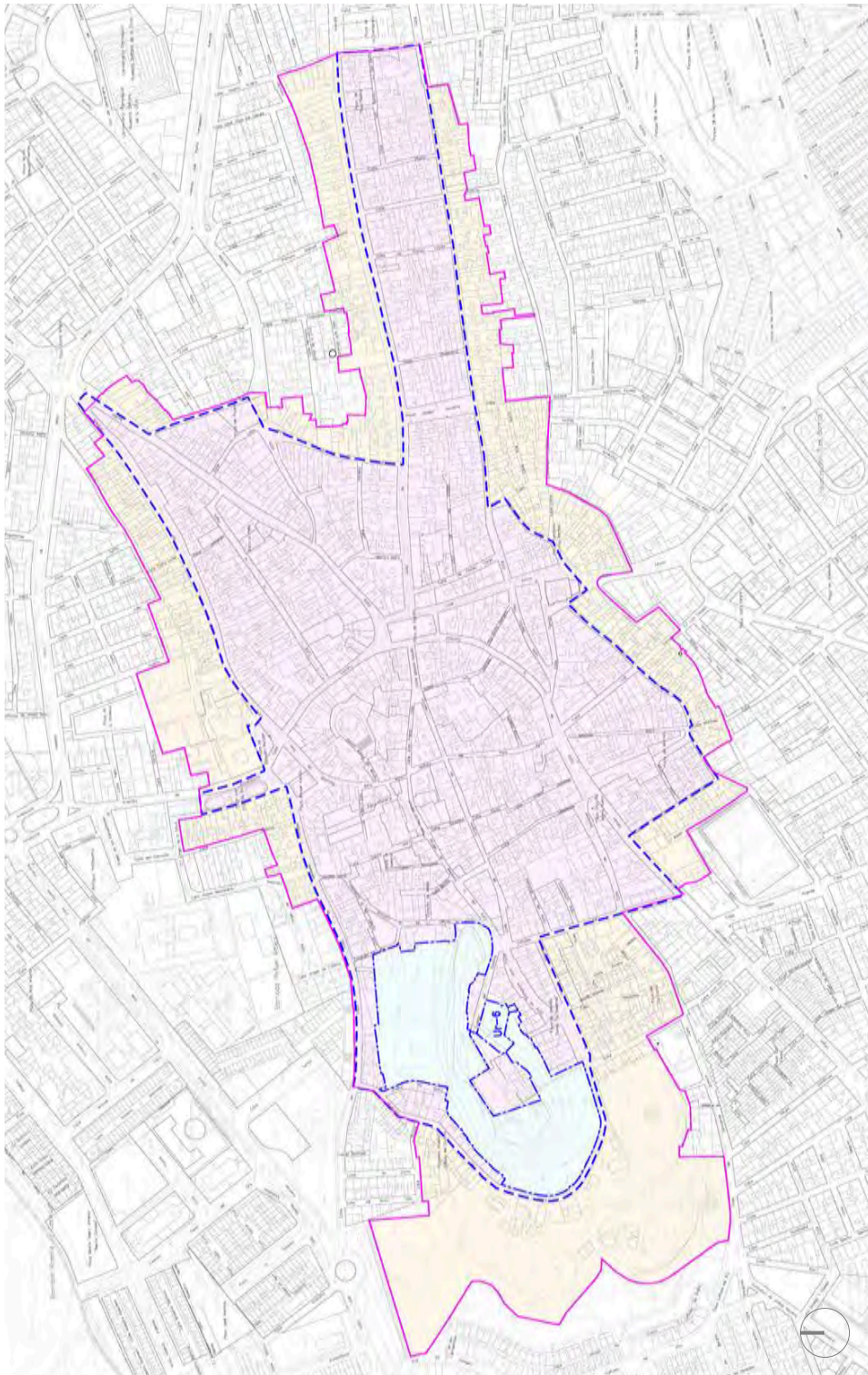
O Plano Especial de Proteção é um documento amplo e aprofundado que abrange tanto os elementos imóveis do Conjunto Histórico como elementos de interesse arqueológico e etnológico dentro e fora dele.

A demarcação do Conjunto Histórico inclui tanto o antigo recinto amuralhado como grandes áreas de crescimento da Idade Moderna. Esta delimitação, marcada desde a própria abertura da tramitação administrativa, define o perímetro seguindo uma série de estradas e especificando que ambas as frentes destas ruas foram incluídas, o que gerou alguns problemas de gestão e processuais. O próprio Plano resolve a questão através da revisão da delimitação do Conjunto Histórico com o seu próprio âmbito.

A comparação dos planos representados nas páginas anteriores e seguintes, permite-nos apreciar como a delimitação se ajusta ao crescimento histórico da cidade, desde a Idade Média até ao século XIX. O âmbito inclui um total de 928 parcelas, que albergam um rico casario com uma presença clara de arquitetura popular.

Página seguinte: delimitação do Conjunto Histórico e do sítio arqueológico urbano¹⁷³.

¹⁷³ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Plano O.02.1 Clasificación del suelo. Reprodução parcial.



A vivenda tradicional de pequeno e médio proprietário.

Dentro deste traçado de carácter marcadamente residencial, o Plano identifica diferentes tipologias que organiza segundo critérios cronológicos - diferenciando entre arquitetura tradicional e urbana, em referência à dos séculos XIX e XX - e sociais - vinculando-as às classes sociais dos seus habitantes - . Dentro das tipologias tradicionais, identifica os seguintes tipos:

- Vivenda tradicional de grande proprietário.
 - Casa senhorial.
 - Casa burguesa.
- Vivenda tradicional de médio/pequeno proprietário.
 - Casa popular unifamiliar.
 - Casa doméstica.
 - Casa popular.
 - Casa popular coletiva.
 - Casa de vizinhos.
 - Logradouro de meeiras.
 - Casa logradouro.

Os redatores do Plano entendem a casa popular¹⁷⁴ - unifamiliar - como uma realidade contínua que abarca desde a casa mais modesta, com um corpo da fachada e um logradouro, até à mais complexa, com um corpo da fachada e um corpo intermédio, cuja configuração tipológica e formal é próxima da casa pátio. Embora ambos os tipos partilhem uma configuração que se ajusta com a tipologia objeto deste trabalho, estabelecem um critério de intencionalidade para diferenciar a casa doméstica da casa popular - enquanto a casa doméstica parte da célula inicial e cresce organicamente, a casa popular responde a um critério tipológico inicial - .

¹⁷⁴ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Memoria de Información y diagnóstico. P. 47-48.

- Casa doméstica.

"Com a denominação de casa doméstica referimo-nos à organização mais elementar e primitiva da habitação, aquela que se resolve numa ou duas naves paralelas à fachada, e num único piso, com um espaço livre ao fundo, que por vezes se subdivide em pátio e curral [...].

A dimensão da parcela e a largura da fachada condicionarão a posição do eixo de comunicação entre a rua e o logradouro (lateral nas parcelas com fachada pequena e central nas parcelas maiores) e o número e distribuição dos compartimentos habitáveis. Os corpos de fachada são normalmente uma ou duas naves abertas ao pátio por um ou dois arcos [...]. O pátio descentrado tem normalmente um corpo lateral e uma escada, incorporada posteriormente, para acesso ao sótão situado sobre os compartimentos principais. No final da parcela é construído um corpo intermédio, na maioria dos casos de dupla nave, no qual é instalada uma passagem que liga o pátio ao logradouro. Aqui foram construídos os compartimentos dedicadas à utilização agrícola [...].

É um modelo historicamente utilizado pelas classes mais modestas da sociedade, em geral dedicadas ao trabalho agrícola e à exploração marginal do campo, presente em todos os períodos de desenvolvimento da cidade, até ao último quartel do século XX".

Importa esclarecer que o Plano se refere aos séculos XV a XX, pois durante os séculos XIII e XIV a memória descreve um período de incerteza após a conquista de Lebrija pelo Reino de Castela em 1249, o que se reflete num período de estagnação da população e do desenvolvimento urbano¹⁷⁵. O crescimento da cidade só começou no século XVI, com base na riqueza gerada pela exploração agrícola do seu território - que teve grande relevância na arquitetura doméstica tradicional - .

¹⁷⁵ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Memoria de Información y diagnóstico. P. 24-28.

- Casa popular.

"Este tipo de habitação pertence a um cidadão classe social mais alta e [...]. Está instalada em parcelas maiores do que as anteriores, e está frequentemente localizado entre paredes meeiras com abertura a duas ruas opostas, o que lhe confere duas fachadas.

A principal diferença morfológica entre a casa doméstica e a popular (uma vez que em planta ou numa primeira análise podem ser confundidas) reside na composição original da habitação. A casa doméstica parte de um núcleo original com uma ou duas passagens, sendo o resto dos corpos adicionados sucessivamente, com notáveis discordâncias com o edifício original, e sem o desejo de construir um todo unitário.

A casa popular, pelo contrário, nasce com quatro ou cinco naves, o que se traduz numa concordância e unidade edificatória entre todos os seus corpos; o que se traduz numa altura homogênea dos beirados nos pátios, resoluções complexas e integradas do telhado, etc.).

O corpo nobre é quase sempre constituído por uma nave dupla na fachada principal, que inclui um saguão de entrada mais ou menos centrado. A seguir a este encontra-se um pátio que normalmente tem, numa das suas frentes, uma galeria de arcos semicirculares sobre colunas. Este torna-se o espaço principal e o organizador do conjunto, sendo ladeado por compartimentos alinhadas às paredes meeiras, por vezes em galerias abertas e outras vezes, são simples construções alinhadas às paredes meeiras. A escada encontra-se, normalmente, no interior, evitando aceder à intempérie ao sótão, que ocupa grande parte do piso superior. A outra metade do conjunto, destinada a serviços domésticos e tarefas agropecuárias, está organizada noutras naves duplas, localizados entre o pátio principal e o logradouro".

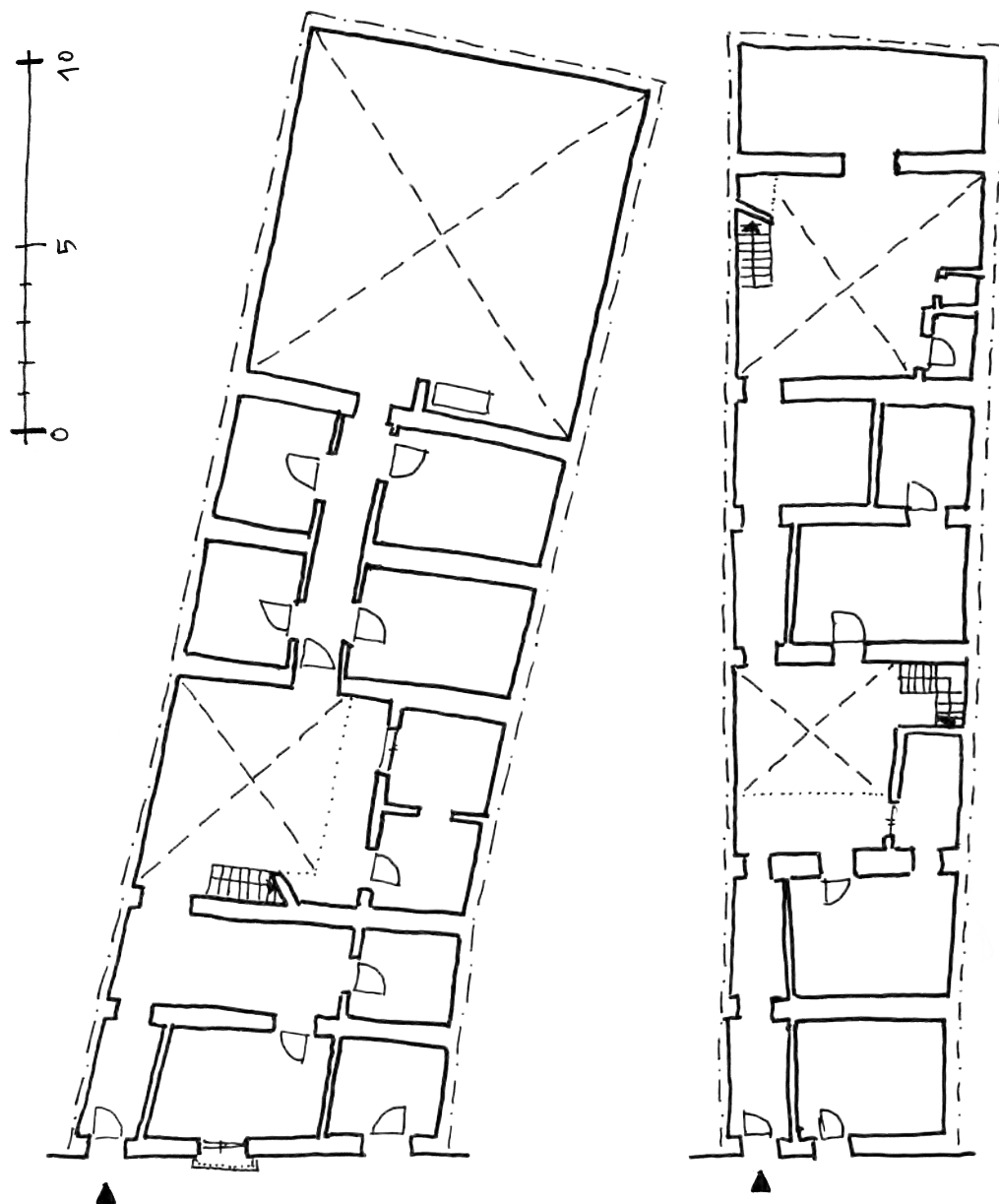
As duas tipologias partilham, para além da configuração tipológica, as características construtivas e formais fundamentais, embora a casa doméstica seja mais modesta do que a popular em ambos os aspetos.

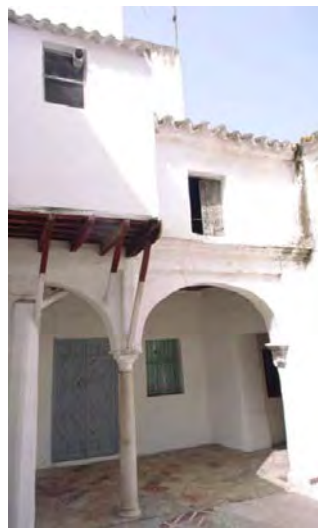
A estrutura vertical é formada por meio de paredes de tijolo ou taipa paralelas à fachada, configurando naves de vão estreito unidas por meio de lajes de vigas de madeira - redondas ou quadradas - com armações em padeira ou tijolo. As coberturas são inclinadas, de telha de canudo apoiadas em lajes inclinadas com as mesmas características que as anteriores. A presença de arcos semicirculares na abertura aos pátios é bastante habitual, por vezes enquadrados por alfiz.

As fachadas caiadas têm escassas e pequenas aberturas. O portal tem normalmente um destaque simples, embora por vezes possa ter soluções formais mais elaboradas. As aberturas no rés-do-chão - normalmente uma para além da porta - são resolvidas em saliência e rematados com uma cobertura, enquanto as do primeiro andar são de dimensões reduzidas se servem para a ventilação de um sótão ou podem ser maiores se o primeiro andar tiver um uso habitacional - fundamentalmente no caso de uma casa popular - .

Próxima página: plantas da casa popular e da casa doméstica¹⁷⁶. Desenhos do autor baseados em esquemas das fichas do catálogo.

¹⁷⁶ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Catálogo. Fichas C-36 y D-67.






Catálogo.

O catálogo do Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico de Lebrija inclui um total de 154 imóveis das 928 parcelas que fazem parte do Conjunto. As fichas de catalogação dos imóveis têm um conteúdo conciso, mas estruturado e homogêneo em todos os edifícios, o que proporciona uma informação completa e operacional. As fichas têm quatro blocos, ordenados por colunas que ocupam uma página e completados com uma segunda página, de acordo com a extensão dos textos descritivos.

- Informação gráfica: todas as fichas contam com plantas de localização, planta do rés-do-chão à escala 1/500, fotografia aérea e uma fotografia da fachada ou outros elementos relevantes.
- Dados gerais: onde são indicados o tipo de imóvel, a superfície da parcela e a superfície construída, o número de pisos, a utilização, a titularidade e o estado de utilização.
- Dados histórico-artísticos e arquitetónicos: inclui uma descrição morfológica completa e os dados históricos conhecidos. São indicadas a tipologia e as referências estilísticas e cronológicas, bem como o estado de conservação.
- Ordenamento: onde o âmbito da proteção é descrito em pormenor, indicando os elementos que devem ser mantidos, os que podem ser substituídos e os que devem ser retirados, bem como as obras permitidas.

Página anterior: fotos da casa de pequenos e médios proprietários¹⁷⁷ - casa doméstica e casa popular - .


¹⁷⁷ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Catálogo. Fichas C-27, D-39, C-42, D-67, D-28, D-49, C-34, D06 respetivamente. Reprodução parcial. Composição do autor.




GOBIERNO DE LAS ISLAS CANARIAS

FICHA CATÁLOGO DE PROTECCIÓN DEL PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO

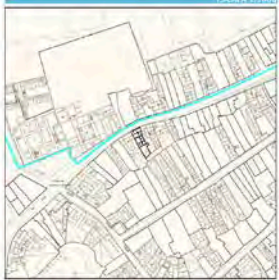
PLAN AEREO DE LOCALIZACIÓN (ESCALA 1:50.000)




PLAN LINEAL DE LA CIUDAD (ESCALA 1:50.000)




PLAN ALA 1:2000



PLAN ALA 1:2000




FICHA Nº: 0-26



03030-09 - Subp. nº 1

Datos poseedores: Calle San Francisco, 14

IDENTIFICACIÓN:		ESCALA:	
SUPERFICIE PARCELA (m²):	263,65	SUPERFICIE PARCELA (m²):	263,65
SUPERFICIE CONSTR. EN BAJA (m²):	144,06	SUPERFICIE CONSTR. EN ALTA (m²):	119,59
SUPERFICIE CONSTR. EN ALTA (m²):	63,22	SUPERFICIE CONSTR. TOTAL (m²):	263,65
NÚMERO DE PLANTAS:	2/3+1	SUBPARRAMAS:	<input type="checkbox"/> BIPARRAMAS: <input checked="" type="checkbox"/>
TITULARIDAD:	<input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
ESTADO HISTÓRICO:	<input type="checkbox"/> ENMENDADO <input type="checkbox"/> MODIFICADO PARCIAL <input checked="" type="checkbox"/> DESTRUIDO		
INDICACIONES DE PROTECCIÓN Y ANÁLISIS DEL TIPOLOGÍA:			
PROTECCIÓN: Edificio Contemporáneo, SIN. PROTECCIÓN HISTÓRICA: No consta. TIPOLOGÍA HISTÓRICA: Casa de planta rectangular a casa redonda. DESCRIPCIÓN MORFOLÓGICA: Vivienda entre medianeros, organizada en torno a un patio cuadrado en torno al cual se reparten los cuartos de planta. Cuenta de doble crujía a fachada con zaguán lateral y gran patio que conecta segunda crujía y patio. El patio, junto a medianero, posee cuerpo lateral y posterior incorporación del cuerpo de escalera, originando un espacio amplio y luminoso. Estructura de muros de carga con forjados de madera y cubierta inclinada de tejas árabe. Fachada de dos plantas, en origen una, con vanos de disposición asimétrica y enlucido de línea de imposta. La planta baja consta de puerta de acceso lateral en rasante, en el lateral dos grandes ventanas empujadas. En la planta superior predominan el espacio sobre el vano, abriendo sólo dos pequeñas ventanas a ambos lados sin relación con los inferiores. Remata el conjunto alero de teja árabe. ESTADO DE CONSERVACIÓN: <input type="checkbox"/> Bueno <input type="checkbox"/> Deficiente <input checked="" type="checkbox"/> Mala <input type="checkbox"/> Buena. Positivo estado de deterioro por el abandono y falta de uso. Forjados en mal estado, presencia de humedades de diversa índole, deterioro a cambio de madera. CONTENIDO GRÁFICO: Calle de imagen tradicional, en la que predomina la edificación de dos plantas, de estilo			



GOBIERNO DE LAS ISLAS CANARIAS

FICHA CATÁLOGO DE PROTECCIÓN DEL PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO

Localidad y lote aguas:

ELEMENTOS DE INTERÉS: Edificio con valores tipológicos por las diversas actuaciones practicadas. A pesar de ello el edificio no tiene carácter de singularidad del conjunto urbano.

ELEMENTOS CONSERVADOS:

ÁREA HOMÓGENEA: ☒ Expansión Tradicional (página 100-101)

GRADO CATEGORIZACIÓN: ☐ B ☐ C ☐ D

ELEMENTOS CATEGORIZADOS: Conservación de la estructura tipológica.

PROTECCIÓN: Las intervenciones van encaminadas a la sustitución del edificio por otro que siga los mismos valores tipológicos que el edificio, respetando su estructura.

ESTADO DE CONSERVACIÓN:

CATEGORÍA DE BIC:

PLAN HISTÓRICO: Una planta, rectangular unifamiliar a plantar tipo tradicional.

PLAN: AMP 11.2.12 de San Mateo del Puerto.

CONDICIONES PARTICULARES: Elementos a mantener: Conservación de la estructura tipológica. Elementos de interés: Fachada. Los huecos de fachada serán en todos los casos en dimensiones y proporciones similares a los existentes en la composición general de la fachada y de acuerdo a las normas del BIC. No se admitirá apertura de vanos ni ocupación de vanos existentes. No se admitirán las actuaciones que impliquen la modificación de la fachada, exceptuando en el caso de la fachada principal.

ESTADO DE CONSERVACIÓN: El color de fachada será en blanco. Se mantendrán las alteraciones por parte de las fachadas laterales. Individualidad según normativa general de la zona homogénea.

O Plano estabelece quatro níveis de proteção de acordo com a relevância patrimonial dos imóveis - de A a D - e um quinto nível intermédio A-B, no qual se situa um único bem, que, devido à sua dimensão, inclui zonas de ambas as proteções¹⁷⁸.

- Grau A (11): proteção integral. Destinados a Bens de Interesse Cultural declarados, bens propostos pelo Plano para a sua inclusão no Catálogo Geral do Património Histórico da Andaluzia e outros edifícios de especial relevância devido aos seus valores históricos e arquitetónicos. Só são permitidas obras de conservação, manutenção e reabilitação.
- Grau B (27): proteção global. Destinados a imóveis com valores relevantes, com menor interesse do que os anteriores e cujos valores podem ser localizados em zonas do mesmo. Para além das obras de conservação e reabilitação, são permitidas substituições parciais.
- Grau C (47): proteção tipologia geral e ambiental. Correspondem a imóveis cujo valor reside na sua tipologia e na conformação da paisagem urbana.
- Grau D (68): proteção parcial. Correspondem a edifícios com elementos específicos que devem ser preservados.

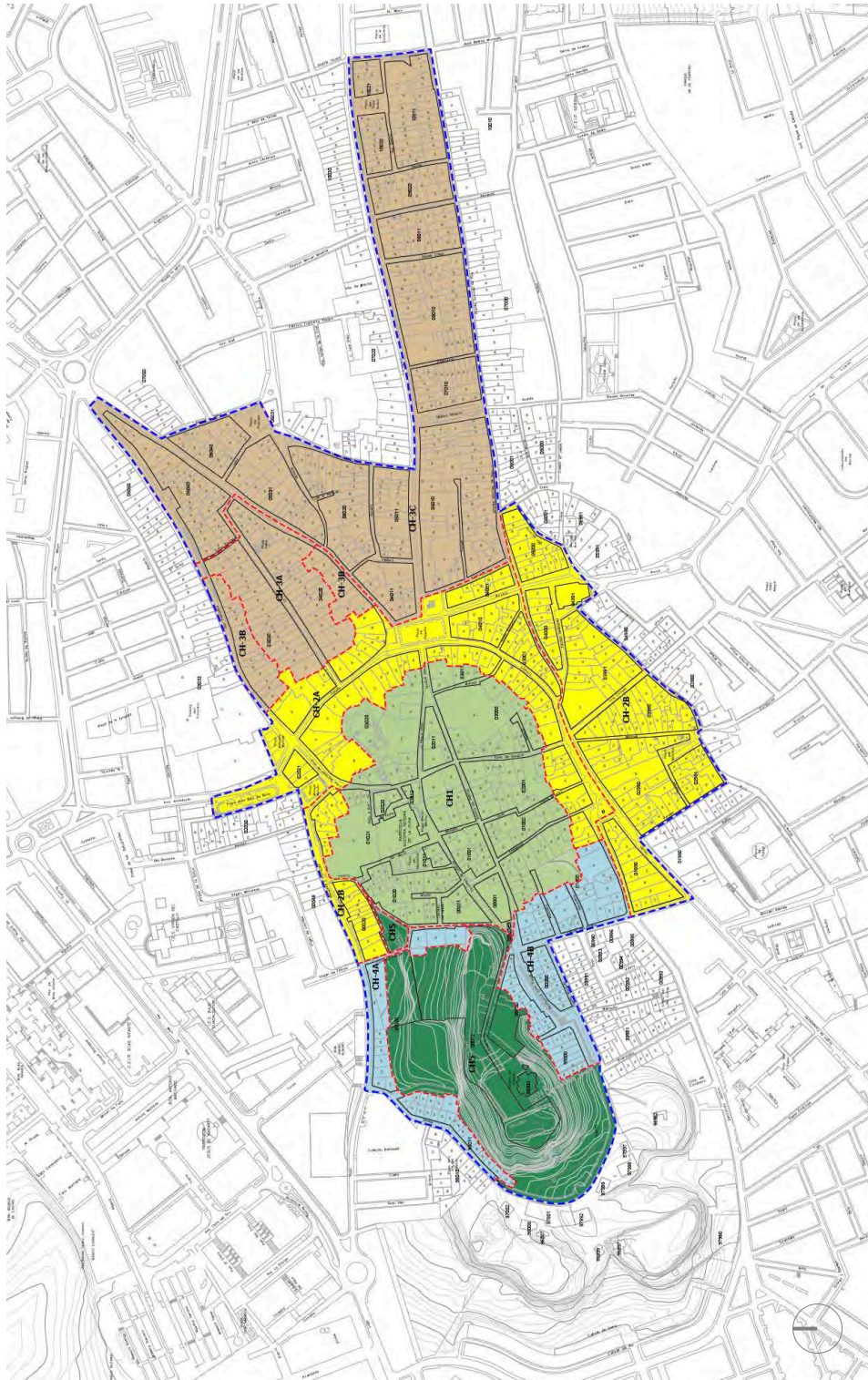
Nestes últimos casos, para além dos trabalhos de reabilitação, são permitidas obras de ampliação e novas construções em zonas excluídas da proteção.

Página anterior: ficha de catálogo¹⁷⁹.

¹⁷⁸ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Memoria de Ordenación-Protección. P. 56-61.

¹⁷⁹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Catálogo. Ficha D-26.





Proteção.

A importância da arquitetura popular no casario do Conjunto Histórico de Lebrija é evidente quando se vê que das 154 propriedades catalogadas, 90 correspondem a tipologias populares tradicionais - tanto unifamiliares como de habitação coletiva nos seus diferentes tipos - . Destes, 37 correspondem à casa doméstica - 9 catalogados C e 28 D - e 49 à casa popular - 3 com catalogação nível B, 20 C e 26 D -. A leitura continuada das tipologias plasmadas no Plano engloba, nestas casas, desde imóveis muito modestos com um desenvolvimento tipológico mínimo até casas de maior dimensão e complexidade do que as do tipo de referência deste estudo, que embora corresponda fundamentalmente à casa doméstica - 31 das 37 -, também se enquadra nos exemplos mais simples e antigos da casa popular - 8 das 49 -. De todas estas casas, 39 - 12 catalogadas C e 27 D - correspondem à sequência tipológica de corpo de fachada-pátio-corpo intermediário-logradouro - .

A abordagem geral de intervenção proposta pelo Plano, para as casas dos pequenos e médios proprietários, baseia-se na reabilitação do edifício, conservando os seus elementos característicos e sobretudo a estrutura tipológica, embora em muitas ocasiões esta dinâmica de intervenção se limite aos elementos mais significativos.

Páginas anteriores. Esquerda: catálogo de património arquitetónico¹⁸⁰. À direita: zonas homogéneas do Conjunto Histórico¹⁸¹.

¹⁸⁰ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Plano P. 01. Catálogo de patrimonio arquitectónico. Reprodução parcial.

¹⁸¹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Plano O. 01. Áreas homogéneas de ordenación del Conjunto Histórico. Reprodução parcial.

Assim, na maioria dos casos, a proteção é restringida ao corpo da fachada e ao pátio, especificando-se que o resto do edifício pode ser demolido. O alcance parcial da proteção é refletido por descrições literais e, por vezes - sobretudo nas catalogadas D - pela indicação da área protegida na planimetria.

O Plano permite, assim, todas as intervenções definidas nas Normas Urbanísticas, exceto a demolição total, regulamentando-as através de condições de utilização e, sobretudo, através de uma série de regulamentos por zonas homogêneas estabelecidas com critérios baseados nas diferentes fases de evolução urbana. As zonas homogêneas¹⁸² estabelecidas são as seguintes:

- CH-1: Cidade Intramuros.
- CH-2: Crescimento da Cidade Histórica, com duas subáreas (CH-2A e CH-2B).
- CH-3: Expansão tradicional, com três subáreas (CH-3A, CH-3B e CH-3C).
- CH-4: Crescimento Contemporâneo, com duas subáreas (CH-4A e CH-4B).
- CH-5: envolvente do castelo.

Na memória de Ordenamento-Proteção são analisadas as densidades médias das diferentes zonas homogêneas para determinar a ocupação e a altura regulamentares destas zonas, observando-se um aumento da densidade em relação aos parâmetros históricos. Na zona CH-1 é estabelecida uma ocupação de 80%, enquanto nas zonas CH-2 e CH-3 atinge 85%, onde se localizam os imóveis estudados no presente trabalho.

¹⁸² Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Plano O. 01. Áreas homogêneas.

O plano estabelece dois pisos como altura geral do Conjunto Histórico, marcando algumas zonas com três pisos, de modo a não deixar os edifícios existentes fora de ordenamento e regularizar algumas frentes urbanas. O parcelamento é muito limitado pelo Plano, sendo reduzido às áreas de intervenção marcadas pelo próprio Plano, às operações destinadas a recuperar a parcela original - devidamente justificadas - e só nos casos de parcelas sem edifícios catalogados é permitido o reemparelamento, que em qualquer caso deve estar de acordo com o parcelário histórico – conforme os parâmetros definidos para cada zona - .

O plano não estabelece os critérios para a criação, composição ou funcionamento da Comissão Municipal do Património, limitando-se a remeter para o nº 3 do artigo 40º da Lei do Património Histórico da Andaluzia e adiando a sua criação para um ato administrativo municipal - após a aprovação do Plano - .

Assim, para a casa objeto deste trabalho - que está incluída nas casas dos pequenos e médios proprietários, tanto na casa doméstica como na casa popular, embora principalmente na primeira, o Plano estabeleça uma proteção baseada nos seguintes pontos fundamentais:

- Um elevado grau de conhecimento dos imóveis através de um catálogo detalhado que, embora à primeira vista possa parecer escasso, cobre um terço dos imóveis anteriores a 1950 (154 de um total de 460). Destes, 39 correspondem à casa popular com corpo de fachada-pátio-corpo intermedio-logradouro. O levantamento sistemático destes edifícios permite aos redatores do Plano estabelecer mecanismos de proteção adaptados a cada imóvel.
- O controlo rigoroso do parcelamento garante a conservação do traçado urbano histórico.

- Note-se que as fichas deixam muitas áreas dos imóveis desprotegidas, onde imperam normas urbanísticas que propõem um certo aumento da densidade de construção.

Os mecanismos de acompanhamento do Plano não estão estabelecidos, o que é fundamental quando se trata de pôr as normas em funcionamento, especialmente quando a intervenção se baseia em critérios sujeitos ao ordenamento.

Próximas páginas: mapa de localização da casa sem nome em Lebrija. Elaborado pelo autor a partir dos planos do Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico¹⁸³.

¹⁸³ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Plano P. 01. Catálogo de patrimonio arquitectónico. Reproducción parcial e I. 08. Evolución urbanística de la ciudad histórica.



A ESSÊNCIA DA CASA SEM NOME

À problemática metodológicos descrita nas secções anteriores, devemos acrescentar uma questão fundamental que afeta o estudo da arquitetura popular como um facto histórico com uma longa cronologia, que é a percepção de alguns objetos que resultam da sobreposição - física e cultural - de séculos de história. A tipologia da casa popular estudada neste trabalho tem um percurso que começa nos séculos XIV-XVIII após a conquista do Reino de Sevilha pela Coroa de Castela e termina entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Esta cronologia reflete-se tanto fisicamente, nos edifícios mais antigos - que foram sendo modificados ao longo dos anos para os adaptar às necessidades e gostos de cada época - como culturalmente, no próprio conceito tipológico - que tem seguido um caminho paralelo -. Por isso, para compreender esta arquitetura, é fundamental ter uma percepção destas, com uma perspetiva temporal e histórica.

Neste sentido, nas secções seguintes, descrevem-se os elementos que a definem, tentando fornecer essa perspetiva histórica e apresentando-as como objetos vivos e evolutivos que chegaram aos nossos dias depois de uma longa viagem. Assim, estes elementos são descritos a partir dos conceitos básicos e acompanhando as adaptações dos mesmos para se adaptarem a diferentes situações de traçado, topografia, uso e estilo.

Os conceitos e dados expressos neste capítulo são o resultado da visão sintética da informação recolhida nos Planos Especiais estudados no capítulo anterior, com o apoio ocasional de publicações com conteúdo específico.

O objetivo deste trabalho não é realizar uma catalogação exaustiva desta casa popular, mas sim oferecer uma visão global que ajude a perceber a sua verdadeira dimensão cultural e permita a caracterização dos seus aspetos fundamentais com base na síntese dos documentos estudados.

Os Planos Especiais de Proteção dos Conjuntos Históricos de Carmona, Cazalla de la Sierra e Lebrija identificam um total de 237 imóveis que correspondem à configuração tipológica da casa sem nome entre os 1959 imóveis catalogados no total nos três Conjuntos Históricos.

Note-se que, no caso da Carmona, o estudo se limitou aos imóveis cujas fichas de catálogo continham informações suficientes. Ou seja, das 164 propriedades catalogadas (nos níveis C, C*, D, D*, E e F) apenas as que têm um grau de proteção C e D têm fichas completas com planimetria (46 no total) e são as que foram sintetizadas na base de dados e referidas nas secções seguintes.

Assim, o estudo foi realizado num total de 125 propriedades - 46 em Carmona, 40 em Cazalla de la Sierra e 39 em Lebrija - .

Conjunto Histórico	imóveis do âmbito		a casa sem nome		
	total	catalogados	tipología	total	%
Carmona	2200	1485	casa corredor	164	11,04%
Cazalla de la Sierra	1785	320	casa popular tradicional	40	12,50%
Lebrija	928	154	casa doméstica	31	25,32%
			casa popular	8	
Total	4913	1959		243	12,40%

Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados incluídos nos Planos Especiais

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E URBANO

É uma casa de carácter exclusivamente urbana - sem documentação ou referência a este tipo de propriedade em zonas rurais - associada ao crescimento e à densificação que sofreram os núcleos urbanos quando terminou o período de incerteza após a conquista do Reino de Sevilha pela Coroa de Castela. Nos três casos estudados, a datação dos edifícios é estabelecida a partir do século XIV, chegando ao final do século XIX e início do XX, quando a técnica da construção, bem como as alterações dos requisitos funcionais impuseram novos sistemas construtivos e esquemas tipológicos.

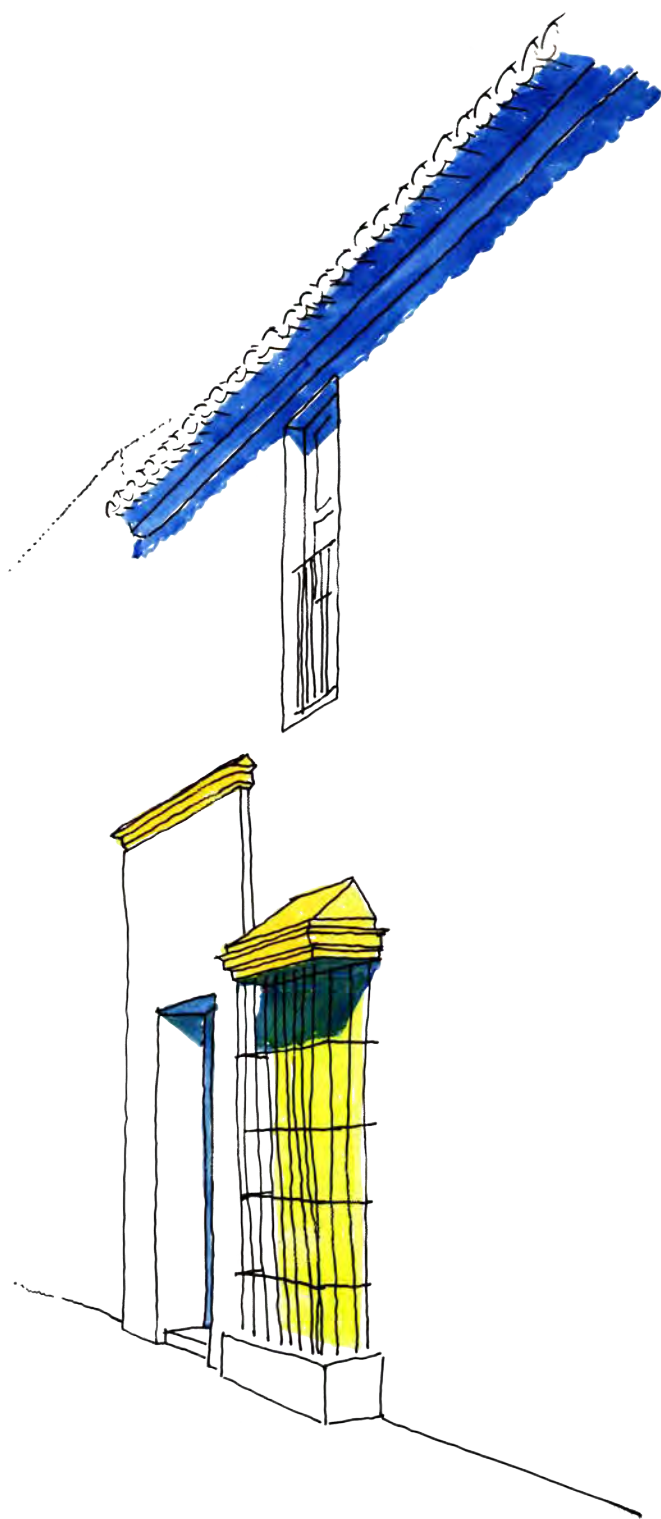
Dentro desta longa cronologia, a grande maioria dos edifícios é datada entre os séculos XVIII e XIX. Isto deve-se tanto à modesta entidade construtiva dos edifícios - o que dificulta a preservação dos mais antigos - como a momentos significativos ao longo dos séculos, como a densificação das cidades nos séculos XVI e XVII com a melhoria das condições económicas, o desenvolvimento dos senhorios ou catástrofes naturais como o terramoto de Lisboa de 1755¹⁸⁴ - que teve consequências desastrosas em cidades como Carmona e foi seguido de um importante processo de reconstrução - .

Assim, a maioria das casas estudadas em Carmona têm a sua origem no século XVIII (52,17%), bem como em Cazalla de la Sierra, onde atinge 87,5% das propriedades. Em Lebrija, a grande maioria das propriedades é datada do século XIX (79,49%).

Página seguinte: fachada de uma casa em Lebrija. Desenho do autor a partir da fotografia incluída no cartão do catálogo¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Memoria. Introducción, Información y Diagnóstico. P. 47.

¹⁸⁵ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Catálogo. Ficha C-42.



Os imóveis estão localizados principalmente nas zonas de crescimento das cidades da Idade Moderna, que são constituídas por grandes quarteirões dispostos de acordo com o traçado das principais vias de comunicação. Estão também localizados no interior dos recintos amuralhados, associados aos processos de densificação do tecido histórico - exceto no caso de Cazalla de la Sierra, por falta de desenvolvimento urbano prévio - . Em qualquer caso, estão sempre localizados em quarteirões com um grande fundo.

Neste sentido, Carmona - cujo recinto amuralhado é o maior dos três casos estudados - tem 12 propriedades localizadas no recinto histórico (26,08%) e 34 nos arrabaldes e áreas de crescimento da Idade Moderna (73,92%). Em Cazalla de la Sierra, devido à sua pequena dimensão, apenas uma das propriedades se encontra no recinto amuralhado. Em Lebrija, predominam as propriedades localizadas nas áreas de crescimento (27), representando 69,23% do total, contra 12 localizadas intramuros (30,77%).

O parcelário onde esta tipologia é desenvolvida está intimamente ligado tanto à origem camponesa dos seus habitantes - que requer espaço suficiente para o armazenamento de ferramentas - como à morfologia dos grandes quarteirões - que obriga ao desenvolvimento de parcelas com grandes profundidades - . Por conseguinte, trata-se de parcelas com uma frente estreita - geralmente entre 6 e 12 metros - e um grande fundo - que varia entre 20 e 40 metros - . As superfícies destas parcelas variam muito, mas situam-se normalmente entre os 100 e os 300 metros quadrados.

Próximas páginas: dados urbanísticos de referência. Acima Carmona, no centro Cazalla de la Sierra e abaixo Lebrija. Desenhos do autor com base na planimetria incluída nas fichas de catálogo dos Planos Especiais¹⁸⁶.

¹⁸⁶ Fichas 792 y 846 de Carmona, NU-AE 113 y NU-AE 136 de Cazalla de la Sierra y C-36 y D-67 de Lebrija.



municipio	ficha	Sp	Sc	E	frente	fondo
Carmona	792	213,00	292,00	1,37	9,25	27,10
Cazalla de la Sierra	UN-AE-113	299,00	305,00	1,02	11,30	26,40
Lebrija	C-36	319,05	356,23	1,12	9,30	28,90



municipio	ficha	Sp	Sc	E	frente	fondo
Carmona	846	288,00	327,00	1,14	9,90	31,20
Cazalla de la Sierra	UN-AE-136	275,00	364,00	1,32	12,00	26,90
Lebrija	D-67	211,94	231,17	1,09	5,60	27,80

Os 6 edifícios mostrados de forma ilustrativa do tipo em cada Conjunto Histórico no capítulo anterior servem de suporte gráfico para se ter uma referência em escala da implantação tipológica no tecido urbano. Ter um conhecimento exato dos parâmetros urbanísticos é fundamental para avaliar a adequação do planeamento urbano estabelecido nos Planos Especiais através das respetivas Normas Urbanísticas aos parâmetros de proteção estabelecidos nas memórias e fichas de catálogo.

Neste sentido, seria contraditório propor uma conservação geral de um edifício de construção modesta com uma edificabilidade actual normalmente inferior a 1,25 m²/m², dando-lhe ao mesmo tempo uma edificabilidade próxima de 1,8. Isto geraria expectativas de construção que seriam difíceis de conciliar com a conservação do edifício - uma vez que a sua capacidade de carga é limitada - . Por este motivo, os parâmetros fundamentais de planeamento urbano são extraídos da base de dados na seguinte tabela.

parâmetro	rango	CARMONA		CAZALLA DE LA SIERRA		LEBRIJA	
		und.	%	und.	%	und.	%
superfície de parcela	<100	3	6,52%	2	4,35%	0	0,00%
	100-200	14	30,43%	14	30,43%	8	17,39%
	200-300	19	41,30%	15	32,61%	12	26,09%
	300-400	3	6,52%	6	13,04%	10	21,74%
	>400	7	15,22%	3	6,52%	9	19,57%
E	<1,00	8	17,39%	20	43,48%	7	15,22%
	1,00-1,25	13	28,26%	5	10,87%	15	32,61%
	1,25-1,50	8	17,39%	8	17,39%	10	21,74%
	1,50-1,75	13	28,26%	6	13,04%	7	15,22%
	>1,75	4	8,70%	1	2,17%	0	0,00%
frente de fachada	<6	7	15,22%	8	17,39%	9	19,57%
	6-8	11	23,91%	12	26,09%	7	15,22%
	8-10	9	19,57%	11	23,91%	9	19,57%
	10-12	12	26,09%	6	13,04%	5	10,87%
	>12	7	15,22%	3	6,52%	9	19,57%
fondo de parcela	<20	11	23,91%	6	13,04%	5	10,87%
	20-30	16	34,78%	20	43,48%	15	32,61%
	30-40	11	23,91%	8	17,39%	14	30,43%
	40-50	6	13,04%	5	10,87%	5	10,87%
	>50	2	4,35%	1	2,17%	0	0,00%

Tabela de parâmetros urbanos, elaborado pelo autor a partir da base de dados descrita no capítulo anterior.

CONFIGURAÇÃO TIPOLÓGICA

Distribuição.

A ocupação deste parcelário de grandes quarteirões com parcelas de pouca frente e muito fundo é acompanhada de uma estratégia de implantação tipológica própria, de acordo com a configuração urbana e com as necessidades funcionais dos seus habitantes. Neste contexto, a casa sem nome propõe uma configuração tipológica caracterizada por três aspetos fundamentais: corpos paralelos à fachada, alternância de corpos construídos e espaços abertos e acesso através de um saguão.

- Corpos paralelos à fachada. O programa da habitação - e dos usos relacionados com as atividades agropecuárias - está organizado em corpos construídos dispostos paralelamente à fachada, normalmente com dupla nave, o que permite a ventilação dos quartos diretamente para um espaço aberto - seja a rua, o pátio ou o logradouro - sem depender de outros quartos. A configuração mais comum tem um corpo da fachada - que normalmente alberga os espaços habitacionais - e um corpo intermédio, situado entre o pátio e o logradouro - em princípio destinado a utilizações relacionadas com atividades agrícolas - . Os corpos construídos estão dispostos de forma a ocupar a largura total da parcela e no seu interior contêm pequenos espaços, delimitados por vãos entre 3 e 5 metros - pelo que a profundidade destes elementos varia entre 3 e 5 metros para os de nave simples, entre 7 e 9 metros para os de nave dupla e entre 11 e 13 metros para os de nave tripla.

- Alternância de corpos construídos com espaços livres. A escassa frente da parcela obriga à abertura de espaços livres no interior da parcela, desta forma, atrás do corpo da fachada está o pátio - através do qual comunicam-se todos os elementos da casa - enquanto que nas traseiras, atrás do corpo intermédio, está o logradouro - que inicialmente albergava as cozinhas, latrinas e até espaço para animais como galinhas ou alguns porcos - . Estes espaços abertos permitem utilizações que vão além do puramente doméstico, tornando-se espaços de relacionamento - no caso do pátio - ou de trabalho e serviço - no caso do logradouro. Em poucas ocasiões os pátios conservam a largura total da parcela devido à sua ocupação por elementos secundários. A profundidade do pátio é variável, mas normalmente tem uma dimensão um pouco menor do que a dos corpos construídos, variando entre 4 e 8 metros. O logradouro, por outro lado, está configurado como um espaço residual em função do espaço disponível.
- Acesso por meio de um saguão. A fim de aceder ao fundo da parcela, evitando as servidões de passagem nas compartimentos dos corpos construídos, situa-se o saguão - no corpo da fachada - e uma passagem, normalmente aberta - no corpo intermédio - . O saguão de entrada ocupa normalmente uma posição lateral e não está diretamente relacionado com a passagem do corpo intermédio, uma vez que podem ser encontrados alinhados ou não. Tanto o saguão como a passagem intermedia atravessam completamente os corpos construídos e têm normalmente uma largura relativamente generosa - que permitiu o acesso com ferramentas e até animais de carga - , entre 1,5 e 2,5 metros.

Volumetria.

São casas de volumetria contida, fundamentalmente desenvolvidas no piso térreo, com o corpo da fachada apresentando um primeiro piso de baixa altura - fazendo uso do vão do telhado - ligado ao armazenamento e que recebe nomes diferentes, como “doblado”, “soberado” ou “sobrado” – aqui traduzido como sótão - . Este espaço também pode aparecer também no corpo intermédio, sendo menos frequente. As construções auxiliares localizadas no logradouro são geralmente elementos de escassa entidade construtiva e de pouca altura.

A melhoria das condições económicas ou a necessidade de espaço de habitação conduz frequentemente à ampliação destes edifícios, elevando a altura do sótão até uma altura habitável ou adicionando um andar nos edifícios que não têm sótão. Este fenómeno, embora mais comum no corpo da fachada, também pode ocorrer no corpo intermédio.

As alturas são mais generosas em Carmona e Lebrija, onde os dois pisos são a altura dominante, tanto para o corpo da fachada como para o intermédio. No entanto, em Cazalla de la Sierra, a volumetria mais comum é a de um piso com sótão no corpo da fachada e um piso no corpo intermédio.

As escadas de acesso ao sótão ou ao primeiro andar são normalmente desenvolvidas no pátio, podendo também ser encontradas no corpo da fachada ou no logradouro - para acesso ao corpo intermédio - . Por vezes, uma única escada serve ambos os corpos, sendo feita a ligação dos dois corpos através de uma galeria aberta.

As alturas do rés-de-chão e primeiro andar variam entre 2,5 e 3,5 metros, enquanto os sótãos têm uma altura que varia entre 1 e 2 metros de altura no beiral e entre 2 e 4 metros no cume.

Páginas seguintes: diagramas de desenvolvimento tipológico. Acima Carmona, no centro Cazalla de la Sierra e abaixo Lebrija. Desenhos do autor com base na planimetria incluída nas fichas de catálogo dos Planos Especiais¹⁸⁷.

¹⁸⁷ Fichas 792 y 846 de Carmona, NU-AE 113 y NU-AE 136 de Cazalla de la Sierra y C-36 y D-67 de Lebrija.





volumetría		CARMONA		CAZALLA DE LA SIERRA		LEBRIJA	
		und.	%	und.	%	und.	%
altura del cuerpo de fachda	1	1	2,17%	11	23,91%	1	2,17%
	1,5	15	32,61%	20	43,48%	10	21,74%
	2	30	65,22%	9	19,57%	28	60,87%
altura del cuerpo de intermedio	1	7	15,22%	22	47,83%	10	21,74%
	1,5	5	10,87%	1	2,17%	3	6,52%
	2	28	60,87%	7	15,22%	26	56,52%



Acima: tabela de parâmetros urbanos, elaborado pelo autor a partir da base de dados descrita no capítulo anterior. Abaixo, casas de um andar, um andar e dois andares¹⁸⁸.

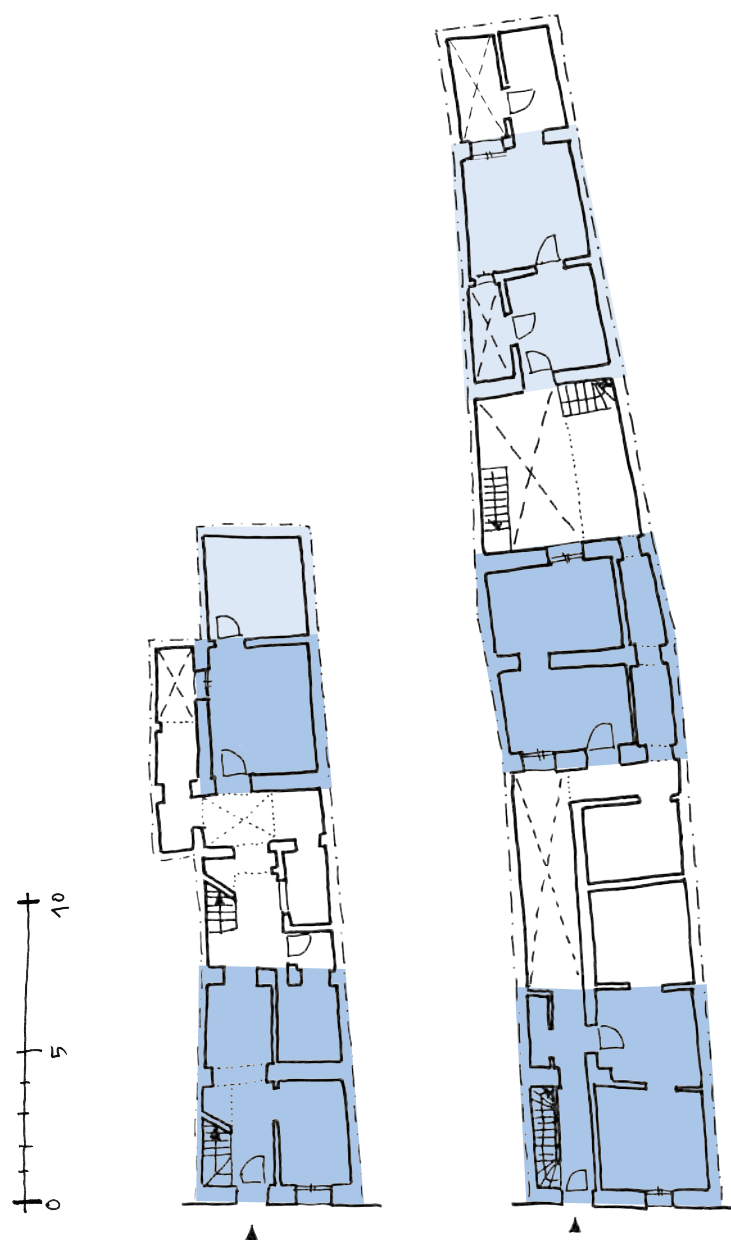
¹⁸⁸ Fichas de catálogo de los Planes Especiales NU-AE 300 de Cazalla de la Sierra , C*-209 de Carmona y D-56 de Lebrija.

Adaptações ao tecido urbano.

Esta configuração tipológica, invariável em todos os imóveis, é claramente percebida em muitas parcelas de terreno de forma regular, com os corpos construídos e os espaços livres perfeitamente paralelos e cobrindo a largura da parcela entre os dois muros meeiros laterais. Em terrenos de forma irregular, os edifícios são inseridos no tecido urbano de forma a criar espaço suficiente para os espaços abertos e as passagens necessárias.

Em geral, o saguão encontra-se descentrado da fachada, sendo o acesso pela direita um pouco mais comum (34,40%) do que pela esquerda (24,80%). No entanto, nas parcelas com uma fachada maior, o saguão está disposto de forma central (40,80%), de modo a haver salas de ambos os lados do saguão de tamanho suficiente. Este fenómeno começa a ser reconhecido em parcelas com uma frente superior a nove metros e é generalizado a partir de dez metros, com muito poucos exemplos de acessos excêntricos a partir de dez metros.

As variações no fundo da parcela também geram adaptações tipológicas. Nas parcelas com pouca profundidade, o logradouro pode ser reduzido a um pequeno espaço aberto ou mesmo completamente preenchido - como é o caso de Carmona em até 15,22% dos casos - em parcelas com grande profundidade, podem surgir numerosos edifícios auxiliares ou o sistema de implantação pode ser repetido através da alternância de corpos construídos e espaços abertos.



Esquemas de adaptação tipológica ao tecido urbano, parcelas com pouco e muito fundo. Desenhos do autor com base na planimetria incluída nas fichas do catálogo¹⁸⁹.

¹⁸⁹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Catálogo. Fichas 845 y 878.

Adaptações funcionais.

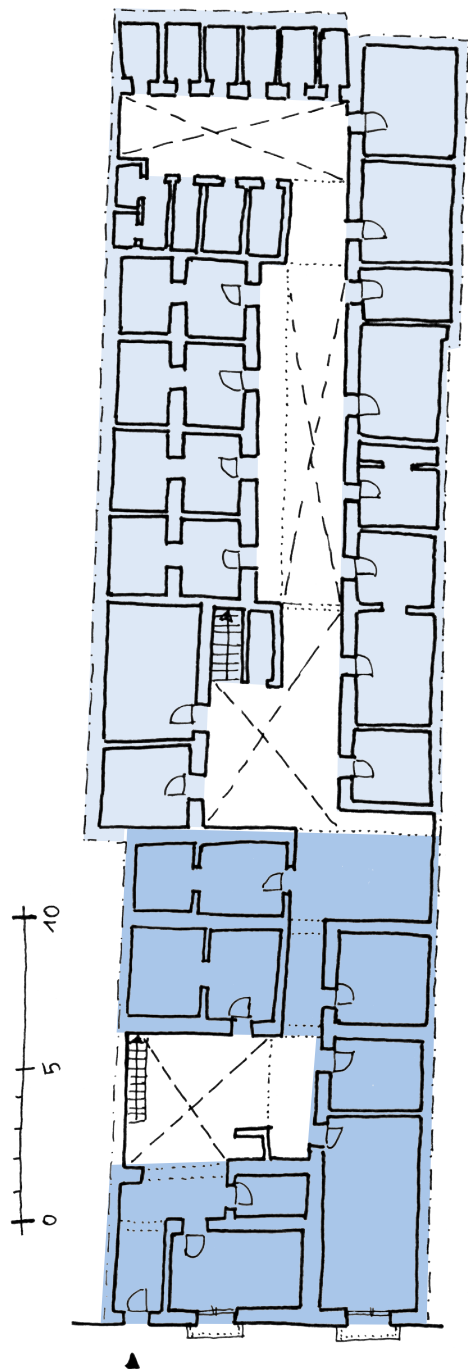
Esta casa é a base fundamental do casario de cidades que basearam a sua riqueza na exploração agrícola de um extenso território, o que exigiu a participação de uma boa parte da sociedade. Assim, o “campesinato” estruturou uma sociedade com uma grande classe trabalhadora (camponeses) que tinha recursos suficientes para ter a sua casa - própria ou alugada - e mesmo alguns recursos que lhes permitiam cultivar alguma terra ou ter alguns animais para autoconsumo. É uma população que, apesar de trabalhar no campo, desenvolve uma vida puramente urbana, onde se situa a sua residência.

A casa responde a estas circunstâncias, gerando espaços residenciais e de armazenamento, tanto fechadas como abertas. Assim, o corpo da fachada aloja os usos puramente domésticos no rés-do-chão e o armazenamento no sótão. O corpo intermédio pode alojar ambas as utilizações. O pátio torna-se o elemento que liga todos os pontos da casa e tem relevância na vida familiar e social, enquanto o logradouro destinava-se a usos agrícolas e - até há não muito tempo - aos núcleos húmidos da habitação.

Tanto as cozinhas como os sanitários, com a generalização da água corrente e do saneamento urbano, são incorporados nas áreas habitáveis, sendo muitas vezes configurados como corpos anexos ao corpo de fachada ou ao intermédio - ocupando parte do pátio ou do logradouro, respetivamente.

*Próxima página: esquema de uma casa doméstica transformada num “corral de vizinhos”¹⁹⁰.
Desenhos do autor baseados nos esquemas das fichas do catálogo.*

¹⁹⁰ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial. Catálogo. Ficha C-29.



Embora o uso fundamental e original destas casas seja unifamiliar - atualmente 74,40% dos imóveis estudados continuam a ter essa utilização -, a existência de espaços - abertos e construídos - destinados a uso agrícola tem permitido a adaptação da casa ao longo dos anos e de acordo com as necessidades de utilização bifamiliar, sendo hoje encontrada em 6,40% dos casos. Normalmente esta adaptação é produzida através da elevação ou extensão da altura livre do sótão e da segregação das habitações por níveis, acedendo ao primeiro andar a partir das escadas originais localizadas nos pátios e partilhando o saguão de ingresso. De forma residual, há também casos em que o acesso ao primeiro andar é feito diretamente a partir da rua, com acesso próprio e diferenciado a partir do saguão. As casas também foram divididas para serem utilizadas por mais de duas famílias, atingindo cerca de 18,40%.

Nas parcelas com maior profundidade e superfície, reconhece-se um processo de adaptação tipológica mais forte, quando se tornam habitações coletivas. Nestes casos, o logradouro é ocupado com habitações anexas às paredes meeiras e serviços comuns, como cozinhas, lavadouros e casas de banho. A casa original, localizada no exterior da parcela, torna-se uma espécie de casa tampa, adquirindo o conjunto uma disposição geral semelhante ao “corral de vecinos”.



CONFIGURAÇÃO ARQUITECTÓNICA

Formalização

É uma casa de formalização simples em geral e austera em muitas ocasiões. Os seus traços mais característicos são as paredes caiadas de branco e a ausência de elementos decorativos.

As fachadas são caracterizadas pela opacidade das paredes, apenas perfuradas pela porta de acesso e - normalmente - por uma janela no piso térreo. O sótão normalmente tem apenas uma pequena janela para ventilação. Quando tem um primeiro andar, abrem-se janelas que nem sempre sincronizam a sua posição com as do rés-do-chão - apenas os edifícios mais recentes contam com fachadas com alinhamento vertical das aberturas - . O remate superior da fachada é definido pela orla livre do telhado de telha de canudo, sem beiral, embora por vezes possa ser instalada uma simples cornija de perfil reto para melhorar a drenagem da água. Dentro da simplicidade do tipo, alguns elementos de carácter decorativo são incorporados como as portais ou as janelas salientes.

As portas de acesso podem ser destacadas com um portal, com uma simples moldura em relevo e bordo saliente na parte superior- típico da tradição mudéjar - nas mais antiga ou ser configuradas por pilastras laterais e friso superior - que os Planos identificam como barroco popular - correspondente aos séculos XVII e XVIII - . Em ambos os casos, os elementos são sempre pintados - uma vez que a sua execução não possui elementos de pedra ou tijolos de qualidade – são integrados na continuidade do caiado. Estes elementos são normalmente destacados nas reabilitações atuais.

As janelas são simples, com uma grelha de ferro forjado com “barrote preñado” (barras grávidas) - assim chamadas por causa do bojo gerado nas barras horizontais para a passagem das verticais - .

Página anterior: exemplos de diferentes configurações de fachadas, desde a fachada de aberturas simples, com portais em relevo ou moldados e janelas salientse. Imagens retiradas das fichas do catálogo dos Planos Especiais¹⁹¹.

¹⁹¹ Da esquerda para a direita e da cima para baixo: Fichas NU-AE 54 y NU-AE 158 de Cazalla de la Sierra, 729 de Carmona, D-39 de Lebrija, NU-AE 125 de Cazalla de la Sierra, D-11 de Lebrija y 821 y 845 de Carmona.

Podem ser uma simples abertura na parede, de dimensões reduzidas, ou podem ser salientes - num poial no rés-do-chão e saliente no primeiro andar - acabados com um tejaro.

As fachadas interiores da casa não têm qualquer elemento decorativo, exceto os arcos - normalmente emoldurados em alfiz - na passagem do saguão ao patio. As galerias são normalmente construções acrescentadas por meio de elementos leves, embora por vezes possam ser configuradas por meio de arcadas de tijolo ou abóbadas de virilha. A presença de vegetação nos pátios é muito comum, quer através de vasos - pendurados ou simplesmente apoiados no chão - quer através de pequenas árvores ou vinhas.

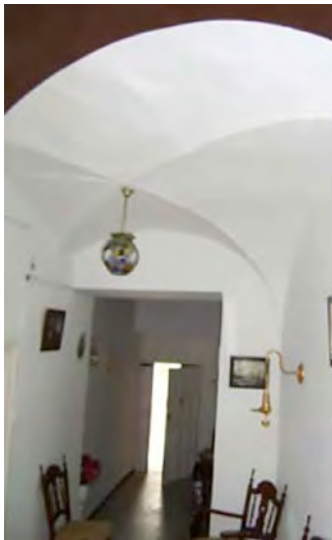
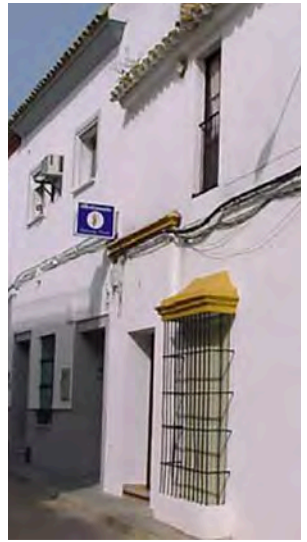
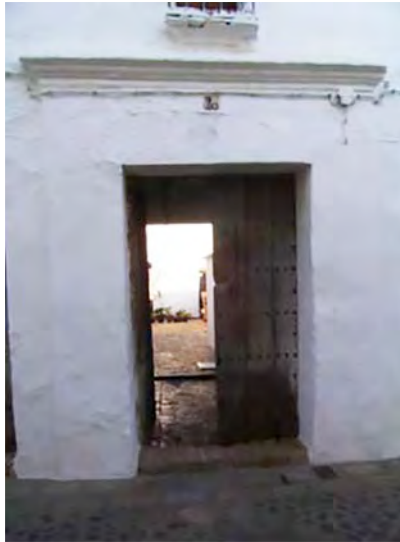
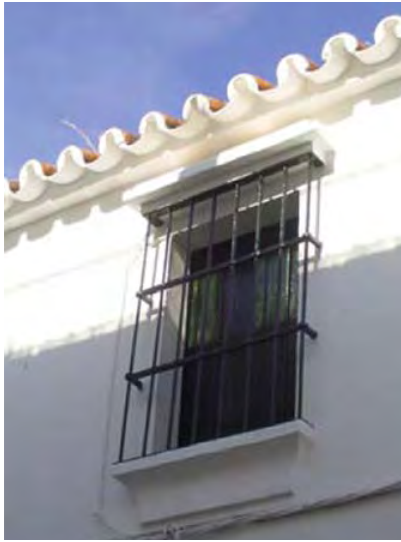
Uma leitura conjunta dos dados obtidos a partir das fichas de catálogo mostra uma clara diferença na formalização, desde as mais modestas de Cazalla de la Sierra - onde não se encontram pormenores no interior das casas e as aberturas e portais são fundamentalmente simples - até às mais ricas de Carmona, onde os portais destacados e elementos como arcos emoldurados em alfiz ou abóbadas de virilha têm uma presença relevante.

formalización		CARMONA		CAZALLA DE LA SIERRA		LEBRIJA	
		und.	%	und.	%	und.	%
portada	sencilla	23	50,00%	33	71,74%	16	34,78%
	en resalte	23	50,00%	6	13,04%	13	28,26%
	moldurada	0	0,00%	1	2,17%	5	10,87%
ventanas	sencilla	44	95,65%	39	84,78%	26	56,52%
	en saledizo	25	54,35%	8	17,39%	21	45,65%
	moldurada	1	2,17%	0	0,00%	26	56,52%
detalles interior	arcos	15	32,61%	0	0,00%	19	41,30%
	arcos alfiz	13	28,26%	0	0,00%	4	8,70%
	b. arista	10	21,74%	0	0,00%	1	2,17%
	b. cañón	3	6,52%	0	0,00%	0	0,00%

Tabela de elementos singulares e formalização, elaborada pelo autor a partir da base de dados descrita no capítulo anterior.

Página seguinte: detalhes das fachadas e pátios. Imagens extraídas do catálogo das fichas dos Planos Especiais¹⁹².

¹⁹² Da esquerda para a direita e da cima para baixo: Fichas 814 y 791 de Carmona, C-42 de Lebrija, 729 de Carmona, D-14 de Lebrija, 833 de Carmona e C-11 e C-10 de Lebrija.



Tectónica

Os sistemas utilizados na construção destas casas são modestos, ligados aos materiais disponíveis na envolvente imediata e sujeitos a pouca elaboração.

A construção baseia-se numa estrutura de paredes portantes paralelas à fachada, feitas de tijolo, taipa o alvenaria - no caso de Cazalla de la Sierra - . São paredes grossas, com espessuras que vão de 45 a 70 cm, dependendo do material utilizado. Infelizmente, as fichas do catálogo nem sempre têm informação sobre os materiais e espessuras das paredes: nas fichas do Plan de Lebrija são sistematicamente representadas como 45, com poucas alusões às espessuras, nas de Cazalla - que tem poucos exemplos com planimetria - são representadas como 40 centímetros, enquanto em Carmona, com um pouco mais de informação sobre o assunto, são representadas como 60 ou 70 centímetros. As alusões à materialidade destas são mínimas, exceto no caso do Plano de Cazalla de la Sierra, onde a presença de paredes de taipa, tijolo e alvenaria é reconhecida na maioria das folhas do catálogo.

O vão das naves é reduzido para ser resolvida através de lajes de madeira, tanto no caso do sótão ou do primeiro andar como no caso do telhado. As lajes podem ser feitas de troncos ou vigotas de madeira e tijolo de alhetas no espaço entre as vigas.

Os telhados deste tipo são inclinados com telhas árabes, diretamente sobre a laje inclinada. Os bordos são livres, sem beirado e os acabamentos superiores são feitos com telha - ou encastrados quando se encontrarem elementos de mais altura - . A nível estrutural, a laje inclinada é resolvida, na maioria dos casos, pela diferença de altura entre o coroamento das paredes da fachada e a parede central, que por vezes é substituída por arcos ou pilares e uma viga composta por um grande tronco. Em Carmona, quando o corpo da fachada tem apenas uma nave, o telhado é resolvido numa estrutura de tesoura simples executada com troncos e ripado intermédio.

Os revestimentos são igualmente modestos, sendo a brancura da cal o sistema fundamental para cobrir as paredes. Estes revestimentos à base de cal têm uma função higiénica devido às características da cal, ao mesmo tempo que formam uma camada de sacrifício que protege as paredes em taipa, tijolos e alvenaria da disgregação.

Ao mesmo tempo, é um material flexível e transpirável, adequado para paredes com fundações que normalmente não são mais do que a sua continuação até o solo compactado com cal - portanto, sujeito a movimento e a humidade de capilaridade - . Nas fachadas, é comum utilizar lambris de reboco à tirolesa, que foram recentemente substituídos por todo o tipo de revestimentos de pedra e cerâmica. Os pavimentos são normalmente de cerâmica - ou terra, nos casos mais modestos - . Em todas as descrições tipológicas está incluído o mecanismo habitual para reforçar estes pavimentos com seixo rolado, empedrados ou calcetado nas áreas de passagem dos animais, ou seja, o percurso desde o saguão de entrada até ao logradouro, que não tinha pavimento. No entanto, não foi encontrada qualquer referência específica nas fichas de catálogo estudadas.

Com o aparecimento de materiais de construção industrializados, os sistemas tradicionais são gradualmente substituídos: as lajes de madeira estão a ser substituídas por vigas de betão ou de aço. Nos pavimentos, são amplamente utilizados as placas hidráulicas e terracota. A mais relevante destas substituições é a substituição dos telhados por coberturas planas acessíveis, que se encontram atualmente - pelo menos parcialmente - em 18,40% dos corpos da fachada. No caso dos corpos intermédios, este parâmetro sobe para 34,40%.

Próximas páginas. Esquerda: exemplos de diferentes sistemas de estrutura horizontal, tanto no chão como no telhado. Lajes de vigotas de madeira com espaço intermedio do mesmo material e tijolo por tábua, lajes de troncos e tábuas, telhado de pares sobre arco central - com vãos cegos - e telhado sobre estrutura de tesoura simples. Imagens retiradas das fichas de catálogo do Plano Especial de Proteção do Património Histórico de Carmona¹⁹³. Direita: pormenores sobre fábricas e acabamentos. Imagens extraídas do catálogo de cartões dos Planos Especiais¹⁹⁴.

¹⁹³ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva. Catálogo. Edificios de la ciudad y su entorno. Fichas 562, 821, 846 y 809 respectivamente.

¹⁹⁴ Página da esquerda: de cima para baixo e da esquerda para a direita Fichas 814 y 808 de Carmona y D-12 de Lebrija.







EXPERIÊNCIAS PRÓXIMAS

No capítulo Âmbito constata-se a presença desta casa sem nome em nove municípios da província de Sevilha - Arahá, Carmona, Cazalla de la Sierra, Constantina, Fuentes de Andalucía, Lebrija, Lora del Río, Marchena e Utrera -. Posteriormente, de acordo com a documentação disponível e com o objetivo de estabelecer uma amostra gerível e suficientemente representativa, o estudo de caso limita-se aos Conjuntos Históricos de Cazalla de la Sierra, Carmona e Lebrija, uma vez que todos eles têm Planos Especiais de Proteção elaborados e se encontram em diferentes fases de processamento administrativo.

Os restantes municípios são também Conjuntos Históricos - com exceção de Lora del Río - embora nem Constantina nem Fuentes de Andalucía disponham de Planos Especiais de Proteção, dado que cumprem o artigo 30º da Lei do Património Histórico Andaluz¹⁹⁵, incorporando um catálogo de bens protegidos nos seus respetivos Planos Gerais.¹⁹⁶ Marchena¹⁹⁷ e Utrera¹⁹⁸ têm, em qualquer caso, Planos Especiais de Proteção em que a presença desta tipologia se reflete e que vale a pena referi-los pelo menos de uma forma sucinta.

Página anterior: processo de substituição dos telhados por coberturas planas em Carmona entre 1956 e 2003¹⁹⁹.

¹⁹⁵ Boletín Oficial de la Junta de Andalucía N° 248 de 19 de diciembre de 2007 – **Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía.**

¹⁹⁶ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°187 de 13 de agosto de 2014 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Arahá.** Documento de Aprobación Definitiva.

¹⁹⁷ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°295 de 23 de diciembre de 1994 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Marchena.** Documento de Aprobación Definitiva.

¹⁹⁸ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°181 de 6 de agosto de 2009 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Utrera.** Documento de Aprobación Definitiva.

¹⁹⁹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N° 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona.** Documento de Aprobación Definitiva. Catálogo. Edificios de la ciudad y su entorno. Ficha 287. Reproducción parcial.

Arahal.

O Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico do Arahal faz uma dupla leitura da arquitetura residencial tradicional. Por um lado, faz um percurso temático por diferentes aspetos como a composição dos edifícios, o programa funcional, as fórmulas construtivas e materiais e a expressão formal. Por outro lado, a partir de uma leitura tipológica, reconhece cinco tipos diferentes de habitação tradicional.

- Casa popular de naves justapostas.
- “Casa de labor” da pequena burguesia agrária.
- Casa historicista da pequena burguesia agrária.
- Casa senhorial rural.
- Casa senhorial urbana.

A casa sem nome situa-se entre as duas primeiras tipologias - aquelas com maior profundidade de terreno na primeira e a mais simples na segunda -, aludindo expressamente à sua sequência tipológica como um comentário adicional à casa popular de naves justapostas de maiores dimensões.

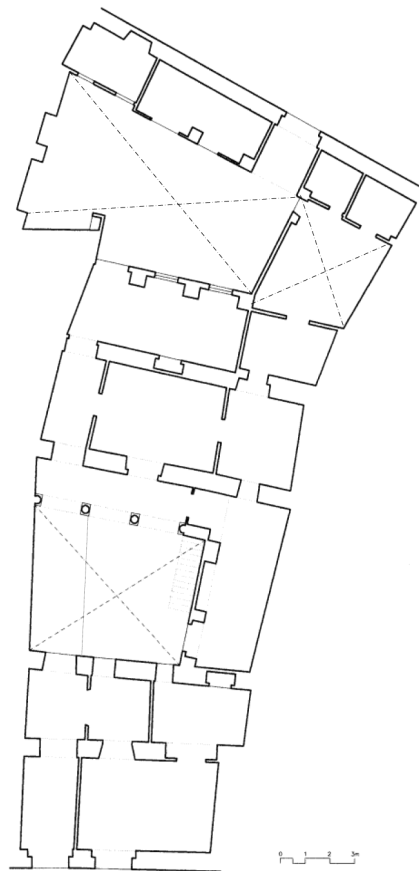
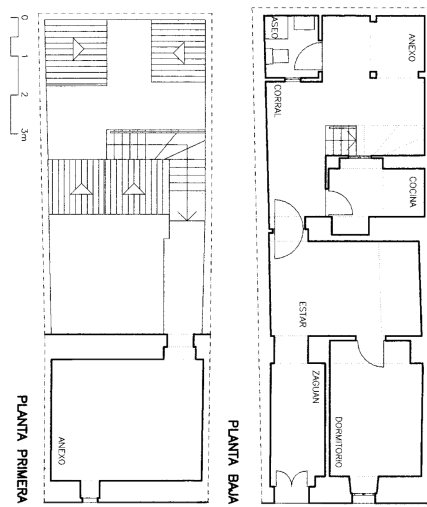
*"Gerada a partir da justaposição de naves de entre 3 e 3,5 metros de vão que se sucedem-se paralelamente à fachada alternando naves e pátios de ventilação de acordo com uma sequência rígida: rua + duas naves + pátio. Expansível para a rua + duas naves + pátio + duas naves + logradouro"*²⁰⁰.

Infelizmente, as fichas de catálogo não têm planimetria de coberturas, o que torna difícil a sua análise em profundidade.

*Página seguinte. Acima: rés-do-chão, primeiro andar e fotografia da fachada da casa com naves justapostas - sequência de ruas + duas naves + pátio - . Rua Colón, 38. Em baixo: a seguir: Piso térreo e fotografia da fachada principal de uma “casa de labor”. Rua Marchena, 6*²⁰¹.

²⁰⁰ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°187 de 13 de agosto de 2014 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Arahal**. Documento de Aprobación Definitiva. Memoria de información. P. 46.

²⁰¹ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°187 de 13 de agosto de 2014 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Arahal**. Documento de Aprobación Definitiva. Memoria de información. P. 46-49.



Marchena.

O Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico de Marchena é um dos primeiros documentos de proteção elaborados na província, aprovado definitivamente em 1994. A elaboração implica um trabalho de representação analógica e um catálogo com relativamente poucos imóveis, sem que isso implique uma falta de profundidade nas fichas, que contêm fotografias e planos de forma sistemática.

Quanto à arquitetura residencial tradicional, está organizada em quatro grupos de acordo com o corpo da fachada e os espaços abertos.

- Casas com nave dupla ou tripla, em alusão ao corpo da fachada - nem sempre o único - .
 - Com quintal.
 - Sem quintal.
- Casas pátio.
 - Pátio central.
 - Pátio adossado a parede meeira.

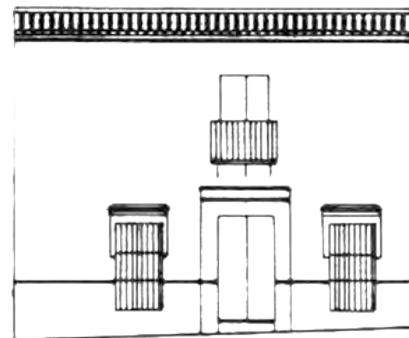
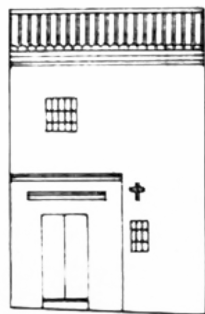
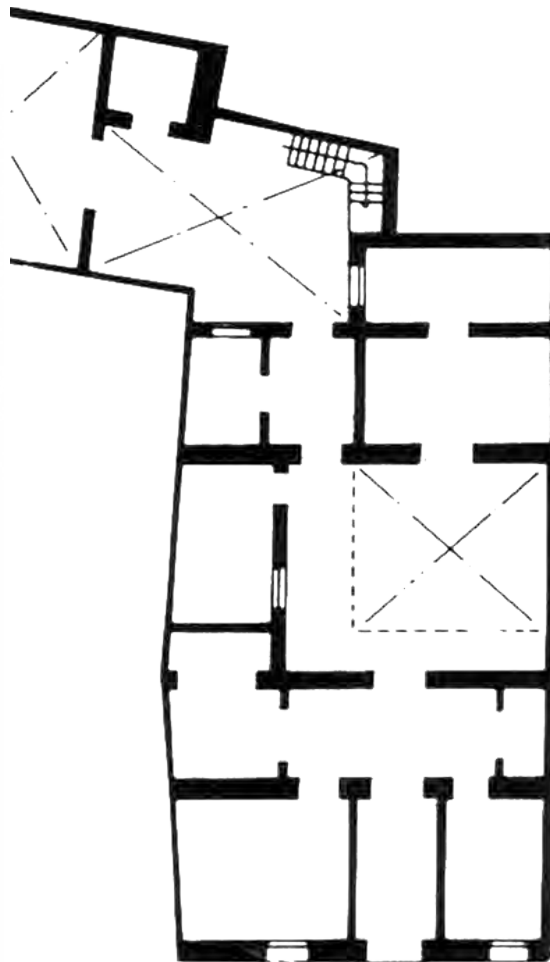
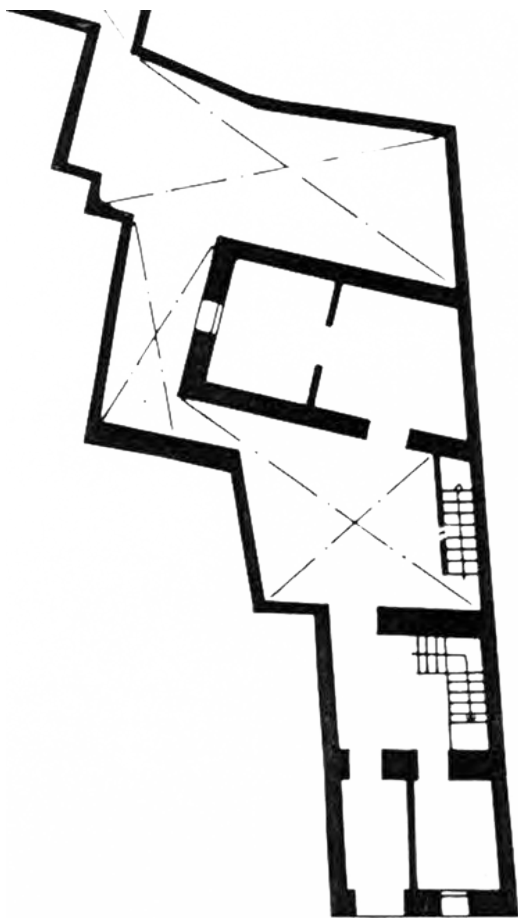
As breves definições tornam difícil a interpretação correta destas tipologias, que devem ser obtidas diretamente a partir das plantas.

Assim, podemos localizar a casa sem nome nas casas de dupla nave - que podem contar com pátio, corpo intermédio e logradouro - como nas casas de pátio adossado a parede meeira - que carecem da galeria perimetral e do carácter estruturante do pátio - .

Página seguinte: esquemas de uma casa com nave dupla e de pátio adossado a parede meeira

²⁰²..

²⁰² Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°295 de 23 de diciembre de 1994 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Marchena**. Documento de Aprobación Definitiva.



Utrera.

O Plano Especial de Proteção do Conjunto Histórico de Utrera tem uma completa memória de informação na qual encontram-se muitos dados parametrizados dos imóveis e dos espaços livres. De igual interesse é a compilação de elementos significativos da arquitetura local. Entre as 2123 parcelas de terreno do Conjunto Histórico, estabelece sete tipologias habitacionais, com presença dominante da casa popular.

- Casas senhoriais (19).
- Casa Pátio (49).
- Casas Burguesas (100).
- Casas varanda (8).
- Casas de Apartamentos (36).
- Logradouros de vizinhos (21).
- Casas populares (160).

A casa sem nome faz parte da casa popular, que nada mais é do que uma “gaveta da tralha” na qual estão incluídos diferentes tipos de casas, entre as quais as que respondem à sequência corpo de fachada-pátio-corpo intermedio-logradouro são claramente identificadas e que cronologicamente coloca durante os séculos XVI a XVIII. A falta de plantas na totalidade das fichas impede uma leitura correta dos diferentes tipos.

Próxima página: esquemas e fotografias da Casa Popular²⁰³.

²⁰³ Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla N°181 de 6 de agosto de 2009 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Utrera**. Documento de Aprobación Definitiva. Catálogo. Tomo IV. P. 178, 186 y 221. Reprodução parcial das fichas do catálogo.





Página anterior: ilustração de Miguel Herranz.

CONCLUSÕES

Durante a elaboração deste trabalho, foram levantadas muitas questões e reflexões sobre diferentes aspetos da arquitetura popular e, em particular, sobre a identificação, estudo e proteção das tipologias da arquitetura popular residencial.

Segue-se uma síntese das principais conclusões retiradas deste trabalho, tanto dos seus resultados como do próprio processo.

Caracterização e localização da casa sem nome.

O presente trabalho baseia-se no reconhecimento intuitivo - na prática profissional quotidiana - de uma tipologia de casas em alguns municípios da província de Sevilha que não tem uma identificação conjunta e, portanto, era impossível estabelecer a sua verdadeira dimensão cultural.

O trabalho de análise da literatura especializada permitiu traçar esta tipologia através da sua identificação documental nos municípios de Arahal, Carmona, Cazalla de la Sierra, Constantina, Fuentes de Andalucía, Lebrija, Lora del Río, Marchena e Utrera e assim estabelecer um perímetro aproximado da sua implantação territorial. Por outro lado, o estudo dos Planos Especiais permitiu definir os seus elementos característicos e contrastar a sua cronologia com o apoio historiográfico e arqueológico.

Assim, a primeira conclusão deste trabalho é a confirmação da existência desta tipologia de casa popular - caracterizada pela sequência corpo de fachada-pátio-corpo intermédio-logradouro e pelo registo de todo o lote através de passagens independentes das salas, tanto com o saguão de entrada como com a passagem do corpo intermédio - e o seu reconhecimento como facto cultural num vasto território centrado na província de Sevilha.

Futuras investigações incluirão uma fase mais extensa de revisão documental e trabalho de campo que permitirá localizar com precisão esta tipologia e oferecer uma visão global na sua verdadeira dimensão.

Cronologia.

Uma primeira leitura da documentação disponível sobre a casa sem nome - e em geral as chamadas casas de pequenos e médios proprietários - oferece uma perspectiva histórica com uma trajetória tão dilatada como pouco precisa. Assim, é feita referência às relações com a arquitetura mudéjar, identificando ao mesmo tempo elementos estilísticos típicos dos séculos XVII e XVIII sob o conceito de barroco popular. Do mesmo modo, são encontradas ligações imprecisas com a arquitetura almóada e a islâmica em geral.

O estudo de diferentes fontes, bem como o próprio conteúdo dos Planos Especiais, permitiu uma leitura mais precisa desta extensa cronologia, que pode ser resumida nas fases seguintes:

- A origem é estabelecida após a conquista do reino de Sevilha pela coroa de Castela, no século XIII. O aparecimento de um casario com identidade própria não teve lugar imediatamente, mas foi um processo progressivo cuja intensificação foi acompanhada pela estabilização das fronteiras e pela nova situação geopolítica.
- O desenvolvimento desta casa popular começa com o crescimento das cidades e o aparecimento do campesinato como classe social durante os séculos XV e XVI.
- Durante os séculos XVII e XVIII produz-se uma ligeira adaptação estilística, apreendendo elementos de arquitetura barroca que vão proporcionar algum detalhe decorativo numa arquitetura de formas modestas e simples.
- Durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, o aparecimento de sistemas de construção industrial, bem como as alterações na estrutura social e familiar, deram lugar a novas tipologias de arquitetura doméstica.

A arquitetura popular como facto cultural.

A maioria dos textos e teorias sobre arquitetura popular propõe uma relação causal direta entre os recursos naturais e a arquitetura popular, colocando a hipótese da ligação com o seu ambiente cultural, na melhor das hipóteses, de uma forma residual.

Embora seja verdade que o ambiente natural condiciona muito a arquitetura popular, tanto pela disponibilidade de materiais como pela necessidade de abrigo imposta pelo clima, os fatores culturais são decisivos na configuração das tipologias residenciais tradicionais. Assim, o estudo da casa popular tradicional no Alentejo português mostrou que na mesma realidade territorial - com os mesmos recursos naturais disponíveis e o mesmo clima - se podem distinguir duas abordagens tipológicas radicalmente diferentes, separadas apenas pela linha que separa as culturas de dois países vizinhos, mas com tradições e culturas próprias.

Assim, enquanto a casa popular a este do Guadiana se caracteriza pela alternância de corpos construídos com espaços livres, na margem oeste é possível reconhecer uma arquitetura compacta que é gerada pela adição de células básicas compostas por um único compartimento.

A necessidade de uma abordagem monográfica.

Os trabalhos de arquitetura popular analisados baseiam-se em abordagens territoriais ao tema, a partir de duas escalas extremas. Por um lado, os grandes estudos de reconhecimento geral fazem-no a partir de uma ampla escala - nacional ou regional - enquanto, por outro lado, estudos locais analisam esta realidade de forma isolada do seu contexto territorial e cultural imediato.

Uma das principais características da arquitetura popular é o facto de ser constituída por muitos elementos análogos. Compreender e assumir esta multiplicidade é fundamental para abordar corretamente o estudo da mesma.

A fim de estabelecer a dimensão e a relevância cultural de um determinado tipo de arquitetura popular, é tão importante reconhecer cada um dos seus elementos à escala local como determinar o âmbito da sua implantação territorial. Para tal é necessário propor uma abordagem monográfica do mesmo, centrada exclusivamente neste elemento e abordando-o na sua totalidade. Portanto, tanto as visões gerais - devido à sua falta de precisão - como os inventários locais - devido à sua falta de contextualização - são insuficientes.

Para obter esta visão monográfica, os trabalhos de catalogação devem garantir uma leitura:

- Panorâmica, estabelecendo ligações entre os resultados dos diferentes municípios para determinar a implantação territorial.
- Extensiva, cobrindo todos os elementos de cada um dos núcleos urbanos em que se localiza.
- Completa, detalhando cada um dos elementos tipológicos, arquitetónicos, construtivos e de uso, bem como a informação disponível sobre a sua cronologia histórica.

- Integrada, recolhendo documentação que permita uma leitura correta da informação recolhida, para a qual é essencial combinar:
 - Descrições literais.
 - Dados paramétricos normalizados.
 - Informação planimétrica completa e sistemática.
 - Documentação fotográfica abundante, tanto de exteriores como de interiores, bem como de detalhes específicos.
- Conexa e acessível, gerando uma base de conhecimento que permita uma leitura transversal dos dados tanto dos edifícios de um município como das características gerais em todo o âmbito de implantação territorial.

Trabalho em rede: transdisciplinaridade, proximidade e coordenação

Da leitura dos estudos de arquitetura popular, obtém-se uma visão diferente em função do campo profissional de onde provêm. Enquanto os trabalhos realizados por arquitetos tendem a centrar-se no puramente construtivo e tipológico com uma base fundamentalmente gráfica, os realizados por etnólogos aprofundam as questões de utilização e são fundamentalmente baseados em descrições literais.

Para realizar corretamente estes trabalhos de catalogação, será necessário criar equipas transdisciplinares que não só aportem uma visão própria das suas profissões, como também trabalhem em conjunto para dar uma imagem completa do tema, com a intervenção, pelo menos, de arquitetos, etnólogos, arqueólogos e historiadores.

É igualmente necessário estabelecer uma estrutura coordenada que permita conectar os estudos locais e estabelecer uma leitura panorâmica das diferentes tipologias, com base nos seguintes aspetos fundamentais:

- Equipas de proximidade, com conhecimento direto da arquitetura popular de cada um dos municípios, trabalhando a nível local ou regional, dependendo da escala dos centros urbanos.
- Coordenação geral, que organize os trabalhos anteriores e estabeleça uma programação dos trabalhos, bem como parâmetros comuns que permitam uma posterior leitura conjunta.

Um nome para a casa sem nome.

Como tem sido refletido desde a primeira parte deste trabalho, a falta de um nome evocativo para esta casa é um reflexo sintomático de uma falta de percepção completa e profunda da mesma.

A maioria das casas incluídas neste estudo tem um nome que consegue transmitir o sentido essencial da mesma, quer por uma questão cultural - como é o caso da casa almóada, período em que teve uma enorme presença social e implantação territorial -, quer por questões tipológicas - como a casa pátio ou os logradouros de vizinhos -. Igualmente descritivos são os nomes de outras tipologias que não estão incluídas neste estudo, como as casas torre em Cádiz ou as casas gruta em Guadix, por utilizar exemplos localizadas num ambiente cultural e territorial próximo.

A casa objeto deste trabalho é normalmente referida com base em três conceitos relacionados com a mesma.

- Devido à posição social dos seus habitantes é chamada de “casa de labor” em Arahal - numa das suas referências - e casas de pequeno e médio proprietário em Lebrija.
- Pelo seu carácter humilde, identifica-se como casa tradicional popular em Cazalla de la Sierra e Constantina e casa popular em Utrera.
- Devido às suas características tipológicas mais relevantes, recebe o nome de casa corredor em Carmona, casa de pátio alinhado a meeira em Marchena e casa com naves justapostas em Arahal.

As primeiras são ambíguas, já que nem todas as casas dos agricultores ou pequenos e médios proprietários respondem à mesma configuração tipológica, enquanto as segundas partilham o carácter popular e tradicional com todas as casas que estão incluídas no conceito de arquitetura popular. As terceiras, embora mais ajustadas, não conseguem sintetizar a tipologia.

Em qualquer caso, seria injusto encerrar este trabalho sem propor um nome que defina esta tipologia da forma mais unívoca e simples possível, refletindo a essência da sua origem e configuração tipológica. Por isso, deve aludir ao seu carácter doméstico e à sua ligação às classes sociais trabalhadoras, refletindo a alternância de corpos construídos com espaços livres com acesso independente típico da tipologia. Neste sentido, parece razoável referir-se a esta casa sem nome como

a casa popular de saguão, pátio e logradouro

FONTES E BIBLIOGRAFIA

PUBLICAÇÕES E ESTUDOS NÃO PUBLICADOS

- Agostini, Ilaria; Vannetiello, Daniele - La casa rurale nel territorio di Mértola. En **Arqueología Medieval**. ISSN 0872-2250. Nº 6 (1999). P. 269-278.
- Agudo Torrico, Juan – Arquitectura popular en la provincia de Sevilla. En **Sevilla y su provincia**. Sevilla: Ediciones GERVER SL, 1984. ISBN 84-7566-000-2. P. 115-147.
- Agudo Torrico, Juan - **Inventario andaluz de arquitectura popular (2ª fase): uso preferente habitación. Memoria final**. Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente. Dirección General de Bienes Culturales, 1995. Trabajo inédito.
- Agudo Torrico, Juan - **Inventario andaluz de arquitectura popular (2ª fase): uso preferente habitación. Memoria. Metodología y variables de estudio**. Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente. Dirección General de Bienes Culturales, 1995. Trabajo inédito.
- Agudo Torrico, Juan; Delgado Méndez, Aniceto; Santiago Gala, Nieves – Inventarios de arquitectura tradicional. Propuestas metodológicas y ficha-tipo. En **Plan Nacional de Arquitectura Tradicional**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Secretaría General Técnica. Subdirección General de Documentación y Publicaciones, 2015. ISBN no disponible (NIPO: 030-16-414-6).
- Anglada Curado, Rocío - La arquitectura domestica tradicional de Carmona, aproximación arqueológica a la tipología de la casa. En **Carmona, Revista de estudios locales**. ISSN 1696-4284. Nº 3 (2005). P. 1035-1104.
- Anglada Curado, Rocío – La arquitectura doméstica tradicional en Carmona . En **Arquitectura vernácula en el mundo ibérico, actas del congreso internacional sobre arquitectura vernácula, Carmona 2005**. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2007. ISBN 978-84-690-9639-0. P. 340-346.
- Collantes de Terán Delorme, Francisco; Gómez Estern, Luis – **Arquitectura civil sevillana**. Madrid: Editorial Castillejo, 1999. ISBN 84-8058-082-8.
- Carmo, Renato Miguel do - El Alentejo en la segunda mitad del siglo XX. Dinámicas sociodemográficas diferenciadas. En **Revista española de estudios agrosociales y pesqueros**. ISSN 1575-1198. Nº 220 (2008). P. 99-122.
- Carrión Gutierrez, Alejandro – **Plan Nacional de Arquitectura Tradicional**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Secretaría General Técnica. Subdirección General de Documentación y Publicaciones, 2015. ISBN no disponible (NIPO: 030-16-414-6).
- Claret Rubira, José – **Detalles de arquitectura popular española**. Barcelona: Gustavo Gili, 1976. ISBN 8425206227.
- Dirección General de Arquitectura – **Plan nacional de mejoramiento de la vivienda en los poblados de pescadores**. Madrid: Dirección General de Arquitectura, 1942. ISBN no disponible.
- Domínguez Pozo, José Miguel - **La arquitectura popular en la cuenca del río Guadiato**. Córdoba: Diputación de Córdoba. Departamento de Ediciones y Publicaciones, 2016. ISBN 978-84-608-2860-0.

- Domínguez Ruiz, Victoria (autora Tesis Doctoral); Pérez Cano, María Teresa; Navarro Casas, Jaime; Pinto Puerto, Francisco Sebastián (directores) – **Aplicación de los sistemas de información geográfica (SIG) al proyecto de rehabilitación arquitectónica y urbana**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2015.
- Feduchi, Luis; Borrego, Fernando; Temprano, Jesús – **Itinerarios de arquitectura popular española**. Barcelona: Editorial Blume, 1978. ISBN 84-7031-201-4.
- Flores, Carlos – **Arquitectura popular española**. Madrid: Aguilar SA de ediciones, 1973. ISBN 84-03-80999-9.
- Galera Navarro, Ventura; Rivera Blancas, Rafael; Román Rodríguez, Juan Manuel – Tipología de la casa moderna en Carmona. En **Carmona en la Edad Moderna. III Congreso de Historia de Carmona**. Sevilla: Ayuntamiento de Carmona, Universidad de Sevilla y Autores, 2002. ISBN 84-89993-24-6. P. 397-416.
- García Fernández, Javier - La regulación y la gestión del Patrimonio Histórico-Artístico durante la Segunda República (1931-1939). En **Revista electrónica de Patrimonio Histórico**. ISSN 1988-7213. Nº 1 (2007). P. 50-94.
- García Mercadal, Fernando – **La casa popular en España**. Bilbao: Espasa-Calpe SA, 1930. ISBN no disponible.
- Gómez Martínez, Vidal (autor Trabajo Final de Master); Pérez Cano, María Teresa (directora) – **Dinámicas de intervención y conservación en los Conjuntos Históricos en la provincia de Sevilla**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2007.
- Gómez Martínez, Vidal; Benítez Carmona, Óscar; Et. Alt. – Dinámicas de intervención y conservación en los Conjuntos Históricos en la provincia de Sevilla. En **Libro de Actas IX Congreso internacional de rehabilitación del Patrimonio arquitectónico y edificación**. Gran Canaria: Centro Internacional de Conservación del Patrimonio, 2008. ISBN: 978-84-612-3459-Z. Vol. I. P. 253-270.
- Gómez Martínez, Vidal; Pérez Cano María Teresa; del Espino Hidalgo, Blanca - Guadiana, Barrera tipológica. Un estudio comparativo de las tipologías de casa popular en el Sur Oeste de la Península Ibérica. En **Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Tradição e Vanguarda**. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, 2016. ISBN 978-989-732-985-2. P. 62-81.
- Guevara García, Francisco Javier (autor Tesis Doctoral); Lucas Ruiz, Rafael (director) - **Arquitectura popular en Cazalla de la Sierra**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2014.
- Herrera García, Javier; Tejido Jiménez, Javier; Et. Alt. – Provincia de Sevilla. En **Cortijos, haciendas y lagares. Arquitectura de las grandes explotaciones agrarias de Andalucía**. Sevilla: Consejería de Vivienda y Ordenación del Territorio de la Junta de Andalucía, 2009. ISBN 978-84-7595-224-6.
- Lerdo de Tejada Pérez de Ayala, José María – El Conjunto Histórico de Lora del Río. Bases para el Catálogo (1994) . En **Lora del Río, Revista de estudios locales**. ISSN 1135-9706. Nº 7 (1996). P. 26-29.
- Melero Melero, María Luisa – El inventario de la arquitectura popular en la provincia de Sevilla: metodología y resultados. En **Demófilo revista de cultura tradicional de Andalucía**. ISSN 1133-8032. Nº 31 Arquitectura vernácula y patrimonio (1999). P. 95-110.

- Melero Melero, María Luisa - **Inventario andaluz de arquitectura popular (2ª fase): uso preferente habitación. Provincia de Sevilla. Catálogo fotográfico.** Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente. Dirección General de Bienes Culturales, 1995. Trabajo inédito.
- Melero Melero, María Luisa - **Inventario andaluz de arquitectura popular (2ª fase): uso preferente habitación. Provincia de Sevilla. Fichas de inventario.** Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente. Dirección General de Bienes Culturales, 1995. Trabajo inédito.
- Melero Melero, María Luisa - **Inventario andaluz de arquitectura popular (2ª fase): uso preferente habitación. Provincia de Sevilla. Informe final.** Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente. Dirección General de Bienes Culturales, 1995. Trabajo inédito.
- Mendoza Yusta, Rafael B.- **Arquitectura Vernácula en el valle del Guadiato . En Arquitectura vernácula en el mundo ibérico, actas del congreso internacional sobre arquitectura vernácula, Carmona 2005.** Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2007. ISBN 978-84-690-9639-0. P. 481-488.
- Navarro Palazón, Julio [et. al.] – **Casas y Palacios de Al-Ándalus.** Barcelona: Lunwerg Editores, 1995. ISBN 84-778-342-1.
- Pascoal Sintra, Filomena; Estevens, José; Reimão Costa, Miguel [et. al.] – **Património rural construído no Baixo Guadiana.** Castro Marim: Odiana, 2005. ISBN 972-99686-1-6.
- Pérez Cano, María Teresa; Mosquera Adell, Eduardo – **La protección del patrimonio edificado. Catálogo de bienes inmuebles del municipio de Almonte.** Sevilla: Secretariado de publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2006. ISBN 84-472-0718-8.
- Pérez Gil, Javier – **¿Qué es la arquitectura vernácula? Historia y concepto de un Patrimonio Cultural específico.** Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, Departamento de Teoría de a Arquitectura y Proyectos Arquitectónicos, 2016. ISBN: 978-84-8448-862-0.
- Pérez Sarmiento, Cristina; Pérez Camacho, Basilio – **Casas de Cantillana. Estudio de su vivienda tradicional.** Cantillana: Asociación Cultural y Deportiva “Semana de la Juventud” Cantillana, 1993. ISBN: 84-604-7643-X.
- Pérez Ronquillo, Ricardo – **La arquitectura autóctona de la comarca del Aljarafe.** Sevilla: Colegio Oficial de Arquitectos de Andalucía Occidental, 1985. Dep. Legal: SE-343-1985.
- Pires Martins, Artur; Castro, Celestino de; Torres, Fernando – **Zona 6. Algarvem Baixo Alentejo e Litoral. En Arquitectura popular em Portugal.** Lisboa: Ordem dos arquitectos, 2004 (4ª edición). ISBN: 972-97668-7-8.
- Pulido Montesinos, María – **Arquitectura vernácula en Lora del Río (Sevilla). En Arquitectura vernácula en el mundo ibérico, actas del congreso internacional sobre arquitectura vernácula, Carmona 2005.** Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2007. ISBN 978-84-690-9639-0. P. 308-311.
- Reimão Costa, Miguel - **Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve : forma, processo e escala no estudo da arquitetura vernacular.** Porto: Edições Afrontamento, 2014. ISBN 978-972-36-1383-4.
- Reimão Costa, Miguel; Costa Rosado, Ana - **A vila velha e o arrabalde da vila no terceiro quartel do século XX. En Mértola a arquitectura da vila e do termo.** Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2015. ISBN 978-972-9375-49-1. P. 149-155.
- Rodríguez Becerra, Salvador – **Etnografía de la vivienda: el Aljarafe de Sevilla.** Sevilla: Universidad de Sevilla, 1973. ISBN 84-600-5780-1.
- Rodríguez Becerra, Salvador; Medina San Román; Et. Alt. – **Arquitectura vernácula. En Proyecto Andalucía. Antropología.** Sevilla: Publicaciones comunitarias, 2001. Volumen III. ISBN 978-84-931553-1-5.

- Rodríguez Becerra, Salvador; Macías Sánchez, Clara - **El fin del campesinado. Transformaciones culturales de la sociedad rural andaluza en la segunda mitad del siglo XX**. Sevilla: Fundación Centro de Estudios Andaluces, 2009. ISBN 978-84-613-3428-5.
- Rodríguez Becerra, Salvador – El patrimonio etnográfico andaluz : métodos y problemas. En **Antropología cultural de Andalucía**. Sevilla: Departamento de Antropología y Flokllore, Instituto de Cultura Andaluza. Consejería de Cultura, 1984. P. 491-504.
- Rombouts de Barros , M^a de Fátima; Boiça Ferreira, Joaquim; Gabriel , Celeste - **As comendas de Mértola e Alcaria Ruiva : as visitasões e os tombos da ordem de Santiago 1482 – 1607**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 1996. ISBN 972-9375-06-2.
- Sancho Corbacho, Antonio – **Arquitectura barroca sevillana del siglo XVIII**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1984. ISBN 84-00-05681-7.
- Sierra Delgado, José Ramón (autor Tesis Doctoral); Manzano Martos, Rafael (director) - **Introducción al análisis formal de la arquitectura doméstica popular en Sevilla**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1980.
- Tavora, Fernando; Pimentel, Rui; Et. Alt. – **Arquitectura popular em Portugal**. Lisboa: Ordem dos arquitectos, 2004 (4^a edición). ISBN: 972-97668-7-8.
- Torres, Claudio; Gómez Martínez, Susana; Reimão Costa, Miguel [et. al.] - **Mértola a arquitectura da vila e do termo**. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2015. ISBN 978-972-9375-49-1.
- Torres Balbás, Leopoldo - La vivienda popular en España. En **Folklore y costumbres de España**. Barcelona: Casa editorial Alberto Martín, 1930. Vol. 3. P. 139-504. ISBN no disponible.

LEGISLAÇÃO

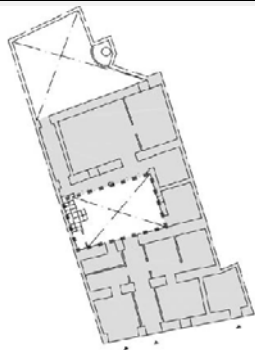


- Decreto 20985 de 7 de marzo de 1932 del Ministerio da Instrução Pública.
- Gaceta de Madrid Nº 344 de 10 de diciembre de 1931 – **Constitución de la República Española.**
- Gaceta de Madrid Nº 145 de 25 de mayo de 1933 – **Ley relativa al Patrimonio Histórico Artístico Nacional.**
- Boletín Oficial del Estado Nº 120 de 20 de mayo de 1963 – **Decreto 1064/1963, de 25 de abril por el que se declara conjunto histórico-artístico la zona incluida dentro del recinto amurallado de la ciudad de Carmona (Sevilla) y monumentos histórico-artísticos las ermitas de San Mateo y San Antón, la iglesia y torre de San Pedro, el convento de la Concepción y los restos de la “Vía Augusta” y su puente de la citada ciudad.**
- Boletín Oficial del Estado Nº 311 de 29 de diciembre de 1978 – **Constitución Española.**
- Boletín Oficial del Estado Nº 9 de 11 de enero de 1982 - **Ley Orgánica 6/1981, de 30 de diciembre, de Estatuto de Autonomía para Andalucía.**
- Boletín Oficial del Estado Nº 246 de 14 de octubre de 1982 - **Resolución de 12 de julio de 1982, de la Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, por la que se ha acordado tener por incoado el expediente de declaración de Conjunto Histórico-artístico a favor de la villa de Lebrija (Sevilla).**
- Boletín Oficial del Estado Nº 273 de 13 de noviembre de 1982 - **Resolución de 9 de julio de 1982, de la Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, por la que se ha acordado tener por incoado el expediente de declaración de Conjunto Histórico-artístico a favor de la villa de Cazalla de la Sierra (Sevilla).**
- Boletín Oficial del Estado Nº 155 de 29 de junio de 1985 – **Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español.**
- Boletín Oficial de la Junta de Andalucía Nº 17 de 22 de febrero de 1985 – **Decreto 14/1985, de 22 de enero, por el que se declara Conjunto Histórico-artístico a la villa de Lebrija (Sevilla).**
- Boletín Oficial de la Junta de Andalucía Nº 59 de 13 de julio de 1991 – **Ley 1/1991, de 3 de julio, de Patrimonio Histórico de Andalucía.**
- Boletín Oficial de la Junta de Andalucía Nº 18 de 18 de febrero de 1993 - **Decreto 4/1993, de 26 de enero, por el que se aprueba el Reglamento de Organización Administrativa del Patrimonio Histórico de Andalucía.**
- Boletín Oficial de la Junta de Andalucía Nº 83 de 16 de julio de 2002 - **Decreto 172/2002, de 4 de junio, por el que se declara Bien de Interés Cultural, con la categoría de Conjunto Histórico, el sector delimitado a tal efecto de la población de Cazalla de la Sierra (Sevilla).**
- Boletín Oficial de la Junta de Andalucía Nº 248 de 19 de diciembre de 2007 – **Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía.**
- Ley 107/2001 de 8 de septiembre de la Assembleia da República.
- Boletín Oficial de la Junta de Andalucía Nº 59 de 27 de marzo de 2003 – **Orden de 14 de marzo de 2003, por la que se aprueba el mapa de comarcas de Andalucía a efectos de la planificación de la oferta turística y deportiva.**
- Decreto-Ley 309/2009 de 23 de octubre del Ministerio da Cultura.
- Carta de Atenas para la Restauración de Monumentos Históricos. Atenas, 1931.




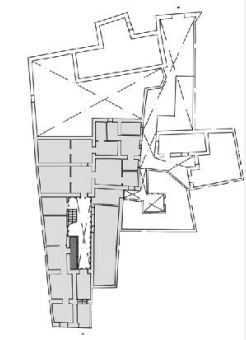
- ICOMOS – Carta Internacional sobre la Conservación y la Restauración de Monumentos y de Conjuntos Histórico-Artísticos. Venecia, 1964. 1965.
- UNESCO – Recomendaciones sobre la salvaguarda de la cultura tradicional y popular. 1989.
- ICOMOS – Carta del Patrimonio Vernáculo construido. 1999.

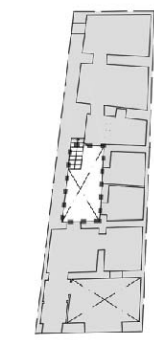


PLANEAMIENTO

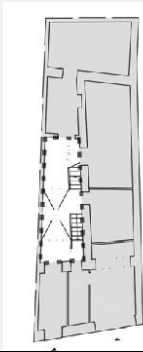



- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº295 de 23 de diciembre de 1994 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Marchena**. Documento de Aprobación Definitiva.
- Diário da República-II série Nº 205-4-9-1996 – **Plano de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico da Vila de Mértola**.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº 212 de 12 de septiembre de 2002. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Écija**. Documento de Aprobación Definitiva.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº 275 de 27 de noviembre de 2003. – **Normas Subsidiarias Municipales de Fuentes de Andalucía**. Documento de Aprobación Definitiva.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº24 de 31 de enero de 2006 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Inicial.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº85 de 14 de abril de 2007 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Lebrija**. Documento de Avance.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº181 de 6 de agosto de 2009 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Utrera**. Documento de Aprobación Definitiva.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº 191 de 19 de agosto de 2009 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Carmona**. Documento de Aprobación Definitiva.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº45 de 24 de febrero de 2012 - **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Avance.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº107 de 12 de mayo de 2014 – **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Inicial.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº 183 de 8 de agosto de 2014. - **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Lebrija**. Documento de Aprobación Inicial.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº187 de 13 de agosto de 2014 – **Plan Especial de Protección del Conjunto Histórico de Arahal**. Documento de Aprobación Definitiva.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº99 de 2 de mayo de 2015 – **Plan General de Ordenación Urbanística de Constantina**. Documento de Aprobación Provisional.
- Boletín Oficial de la Provincia de Sevilla Nº34 de 11 de febrero de 2016 – **Plan Especial de Protección del Patrimonio Histórico de Cazalla de la Sierra**. Documento de Aprobación Provisional.





ANEXO I
CARMONA

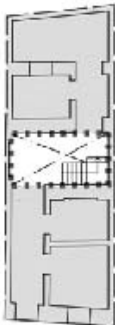



IDENTIFICACIÓN					
Calle Enmedio 15		Carmona		Ficha	239
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	C
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVIII		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	245 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	11.8 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	25.2 m	fondo	7.7 m	fondo	5.5
Sup. Construida	303 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.23	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera galería const. aux.	corral	libre
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	42 cm cm	luz	2.8 m m	pasillo	no dif.
				suelos	barro coc.
material	-	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos ventana en saledizo		arcos sencillos		-	
					




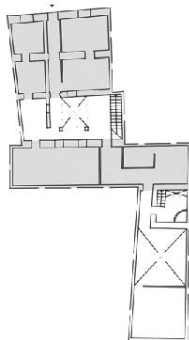
IDENTIFICACIÓN					
Calle Lentisco 5		Carmona		Ficha	261
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XV		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	860 m2	zaqúan	der.	paso	alineado
Fachada	5.8 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	45.4 m	fondo	8.4 m	fondo	8.9
Sup. Construida	798 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	0.92	cubierta	teja	cubierta	plana otros
		patio	escalera galería const. aux.	corral	vivienda const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	55 cm cm	luz	m m	pasillo	no dif.
				suelos	barro coc.
material	-	material	-		
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		arcos con alfiz		-	
<div></div>					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Luis de Rueda 9		Carmona		Ficha	264
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XV	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	144 m2	zagúan	izq.	paso	alineado
Fachada	7.4 m	plantas	1	plantas	2
Fondo	22.1 m	fondo	m	fondo	6.7
Sup. Construida	175 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.21	cubierta	plana otros	cubierta	teja
		patio	escalera galería const. aux.	corral	colmatado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	50 cm 70 cm	luz	m m	pasillo	no dif.
				suelos	terraz.
material	-	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
   					




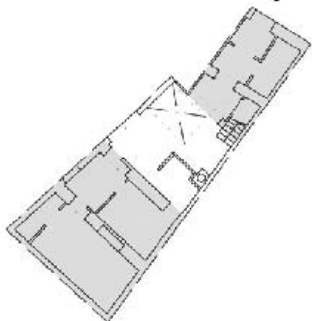
IDENTIFICACIÓN					
Calle Luis de Rueda 11		Carmona		Ficha	265
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	moderna	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	148 m2	zagúan	izq.	paso	alineado
Fachada	7.6 m	plantas	1.5	plantas	1.5
Fondo	22.15 m	fondo	5 m	fondo	5
Sup. Construida	255 m2	crujías	1	crujías	1
Edificabilidad	1.72	cubierta	teja otros	cubierta	teja
		patio	escalera	corral	colmatado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	50 cm cm	luz	3.7 m m	pasillo	no dif.
material	-	material	-	suelos	barro coc.
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		arcos sencillos		cubiertas de par y nudillo bóvedas de cañón	
		  			

IDENTIFICACIÓN					
Calle Gil de Palma 6		Carmona		Ficha	287
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVI		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	273 m2	zagúan	izq.	paso	informal
Fachada	13.2 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	34.4 m	fondo	8.1 m	fondo	4
Sup. Construida	469 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.71	cubierta	teja plana	cubierta	plana
		patio	escalera	corral	libre
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm	luz	3.3 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	-	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		arcos con alfiz		-	
<div></div>					

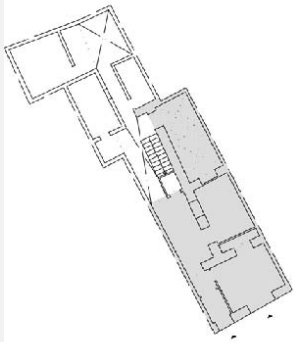



IDENTIFICACIÓN					
Calle Bogas 1		Carmona		Ficha	361
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	moderna	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	69 m2	zaqúan	izq.	paso	recodo
Fachada	5.9 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	7.2 m	fondo	6.3 m	fondo	3.2
Sup. Construida	97 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.40	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera galería	corral	colmatado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm cm	luz	2.7 m m	pasillo suelos	no dif. terraz.
material	-	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		arcos sencillos		-	
					
					




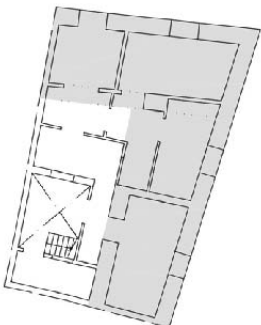
IDENTIFICACIÓN					
Calle Pedro I 12		Carmona		Ficha	372
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	moderna	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	259 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	9.65 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	31.4 m	fondo	8 m	fondo	4.5
Sup. Construida	415 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.60	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio	escalera galería	corral	const. aux. escalera
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm cm	luz	3.1 m m	pasillo suelos	no dif. ceram.
material	-	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		arcos sencillos		-	
<div></div>					




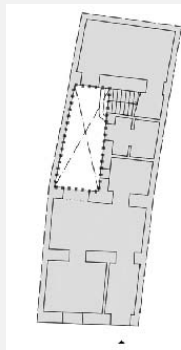
IDENTIFICACIÓN				
Calle Cruz de San Blas 4		Carmona		Ficha 475
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVI	Afección general
CUANTIFICACIÓN				
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio
Sup. Parcela	346 m2	zagúan	centro	paso recodo
Fachada	21.3 m	plantas	2	plantas 1
Fondo	27.2 m	fondo	8.45 m	fondo 4.3
Sup. Construida	460 m2	crujías	2	crujías 1
Edificabilidad	1.32	cubierta	teja plana	cubierta plana
		patio	const. aux.	corral const. aux. escalera
DOCUMENTACIÓN				
muros		forjados		revestimientos
espesor	60 cm 80 cm	luz	m m	pasillo suelos barro coc. hydr.
material	-	material	rollizo hormigón	paredes encalado
elementos singulares				
		patio		interior
portada en resalte huecos sencillos		arcos con alfiz		arcos
   				

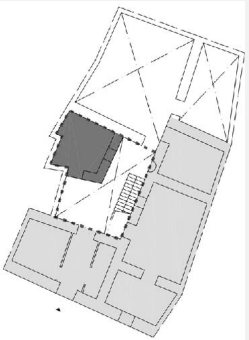



IDENTIFICACIÓN					
Calle Diego Navarro 3		Carmona		Ficha	485
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVI	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	89 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	3.5 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	17.4 m	fondo	4.3 m	fondo	3.7
Sup. Construida	167.2 m2	crujías	1	crujías	1
Edificabilidad	1.87	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio	escalera galería	corral	colmatado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm cm	luz	3 m m	pasillo	no dif.
material	-	material		suelos	terraz.
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		arcos con alfiz		-	
<div></div>					

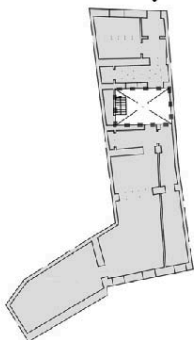


IDENTIFICACIÓN					
Calle San Blas 1		Carmona		Ficha	553
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVI	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	165 m2	zagúan	der.	paso	recodo
Fachada	10.2 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	16.9 m	fondo	4 m	fondo	7.1
Sup. Construida	294.6 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	1.78	cubierta	teja	cubierta	plana
		patio	escalera galería const. aux.	corral	segregado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm cm	luz	2.8 m m	pasillo suelos	no dif. ceram.
material	-	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos ventana en saledizo		arcos sencillos		-	
					
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle San Teodomiro 41		Carmona		Ficha	562
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVIII		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	164 m2	zagúan	izq.	paso	alineado
Fachada	6.35 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	50.4 m	fondo	10.3 m	fondo	5.3
Sup. Construida	158 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	0.96	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio	escalera const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm cm	luz	3.5 m m	pasillo	no dif.
				suelos	terraz.
material	-	material	escuadría	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		bóvedas de arista	
					
					

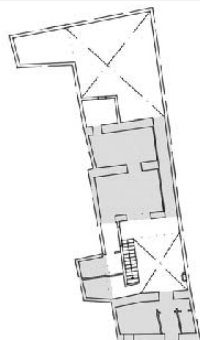



IDENTIFICACIÓN					
Calle Doctor Fleming 26		Carmona		Ficha	570
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	moderna	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	100 m2	zagúan	der.	paso	-
Fachada	8.7 m	plantas	1.5	plantas	-
Fondo	13.1 m	fondo	3.9 m	fondo	-
Sup. Construida	155 m2	crujías	1	crujías	-
Edificabilidad	1.55	cubierta	teja	cubierta	-
		patio escalera const. aux.		corral segregado	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm cm	luz	2.5 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		-		cubiertas de par y nudillo	
<div></div>					

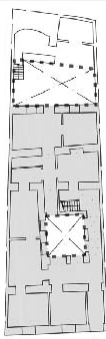



IDENTIFICACIÓN					
Calle Bacarola 3		Carmona		Ficha	572
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVI		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	93 m2	zagúan	der.	paso	recodo
Fachada	5.6 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	16.4 m	fondo	7.2 m	fondo	3.9
Sup. Construida	148 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.59	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio	escalera const. aux.	corral	segregado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm 70 cm	luz	2.6 m m	pasillo	no dif.
				suelos	terraz. ceram.
material	-	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		arcos con alfiz		-	
<div></div>					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Torre del Oro 27		Carmona		Ficha	629
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XV	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	199 m2	zagúan	centro	paso	alineado
Fachada	10.75 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	19.2 m	fondo	4.9 m	fondo	4.5
Sup. Construida	95 m2	crujías	1	crujías	1
Edificabilidad	0.47	cubierta	teja	cubierta	plana
		patio	escalera	corral	libre
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm	luz	3 m	pasillo	no dif.
	cm		m	suelos	barro coc.
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte		arcos con alfiz		-	
huecos sencillos					
ventana en saledizo					
   					

IDENTIFICACIÓN			
Plaza del Palenque 5		Carmona	Ficha 639
Uso unifamiliar		Planimetría sí	Nivel de protección D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVIII	Afección general
CUANTIFICACIÓN			
Datos de parcela		cuerpo de fachada	cuerpo intermedio
Sup. Parcela	225 m2	zagúan izq.	paso alineado
Fachada	7.2 m	plantas 2	plantas 2
Fondo	30.75 m	fondo 5.3 m	fondo 4.6
Sup. Construida	363 m2	crujías 1	crujías 1
Edificabilidad	1.61	cubierta plana	cubierta plana
		patio escalera galería	corral colmatado
DOCUMENTACIÓN			
muros		forjados	revestimientos
espesor	70 cm	luz 3.8 m	pasillo -
	cm	m	suelos -
material	-	material rollizo	paredes encalado otros
elementos singulares			
		patio	interior
huecos sencillos		arcos sencillos	bóvedas de arista
huecos moldurados			
   			

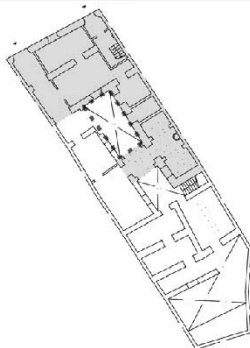



IDENTIFICACIÓN					
Calle Doctor Fleming 19		Carmona		Ficha	652
Uso	bifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVI	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	425 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	10.1 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	40.35 m	fondo	7.5 m	fondo	14.9
Sup. Construida	523 m2	crujías	2	crujías	3
Edificabilidad	1.23	cubierta	plana	cubierta	otros
		patio galería		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm cm	luz	3 m m	pasillo	-
				suelos	hidr.
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		arcos con alfiz		escalera	
					
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Barrionuevo 11		Carmona		Ficha	661
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVIII		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	214 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	6.85 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	8.1 m	fondo	4.25 m	fondo	8.3
Sup. Construida	248 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	1.15	cubierta	plana	cubierta	plana teja
		patio	escalera qalería	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm cm	luz	2.8 m m	pasillo	-
				suelos	barro coc.
material	-	material	escuadría	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos ventana en saledizo		arcos sencillos arcos con alfiz		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle González Girón 32		Carmona		Ficha	674
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	moderna	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	245 m2	zagúan	der.	paso	recodo
Fachada	9.4 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	29.55 m	fondo	4.8 m	fondo	7.4
Sup. Construida	413 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	1.68	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio escalera galería		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm cm	luz	2.9 m m	pasillo	-
material	-	material	-	suelos	hidr.
				paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		galería porticada		bóvedas de arista	
					
					
					

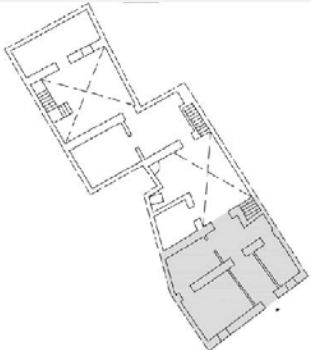



IDENTIFICACIÓN					
Calle Tinajería 10		Carmona		Ficha	738
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVIII		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	200 m2	zagúan	centro	paso	alineado
Fachada	14.15 m	plantas	2	plantas	-
Fondo	23.5 m	fondo	4.9 m	fondo	-
Sup. Construida	255 m2	crujías	1	crujías	-
Edificabilidad	1.27	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera const. aux. galería	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm cm	luz	3.1 m m	pasillo	no dif.
				suelos	barro coc.
material	-	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		arcos con alfiz		-	
					
					

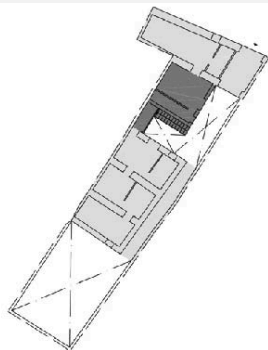



IDENTIFICACIÓN					
Paseo del Estatuto 20		Carmona		Ficha	755
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	241 m2	zagúan	izq.	paso	recodo
Fachada	3.45 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	22.65 m	fondo	3.6 m	fondo	7.7
Sup. Construida	283 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	1.17	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio	escalera const. aux. galería	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm 50 cm	luz	2.5 m 3.15 m	pasillo	-
material	-	material	rollizo	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos zócalo tirolesa		-		-	
<div></div>					

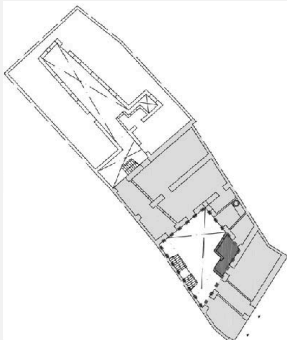



IDENTIFICACIÓN					
Calle Tahona 7		Carmona		Ficha	772
Uso bifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVIII		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	330 m2	zagúan	der.	paso	recodo
Fachada	10.35 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	33.75 m	fondo	7.4 m	fondo	6.2
Sup. Construida	370 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.12	cubierta	teja plana	cubierta	plana
		patio	escalera const. aux. galería	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm	luz	2 m	pasillo	-
	cm		3.2 m	suelos	-
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		arcos sencillos galería porticada		bóvedas de arista escalera	
				 	

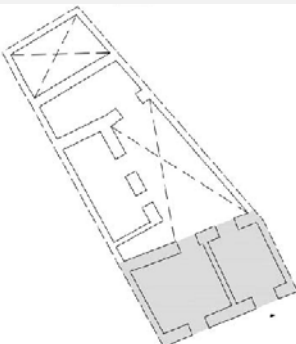

IDENTIFICACIÓN					
Calle Vidal 7		Carmona		Ficha	790
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	295 m2	zagúan	centro	paso	alineado
Fachada	12.4 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	28.3 m	fondo	8.2 m	fondo	8.8
Sup. Construida	357 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.21	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio escalera const. aux. galería		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm cm	luz	3.4 m m	pasillo suelos	- hidr.
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		galería porticada		-	
<div></div>					

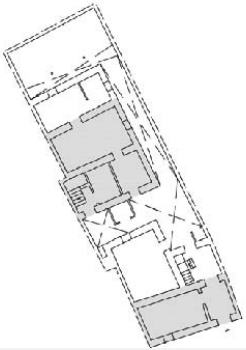



IDENTIFICACIÓN					
Calle Concepción 32		Carmona		Ficha	791
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología moderna		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	450 m2	zagúan	centro	paso	alineado
Fachada	9.6 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	43.85 m	fondo	4.7 m	fondo	8.5
Sup. Construida	424 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	0.94	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera const. aux. galería	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm 50 cm	luz	3.4 m m	pasillo	-
				suelos	ceram.
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo huecos sencillos		galería porticada		-	
					
					

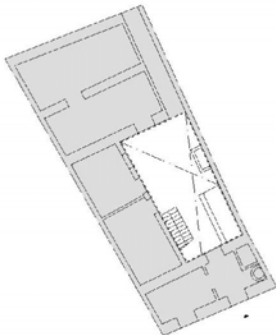


IDENTIFICACIÓN					
Calle Concepción 24		Carmona		Ficha	792
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	213 m2	zagúan	centro	paso	alineado
Fachada	9.25 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	27.1 m	fondo	7.5 m	fondo	4.5
Sup. Construida	292 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.37	cubierta	teja	cubierta	teja plana
		patio	const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm	luz	3.3 m	pasillo	no dif.
	cm		m	suelos	-
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte		arcos con alfiz		cubiertas de par y nuedillo	
ventana en saledizo				escalera	
huecos sencillos				escalera	
					
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Vidal 28		Carmona		Ficha	795
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVIII		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	247 m2	zagúan	izq.	paso	alineado
Fachada	11.8 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	32.75 m	fondo	4.3 m	fondo	10.65
Sup. Construida	287 m2	crujías	1	crujías	3
Edificabilidad	1.16	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera const. aux.	corral	libre
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm cm	luz	2.9 m m	pasillo suelos	no dif. barro coc.
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		-		-	
					
					

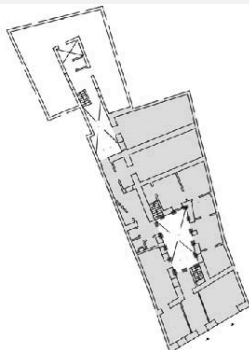



IDENTIFICACIÓN					
Calle Mármoles 11		Carmona		Ficha	803
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología moderna		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	490 m2	zagúan	centro	paso	alineado
Fachada	12.4 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	5.3 m	fondo	5.2 m	fondo	8.8
Sup. Construida	561 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	1.14	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera const. aux.	corral	vivienda
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm	luz	3.3 m	pasillo	no dif. hydr.
	60 cm		3.9 m		
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		arcos sencillos		arcos	
					
					


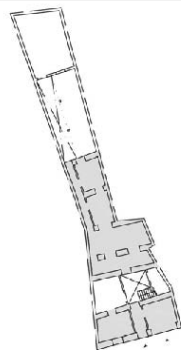
IDENTIFICACIÓN					
Calle Chamorro 24		Carmona		Ficha	808
Uso bifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología moderna		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	106 m2	zagúan	der.	paso	informal
Fachada	7.2 m	plantas	1.5	plantas	1.5
Fondo	16.7 m	fondo	5.1 m	fondo	3.15
Sup. Construida	187 m2	crujías	1	crujías	1
Edificabilidad	1.76	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera const. aux.	corral	libre
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	50 cm	luz	2 m	pasillo	-
	60 cm		3.4 m	suelos	-
material	-	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		arcos con alfiz		-	
					

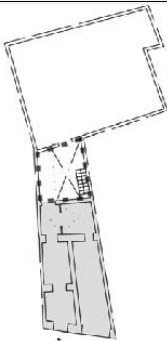

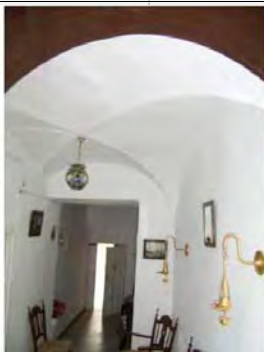

IDENTIFICACIÓN					
Calle Chamorro 14		Carmona		Ficha	809
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	266 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	8.4 m	plantas	1.5	plantas	1.5
Fondo	29.9 m	fondo	7.45 m	fondo	11.55
Sup. Construida	322 m2	crujías	2	crujías	3
Edificabilidad	1.21	cubierta	teja	cubierta	teja otros
		patio	const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm cm	luz	2.9 m 3.5 m	pasillo	no dif.
				suelos	barro coc.
material	-	material	-		
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte		-		escalera	
huecos sencillos					arcos
					
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Chamorro 20		Carmona		Ficha	814
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	168 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	7.25 m	plantas	1.5	plantas	1.5
Fondo	18.75 m	fondo	3.45 m	fondo	7
Sup. Construida	141 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	0.83	cubierta	teja	cubierta	plana
		patio	const. aux. escalera	corral	segregado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm cm	luz	2.5 m m	pasillo	no dif.
material	-	material	rollizo	suelos	barro coc.
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo huecos sencillos		-		-	
		  			

IDENTIFICACIÓN					
Calle Tahona 18		Carmona		Ficha	819
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVI	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	711 m2	zagúan	der.	paso	recodo
Fachada	10.5 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	49.6 m	fondo	7.9 m	fondo	5.1
Sup. Construida	541 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	0.76	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio const. aux. escalera		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm cm	luz	3.2 m 4 m	pasillo suelos	no dif. terraz.
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo huecos sencillos		arcos con alfiz		arcos	
					
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Tahona 14		Carmona		Ficha	821
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVIII		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	433 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	10.7 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	41.95 m	fondo	8.4 m	fondo	12.95
Sup. Construida	796 m2	crujías	2	crujías	3
Edificabilidad	1.83	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio	const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	cm	luz	m	pasillo	no dif.
	cm		m		hidr.
material	-	material	rollizo		paredes
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte		galería porticada		escalera	
ventana en saledizo				arcos	
huecos sencillos					
					
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Enmedio 16		Carmona		Ficha	826
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	moderna	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	241 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	10.15 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	39.9 m	fondo	4.1 m	fondo	12.3
Sup. Construida	340 m2	crujías	1	crujías	3
Edificabilidad	1.41	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio	const. aux. escalera	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm cm	luz	3.4 m 2.8 m	pasillo	-
				suelos	-
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		bóvedas de cañón	
		<div></div>			




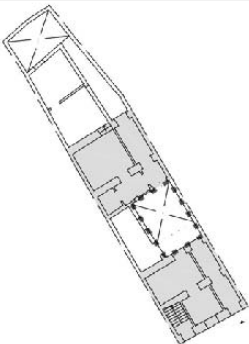
IDENTIFICACIÓN							
Calle San Francisco 7		Carmona		Ficha	833		
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D		
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	parcial		
CUANTIFICACIÓN							
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio			
Sup. Parcela	196 m2	zagúan	izq.	paso	-		
Fachada	6.2 m	plantas	1.5	plantas	-		
Fondo	53.5 m	fondo	8.5 m	fondo	-		
Sup. Construida	302 m2	crujías	2	crujías	-		
Edificabilidad	1.54	cubierta	teja plana	cubierta	plana		
		patio	escalera galería	corral	colmatado		
DOCUMENTACIÓN							
muros		forjados		revestimientos			
espesor	70 cm cm	luz	3.5 m m	pasillo suelos	no dif. terraz.		
material	-	material	-	paredes	encalado otros		
elementos singulares							
		patio		interior			
portada en resalte ventana en saledizo		-		cubiertas de par y nudillo bóvedas de arista			
							

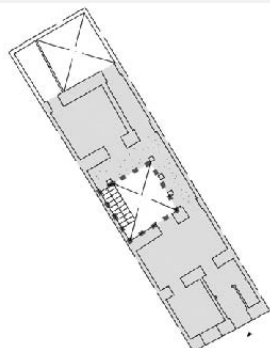



IDENTIFICACIÓN					
Calle San Francisco 9		Carmona		Ficha	834
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVIII		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	214 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	12.9 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	20.35 m	fondo	4.3 m	fondo	4.7
Sup. Construida	318 m2	crujías	1	crujías	1
Edificabilidad	1.48	cubierta	teja	cubierta	plana
		patio escalera const. aux. galería		corral vivienda	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm	luz	2.85 m	pasillo	-
	60 cm		3.6 m		suelos terraz.
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo huecos sencillos		-		-	
					
					




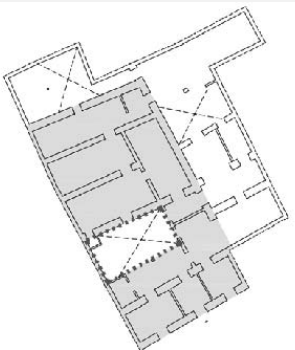
IDENTIFICACIÓN					
Calle Cruz de San Francisco 8		Carmona		Ficha	841
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	183 m2	zagúan	der.	paso	recodo
Fachada	11 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	33.6 m	fondo	8.2 m	fondo	5
Sup. Construida	230 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.25	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio	escalera const. aux. galería	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm cm	luz	3.6 m m	pasillo suelos	no dif. terraz.
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		galería porticada		bóvedas de arista	
<div></div>					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 48		Carmona		Ficha	845
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	120 m2	zagúan	izq.	paso	alineado
Fachada	5.7 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	19.4 m	fondo	8.05 m	fondo	5.3
Sup. Construida	194 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.61	cubierta	teja plana	cubierta	plana
		patio	escalera const. aux. galería	corral	colmatado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm	luz	3.5 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo huecos sencillos		galería porticada		bóvedas de arista	
					
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 46		Carmona		Ficha	846
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	moderna	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	288 m2	zagúan	der.	paso	recodo
Fachada	9.9 m	plantas	1.5	plantas	1.5
Fondo	31.2 m	fondo	4.6 m	fondo	8.45
Sup. Construida	327 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	1.13	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera const. aux. galería	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm cm	luz	3.1 m m	pasillo	-
				suelos	barro coc.
material	-	material	rollizo	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		galería porticada		arcadas en soberado	
				 	

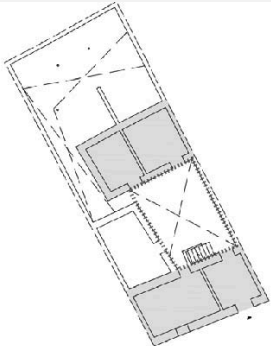



IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 38		Carmona		Ficha	848
Uso	bifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	184 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	6.6 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	30.05 m	fondo	7.85 m	fondo	4.8
Sup. Construida	255 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.38	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio	const. aux. galería	corral	vivienda
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm	luz	3.5 m	pasillo	no dif. terraz.
	60 cm		2.6 m		
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		arcos con alfiz galería porticada		escalera	
<div></div>					

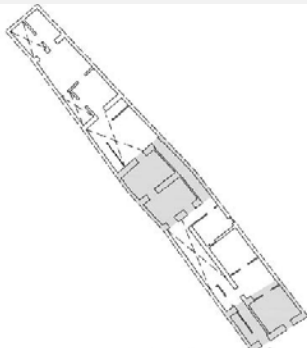



IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 34		Carmona		Ficha	850
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	126 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	5.45 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	22.35 m	fondo	8.35 m	fondo	5.1
Sup. Construida	142 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.12	cubierta	plana	cubierta	plana
		patio	galería escalera	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	70 cm cm	luz	2.9 m 3.5 m	pasillo	no dif. ceram.
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		arcos sencillos galería porticada		bóvedas de arista	
					
					

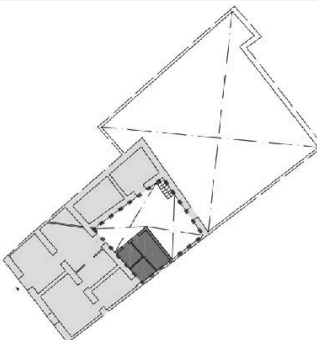



IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 22		Carmona		Ficha	853
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	387 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	10.7 m	plantas	2	plantas	
Fondo	25.8 m	fondo	3.9 m	fondo	
Sup. Construida	394 m2	crujías	1	crujías	
Edificabilidad	1.01	cubierta	teja	cubierta	teja plana
		patio	escalera const. aux. galería	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	50 cm 60 cm	luz	2.6 m 3.1 m	pasillo	no dif.
				suelos	barro coc.
material	-	material	rollizo	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		arcos sencillos galería porticada		arcos	
<div></div>					

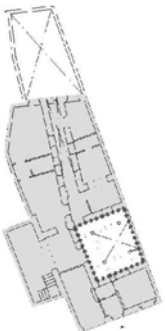



IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 16		Carmona		Ficha	855
Uso	bifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	164 m2	zagúan	izq.	paso	recodo
Fachada	7.25 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	22.3 m	fondo	4.4 m	fondo	7.4
Sup. Construida	262 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	1.59	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera const. aux. galería	corral	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm 70 cm	luz	2.9 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		arcos sencillos		bóvedas de arista	
					
					

IDENTIFICACIÓN					
Paseo del Estatuto 3		Carmona		Ficha	860
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	206 m2	zagúan	centro	paso	alineado
Fachada	12.3 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	21.2 m	fondo	8.5 m	fondo	3.6
Sup. Construida	336 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.63	cubierta	teja plana	cubierta	plana
		patio	escalera const. aux. galería	corral	vivienda
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm 70 cm	luz	2.7 m 3.9 m	pasillo	-
				suelos	-
material	-	material	-	paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo huecos sencillos		arcos sencillos galería porticada		bóvedas de arista bóvedas de cañón	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Enmedio 33		Carmona		Ficha	867
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	212 m2	zagúan	der.	paso	informal
Fachada	8.9 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	24.15 m	fondo	4.5 m	fondo	4.8
Sup. Construida	149 m2	crujías	1	crujías	1
Edificabilidad	0.70	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux. escalera	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	50 cm 60 cm	luz	3.7 m m	pasillo	no dif.
				suelos	barro coc.
material	-	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		-		-	
   					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 41		Carmona		Ficha	878
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	moderna	Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	234 m2	zagúan	izq.	paso	recodo
Fachada	6.6 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	40.4 m	fondo	4.8 m	fondo	7.7
Sup. Construida	379 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	1.61	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio const. aux.		corral const. aux. escalera	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm cm	luz	3 m m	pasillo suelos	no dif. hidr.
material	-	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		escalera	
					
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 53		Carmona		Ficha	880
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa corredor		Cronología S. XVIII		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	462 m2	zagúan	izq.	paso	informal
Fachada	10.7 m	plantas	1.5	plantas	-
Fondo	34.8 m	fondo	9.1 m	fondo	-
Sup. Construida	308 m2	crujías	2	crujías	-
Edificabilidad	0.66	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux. escalera	corral	libre
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm cm	luz	3.3 m m	pasillo	no dif.
				suelos	barro coc.
material	-	material	-		
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo		arcos sencillos		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 30		Carmona		Ficha	888
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa corredor	Cronología	moderna	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	244 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	8.7 m	plantas	1.5	plantas	-
Fondo	31.6 m	fondo	4.2 m	fondo	-
Sup. Construida	376 m2	crujías	1	crujías	-
Edificabilidad	1.54	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	galería	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	60 cm	luz	3 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	ladrillo	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		arcos sencillos		cubiertas de par y nuedillo escalera	
					
					


ANEXO II


CAZALLA DE LA SIERRA

IDENTIFICACIÓN					
Calle Cervantes 11		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-33
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	150 m2	zagúan	der.	paso	-
Fachada	9.5 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	17.6 m	fondo	8.1 m	fondo	3.8
Sup. Construida	208 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	1.38	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux.	corral	colmatado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	ladrillo mampuesto	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte		-		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Castillo 5		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-54
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	197 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	10.45 m	plantas	1	plantas	1
Fondo	21.2 m	fondo	9.6 m	fondo	4.2
Sup. Construida	141 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	0.71	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	-	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	tapial	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

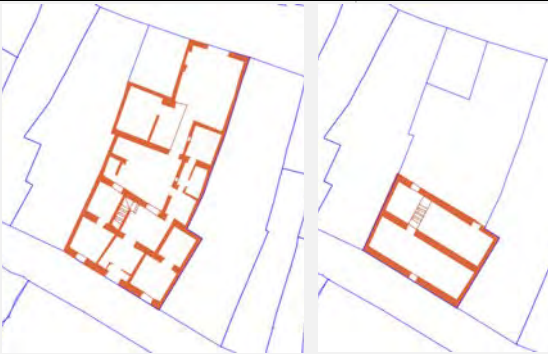

IDENTIFICACIÓN					
Calle Castillo 39		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-60
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	305 m2	zagúan	der.	paso	-
Fachada	6.9 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	31.7 m	fondo	8.3 m	fondo	3.5
Sup. Construida	154 m2	crujías	2	crujías	-
Edificabilidad	0.50	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	tapial	material	rollizo	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle del Peso 9		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-66
Uso	unifamiliar	Planimetría	no	Nivel de protección	C
Tipología	Casa pop. trad. 2P	Cronología	S. XVIII	Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	267 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	8.3 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	33.1 m	fondo	9.1 m	fondo	5.7
Sup. Construida	235 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	0.88	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	rollizo escuadría	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Alonso Mora 3		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-86
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	c
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	184 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	9.4 m	plantas	1.5	plantas	3
Fondo	18.8 m	fondo	5.2 m	fondo	5.6
Sup. Construida	304 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.65	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	ladrillo	material	-	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Parras 22		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-108
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	c
Tipología Casa pop. trad. 2P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	2018 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	5.8 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	28.6 m	fondo	12.5 m	fondo	6.2
Sup. Construida	114 m2	crujías	3	crujías	2
Edificabilidad	0.05	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
ventana en saledizo					
					


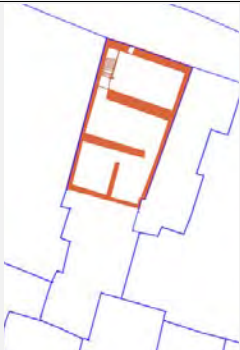

IDENTIFICACIÓN					
Calle Parras 49		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-113
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección C	
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección parcial	
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	299 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	11.3 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	26.4 m	fondo	8.75 m	fondo	4.8
Sup. Construida	305 m2	crujías	3	crujías	1
Edificabilidad	1.02	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux.	corral	libre
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	40 cm	luz	3.3 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
	mampuesto				
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		escalera	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Cuesta del Vicario 16		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-115
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XIX		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	262 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	6.8 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	34 m	fondo	13.05 m	fondo	5
Sup. Construida	291 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	1.11	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	-	corral	-
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	ladrillo mampuesto	material	-	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
 					




IDENTIFICACIÓN					
Calle Cuesta del Vicario 20		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-117
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	200 m2	zagúan	der.	paso	informal
Fachada	6.4 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	46.25 m	fondo	17.8 m	fondo	3
Sup. Construida	207 m2	crujías	>3	crujías	1
Edificabilidad	1.03	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	ladrillo mampuesto	material	-	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Cuesta del Vicario 26		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-118
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	490 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	7.8 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	50.7 m	fondo	12.9 m	fondo	3.9
Sup. Construida	281 m2	crujías	-	crujías	1
Edificabilidad	0.57	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral libre	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	ladrillo mampuesto	material	-	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Cuesta del Vicario 32		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-119
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección C	
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección puntual	
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	379 m2	zagúan	der.	paso	-
Fachada	9.4 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	46.3 m	fondo	12.46 m	fondo	7.7
Sup. Construida	311 m2	crujías	3	crujías	2
Edificabilidad	0.82	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo mampuesto	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Cantillana 22		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-125
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	B
Tipología	Casa pop. trad. 1,5P	Cronología	S. XVII	Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	150 m2	zagúan	der.	paso	informal
Fachada	7.55 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	23.6 m	fondo	12.9 m	fondo	4.7
Sup. Construida	238 m2	crujías	3	crujías	1
Edificabilidad	1.58	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	tapial mampuesto	material	-	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo huecos sencillos		-		escalera	
<div></div>					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Cantillana 35		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-128
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	322 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	8.7 m	plantas	1	plantas	1
Fondo	32.7 m	fondo	12.6 m	fondo	4.2
Sup. Construida	168 m2	crujías	3	crujías	1
Edificabilidad	0.52	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	ladrillo mampuesto	material	-	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Cuesta del Pozuelo 8		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-136
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	B
Tipología	Casa pop. trad. 1,5P	Cronología	S. XVII	Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	275 m2	zagúan	centro	paso	
Fachada	11.95 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	26.9 m	fondo	12.6 m	fondo	2.2
Sup. Construida	364 m2	crujías	3	crujías	1
Edificabilidad	1.32	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	libre	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	40 cm	luz	3 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	tapial	material	-	paredes	encalado
	mampuesto				
elementos singulares					
		patio		interior	
portada moldurada		-		escalera	
ventana en saledizo					
huecos sencillos					
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Resolana 3		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-146
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	151 m2	zagúan	izq.	paso	informal
Fachada	5.6 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	21 m	fondo	9 m	fondo	3.3
Sup. Construida	159 m2	crujías	-	crujías	1
Edificabilidad	1.05	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Resolana 36		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-148
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	233 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	7.9 m	plantas	1.5	plantas	-
Fondo	32.4 m	fondo	14.1 m	fondo	-
Sup. Construida	153 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	0.65	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral -	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Resolana 30, 32		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-149
Uso bifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 2P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	253 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	12.3 m	plantas	2	plantas	-
Fondo	22.5 m	fondo	13.5 m	fondo	-
Sup. Construida	425 m2	crujías	3	crujías	-
Edificabilidad	1.67	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	-	corral	vivienda
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Agustina de Aragón 2		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-152
Uso	bifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	B
Tipología	Casa pop. trad. 1,5P	Cronología	S. XVIII	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	217 m2	zagúan	der.	paso	informal
Fachada	9.1 m	plantas	1.5	plantas	1.5
Fondo	20.3 m	fondo	13.2 m	fondo	4.9
Sup. Construida	342 m2	crujías	3	crujías	1
Edificabilidad	1.57	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	40 cm cm	luz	3.8 m m	pasillo	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		-		escalera	
<div></div>					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Zapata 4		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-155
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1P		Cronología S. XIX		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	209 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	8.5 m	plantas	1	plantas	1
Fondo	29.3 m	fondo	14.35 m	fondo	2.6
Sup. Construida	170 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	0.81	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle San Francisco 23		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-158
Uso	unifamiliar	Planimetría	no	Nivel de protección	C
Tipología	Casa pop. trad. 1P	Cronología	S. XVIII	Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	327 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	10.05 m	plantas	1	plantas	-
Fondo	27.8 m	fondo	12.5 m	fondo	-
Sup. Construida	190 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	0.58	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	-	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo mampuesto	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
ventana en saledizo					
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Castelar 7		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-163
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 2P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	37 m2	zagúan	der.	paso	-
Fachada	12.8 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	18.4 m	fondo	- m	fondo	-
Sup. Construida	74 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	2	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral -	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor - cm		luz - m		pasillo -	
cm		m		suelos -	
material tapial		material rollizo		paredes encalado	
mampuesto					
ladrillo					
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Castelar 11		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-165
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 2P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	119 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	3.5 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	18.8 m	fondo	- m	fondo	-
Sup. Construida	158 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	1.32	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral -	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle San Antonio 6		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-190
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección C	
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección puntual	
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	174 m2	zagúan	der.	paso	-
Fachada	8.2 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	22.7 m	fondo	9 m	fondo	6.75
Sup. Construida	150 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	0.86	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	ladrillo mampuesto	material	-	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Velarde 11		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-230
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	288 m2	zagúan	izq.	paso	-
Fachada	7.6 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	44.4 m	fondo	13.7 m	fondo	5.7
Sup. Construida	285 m2	crujías	-	crujías	1
Edificabilidad	0.98	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral libre	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Velarde 17		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-231
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 2P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	114 m2	zagúan	der.	paso	-
Fachada	5 m	plantas	2	plantas	-
Fondo	29.3 m	fondo	13.8 m	fondo	-
Sup. Construida	178 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	1.56	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral colmatado	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Velarde 19		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-232
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 2P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	81 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	3.4 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	28.8 m	fondo	13.5 m	fondo	3.6
Sup. Construida	115 m2	crujías	-	crujías	1
Edificabilidad	1.41	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio libre		corral -	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
ventana en saledizo					
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Velarde 21		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-233
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 2P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	178 m2	zagúan	izq.	paso	informal
Fachada	6.55 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	28.8 m	fondo	13.7 m	fondo	3.25
Sup. Construida	228 m2	crujías	-	crujías	1
Edificabilidad	1.28	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio libre		corral colmatado	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Velarde 37		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-234
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	494 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	11.4 m	plantas	1	plantas	1
Fondo	49.9 m	fondo	9.65 m	fondo	4
Sup. Construida	182 m2	crujías	1	crujías	1
Edificabilidad	0.36	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo mampuesto	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Velarde 38		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-235
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	108 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	8.4 m	plantas	1	plantas	1
Fondo	15.4 m	fondo	8.8 m	fondo	-
Sup. Construida	96 m2	crujías	2	crujías	-
Edificabilidad	0.88	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	-	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo mampuesto	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Velarde 40		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-236
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	187 m2	zagúan	izq.	paso	-
Fachada	6.5 m	plantas	1	plantas	-
Fondo	24.25 m	fondo	13.9 m	fondo	-
Sup. Construida	105 m2	crujías	3	crujías	-
Edificabilidad	0.56	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral libre	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo mampuesto	material	-	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Virgen del Monte 3		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-238
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección C	
Tipología Casa pop. trad. 2P		Cronología S. XVII		Afección puntual	
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	267 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	13.2 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	23.6 m	fondo	10.9 m	fondo	4.4
Sup. Construida	351 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	1.31	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	ladrillo mampuesto	material	-	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo huecos sencillos		-		-	
					



IDENTIFICACIÓN					
Calle Virgen del Monte 27		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-250
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	291 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	9.8 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	39.9 m	fondo	9.15 m	fondo	7.2
Sup. Construida	354 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.21	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux.	corral	const. aux. vivienda
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	ladrillo mampuesto	material	rollizo	suelos	-
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Virgen del Monte 29		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-251
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	320 m2	zagúan	izq.	paso	-
Fachada	6.8 m	plantas	1.5	plantas	-
Fondo	41.4 m	fondo	14.4 m	fondo	-
Sup. Construida	212 m2	crujías	-	crujías	-
Edificabilidad	0.66	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral libre	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	ladrillo mampuesto	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Llana 67		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-292
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	130 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	6.05 m	plantas	1.5	plantas	-
Fondo	20.2 m	fondo	12.8 m	fondo	-
Sup. Construida	171 m2	crujías	-	crujías	1
Edificabilidad	1.31	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral libre	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	escuadría rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Juan de Lora 15		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-297
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	238 m2	zagúan	izq.	paso	informal
Fachada	5.5 m	plantas	1	plantas	1
Fondo	33.4 m	fondo	13.4 m	fondo	4
Sup. Construida	233 m2	crujías	-	crujías	1
Edificabilidad	0.97	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm	luz	- m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
	mampuesto				
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte		-		-	
huecos sencillos					
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Juan de Lora 55		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-299
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección C	
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección puntual	
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	148 m2	zagúan	izq.	paso	-
Fachada	5.35 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	23.6 m	fondo	10.1 m	fondo	4
Sup. Construida	238 m2	crujías	3	crujías	-
Edificabilidad	1.60	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral -	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm	luz	- m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	ladrillo	material	-	paredes	encalado
	mampuesto				
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Juan de Lora 57		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-300
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección B	
Tipología Casa pop. trad. 1P		Cronología S. XVIII		Afección general	
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	319 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	16.8 m	plantas	1	plantas	1
Fondo	23.7 m	fondo	14.3 m	fondo	4.7
Sup. Construida	244 m2	crujías	3	crujías	-
Edificabilidad	0.76	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio libre		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm	luz	4.2 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
	mampuesto				
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		escalera	
ventana en saledizo					
<div><div></div><div></div></div>					



IDENTIFICACIÓN					
Calle Juan de Lora 60		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-301
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	289 m2	zagúan	der.	paso	-
Fachada	6.7 m	plantas	1	plantas	-
Fondo	29.1 m	fondo	13.4 m	fondo	-
Sup. Construida	172 m2	crujías	3	crujías	-
Edificabilidad	0.59	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo mampuesto	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					

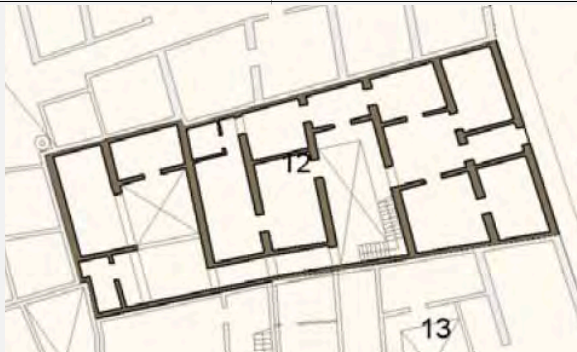

IDENTIFICACIÓN					
Calle Doctor Vera Campos 73		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-311
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1,5P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	294 m2	zagúan	der.	paso	-
Fachada	8.4 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	35.3 m	fondo	10.4 m	fondo	4.7
Sup. Construida	223 m2	crujías	-	crujías	1
Edificabilidad	0.75	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
material	tapial mampuesto ladrillo	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


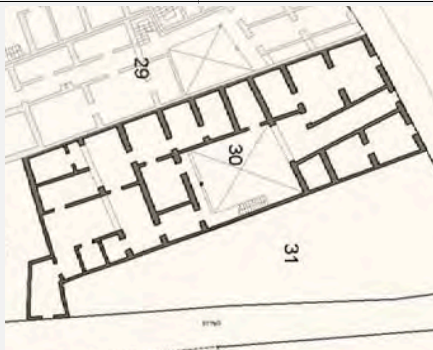
IDENTIFICACIÓN					
Calle Caldereros 36		Cazalla de la Sierra		Ficha	UN-AE-316316
Uso unifamiliar		Planimetría no		Nivel de protección	C
Tipología Casa pop. trad. 1P		Cronología S. XVIII		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	155 m2	zagúan	centro	paso	-
Fachada	10.45 m	plantas	1	plantas	-
Fondo	19.6 m	fondo	7.9 m	fondo	-
Sup. Construida	218 m2	crujías	2	crujías	-
Edificabilidad	1.40	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio -		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	- cm cm	luz	- m m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo	material	rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
					


ANEXO III



LEBRIJA

IDENTIFICACIÓN					
Calle Antonio de Nebrija 15		Lebrija		Ficha	C-02
Uso bifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	C
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	325.68 m2	zagúan	izq.	paso	recodo
Fachada	6.5 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	33.7 m	fondo	7.7 m	fondo	7.2
Sup. Construida	450.35 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.38	cubierta	teja	cubierta	plana
		patio	galería const. aux.	corral	const. aux. escalera
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	3.5 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo tapial	material	rollizo escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
-		arcos sencillos		-	
<div></div>					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Cala de Vargas 3		Lebrija		Ficha	C-06
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	C
Tipología	Casa doméstica	Cronología	S. XIX	Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	297.06 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	11.5 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	24 m	fondo	7.6 m	fondo	6.8
Sup. Construida	403.28 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.35	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	galería escalera const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	3.5 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	-	material	rollizo escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo		-		-	
					


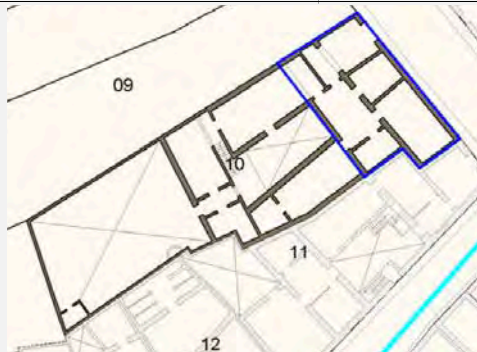
IDENTIFICACIÓN					
Calle Tetuán 3		Lebrija		Ficha	C-10
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	C
Tipología Casa popular		Cronología S. XVIII		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	375.16 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	9.8 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	28.7 m	fondo	9.8 m	fondo	6.7
Sup. Construida	530.56 m2	crujías	3	crujías	2
Edificabilidad	1.41	cubierta	teja	cubierta	teja plana
		patio	galería escalera const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	2.8 m m	pasillo	no dif. barro coc.
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
-		galería porticada arcos sencillos		-	
<div></div>					



IDENTIFICACIÓN					
Calle Torres 6		Lebrija		Ficha	C-11
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	C
Tipología	Casa doméstica	Cronología	S. XVIII	Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	318.4 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	9 m	plantas	2	plantas	1.5
Fondo	30.5 m	fondo	3.9 m	fondo	8.4
Sup. Construida	351.36 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	1.10	cubierta	teja	cubierta	teja plana otros
		patio	galería escalera const. aux.	corral	const. aux. escalera
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	3.5 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	-	material	rollizo hormigón	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
-		arcos sencillos			
					

IDENTIFICACIÓN				
Calle Luis Collado 7		Lebrija		Ficha C-27
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección C
Tipología	Casa doméstica	Cronología	S. XIX	Afección general
CUANTIFICACIÓN				
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio
Sup. Parcela	472.2 m2	zagúan	centro	paso recodo
Fachada	11.9 m	plantas	2	plantas 2
Fondo	37.5 m	fondo	7.8 m	fondo 7.6
Sup. Construida	516.5 m2	crujías	2	crujías 2
Edificabilidad	1.09	cubierta	teja	cubierta teja otros
		patio	escalera const. aux.	corral const. aux.
DOCUMENTACIÓN				
muros		forjados		revestimientos
espesor	42 cm 68 cm	luz	3.5 m m	pasillo - suelos -
material	-	material	escuadría	paredes encalado
elementos singulares				
		patio		interior
huecos sencillos ventana en saledizo		arcos sencillos		-
 				



IDENTIFICACIÓN					
Calle La Peña 16		Lebrija		Ficha	C-29
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	C
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XVIII		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	614.85 m2	zagúan	izq.	paso	recodo
Fachada	10.5 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	43.3 m	fondo	6 m	fondo	6.9
Sup. Construida	669.76 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.08	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	galería escalera const. aux.	corral	vivienda escalera
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	2.5 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
ventana en saledizo		arcos sencillos		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Luis Collado 20		Lebrija		Ficha	C-33
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	C
Tipología Casa popular		Cronología S. XIX		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	468.48 m2	zagúan	der.	paso	recodo
Fachada	13.5 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	35 m	fondo	6.9 m	fondo	3.7
Sup. Construida	461.65 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	0.98	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	galería escalera const. aux.	corral	libre
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	3.1 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
ventana en saledizo huecos sencillos		-		arcadas en soberado	




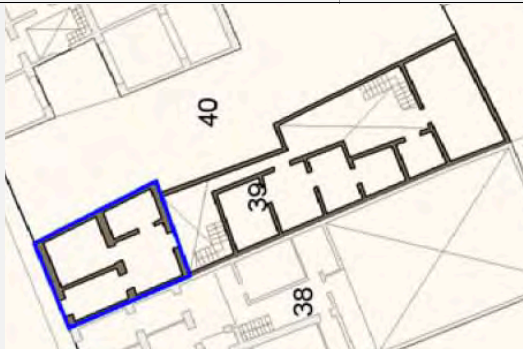
IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 22		Lebrija		Ficha	C-34
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	C
Tipología Casa popular		Cronología S. XVIII		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	441.74 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	13.6 m	plantas	1.5	plantas	1.5
Fondo	27.6 m	fondo	7.9 m	fondo	3.9
Sup. Construida	639.05 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.44	cubierta	teja	cubierta	teja
					plana
					otros
		patio	galería	corral	const. aux.
			escalera		escalera
			const. aux.		
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm	luz	m	pasillo	no dif.
	cm		m	suelos	barro coc.
material		material	escuadría		
			rollizo	paredes	encalado
			hormigón		
elementos singulares					
		patio		interior	
portada moldurada		arcos sencillos		-	
<div></div>					



IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 32		Lebrija		Ficha	C-35
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	C
Tipología	Casa popular	Cronología	S. XIX	Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	745.05 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	14.5 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	48 m	fondo	7.4 m	fondo	13
Sup. Construida	790.34 m2	crujías	2	crujías	3
Edificabilidad	1.06	cubierta	teja	cubierta	teja plana
		patio	galería	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm	luz	3 m	pasillo	no dif.
	cm		m	suelos	-
material		material escuadría		paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte		arcos sencillos		-	
ventana en saledizo					
huecos sencillos					
					

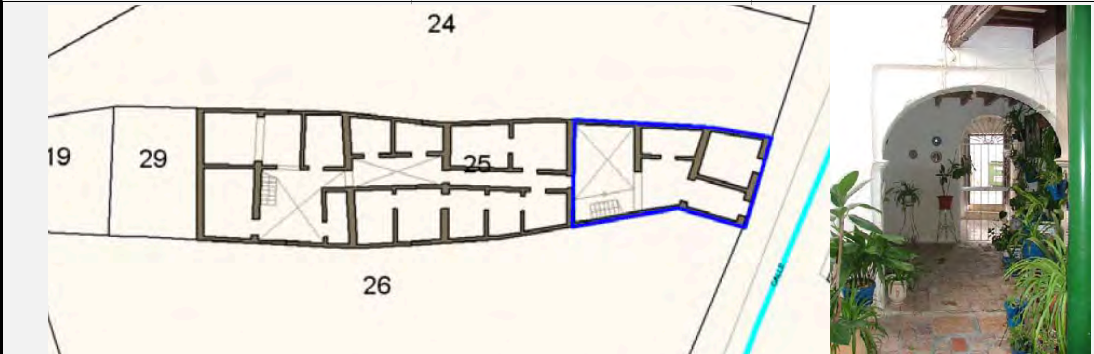
IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 36		Lebrija		Ficha	C-36
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	C
Tipología Casa popular		Cronología S. XIX		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	319.05 m2	zagúan	izq.	paso	recodo
Fachada	9.3 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	28.9 m	fondo	6.4 m	fondo	7.1
Sup. Construida	356.23 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.11	cubierta	teja	cubierta	teja plana
		patio	galería escalera const. aux.	corral	libre
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	2.4 m 3 m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo	material	escuadría hormigón	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
ventana en saledizo huecos sencillos		arcos sencillos		bóvedas de arista	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle San Francisco 70		Lebrija		Ficha	C-38
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	C
Tipología Casa popular		Cronología S. XIX		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	425.62 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	15.5 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	31 m	fondo	8.2 m	fondo	18
Sup. Construida	501.59 m2	crujías	2	crujías	>3
Edificabilidad	1.17	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux. escalera	corral	colmatado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	2.9 m m	pasillo	-
				suelos	-
material ladrillo		material escuadría			
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada moldurada ventana en saledizo zócalo tirolesa		-		-	
<div></div>					


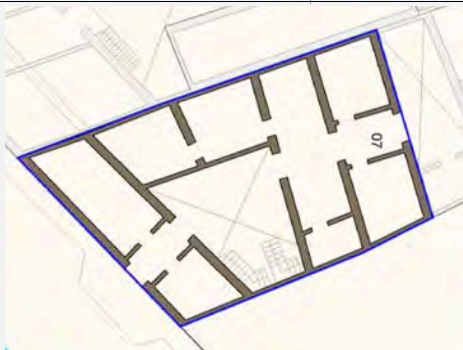
IDENTIFICACIÓN					
Calle Norieta 6		Lebrija		Ficha	C-42
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	C
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	277.47 m2	zagúan	izq.	paso	alineado
Fachada	6.2 m	plantas	1.5	plantas	1.5
Fondo	31.4 m	fondo	8 m	fondo	7.6
Sup. Construida	385.02 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.38	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux. escalera	corral	const. aux. escalera
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	2.9 m m	pasillo	no dif.
				suelos	-
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo huecos sencillos		-		-	
					

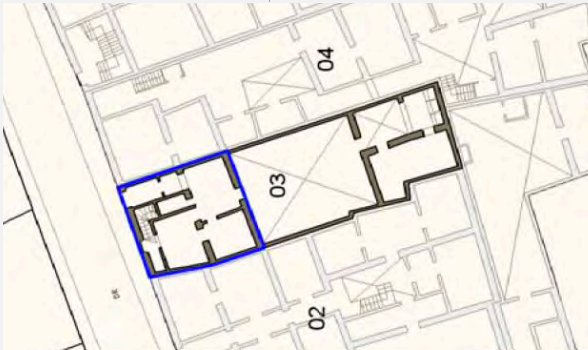

IDENTIFICACIÓN					
Calle Antonio de Nebrija 37		Lebrija		Ficha D-01	
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección D	
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección puntual	
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	182.85 m2	zagúan	der.	paso	informal
Fachada	5 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	26.3 m	fondo	7.4 m	fondo	8
Sup. Construida	210.1 m2	crujías	2	crujías	3
Edificabilidad	1.14	cubierta	teja	cubierta	teja plana otros
		patio	escalera	corral	vivienda escalera
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	2.8 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	tapial ladrillo	material	escuadría hormigón	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos zócalo tirolesa		-		-	
<div></div>					

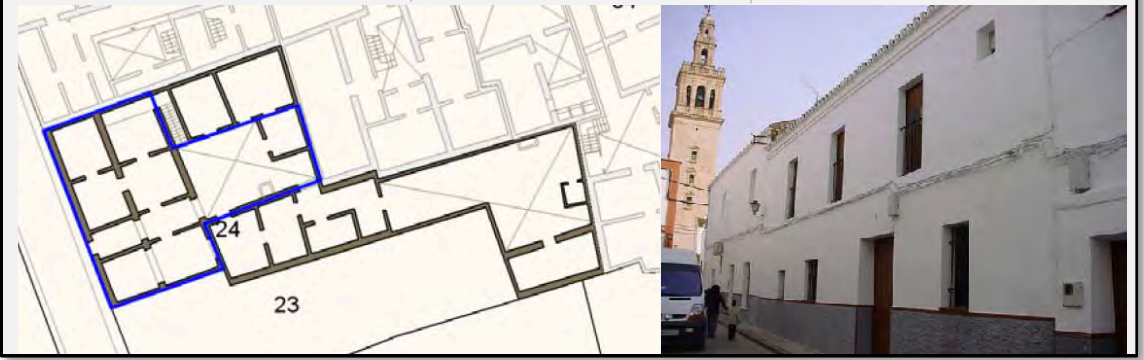
IDENTIFICACIÓN					
Calle San Francisco 54		Lebrija		Ficha	D-05
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	240.09 m2	zagúan	der.	paso	informal
Fachada	9.3 m	plantas	1	plantas	1
Fondo	27.7 m	fondo	13.8 m	fondo	3.8
Sup. Construida	181.98 m2	crujías	3	crujías	1
Edificabilidad	0.75	cubierta	teja	cubierta	
		patio libre		corral	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm	luz	3.2 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	ladrillo	material	escuadría hormigón	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
ventana en saledizo					
<div></div>					



IDENTIFICACIÓN			
Calle Eduardo Dato 13		Lebrija	Ficha D-06
Uso plurifamiliar		Planimetría sí	Nivel de protección D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX	Afección parcial
CUANTIFICACIÓN			
Datos de parcela		cuerpo de fachada	cuerpo intermedio
Sup. Parcela	281.57 m2	zagúan izq.	paso alineado
Fachada	5.7 m	plantas 2	plantas 2
Fondo	33.2 m	fondo 7.5 m	fondo 7.8
Sup. Construida	407.27 m2	crujías 2	crujías 2
Edificabilidad	1.44	cubierta teja	cubierta teja plana
		patio escalera galería	corral vivienda const. aux. escalera
DOCUMENTACIÓN			
muros		forjados	revestimientos
espesor	45 cm	luz 3.1 m	pasillo no dif.
	cm		suelos barro coc.
material	-	material escuadría	paredes encalado
elementos singulares			
		patio	interior
-		arcos con alfiz galería porticada	-
			


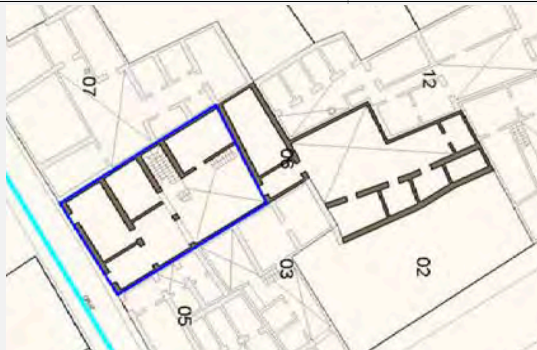
IDENTIFICACIÓN					
Calle José Sánchez de Alba 13		Lebrija		Ficha	D-07
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa doméstica	Cronología	S. XIX	Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	251.98 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	14.8 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	5.4 m	fondo	6.3 m	fondo	3.8
Sup. Construida	328.06 m2	crujías	1	crujías	1
Edificabilidad	1.30	cubierta	teja otros	cubierta	plana otros
		patio	escalera	corral	colmatado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	2.8 m 5.2 m	pasillo	-
				suelos	-
material	tapial ladrillo	material	escuadría hormigón	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		-		-	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Tetuán 42		Lebrija		Ficha	D-09
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XVIII		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	241.71 m2	zagúan	centro	paso	alineado
Fachada	12.4 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	20.1 m	fondo	3.7 m	fondo	7.2
Sup. Construida	380.84 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	1.57	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera escalera	corral	segregado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	54 cm	luz	2.9 m	pasillo	-
	70 cm		m	suelos	-
material	tapial	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		galería porticada		-	
<div></div>					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Anotnio de Nebrija 17		Lebrija		Ficha	D-11
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa doméstica	Cronología	S. XIX	Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	185.12 m2	zagúan	izq.	paso	informal
Fachada	6.5 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	22.5 m	fondo	8.1 m	fondo	4
Sup. Construida	221.73 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.19	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	libre	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm	luz	3.5 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	ladrillo	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada moldurada		-		arcos	
zócalo tirolesa					
ventana en saledizo					
 					


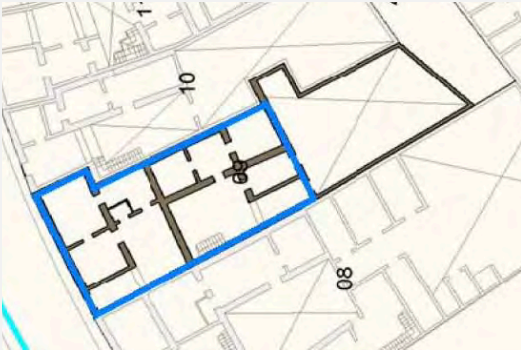
IDENTIFICACIÓN			
Calle Ocón 1		Lebrija	Ficha D-12
Uso unifamiliar		Planimetría sí	Nivel de protección D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX	Afección parcial
CUANTIFICACIÓN			
Datos de parcela		cuerpo de fachada	cuerpo intermedio
Sup. Parcela	395.6 m2	zagúan centro	paso informal
Fachada	12.5 m	plantas 2	plantas 2
Fondo	32 m	fondo 7.7 m	fondo 5
Sup. Construida	408.48 m2	crujías 2	crujías 1
Edificabilidad	1.03	cubierta teja	cubierta teja
		patio const. aux.	corral const. aux.
DOCUMENTACIÓN			
muros		forjados	revestimientos
espesor	45 cm	luz 3.5 m	pasillo -
	cm	m	suelos -
material	ladrillo	material escuadría	paredes encalado
elementos singulares			
		patio	interior
huecos sencillos		arcos sencillos	arcos
zócalo tirolesa			
			


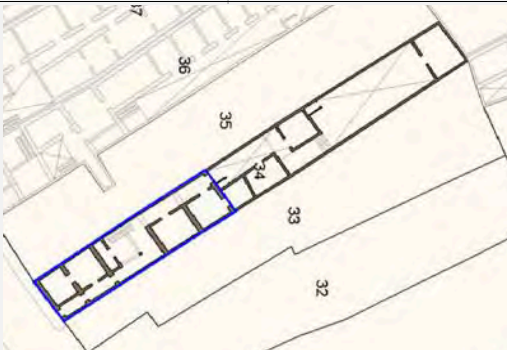
IDENTIFICACIÓN					
Calle Almenas 1		Lebrija		Ficha	D-13
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa doméstica	Cronología	S. XIX	Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	193.49 m2	zagúan	centro	paso	informal
Fachada	11.85 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	18.1 m	fondo	6 m	fondo	3.7
Sup. Construida	270.77 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.39	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio const. aux. galería		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	2.8 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada moldurada		arcos sencillos		-	
					


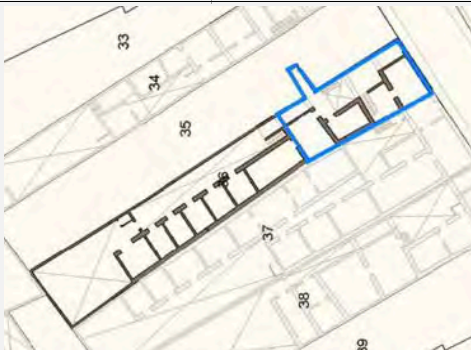
IDENTIFICACIÓN					
Calle Cruz 4		Lebrija		Ficha	D-14
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XVIII		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	332.26 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	8.75 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	31.5 m	fondo	7.5 m	fondo	4
Sup. Construida	374.98 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.12	cubierta	teja	cubierta	teja plana otros
		patio	galería escalera const. aux.	corral	vivienda
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	3.7 m m	pasillo suelos	no dif. terraz. hidr.
material	-	material	escuadría	paredes	barro coc. encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		arcos con alfiz galería porticada		arcos	
<div></div>					



IDENTIFICACIÓN					
Calle Tetuán 11		Lebrija		Ficha	D-15
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XVIII		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	396.39 m2	zagúan	centro	paso	alineado
Fachada	9.4 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	37.9 m	fondo	8.4 m	fondo	16.2
Sup. Construida	611.96 m2	crujías	2	crujías	>3
Edificabilidad	1.54	cubierta	teja	cubierta	teja
					plana
					otros
		patio	const. aux.	corral	vivienda
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm	luz	3.8 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	-	material	escuadría		
			rollizo	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		escalera	
ventana en saledizo					
zócalo tirolesa					
<div></div>					


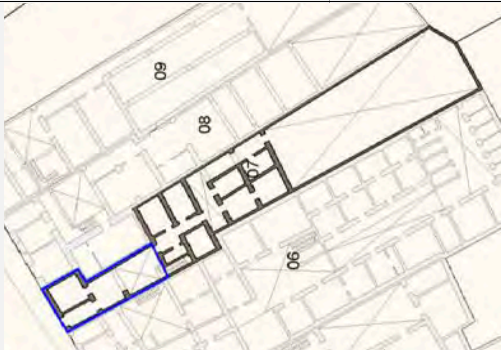
IDENTIFICACIÓN					
Calle Alonso López 3		Lebrija		Ficha D-20	
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección D	
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección parcial	
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	236.6 m2	zagúan	izq.	paso	alineado
Fachada	6.4 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	6.9 m	fondo	6.8 m	fondo	13.3
Sup. Construida	369.8 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.56	cubierta	teja	cubierta	teja plana
		patio	escalera galería	corral	const. aux. escalera
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm	luz	m	pasillo	no dif.
	cm		m	suelos	barro coc.
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
-		arcos sencillos		-	
<div></div>					

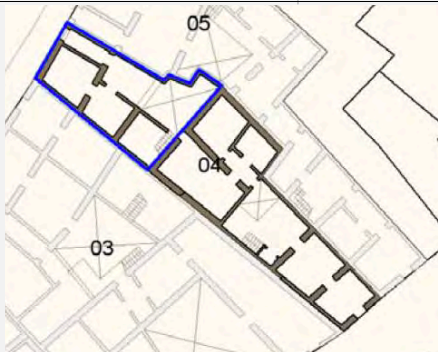

IDENTIFICACIÓN					
Calle San Francisco 14		Lebrija		Ficha	D-26
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	263.01 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	9.2 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	28.5 m	fondo	7.85 m	fondo	4.2
Sup. Construida	227.28 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	0.86	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio const. aux. escalera		corral libre	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz 2.9 m m		pasillo - suelos -	
material	-	material escuadría		paredes encalado	
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		arcos sencillos		-	
<div></div>					



IDENTIFICACIÓN					
Calle La Peña 19		Lebrija		Ficha	D-27
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	273.02 m2	zagúan	der.	paso	recodo
Fachada	4.6 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	44.8 m	fondo	6.5 m	fondo	8
Sup. Construida	270.97 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	0.99	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera galería const. aux.	corral	const. aux. escalera
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	3.4 m m	pasillo	chino
				suelos	hidr.
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		galería porticada		arcos	
<div></div>					

IDENTIFICACIÓN					
Calle La Peña 15		Lebrija		Ficha	D-28
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	363.95 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	6.7 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	44.4 m	fondo	7 m	fondo	3.8
Sup. Construida	335.41 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	0.92	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio escalera		corral vivienda escalera const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	2.7 m m	pasillo	no dif.
material	-	material	escuadría	suelos	barro coc.
				paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte		arcos sencillos		escalera	
<div></div>					


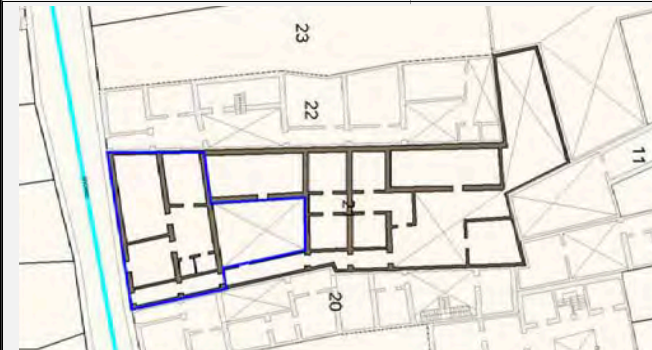
IDENTIFICACIÓN					
Calle Lorenzo Leal 30		Lebrija		Ficha	D-30
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa doméstica	Cronología	S. XIX	Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	262.78 m2	zagúan	izq.	paso	recodo
Fachada	4.5 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	23.4 m	fondo	7.6 m	fondo	8.9
Sup. Construida	426.24 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.62	cubierta	teja	cubierta	plana
		patio	escalera escalera const. aux.	corral	libre
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	3.2 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
<div></div>					

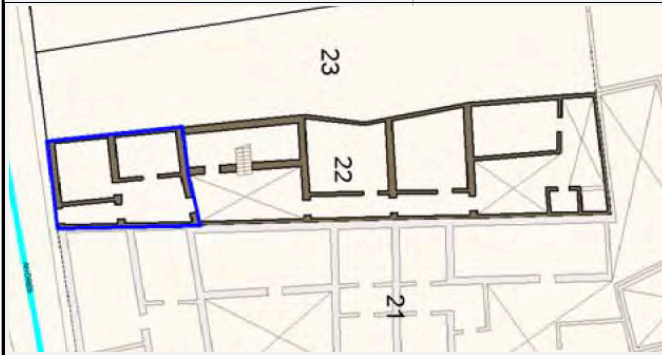

IDENTIFICACIÓN					
Calle La Peña 18		Lebrija		Ficha	D-39
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	328.31 m2	zagúan	der.	paso	recodo
Fachada	4.5 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	43.7 m	fondo	7.9 m	fondo	5.4
Sup. Construida	217.91 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	0.66	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio libre		corral cuerpo int.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm	luz	2.6 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		arcos sencillos		arcos	
ventana en saledizo					
<div></div>					


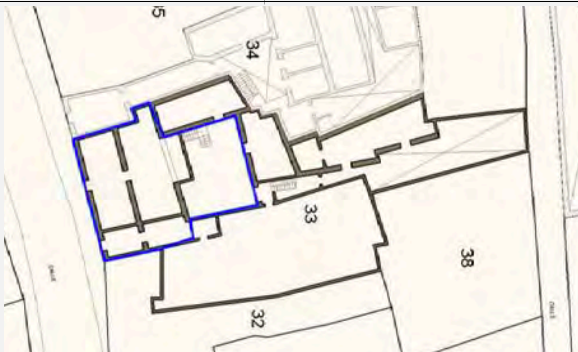
IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 24		Lebrija		Ficha	D-47
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa doméstica	Cronología	S. XIX	Afección	puntual
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	196.01 m2	zagúan	izq.	paso	informal
Fachada	4.4 m	plantas	1.5	plantas	2
Fondo	28.9 m	fondo	7.5 m	fondo	6.4
Sup. Construida	326.26 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.66	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	const. aux.	corral	colmatado
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	2.9 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	ladrillo	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte ventana en saledizo zócalo tirolesa		arcos sencillos		escalera	
					


IDENTIFICACIÓN					
Calle Sevilla 40		Lebrija		Ficha	D-49
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	496.68 m2	zagúan	der.	paso	informal
Fachada	8.4 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	30.4 m	fondo	8.4 m	fondo	3.6
Sup. Construida	512.66 m2	crujías	1	crujías	1
Edificabilidad	1.03	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	galería const. aux.	corral	vivienda
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	3.1 m m	pasillo suelos	no dif. barro coc.
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		-		-	
					

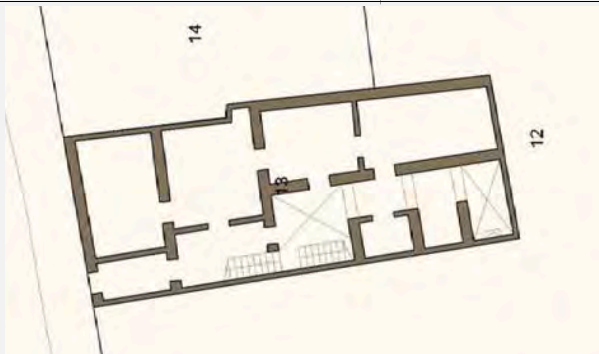

IDENTIFICACIÓN					
Calle La Peña 45		Lebrija		Ficha	D-54
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa popular		Cronología S. XIX		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	193.08 m2	zagúan	der.	paso	informal
Fachada	9.85 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	16.8 m	fondo	4.15 m	fondo	6.9
Sup. Construida	268.62 m2	crujías	1	crujías	2
Edificabilidad	1.39	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera const. aux.	corral	vivienda
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	3.1 m m	pasillo	-
				suelos	-
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos		arcos con alfiz arcos sencillos		escalera	
					


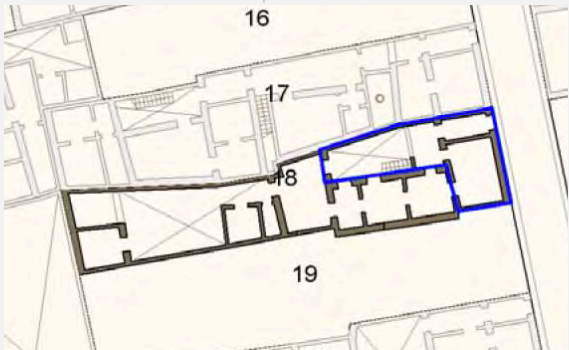
IDENTIFICACIÓN					
Calle Andrés Sánchez de Alva 37		Lebrija		Ficha	D-56
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa doméstica	Cronología	S. XIX	Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	526.3 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	13 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	38.25 m	fondo	8.15 m	fondo	7.3
Sup. Construida	554.1 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.05	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio galería		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm	luz	3.4 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		-	
ventana en saledizo					
<div></div>					

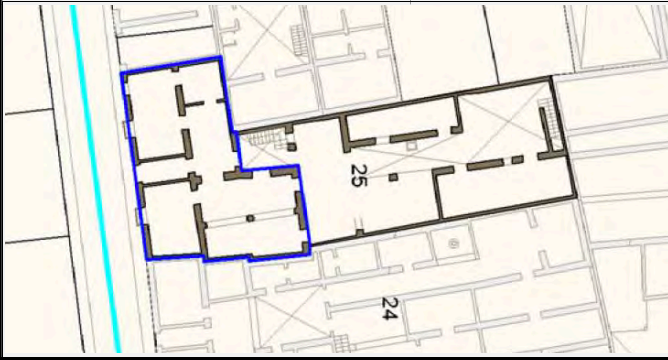

IDENTIFICACIÓN					
Calle Andrés Sánchez de Alva 35		Lebrija		Ficha	D-57
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	265.67 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	5.4 m	plantas	1.5	plantas	1
Fondo	33.25 m	fondo	8.2 m	fondo	10.4
Sup. Construida	273.45 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.02	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	galería	corral	vivienda
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm	luz	3.6 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		escalera	
ventana en saledizo					
					

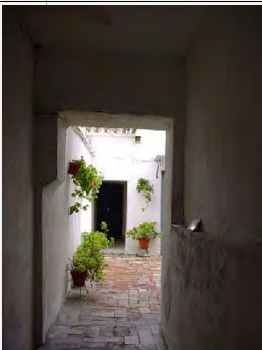
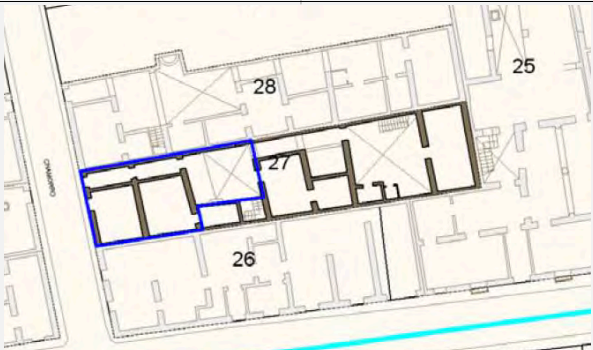
IDENTIFICACIÓN					
Calle Andrés Sánchez de Alva 11		Lebrija		Ficha	D-60
Uso	otros	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa doméstica	Cronología	S. XIX	Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	544.97 m2	zagúan	der.	paso	informal
Fachada	10.6 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	37.8 m	fondo	7.9 m	fondo	3.5
Sup. Construida	777.51 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.42	cubierta	teja	cubierta	teja plana
		patio	escalera const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	0.34 m m	pasillo suelos	no dif. hidr.
material	-	material	escuadría hormigón	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada moldurada ventana en saledizo huecos sencillos		arcos sencillos		-	
<div></div>					

IDENTIFICACIÓN			
Calle Sevilla 46		Lebrija	Ficha D-63
Uso unifamiliar		Planimetría sí	Nivel de protección D
Tipología Casa popular		Cronología S. XIX	Afección parcial
CUANTIFICACIÓN			
Datos de parcela		cuerpo de fachada	cuerpo intermedio
Sup. Parcela	181.22 m2	zagúan izq.	paso alineado
Fachada	5.9 m	plantas 2	plantas 2
Fondo	25.4 m	fondo 7.5 m	fondo 7.4
Sup. Construida	276.26 m2	crujías 2	crujías 2
Edificabilidad	1.52	cubierta teja	cubierta teja
		patio escalera galería const. aux.	corral escalera const. aux.
DOCUMENTACIÓN			
muros		forjados	revestimientos
espesor	45 cm	luz 3.2 m	pasillo -
	cm	m	suelos -
material	-	material escuadría hormigón	paredes encalado
elementos singulares			
		patio	interior
huecos sencillos		galería porticada	arcos
ventana en saledizo		arcos sencillos	
			

IDENTIFICACIÓN					
Calle Corredera 46		Lebrija		Ficha	D-64
Uso plurifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección	D
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección	general
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	160.3 m2	zagúan	centro	paso	recodo
Fachada	7.1 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	17.9 m	fondo	8.3 m	fondo	5
Sup. Construida	270.27 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.68	cubierta	teja	cubierta	plana
		patio escalera escalera const. aux.		corral const. aux.	
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	3.8 m m	pasillo	-
				suelos	-
material -		material escuadría			
				paredes	encalado otros
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos ventana en saledizo		arcos con alfiz		-	
					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Chamorro 10		Lebrija		Ficha D-65	
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección D	
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XX		Afección parcial	
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	186.13 m2	zagúan	der.	paso	alineado
Fachada	6.2 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	27.6 m	fondo	3.7 m	fondo	4
Sup. Construida	159.33 m2	crujías	1	crujías	1
Edificabilidad	0.85	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera const. aux.	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm cm	luz	2.8 m m	pasillo	no dif.
				suelos	barro coc.
material	-	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte huecos sencillos ventana en saledizo		arcos sencillos		-	
<div></div>					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Andrés Sánchez de Alva 51		Lebrija		Ficha	D-66
Uso	unifamiliar	Planimetría	sí	Nivel de protección	D
Tipología	Casa doméstica	Cronología	S. XIX	Afección	parcial
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	392.47 m2	zagúan	centro	paso	alineado
Fachada	12.7 m	plantas	2	plantas	1
Fondo	29.75 m	fondo	7.5 m	fondo	3.8
Sup. Construida	469.03 m2	crujías	2	crujías	1
Edificabilidad	1.19	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	escalera	corral	const. aux.
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm	luz	3.2 m	pasillo	-
	cm		m	suelos	-
material	tapial ladrillo	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
huecos sencillos		-		arcos	
ventana en saledizo					
zócalo tirolesa					
 					

IDENTIFICACIÓN					
Calle Chamorro 7		Lebrija		Ficha D-66	
Uso unifamiliar		Planimetría sí		Nivel de protección D	
Tipología Casa doméstica		Cronología S. XIX		Afección parcial	
CUANTIFICACIÓN					
Datos de parcela		cuerpo de fachada		cuerpo intermedio	
Sup. Parcela	211.94 m2	zagúan	izq.	paso	alineado
Fachada	5.6 m	plantas	2	plantas	2
Fondo	27.8 m	fondo	75 m	fondo	6.8
Sup. Construida	231.17 m2	crujías	2	crujías	2
Edificabilidad	1.09	cubierta	teja	cubierta	teja
		patio	galería const. aux.	corral	const. aux. escalera
DOCUMENTACIÓN					
muros		forjados		revestimientos	
espesor	45 cm	luz	m	pasillo	otros
	cm		m	suelos	barro coc.
material	ladrillo	material	escuadría	paredes	encalado
elementos singulares					
		patio		interior	
portada en resalte		galería porticada		-	
<div></div>					

Nota sobre o autor

Vidal Gómez Martínez é Doutor Arquitecto pela Universidade de Sevilha, bem como Mestre em Arquitectura e Património Histórico. Combina o exercício da profissão de arquitecto - onde realizou numerosos trabalhos no campo da arquitectura, planeamento urbano e património - com uma extensa carreira de investigação no campo da arquitectura popular tradicional.

Tem realizado numerosas estadias de investigação em Espanha, Portugal e Itália e pertence a vários grupos de investigação. Apresenta os resultados do seu trabalho em publicações especializadas, conferências internacionais e monografias.



Na Andaluzia Ocidental encontramos uma tipologia de casas entre paredes meeiras com logradouro traseiro, amplamente documentada. Neste mesmo contexto, na província de Sevilha, localiza-se uma outra tipologia relacionada com a anterior, mas muito menos documentada e muitas vezes englobada em tipos genéricos. O objetivo principal deste trabalho é realizar um estudo monográfico desta última tipologia baseado nos trabalhos de catalogação dos Planos Especiais de Proteção dos Conjuntos Históricos em que está localizada, tendo como caso de estudo uma mostra transversal deste território formada pelos Conjuntos Históricos de Carmona - na campina - Cazalla de la Sierra e Lebrija - na várzea do rio Guadalquivir. Trata-se de uma casa entre paredes meeiras, organizada por: um primeiro corpo de fachada normalmente de dupla nave com corredor central - pátio de passagem onde se localiza a escada de acesso ao piso superior e anexos encostados à parede meeira - corpo intermédio, também de dupla nave - e ao fundo um logradouro com anexos ligados à atividade agropecuária. A passagem através dos corpos construídos é efetuada pelo saguão, no corpo da fachada, e por um corredor, no corpo intermédio, garantindo a independência das assoalhadas da casa e permitindo o acesso limpo dos animais ao logradouro. A investigação centra-se nesta casa, carente de reconhecimento próprio, imersa ou confundida entre as casas dos agricultores, que nem sequer tem nome.

In Western Andalusia there is an extensively documented typology of houses between party walls with stockyard at the back. In this context, a typology closely related to the previous one, but much less documented, is located in the province of Seville, - often encompassed in generic types. The main target of this work is to develop a monographic study of this typology, using the catalogue of buildings included in the Special Protection Plans of Historical Centers, taking as case study a transversal sample of the territory formed by the historic villages of Carmona –in the countryside-, Cazalla de la Sierra –up in the mountains- and Lebrija, -in the Guadalquivir valley. It is a house between party walls organized with a construction volume at the façade - normally with two structural bays -, halfway patio for circulation - where the stair is located as well as some auxiliary constructions attached to a party wall -, intermediate body - also with two structural bays- and a stockyard at the back with auxiliary constructions for agricultural purposes. The circulation through the different construction elements is made through a hallway in the body of the façade and a corridor in the intermediate body, saving from easements to the adjacent rooms and allowing even a clean access of animals to the stockyard. The investigation develops the study of this house, which is lacking of own recognition, is immersed or confused with the houses of farmers, and does not even have a name.

